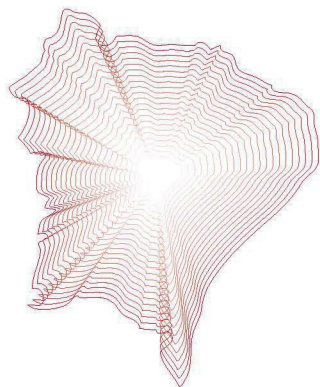


ANAIS DO FÓRUM **BNB** DE DESENVOLVIMENTO

FNE
20
anos



REALIZADO EM FORTALEZA-CE, EM 16 E 17 DE JULHO DE 2009
NO CENTRO DE TREINAMENTO DO **BANCO DO NORDESTE**

Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento

FNE – 20 ANOS

Realizado em Fortaleza-CE, em 16 e 17 de julho de 2009 no
Centro de Treinamento do Banco do Nordeste

FORTALEZA
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
2011

**Presidente**

Jurandir Santiago

Diretores

José Alan Teixeira da Rocha
José Sydrião de Alencar Júnior
Luiz Carlos Everton de Farias
Oswaldo Serrano de Oliveira
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Stélio Gama Lyra Júnior

Conselho Editorial

José Narciso Sobrinho
José Rubens Dutra Mota
Francisco das Chagas Farias Paiva
José Maurício de Lima da Silva
José Maria Marques de Carvalho
Jânia Maria Pinho Sousa

Airton Saboya Valente Júnior
Paulo Dídimo Camurça Vieira
Ademir Costa

**Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste – ETENE**

Superintendente: José Narciso Sobrinho

Ambiente de comunicação

Gerente: José Maurício de Lima da Silva
Editor: Jornalista Ademir Costa
Normalização Bibliográfica: Paula Pinheiro
Revisão Vernacular: Antônio Maltos
Diagramação: Kelly Cristina

Mais informações

SAC Banco do Nordeste / Ouvidoria
0800 728 3030
www.bnb.gov.br/faleconosco

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei nº. 10.994,
de 14 de Dezembro de 2004.

F692f Fórum BNB de Desenvolvimento (2009 : Fortaleza, CE)
Fórum BNB de Desenvolvimento, 16 e 17 de julho de 2009,
Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, 2011.
233p.
ISBN 978.85.7791.165.3

1. Desenvolvimento Econômico. 2. Desenvolvimento Regional.
3. FNE. I. Título.

CDD: 330

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

SUMÁRIO

SESSÃO DE ABERTURA	7
---------------------------------	----------

Composição da Mesa: Roberto Smith – Presidente do BNB

Carmem Feijó: Secretária-executiva da Anpec

PAINEL I: BOLSA FAMÍLIA E CREDIAMIGO: INSERÇÃO PRODUTIVA.....	13
--	-----------

Presidente de Mesa: Stelio Gama Lyra Júnior – Superintendente de Microfinanças e Projetos Especiais/BNB

Expositores: Camile Sahb Mesquita – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Marcelo Néri – Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

SESSÃO ESPECIAL ETENE: INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO NO NORDESTE.....	37
--	-----------

Presidente de Mesa: Saumíneo Nascimento – Presidente do Banco de Sergipe (Banese)

Expositores: Helena Lastres (Assessora do BNDES)

Guilherme Maia Rebouças – Diretor de Planejamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)

MESA ETENE I: AVALIAÇÃO DO FNE	67
---	-----------

MESA ETENE II – ESTUDOS REGIONAIS I	111
--	------------

PAINEL II: CENÁRIOS PARA O NORDESTE NO NOVO CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL.....	151
---	------------

Presidente de Mesa: José Sydrião Alencar Júnior (Superintendente BNB/Etene)

Expositores: Liana Carleial (Diretora de Estudos Regionais e Urbanos do IPEA)

Antonio Henrique Pinheiro Silveira (Secretaria de Acompanhamento Econômico/MF)

LANÇAMENTO DE LIVROS	175
-----------------------------------	------------

SESSÃO ESPECIAL ANPEC – A CRISE FINANCEIRA E AS REPERCUSSÕES SOBRE A ECONOMIA REAL: UMA ANÁLISE (PÓS)KEYNESIANA.....	179
---	------------

Presidente de Mesa: Carmem Feijó (Secretária-executiva da Anpec)

Expositor: Fernando Ferrari Filho (Professor da UFRGS)

**DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS SELECIONADOS NO PROGRAMA BNB/ETENE
TESES E DISSERTAÇÕES197**

**PAINEL III: ATUAÇÃO DO BANCO DO NORDESTE NO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL201**

Roberto Smith – Presidente do BNB

**ENTREGA DOS PRÊMIOS BNB DE ECONOMIA REGIONAL E BNB DE
TALENTOS UNIVERSITÁRIOS 225**

ENTREGA DA COMENDA “MÉRITO BNB” 227

ENCERRAMENTO.....231

REFERÊNCIAS 233

SESSÃO DE ABERTURA

COMPOSIÇÃO DA MESA

Roberto Smith – Presidente do BNB

Carmem Feijó – Secretária-executiva da Anpec

MESTRE DE CERIMÔNIA

Senhoras e senhores: sejam muito bem-vindos a este evento que marca o início das atividades do Fórum BNB de Desenvolvimento e do 14º Encontro Regional de Economia, realizados em parceria pelo Banco do Nordeste e a Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec). Este ano, os dois eventos se reúnem sobre o tema “FNE 20 Anos”. Criado pela Constituição de 1988 e implementado em 1989, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste está completando 20 anos em 2009.

Para compor a mesa de abertura deste evento, convido ao palco o senhor presidente do Banco do Nordeste professor doutor Roberto Smith, acompanhado da senhora secretária-executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec), Carmen Feijó.

Senhoras e senhores: para sua saudação à plateia, convido inicialmente a fazer uso da palavra a senhora secretária-executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), Carmem Feijó.

CARMEM FEIJÓ

Bom dia a todos! É uma grata satisfação para a Anpec estar aqui na abertura do 14º Encontro Regional de Economia e do Fórum de Desenvolvimento do BNB. Esta parceria de grande sucesso da Anpec com o BNB é especialmente importante para a Anpec, que tem por missão incentivar e disseminar o conhecimento científico de economia do País. A Anpec foi fundada em 1973, já com quase quatro décadas de existência, tem-se mantido unida e cada vez mais reconhecida como referência no ensino e na pesquisa de qualidade nos cursos de pós-graduações de Economia no País.

A base de compromisso dos Centros de Pós-graduação que integram a Anpec é com respeito ao pluralismo no pensamento econômico e a diversidade das agendas de pesquisa dos Centros de Pós-graduação. Essa é a razão da força da Associação

e que tem sobrevivido há tanto tempo. Eu tenho que agradecer a acolhida do Banco do Nordeste ao Encontro Regional e o apoio ao 37º Encontro Nacional de Economia que, este ano, vai ser realizado em Foz do Iguaçu, de 8 a 11 de dezembro. Estão todos convidados e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) também estará presente, com as tradicionais sessões de desenvolvimento regional. O BNB já tem consolidado a sua presença no cenário acadêmico nacional como incentivador da pesquisa econômica no país.

Devo confessar que uma das gratas funções que uma secretária-executiva exerce na Anpec é justamente participar do Encontro Regional de Economia. Então, quero pessoalmente agradecer a generosa acolhida do Banco ao secretário-executivo e à Anpec. Agradeço também aos coordenadores dos cursos de pós-graduação aqui presentes; eles trabalham e se empenham na organização do evento e garantem a qualidade dos trabalhos acadêmicos; ao coordenador da comissão científica, em especial ao coordenador-professor Paulo Amilton, que, ao longo do ano, trabalha incansavelmente para a organização do evento; e por fim, mas não menos importante, ao Etene, que proporciona essa ponte com o Banco e que garante também o sucesso desse encontro. Então, as boas-vindas a todos e que tenhamos um ótimo encontro. Obrigada!

MESTRE DE CERIMÔNIA

Senhoras e senhores: ouviremos em seguida a palavra do senhor presidente do Banco do Nordeste, professor doutor Roberto Smith.

ROBERTO SMITH

Bom dia a todos e a todas aqui presentes! Gostaria de dizer da nossa enorme satisfação de podermos estar abrigando neste ambiente mais este encontro do Banco do Nordeste com a Academia e com os órgãos de pesquisa, tão importantes dentro desta confluência daquilo que nós fazemos.

Eu queria saudar a nossa professora e amiga Carmem Feijó, que é secretária-executiva da Anpec, esta instituição já tradicional no meio dos economistas. Tive a honra de já ter participado e ter apresentado o meu primeiro trabalho na área de Economia, num encontro da Anpec. Isso já faz muito tempo. Gostaria de cumprimentar a Camile Sahb Mesquita, que é diretora do Departamento da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, que representa aqui o ministro Patrus Ananias, que tem uma atividade em parceria importante com o Banco do Nordeste. Gostaria de cumprimentar também o professor Marcelo Nery, que é professor da Fundação Getúlio Vargas. Os dois estarão logo em seguida a esta abertura participando do primeiro Painel sobre “Bolsa Família e Crediamigo: inserção produtiva”.

Acredito que nós passamos por um momento importante no Banco do Nordeste, quando se comemoram 20 anos do Fundo Constitucional, que também nos lembra a nossa *entrée* na democracia. O FNE é produto da constituição democrática, é um fundo democrático, e a gente tem zelado por isto ao longo dos anos. Ele hoje conta com um patrimônio de R\$ 27 bilhões e tem um aporte anual estimado para este ano entre R\$ 3,5 ou 4 bilhões.

Este ano, pretendemos aplicar, no Fundo Constitucional, R\$ 10 bilhões; isso já como fruto de ser um fundo rotativo e que vem crescendo. Entretanto, apesar da crise que nós estamos vivendo, inusitada para o Banco é a falta de recursos do Fundo Constitucional, ou seja, o FNE ficou pequeno para a região. Temos hoje em casa uma demanda de R\$ 14 e R\$ 15 bilhões para o Fundo Constitucional; estamos nos valendo de suplementos de transferência de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Isso é muito alvissareiro diante da crise que nós estamos passando e temos que entender que nunca teve aqui no Banco uma demanda de crédito por financiamento de longo prazo tão forte como esta que nós estamos vivenciando. Este é um panorama muito diferente daquele que nós recebemos quando assumimos a direção do Banco. Isto é fruto de todas as políticas que o Governo Federal vem fazendo tanto em termos de estabilização como de crescimento econômico, com toda esta respeitabilidade internacional que hoje o país adquire.

A gente espera que isso renda também frutos para podermos minorar a enorme diferenciação de desenvolvimento econômico que ainda separa o Nordeste da média brasileira. Enquanto instituição de desenvolvimento, instituição pública de desenvolvimento, uma aproximação a mais está sendo feita com o mundo da Academia. É que nós entendemos que um banco que é responsável pela execução de políticas públicas, ele tem que ter, naquilo que faz, sempre um respaldo de avaliação externa.

Os senhores estarão logo mais assistindo ao Painel a respeito do Bolsa Família e sua confluência com o Crediamigo e poderão ver como é que é útil essa avaliação. A avaliação foi realizada pela Fundação Getúlio Vargas, coordenada pelo professor Marcelo Nery. Ela dá muito respaldo para que nós possamos ter uma exata consciência daquilo que significa esse programa de microcrédito, tanto naquilo que precisa ser corrigido como naquilo que realmente cabe enquanto efeito importante, enquanto política pública. E essa avaliação externa é extremamente valiosa para que nos oriente, inclusive, se estamos acertando, como nós acreditamos e como o trabalho de pesquisa mostra, para podermos trabalhar com mais intensidade no crescimento desse programa.

Ontem, nós estivemos com o professor Marcelo Nery, no Rio de Janeiro, inaugurando postos do Crediamigo no Complexo da Maré. Pretendemos avançar mais.

Afirmar ontem, na cerimônia, que o Nordeste não se encontra mais com o pires na mão fazendo pedidos, mas que tem o que mostrar para o resto do País. Essa é uma das facetas. A outra questão dentro desta avaliação é ver a integração, a confluência entre o Bolsa Família e o nosso programa, que são programas que têm certas áreas comuns. O Banco do Nordeste, dentro desta linha de avaliação, também, junto com o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), vem trabalhando no sentido da avaliação do nosso Fundo Constitucional, porque é um Fundo que está completando 20 anos e o trabalho é intenso de avaliação.

Tenho aqui afirmado que as primeiras avaliações que são feitas pelo Etene deverão expandir-se no sentido de que a gente tenha uma maior participação da academia, enquanto uma avaliação externa de tudo aquilo que se traduz nesse programa. Hoje, ele tem um posicionamento mais confortável para efeito de avaliação externa. Era um programa que, quando nós assumimos a direção do banco, tinha uma inadimplência de 46%; 80% dos grandes projetos eram inadimplentes no Banco. Hoje, temos uma inadimplência de 4,1%. Temos um controle de inadimplência também mais efetivo, no sentido de que não sejam camufladas as informações em função do crescimento de operações mais recentes, que poderiam estar traduzindo esta queda da inadimplência por serem projetos que ainda não se encontram em termos de pagamento de principal. Mas, como os juros são pagos mesmo no período de carência, nós temos o controle com todas essas variáveis.

Existem coisas em termos da avaliação externa que a gente gostaria de ter mais efetiva a presença da academia, entretanto, envolve problemas do tipo do sigilo bancário. Porém, gostaria de poder discutir isso e ver como poderíamos disponibilizar um conjunto de informações onde se possa inclusive ter um refinamento de análise, que é tanto útil para os pesquisadores como para aqueles que são executores de políticas públicas. De forma que esse é um ponto que eu gostaria de dizer porque acho que é um campo que se abre a mais dentro da nossa relação, que tem-se traduzido em apoio a trabalhos acadêmicos e premiações. Reuniões onde a gente possa realmente fazer uma verdadeira feira de ideias e de concepções dentro daquilo que a Carmem coloca como diretriz básica da Anpec, que nós também advogamos, que é o pluralismo.

Acho que só dessa forma nós fugimos dos fundamentalismos que não contribuem para a abertura necessária do pensamento acadêmico, do pensamento científico, e também de um compromisso social. De forma que nós estamos, nesse momento, dando abertura aos trabalhos. Vamos ter aqui, alguns painéis, sessões simultâneas e mesas temáticas, que me dão muita saudade de não poder estar presente a todos e, em algumas, eu vou fugir do meu trabalho porque realmente eu não consigo ficar à margem disso.

Por fim, eu queria desejar que os nossos trabalhos aqui sejam revestidos de sucesso, que haja uma contribuição nesta troca, e dizer que, nesse 14º Encontro Regional de Economia, nós estamos criando uma tradição que deverá ter vida longa junto com o Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento. Queria, então, desejar a todos um bom aproveitamento nos trabalhos que vão-se seguir, deixar aqui o nosso abraço desta Instituição, que pretende sempre estar junto com a Anpec e promovendo o debate das ideias das concepções daquilo que leva ao desenvolvimento regional, do país e da sociedade. Muito obrigado!

PAINEL I: BOLSA FAMÍLIA E CREDIAMIGO: INSERÇÃO PRODUTIVA

PRESIDENTE DE MESA

Stelio Gama Lyra Júnior – Superintendente de Microfinanças e Projetos Especiais/BNB

EXPOSITORES

Camile Sahb Mesquita – Secretária Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Marcelo Néri – Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

MESTRE DE CERIMÔNIA

Senhoras e senhores: na sequência de nossa programação, assistiremos ao Painel I, que traz como tema “Bolsa Família e Crediamigo: Inserção Produtiva”. Para presidir os trabalhos à mesa, convido o senhor superintendente de Microfinança Urbana e Micro e Pequena Empresa, do Banco do Nordeste do Brasil, Stelio Gama Lyra Júnior.

Convido à mesa os senhores palestrantes: senhora Camile Sahb Mesquita, da Secretária Nacional de Renda de Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que coordena o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único de Programas Sociais.

Convido também o professor Marcelo Néri, chefe do Centro de Políticas Sociais vinculado ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), professor de Graduação e Mestrado da Escola de Pós-graduação em Economia da FGV e autor de diversos livros, dentre eles, Microcrédito, o Mistério Nordestino e o Grammen Brasileiro, Perfil e Performance dos Clientes do Crediamigo. Senhoras e senhores! Com a palavra o senhor presidente dos trabalhos à mesa, Stelio Gama Lyra Júnior.

STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR

Bom dia a todos! É grande satisfação estar aqui presidindo, moderando esta mesa, onde vamos ter o Ministério do Desenvolvimento Social, através da Camile Sahb Mesquita apresentando o Bolsa Família. Os beneficiários do Bolsa Família,

hoje, para o Banco do Nordeste, representam o nosso principal cliente no nosso programa de microcrédito. Até porque o Banco entende que o Crediamigo tem como objetivo levar geração de renda às pessoas de baixa renda e os beneficiários do Bolsa Família estão dentro desse público-alvo. E aqui do lado, tem também o amigo Marcelo Néri, que vai apresentar os estudos que ele tem feito sobre o Crediamigo e sobre essa relação microcrédito/programa de transferência de renda. Então, gostaria de passar, inicialmente, a palavra para Camile e, logo em seguida, passaremos ao professor Marcelo Néri.

CAMILE SAHB MESQUITA

Bom dia a todos e todas. Queria agradecer o convite do BNB em nome do ministro Patrus Ananias. Trazer o abraço fraterno dele para o presidente do BNB, Roberto Smith, e para secretária-executiva da Anpec, Carmem Feijó. É um prazer enorme estar participando desse momento.

O Bolsa Família ser um tema de um fórum de economia que trata de desenvolvimento social, para nós, tem alguns significados importantes. Primeiro, é um reconhecimento de uma política que vem cumprindo seu papel de redução da pobreza, de redução da desigualdade, de promoção de cidadania. Então, acho que participar desse momento significa um reconhecimento disso. Acho também que numa plateia onde há tantos economistas, a gente ter uma mesa sobre uma política social também é dado significativo de que também a gente sabe que o seu crescimento econômico por si só não vai dar conta de reduzir e de acabar com a pobreza nesse país, se a gente também não enfrentar a desigualdade, e aí a gente tem um papel importante nessa política social.

O programa Bolsa Família vem sendo alvo de diversos estudos e avaliações na área de economia e acho importante que cada vez mais esses estudos apareçam, novas avaliações sejam feitas para que o Programa possa-se aperfeiçoar. Acho que ele ainda não está no seu desenho finalizado, tem muito ainda para avançar, como a gente vai poder olhar um pouquinho nessa apresentação também.

O Bolsa Família foi criado em 2003. Não é a primeira experiência de transferência de renda que o Governo Federal implementa. Na verdade, o Governo Federal vem com esse tipo de programa desde 2001, com o Bolsa Escola, com o Bolsa Alimentação. O Bolsa Família aperfeiçoa esses programas, unifica e aperfeiçoa dando um passo além na proposta anterior que existia. Ele está no bojo de uma série de programas que vêm sendo implementados no mundo inteiro, especialmente aqui na América Latina, mas também já com representantes na Índia, na África; enfim, diversos países têm desenvolvido esse tipo de política.

O Bolsa Família no Brasil é parte de uma conjuntura maior, é parte de uma rede de proteção social maior, não é a única estratégia de proteção social brasileira.

Na verdade, integra e complementa um sistema de proteção e promoção social que estava muito baseado na renda do trabalho, na inserção produtiva do trabalhador. O Bolsa Família vem, portanto, cobrir uma lacuna de uma proteção mais universal, buscando articular diversos outros setores.

A política de desenvolvimento social que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vem desenvolvendo está sentada em três pernas: uma de assistência social, outra de segurança alimentar e ainda outra de transferência de renda pelo Programa Bolsa Família. Desenvolve também uma política de inclusão produtiva de ações, de inclusão produtiva para as famílias de baixa renda, que é dada pela nova Secretaria que o Ministério está buscando instituir.

O Programa Bolsa Família está articulado em três dimensões que devem ser entendidas de forma coordenada. A primeira é o alívio de imediato da pobreza por meio da transferência de renda às famílias mais pobres. Essa é a face mais visível do programa, é o que basicamente quase todo mundo conhece e que tem sido tema de tantas avaliações.

A segunda dimensão do Programa é a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza por meio do reforço aos direitos sociais básicos, que se dá por meio do compromisso assumido entre as famílias e o Governo, o poder público, na oferta de serviços de educação e saúde para essas famílias. São as condicionalidades do Programa. As condicionalidades se estabelecem no âmbito de políticas universais de saúde e educação.

Terceira dimensão do programa: desenvolvimento de capacidades das famílias, com a articulação de programas e ações voltadas para as famílias. Ou seja, o Programa não quer esperar que uma nova geração seja formada para que comece a ter novos impactos. Tem também um investimento nessa geração atual e, pelos dados do Cadastro Único, a gente consegue observar que são famílias de composição muito jovens. São famílias cujo responsável legal, na sua maioria mulheres, até por determinação da lei, mas com uma faixa etária muito nova, que a gente não pode deixar passar esse processo. Elas precisam também ser inseridas agora, e aí todo o esforço que o governo vem fazendo é a parte mais difícil do programa.

A transferência de renda talvez seja uma parte, digamos, não-fácil, mas menos complexa de se fazer operacionalmente. Dá um trabalho danado, mas a gente dá conta de fazer até porque temos já mecanismos, já havia a *expertise*. O acompanhamento das condicionalidades é de grande complexidade até por conta da magnitude que se tem. Mas esse terceiro eixo é o eixo realmente muito mais complexo de se elaborar, tendo em vista a sua magnitude, tendo em vista o todo. Ele tem que estar inserido num eixo de crescimento econômico, de desenvolvimento, de ampliação da escolaridade dessas famílias, que, na maioria das vezes, têm uma escolaridade

baixíssima. Muitos ainda são analfabetos ou analfabetos funcionais. Então, tem todo um esforço para a inclusão dessas famílias nesse mercado produtivo.

Sobre a cobertura do programa, em maio atendemos cerca de 11,4 milhões de famílias beneficiárias. A estimativa que se trabalha é de 12,9 milhões. Essa estimativa foi ampliada este ano. A gente já vinha atingindo a meta que era de 11,1 milhões, mas, este ano, foi autorizada uma nova expansão para o Programa. Estamos em fase de crescimento para 12,9 milhões, devendo completar essa expansão até o final deste ano. O programa está presente nos 5.564 municípios, tem um orçamento anual de R\$ 12 bilhões, um impacto fiscal de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e um custo operacional de 5% em relação aos valores de benefícios. Então é um programa de custo operacional baixo, apesar da complexidade que tem, e um impacto fiscal também muito baixo.

As principais características do programa são:

- Atendimento das famílias e não dos seus membros isoladamente. Isso é um avanço em relação ao que existia nos programas anteriores que tinham foco muito específico nas crianças que estavam vinculadas ao benefício e não a todas as crianças daquela família;
- Contrapartida das famílias e do governo nas áreas de saúde, educação e assistência social: as condicionalidades;
- Pagamento direto à família, sem intermediação de qualquer natureza;
- Benefício preferencialmente pago à mulher. Isso é uma determinação da Lei. Em 94% das famílias, quem recebe o benefício, quem é responsável por esse benefício é a mulher;
- Autonomia da família no uso do recurso financeiro. As famílias podem utilizar esse recurso em qualquer tipo de bem. Na sua maioria, compram alimentos, mas outros itens que também costumam aparecer bastante são remédios, material escolar, vestuário;
- Atendimento das famílias pobres e extremamente pobres. Nesse caso, o Brasil não tem uma linha de pobreza. O Bolsa Família utiliza uma linha administrativa que é da ordem de R\$ 137,00 por pessoa, uma renda familiar de até R\$ 137 por pessoa. É isso que é considerado pobre para o Bolsa Família. A linha do extremamente pobre é quase metade desse valor: R\$ 69,00;
- A família continua no programa enquanto tiver renda abaixo do critério de elegibilidade. Não existe prazo de permanência; então, enquanto a família tiver esse critério, ela permanece no programa. Há um limite mínimo de

permanência de pelo menos 2 anos, ou seja, a família entra no programa, participa por dois anos e, depois disso, passa por uma reavaliação dos dados, por uma atualização cadastral, onde é verificada de novo toda a sua condição socioeconômica. A gente está lançando esse processo de revisão cadastral esse ano; são cerca de 3,4 milhões de famílias com cadastro de mais de dois anos. Desde janeiro até agora, mais de um milhão de famílias já tiveram seus cadastros atualizados, revalidados por mais dois anos;

- Gestão compartilhada entre esferas de governo;
- Participação da sociedade por meio das instâncias de controle social, que é uma determinação da Constituição Federal; e
- Abrangência nacional com base em estimativa de famílias pobres. Em cada município, existe uma estimativa de famílias pobres, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e territorializado por base de uma metodologia chamada de mapas de pobreza, que foram desenvolvidas pelo Banco Mundial e IBGE e implementadas agora pelo Bolsa Família. Estas estimativas de famílias pobres têm uma função de orientar os municípios no cadastramento, ou seja, eles sabem que têm escolhas a fazer e aí buscam as famílias mais pobres para fazer o cadastramento. Para o governo federal, elas representam uma fonte de monitoramento, de acompanhamento; se o município está ou não identificando as famílias pobres daquele município dentro dessa estimativa ou se estão superando as informações de cadastramento.

O Quadro 1 mostra os tipos de benefícios que o programa paga. São três tipos de benefícios: um benefício básico no valor de R\$ 62,00 para aquelas famílias com renda até R\$ 69,00, isso independentemente da composição familiar; um benefício variável no valor de R\$ 20,00 para aquelas famílias que tenham criança ou adolescente de 0 a 15 anos e um benefício variável jovem no valor de R\$ 30,00 para aquelas famílias com jovens de 16 e 17 anos. O programa paga benefícios que variam de R\$ 20,00 a R\$ 182,00, dependendo da renda e da composição familiar, no entanto, o benefício médio é da ordem de R\$ 85 por família.

Modalidade	Descrição
Benefício Básico	No valor de R\$ 62,00, pago exclusivamente para famílias com renda mensal <i>per capita</i> de até R\$ 69,00
Benefício Variável (BV)	No valor de R\$ 20,00, pago para as famílias com crianças e adolescentes até 15 anos de idade. Cada família pode receber até no máximo três benefícios deste tipo, totalizando R\$ 60,00.
Benefício Variável Jovem (BVJ)	No valor de R\$ 30,00, pago para as famílias com jovens entre 16 e 17 anos. Cada família pode receber até no máximo dois benefícios deste tipo, totalizando R\$ 60,00.

Quadro 1 – Tipos de Benefícios

Fonte: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania.

As condicionalidades do programa, aquele segundo eixo, são os compromissos do poder público e das famílias, porque têm que estar relacionadas a uma oferta de serviços. Não existe, na concepção do Programa, condicionalidades onde não tem oferta de serviços; então, tem que ter um esforço na oferta. O objetivo é garantir o acesso das famílias a educação e saúde. O acompanhamento das condicionalidades visa reforçar o direito de acesso das famílias aos serviços de saúde e de educação e responsabilizar o poder público pelo atendimento e monitorar o cumprimento de compromissos pelas famílias beneficiadas.

Nos casos de não-cumprimento, visa identificar situações de maior vulnerabilidade, de forma a orientar as ações do poder público para o acompanhamento destas famílias. Ou seja, se há um descumprimento, não é simplesmente um registro administrativo que se está se colocando, mas também toda uma identificação do que é que levou àquele descumprimento. O que levou uma criança a não ir para a escola e com essa identificação acionar toda outra rede de proteção social que existe no município para que essa situação cesse e a família volte a cumprir.

O objetivo é realmente colocar as crianças na escola e levar serviços de saúde. No caso de saúde, quando o descumprimento é identificado, a criança é imediatamente vacinada, a gestante é levada para o posto de saúde, enfim, o processo com a saúde é mais rápido, embora o acompanhamento mais difícil. Na educação, são várias outras vulnerabilidades associadas, como violência, trabalho infantil, falta de acesso a serviços, falta de acesso à escola.

As condicionalidades auxiliam a área de educação, a política educacional, a combater a evasão escolar e a promoção da participação dos pais na vida escolar. Assim, a gente acredita fortemente que o programa cria um valor da educação nas famílias. Na saúde, as condicionalidades auxiliam a segurança alimentar, o combate à mortalidade infantil e a desnutrição infantil, a promoção da saúde da mulher, e geram informação para definição de outras ações de saúde. Todas essas informa-

ções que são coletadas durante o acompanhamento devem ser analisadas por cada uma das áreas para que outras ações possam ser desenvolvidas.

O Quadro 2 a seguir mostra as condicionalidades do Programa.

ÁREA	COMPROMISSO/ CONDICIONALIDADES	PÚBLICO
SAÚDE	acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e do desenvolvimento das crianças	crianças menores de 7 anos
	pré-natal para gestantes e acompanhamento de nutrizes	gestantes e nutrizes
EDUCAÇÃO	matrícula e frequência escolar mensal mínima de 85%	crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos
	Matrícula e frequência escolar mensal mínima de 75%	jovens de 16 e 17 anos
ASSISTÊNCIA SOCIAL	serviços sócioeducativos e de convivência	crianças integrantes do PETI

Quadro 2 – Condicionalidades do Bolsa Família

Fonte: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania.

Na área de saúde, temos calendário de vacinação para as crianças, pré-natal para as gestantes em crise. Na área de educação, frequência escolar mínima de 85% das crianças até 15 anos e de 75% para os adolescentes de 16 e 17 anos. No Gráfico 1, pode-se observar o acompanhamento no caso da frequência escolar: a linha verde mostra a faixa de 6 a 15 anos e a linha vermelha significa o acompanhamento dos adolescentes de 16 e 17 anos. São cerca de 14 milhões de alunos em acompanhamento e isso significa que quase 32% de todos os alunos da rede pública são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Então, é uma magnitude muito grande. Desses 14 milhões de alunos em acompanhamento, 86% têm a frequência registrada pelo Ministério da Educação. Essa é outra complexidade que o Programa tem: o acompanhamento da frequência escolar é uma responsabilidade do Ministério da Educação e o acompanhamento da agenda de saúde é uma responsabilidade do Ministério da Saúde, ou seja, é um compromisso dessas duas áreas também com esse monitoramento.

Quanto ao acompanhamento de saúde, o resultado apresentado foi que 58% das famílias foram acompanhadas; no segundo semestre de 2008, já se chegou a 63% de acompanhamento. É um acompanhamento baixo, o que nos faz concluir que não existe oferta de serviços para essa população, não existe atenção primária à saúde para essa população mais pobre.

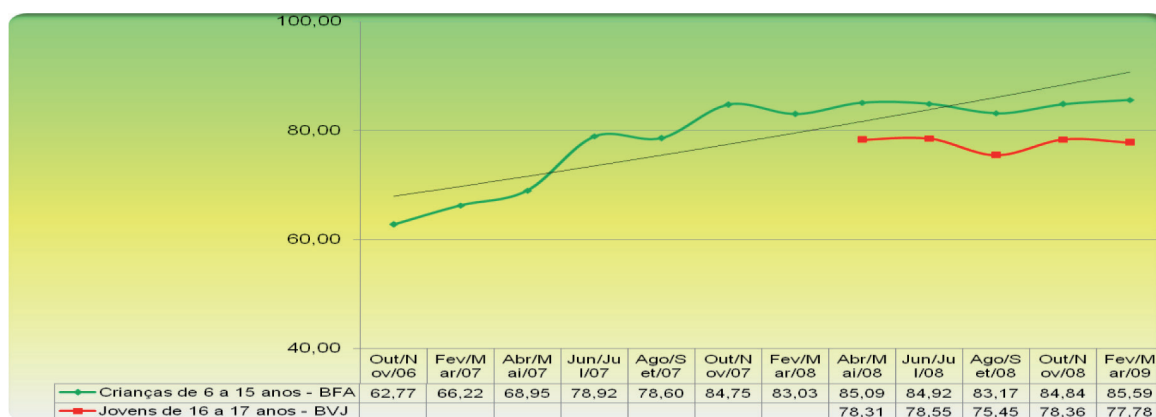


Gráfico 1 – Frequência Escolar – 6 a 15 anos

Fonte: Ministério da Educação.

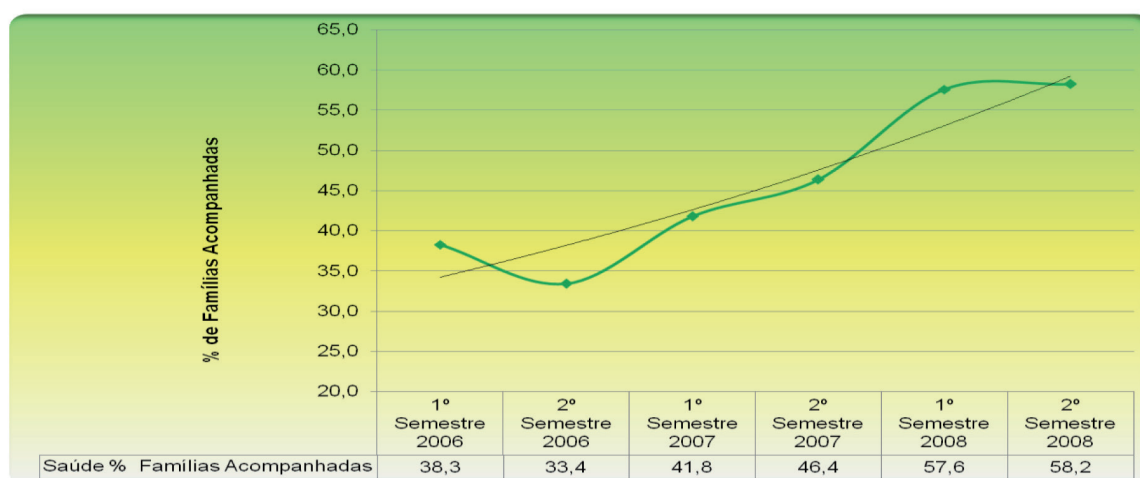


Gráfico 2 – Acompanhamento de Saúde

Fonte: Ministério da Saúde.

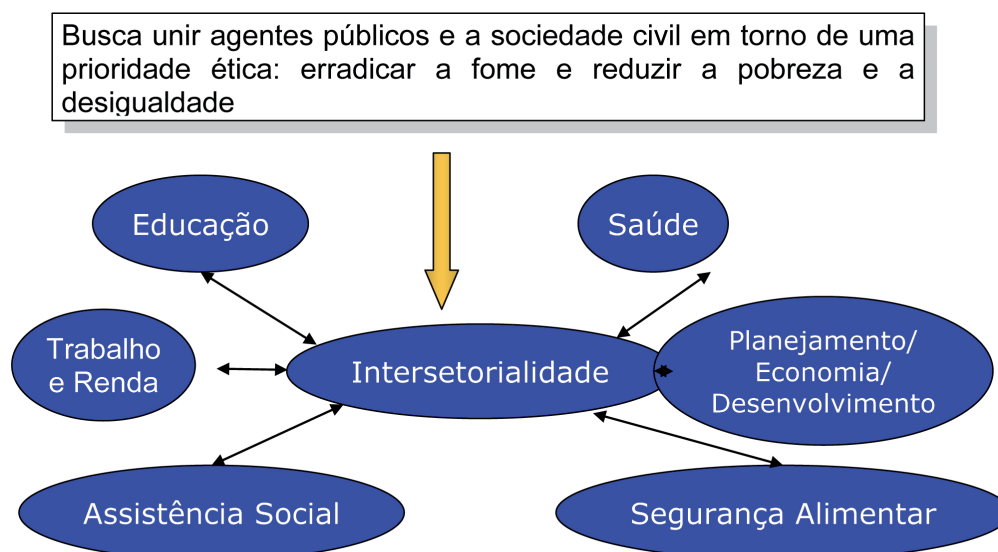


Figura 1 – Modelo de Gestão do PBF: Intersectorialidade

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O modelo de gestão do Programa Bolsa Família (PBF) está entre as complexidades do programa. Primeiro, dado pela sua intersetorialidade, que está no bojo do próprio desenho do programa. As condicionalidades são de responsabilidades do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Social, que é responsável pelo programa, precisa articular-se com esses dois Ministérios para poder fazer esse acompanhamento. No âmbito do terceiro eixo, fazer toda esta articulação intersetorial com diversas áreas do governo, trabalho e renda, segurança alimentar, economia, assistência social, educação novamente, para que a gente consiga implementar todo o desenho do programa.

O modelo de gestão do PBF leva também a um olhar federativo. O programa é federal, mas que é operado basicamente pelos municípios, que demanda toda uma articulação além de setorial, toda uma articulação intergovernamental, que demanda muita negociação e muitos consensos em torno do programa para que ele possa realmente acontecer. Os municípios são responsáveis pela identificação e cadastramento das famílias (Cadastro Único), pelo acompanhamento das condicionalidades, pela oferta de serviços públicos e de programas complementares. Os estados dão apoio técnico e capacitação aos municípios, ofertam serviços públicos e também programas complementares

A União é responsável pelo financiamento dos benefícios, pela elaboração de diretrizes operacionais do programa, pelo apoio financeiro aos estados e municípios para gestão do PBF por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Essa é mais uma inovação que o programa traz, que é o IGD, transferência de recursos por meio de desempenho de gestão. Não é convênio, é um recurso que chega para os municípios por meio do desempenho de gestão que eles possuem no âmbito do programa. Para dar uma ideia da ordem de magnitude desses recursos, em 2008, foram transferidos para os municípios R\$ 250 milhões para apoio à gestão local do PBF por meio desta sistemática de transferência.

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) é um indicador sintético composto por quatro indicadores: qualidade de informação do Cadastro Único, atualização dos cadastros, informação do acompanhamento da frequência escolar e informação do acompanhamento da agenda de saúde. É uma média aritmética destes quatro indicadores. Quanto maior o indicador, maior é o recurso que é transferido para os municípios e eles também precisam atingir um nível mínimo desse indicador para receber esses recursos, que, hoje, são de 0,55. Se atingir 0,55 é feita a transferência, senão o município fica sem esse recurso até que esse índice seja alcançado.

Esse recurso tem muitas possibilidades de utilização no âmbito do município; só tem uma restrição: que seja utilizado no âmbito do Programa Bolsa Família. Ele pode ser utilizado para gestão do programa no município, para a gestão de condi-

cionalidades, para o acompanhamento das famílias por meio de serviços socioassistenciais visando à redução de vulnerabilidade, ou ainda para a implantação de programas complementares e registro de novas famílias e atualização dos cadastros. Enfim, os municípios têm como decidir o uso deste recurso.

No âmbito do Programa Bolsa Família, e eu acho que quando a gente pensa em políticas de desenvolvimento regional, o Cadastro Único cumpre um papel fundamental, o Cadastro Único é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias pobres; ele consegue ser quase um censo dessas famílias pobres nos municípios. É realizado pelos municípios e tem como público-alvo as famílias com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo. O Cadastro Único é maior que o Programa Bolsa Família; o público-alvo do Bolsa Família sai do Cadastro Único.

O Cadastro Único tem como objetivo identificar as famílias e todos os seus componentes individualmente por meio do Número Único de Identificação Social (NIS), Este padrão de identificação também é utilizado por outras políticas públicas do Governo Federal. Objetiva também identificar atributos e características das famílias pobres. Tem uma política de acesso às informações, uso exclusivo para gestão e acompanhamento de políticas públicas, isso porque são dados identificados, nome, endereço, documentação, enfim, tudo está dentro do Cadastro e, por isso, a gente tem uma política de preservação de sigilo e privacidade no uso das informações. O Cadastro tem sido utilizado para diversos estudos desde que se mantenha esse sigilo; a gente tem fornecido essas informações para estudos acadêmicos, para as universidades, mas por meio de um termo de cooperação, de responsabilidade em relação ao uso desses dados.

O Cadastro Único é composto por três grupos de informação: 1) identificação da pessoa (nome completo, nome da mãe, data de nascimento, município de nascimento e algum documento de identificação); 2) identificação de endereço; e 3) caracterização socioeconômica: composição familiar (número de pessoas, gestantes, idosos, portadores de deficiência), características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, água, esgoto e lixo), qualificação escolar dos membros da família, qualificação profissional e situação no mercado de trabalho, rendimentos e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

O Cadastro Único permite também identificar diferentes dimensões de pobreza e vulnerabilidade para além da renda monetária e isso é muito importante. O Cadastro apoia o desenho e a implantação de políticas públicas voltadas para famílias pobres.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desenvolveu, com base no Cadastro, um Índice de Desenvolvimento Familiar composto por seis dimensões, onde

você consegue identificar quais são as famílias mais vulneráveis no conjunto do seu município; consegue também fazer uma análise comparativa entre os municípios.

Está aí o desenho da implementação de políticas públicas com seleção das famílias beneficiárias do programa; então, é um instrumento de apoio para integração e articulação de políticas públicas voltadas para as famílias pobres. Obviamente que as famílias beneficiadas serão as mesmas que estão sendo beneficiadas com o Programa Bolsa Família e aí o objetivo de elaborar outras políticas e outras ações fica bastante facilitado com a utilização dessa estratégia.

O Bolsa Família não é um programa que foi desenhado para combater a crise econômica; no entanto, não se pode deixar de falar que ele possui efeitos também no enfrentamento dessa crise. É um programa que fortalece o mercado interno por meio dessa transferência de renda. É uma transferência que chega para essas famílias que a utilizam basicamente no consumo; então garantem o consumo local, garantem uma dinâmica econômica local. Em momentos de crise, também se observa a saída de muitos jovens da escola e isso cria impactos diversos, inclusive ampliando o desemprego. E aí, o Bolsa Família, principalmente depois da sua ampliação para o público de 16 e 17 anos, também tem uma contribuição neste sentido para dar. Em 2008, foi feita uma recomposição do valor do benefício com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), foram feitos dois reajustes no valor do benefício, todos eles com base em indicadores de inflação.

A expansão de cobertura do banco do PBF incorpora agora o conceito de volatilidade de renda. Antigamente, a gente olhava quantas famílias pobres existiam no Brasil através de um dado estático, que era Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), um retrato naquele momento, e isso podia levar a alguns erros. Por exemplo: uma família que foi entrevistada naquele momento e que estava fora do perfil do programa, dois meses depois por conta da instabilidade que ela possui no mercado de trabalho, por causa da sua instabilidade de renda, essa família passava a ser público-alvo do programa e ela não tinha sido mensurada. Pedimos para o IPEA fazer um estudo olhando a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e, aí, a gente observou que esse fluxo de entrada e saída de renda variava de 18% a 40% ao longo do ano. O Bolsa Família incorporou, então, um índice de volatilidade de renda da ordem de 18% no número estimado de famílias pobres. Com isso a gente consegue uma maior ampliação; são mais pessoas dentro do Programa.

Na agenda para 2009, do Programa Bolsa Família, constam os seguintes itens: revisão cadastral; implementação do novo formulário de Cadastro Único, que vai permitir informações para que a gente possa cruzar com indicadores do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e possa fazer outras simulações; implementação de uma nova versão sistêmica do Cadastro Único; expansão do número de famílias beneficiárias, com prioridades para inclusão dos mais ex-

cluídos, ou seja, indígenas, quilombolas, populações específicas; fortalecimento do controle social; aumento das informações de condicionalidades; articulação entre o monitoramento das condicionalidades e estratégias de acompanhamento das famílias; aprimoramento da gestão compartilhada do programa e, eu não poderia deixar de dizer, bancarização dos beneficiários do programa que agora vão passar a receber esse benefício diretamente em conta corrente também.

Há também toda uma agenda de qualificação profissional que a gente está tentando construir com o Ministério do Trabalho e Emprego. Desde o ano passado, vem sendo construído um grande projeto de qualificação profissional desses beneficiários, da ordem de 200.000 pessoas a serem qualificadas no ramo da construção civil e do turismo, que tem demandado um grande esforço de articulação. Entretanto, apesar desse esforço, não queremos duplicar políticas; se o Ministério do Trabalho possui uma política de qualificação, queremos nos juntar a eles para fazer essa qualificação profissional.

Mas a gente começa a enxergar que essas políticas não estão desenhadas para as famílias de baixa renda; são políticas que excluem estas famílias até pela localização dos Sistemas Nacionais de Empregos (SINEs), até pela forma como as executoras atuam, sem respeitar especificidades desta população mais pobre. Queria deixar registrada a importância que é o microcrédito no âmbito do programa, não só pela sua dimensão, mas pelos resultados que ele vem obtendo também como porta de saída da pobreza destas famílias de maneira mais sustentada, e gostaria de colocar, então, o Ministério à disposição do Banco. Eu fico à disposição também a perguntas e ao debate que vier depois.

STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR

Muito obrigado, Camile! Só reforçando um pouco, aqui dentro desta perspectiva é que o Banco do Nordeste, por entender que o microcrédito é um instrumento, uma política importante no atendimento das pessoas que estão dentro do Programa Bolsa Família, nós estamos desenvolvendo algumas ações com o Ministério para chegarmos mais rapidamente a esses beneficiários. Hoje o Crediamigo tem 450.000 clientes ativos e cerca de 50% destes clientes já são beneficiários do Bolsa Família. E dizer que 230.000, 225.000 clientes já são bancarizados, uma vez que a política de microcrédito do Banco passa também pela inserção bancária. Queria convidar agora o professor Marcelo Néri para proferir sua exposição.

MARCELO NERI

Bom dia a todos! É um prazer voltar aqui ao Fórum BNB de Desenvolvimento. Já venho a esse fórum há muitos anos e é sempre um prazer estar aqui de volta. Na verdade, o BNB já promove há muito tempo não só esse Fórum, mas várias discussões interessantes sobre a questão da pobreza ao longo dos anos.

A novidade para mim, é uma novidade muito interessante, é o fato da ida do Crediamigo para fora da região Nordeste, começando pelas comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro, como a Rocinha, Rio das Pedras, Maré e Complexo do Alemão. Ontem, teve lançamento do Programa numa cerimônia muito bonita no Complexo da Maré. O doutor Roberto Smith falou sobre a tecnologia social desenvolvida aqui no BNB, indo ajudar uma das regiões mais pobres do Rio de Janeiro. Eu tenho visto uma mudança de fluxo de tecnologia no campo das políticas sociais, já antes da crise, muito forte assim, muito diferente daquilo a que a gente está acostumado.

Por exemplo, a ida do Grameen Bank, que é, em minha opinião, uma entidade inspiradora do Crediamigo, para Nova York, já a partir de 2007. Um programa tipo Bolsa Família foi também para Nova York, enquanto o Crediamigo está indo para o Sul. Então tem algumas novidades bastante interessantes e acho que não são novidades daquelas que o tempo todo acontece. Novidades é uma coisa nova; acho que a gente tem hoje em dia um conjunto de políticas públicas no Brasil que são de uma natureza muito diferente daquela que a gente tinha há pouco tempo, até 5, 6, 7 anos atrás. Tem políticas públicas que eu acho que são interessantes, são bem-intencionadas, mas tem aquelas políticas públicas que se destacam mais. Tem políticas públicas a que eu tenho um carinho especial, de que eu sou entusiasta. Por outro lado, tem políticas públicas de que eu sou crítico. Confesso a vocês, que o Fome Zero, quando foi lançado, eu fui crítico de primeira hora. Agora acho que o Bolsa Família e o Crediamigo são uma outra geração de política. A gente está falando de alguma coisa nova, e os resultados estão aí. Vou discutir um pouco a respeito e acho que é uma coisa muito interessante esse debate acadêmico.

O Bolsa Família foi, nos seus primórdios, lá em 2003, muito atacado, foi uma política pública que teve que passar pelo teste, pelas críticas. E o programa passou por esse teste. Por quê? Porque é um programa que tem uma coisa muito importante que é a questão da transparência. O Bolsa Família, hoje em dia, é talvez a mais importante política social do Governo. Hoje em dia, acho que o Bolsa Família tem muito mais aceitação lá fora do que aqui dentro do país. Ele é mais uma unanimidade lá fora do que aqui.

Então, acho que a gente está realmente diante de uma nova geração de políticas sociais à base de muita experimentação. O Brasil, às vezes, tenta acertar em larga escala, de cara, assim sem muito teste de experimentação. Esta é uma tendência nossa aqui no Brasil, um país grande. Neste aspecto, o Crediamigo tem dado uma grande lição; quer dizer, é um programa que veio crescendo ao longo do tempo. Muitas vezes, as pessoas dizem “essa coisa de empréstimos para grupo solidário lá do Grameen Bank é uma coisa que não pega no Brasil”, o que não é verdade. A metodologia do Crediamigo, que é dois terços do mercado nacional de crédito produtivo

orientado, está-se aprofundando; isto inclui a criação do Banco Comunitário que, ao invés de um grupo de 3 pessoas a 5 pessoas, forma grupos de 15 a 30 pessoas.

O Crediamigo é uma experiência interessante, mas pouca gente conhece o programa. Conheci o programa em 2000 quando a gente começou a fazer esta avaliação; visitei os beneficiários, analisei os dados etc. A partir de 2007, peguei os dados do cadastro, a tal da transparência de que se estava falando. Eu já tinha participado de algumas avaliações de microcrédito na América Latina, visitei Nicarágua, México, Peru. Visitei, também, o Grameen Bank, mas a experiência mais interessante que eu vi foi a do Crediamigo. Por quê? Não é só pelos resultados. Primeiro, porque não é um programa subsidiado, é diferente do Bolsa Família. São coisas diferentes.

O Bolsa Família tem custo fiscal muito pequeno e os beneficiários são as pessoas mais pobres, atingindo quase 25% da população. Mas o Crediamigo é diferente disso, ele não tem um custo fiscal, ele empresta, o dinheiro volta; ele cobre os custos porque é empréstimo. O Bolsa Família tem essa visão que a Camile estava apresentando de família, família-unidade. Família a gente não escolhe, não é isso? A gente nasce numa família. Combater a pobreza é uma coisa que a gente não tem muita escolha. Os pobres estão aí, você tem que fazer alguma coisa, acho que não tem muita dúvida a esse respeito. Então, para mim, o Bolsa Família é aquele programa que vai fazer que nem família, você não escolhe, você tem que fazer e fazer da melhor forma possível.

A natureza do Crediamigo, como o nome diz, não é aquela relação de parentesco que a gente não escolhe, é a relação de amizade, é a relação de escolha. Então, na verdade, o programa escolhe quem atender e escolhe pela oportunidade. O Crediamigo tem que ser sustentável por natureza e tem que buscar os melhores retornos. E para minha surpresa, olhando os dados, vemos as famílias tendo ganho de 35% no lucro sem subsídios. Na nossa última avaliação, com dados de 2008, constava ganho de 42% e aí você não está dando subsídio. Você não está nem criando oportunidade como é o caso do Bolsa Família, que tenta criar oportunidades. O que o Crediamigo na verdade faz é permitir que as pessoas aproveitem as oportunidades que elas já tinham. As pessoas têm uma ideia, um projeto, um negócio na cabeça e colocam isso na prática.

O que o crédito, o microcrédito em particular, procura fazer? Ele procura ligar oportunidades com recursos. O Bolsa Família tem um papel especial nisso, porque mapeia todos os pobres, cria uma infraestrutura de acesso, além de toda a mecânica do programa. Na verdade, talvez aí tenha uma grande oportunidade, e eu sei que o Ministério de Desenvolvimento Social está pensando nessa linha, vai usar o cadastro para bancarizar, para conceder crédito. Pode ser que ainda não seja suficiente, mas o fato é que quando você mapeia os pobres e você tem um cadas-

tro, num certo sentido estes pobres talvez ainda não tenham endereço bancário no sentido total, mas eles têm uma conta, um cartão com que eles recebem dinheiro e estes custos já foram todos incorridos com objetivos sociais, objetivos de reduzir a pobreza. Ele já aceitou uma série de custos que não são grandes, são somente custos operacionais, mas são custos.

Eu vou apresentar para vocês alguns *slides*, são alguns dados em cima desta avaliação do Crediamigo, e buscando esta interface com o Bolsa Família. Confesso a vocês, sobre o título dessa apresentação, “Pagando a Promessa do Microcrédito”, já existem textos com esse nome, “A Promessa do Crediamigo”, “A Promessa da Microfinança”, há uns anos atrás. Acho que, depois que o Muhammad Yunus ganhou o prêmio Nobel, talvez esta promessa esteja se realizando em alguns lugares, como está no Brasil. Acho que, se fosse dar um título para o Crediamigo, seria “O Pagador de Promessas”. Quem efetivamente está pagando a promessa de microcrédito no Brasil é o Crediamigo. Tem um pouco dessa coisa na sociedade de aprender o que é o programa. O que é que existe no microcrédito aqui? O que é que existe que está dando certo? E em grande escala? E eu acho que isso aqui é sujeito a debate.

Vou agora mostrar algumas transparências rapidamente. Quais são as institucionalidades do Crediamigo? Já que a Camile fez uma belíssima aula sobre as condicionalidades do Bolsa Família, acho que o Crediamigo tem três pilares. Um pilar é o grupo solidário, esta metodologia que foi inventada há algum tempo atrás, não faz muito tempo, mas que dá essa esperança e não envolve recursos. O agente de crédito vai investigar cada um participante do grupo solidário; é difícil, tem informações assimétricas, mas o grupo se escolhe. E esta metodologia, o Crediamigo aplica em larga escala. Portanto, a escolha do grupo é fundamental na operação do Crediamigo.

Um ponto que talvez não esteja muito atentado, minha impressão, é para a figura do agente de crédito. Segundo Stélio, o agente de crédito vai ser uma profissão que nem o agente do Bolsa Família. Os agentes são heróis que fazem política social lá na base. O agente de crédito, nas visitas, segue o modelo que é um modelo muito caro em economia, que é o modelo de salário eficiência: o sujeito ganha mais à medida que o tamanho da carteira dele, no caso a do Crediamigo, o desempenho da carteira melhora.

Eu acho que tem ali um arranjo que é feito pelo Instituto Nordeste Cidadania, que é salário-eficiência. E isto é fundamental porque a gente está fazendo uma política social e econômica que funciona entre a esfera pública e privada porque tem incentivos, porque é uma política diferente, de transferência de rendas no seu estado puro e simples ou na sua essência. Numa política de crédito, tem incentivo privado; se não tiver incentivo privado, o seu programa não vai dar certo.

Ontem, eu vi o pessoal lá do Rio, do Viva Crédito, que é o parceiro do Crediamigo. Eles são supermotivados. Como disse uma coordenadora de créditos daqui:

“tem que ter o crédito na veia, esse pessoal tem o crédito na veia, é uma paixão”, ela falou. Têm os bancários e têm os agentes de crédito, que têm algo a mais, que têm o sentido de estar realizando alguma coisa, estar ajudando, mas que não é uma ajuda tipo uma doação; é ajudar as pessoas a se ajudarem, a descobrirem o seu potencial. Finalmente, acho que o desenho do Crediamigo tem uma coisa fundamental, que é aquela coisa do “Pagador de Promessas”; tem uma coisa de missão. A política social é formada por pessoas.

Nas avaliações que a gente fez pela América Latina – Nicarágua, México e Peru – vimos marcos históricos completamente diferentes, situações econômicas completamente diferentes, experiências bem-sucedidas, medianamente sucedidas e mal-sucedidas. Por quê? Esse componente humano de desenho institucional, nós, na economia, pensamos muito nos incentivos, na estrutura institucional etc., mas que tem um lado ali que é um Yunus da vida. Esse cara é único. Então eu acho que a confluência disso com incentivos corretos é fundamental e acho que tem agendas de pesquisa aqui a perder de vista, na expansão do programa, a eficiência etc.

Vou apresentar alguns resultados novos. A gente lançou um livro que é este aqui. Quem tiver interesse, eu tenho o maior prazer de enviar alguns exemplares, mas, na verdade, agora, só vou apresentar alguns resultados. Gostaria de chamar a atenção para vocês de dois fatos interessantes da evolução do Crediamigo. Isso aqui são os dados do programa; este aqui é o sonho de qualquer pesquisador empírico, esta base de dados.

Você acompanha quatrocentas e tantas mil pessoas ao longo do tempo; você tem todo o balanço demonstrativo de resultado destas unidades totalmente abertos, com o lado de pessoas físicas, obviamente menos aberto, despesas da família, o ativo da família, e feito por estes agentes de crédito que estão ali, cuja remuneração depende da legitimidade do dado; então é um dado de qualidade. O que é que esse estudo em cima desses dados mostra? Em primeiro lugar, se você pegar antes de 2003, em valores de reais, um cliente do Crediamigo começava com R\$1.500 de lucro mensal, hoje em dia, está começando em R\$ 1.097. Então, você está indo gradualmente na base dessa distribuição; então, tem uma busca de foco no programa que é muito clara. Em relação à receita operacional também.

Ora, os ganhos acontecem em quase todos os ângulos, mas são paulatinos. Então, esse ganho de buscar mais foco, que eu acho que, na nossa avaliação, é o grande desafio, o dorso de nossa conclusão do Crediamigo e, por isso, eu acho que essa parceria com o Bolsa Família é muito importante, essa sinergia; é chegar ao mais pobre com restrição e que o programa seja sustentável. Estou avaliando o Crediamigo, os dados só são do Crediamigo; não tem a Comunidade que tem o programa feito para os mais pobres, grupos maiores etc.

Outro dado interessante é o seguinte: quanto mais tempo você está no programa, maior o ganho que você tem em qualquer dimensão. Eu estou lendo lucro, mas é receita, é ativo; todos os conceitos positivos, menos dívida que é uma coisa que diminui. Se você entrou em 2003 no programa e o seu ganho foi 82%, de 2003 a 2008, cinco anos; se você entrou em 2007, o seu ganho é 26; se você entrou em 2008, o ganho, 13; quer dizer, tem 11 a 14% ao ano, é o ganho. Então, quanto mais tempo você fica no programa mais você vai ganhando ao longo do tempo. Então, é uma coisa que pode parecer um pouco contraditória, mas a ideia é que o programa, a renda inicial, o tamanho do negócio está cada vez menor, e este é o desafio. E quanto mais tempo você fica no programa, maior é o seu salto nas suas diversas dimensões. A gente analisa aqui a mobilidade.

Como o Stélio falou, uma boa parte dos clientes do Crediamigo são beneficiários do Bolsa Família. Se a gente comparar o ganho dessas pessoas, do total de clientes, diversos clientes são beneficiários do Bolsa Família. Qual é a diferença? A média de lucro. O pessoal do Bolsa Família tem um custo que é 45% menor do que o do total de clientes. Essa é uma unidade menor. Os que recebem o Bolsa Família, a gente consegue distinguir o trabalho que o Ministério fez de conectar essa base de dados.

O cliente do Bolsa Família tem uma renda menor, tem um negócio menor em todas as suas dimensões e dá um salto maior em quase todas as dimensões. Por exemplo, o lucro é 44.1 contra 42.4. Não é uma diferença gigantesca, mas é uma diferença de 1.5; é extremamente significativo no custo, é bem diferente. O negócio com o Bolsa Família aumenta o custo, o negócio cresce. Talvez ele cresça por liquidez mesmo; o negócio é que quando ele entra, ele cresce e começa a comprar móveis, capital de giro, matéria-prima etc.

A única coisa que cresce menos e que talvez seja um bom sinal no Bolsa Família, mais do que no total dos clientes do Crediamigo que são beneficiários do Bolsa Família são as despesas familiares. Talvez seja um sinal de que as pessoas não estão do tipo comendo o empréstimo, consumindo o empréstimo, e crescem bem menos nessas duas coisas. As despesas familiares crescem, é um dado, mas crescem bem menos do que o lucro do negócio; é sinal de que talvez as pessoas estejam acumulando capital dos ativos e isso demonstra alguma coisa nesta direção.

Se a gente abre isso ao longo do tempo, nesta comparação com ativo etc., vai ver que essa diferença é maior, quanto mais recente, porque os clientes do Bolsa Família são muito recentes. Então, esta comparação de comparar um sujeito que está há muito tempo no total, você está pegando enviesando os caras que estão há mais tempo no programa. Então, aqueles dados ficam mais fortes quando você analisa por ano. Esse novo produto lançado em 2005, que é o Comunidade, esse banco que tem exatamente a mesma mecânica, toda aquela engrenagem é a mesma do

Crediamigo, só que os grupos são maiores e aí estes grupos são mais clientes, são mais beneficiários do Bolsa Família. São grupos mais pobres e mais jovens.

No Comunidade, a gente não consegue ver toda esta riqueza de variáveis porque são grupos muito grandes. O assessor de crédito não pega os dados de todas as pessoas. Tem de quinze a trinta pessoas reunidas num sistema de poupança. É um processo de formação de capital social essas pessoas se reunindo. Uma coisa que me chamou muito a atenção, acho que é uma parte de pesquisa muito interessante e eu acho que a Comunidade é mais um sistema de seguro de crédito, é a renda mais baixa.

Então, é um sistema de seguro, porque as pessoas poupam, têm uma reserva de 10% do valor do empréstimo e se alguém cai no grupo, o grupo grande, os outros cobrem. Isso é o quê? Isso é seguro, a gente está fazendo um sistema de seguro. Acho que uma agenda é fundamental. Acho que a promessa Crediamigo, hoje em dia, talvez esteja falando pelos estudos. Então, a promessa do microsseguro, ou será a próxima revolução, o microsseguro?

Abri o *site* da Fundação Bill Gates e eles têm chamadas de projetos de microsseguro. Os microsseguros talvez sejam os microcréditos bem-sucedidos dos próximos 10 anos. Eu queria também colocar um pouco a minha colher no Bolsa Família. Por que o Bolsa Família não pode ser um grande seguro? Eu sei que é complicado administrar aqueles cadastros. É fácil você dar palpite de fora, isso aí não custa nada, mas o Brasil entrou nesta crise; vem agora com toda essa enchente no Nordeste, Sobral, vários lugares em Teresina, quebra de barragem.

O programa entrou com uma velocidade ali. Não foi? O valor do benefício do Bolsa Família aumentou; ele teve um ajuste a uma intempérie climática, assim como teve, como você mostrou, um ajuste à intempérie dos preços dos alimentos, intempérie econômica; sobe o preço dos alimentos; não é uma má notícia para o Brasil, é uma má notícia para o pobre brasileiro, mas não para o Brasil. O Brasil exporta comida. Então, por que é que uma crise econômica onde está-se precisando fazer as rodas da economia girar, o que eu defendo mais do que abater imposto de renda etc., é dar o tostão do Bolsa Família para o pobre.

Agora, tem uma ressalva aí que talvez seja mais polêmica: é dar temporariamente. Uma crise exige soluções, a crise, graças a Deus, é temporária, não é permanente. Então, no momento de crise, eu acho que a infraestrutura operacional que o Bolsa Família já tem permite operacionalmente – estou dando e quero ouvir opiniões, eu sei que tem custos – dá o dinheiro. Isso vai ser ótimo para a pobreza e vai ser ótimo para a macroeconomia, porque o pobre consome a renda dele e ele gasta, até porque ele está restrito ao mercado de crédito e aí a propensão de ele gastar pela renda é muito alta, mais do que os que já abateram imposto de renda, do sujeito

que está com medo do desemprego, porque a crise pegou a classe A e B, pegou – eu até tenho alguns dados aqui que mostram –, mas não ele. O dinheiro que você der para ele, ele não vai consumir na hora, mas o pobre vai. As pesquisas do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (Cedeplar) sobre o Bolsa Família mostram que o sujeito é quase um Fome Zero; se ele trabalhar, gasta boa parte do dinheiro em alimentos.

Quais de vocês acham que são os desafios desta relação Bolsa Família e Cre-diamigo? Eu acho que eles estão indo em caminhos – não sei se cabe a comparação – não diria que é um casamento. É um namoro, uma aproximação assim não-ins-titucionalizada totalmente. Aí vem a questão: vale a pena institucionalizar? Estou apenas levantando isso sem implicar aqui ninguém. Eu acho que, obviamente, o Bolsa Família tem uma relação pelo próprio direcionamento do cadastro para a Cai-xa. A Caixa é que gerencia o cadastro; eu não conheço nenhuma instituição melhor que a Caixa para crédito imobiliário, assim como não conheço nenhuma instituição melhor do que o Banco do Brasil para crédito agrícola; é a alma do rural, aquilo que o caracteriza. Agora, para o microcrédito é que eu tenho minhas dúvidas.

E vou ficar atento; eu vou ficar acompanhando com esta minha visão aqui, in-dependente, porque eu acho que está-se olhando pouco, eu sei que é complicado, ins-titucionalmente, mas eu acho que microcrédito no Brasil está aqui. Está no Rio de Janeiro. Lá, o prefeito do Rio pensou: “vamos fazer parceria com eles, porque eles é que entendem do negócio”. De microcrédito é uma coisa que aqui se entende, nesta Casa.

Dois pontos finais: um, que eu acho que o desafio fundamental do programa do Bolsa Família que a gente vai precisar incorrer é a inserção produtiva. Veja o que os americanos fizeram com o chamado Earned Income Tax Credit (EITC). Lá, se o sujeito tem um programa social, e ele trabalha mais, ele é bem-sucedido, não abate um para um; se abater de um para um, se ele estiver resolvendo lá os proble-mas que os economistas acham que às vezes as pessoas resolvem, ele não vai ter um incentivo ao trabalho tão forte; vai ser menor. Então eu acho que lá o desenho institucional não favorece.

Eu até confesso que, em um trabalho de campo, conversando com as pessoas que estão na ponta, algumas delas disseram: “eu tenho medo do efeito preguiça”. Acho que você vai ter que driblar essa questão, acho que esta é uma fronteira muito importante. Não estou dizendo isso aqui para efeito de literatura; até rejeito, acho que essa literatura é muito bem feita, é uma questão de hipótese. Sou fã de carteiri-nha do Bolsa Família como estratégia de dar o dinheiro para o pobre e, bem como, das condicionalidades.

Vou até fazer um elogio público aqui a esta evolução que o gráfico mostra de condicionalidades, a relação do programa com o Ministério da Educação. Aliás,

acho que é uma revolução. As pessoas criticavam o Bolsa Família pelo fato, há uns 4 anos, de não acompanhar as condicionalidades. Como os dados mostraram, acho que é uma revolução que está acontecendo. Mas uma questão, citada até pelo próprio Ministério, que é a bancarização, e o conceito vai ser colocado em discussão, que é a bancarização através do Bolsa Família.

Um último ponto que é o ponto da ligação colocando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Ministério da Educação. Acho que a gente está vivendo uma revolução a partir do Prova Brasil e acho que vai chegar o tempo, e já está chegando, em que a gente acompanha os alunos com Global Positioning System (GPS). É uma questão de ter tempo. A gente já sabe que ele mudou de escola, como foi na prova etc. O que eu acho é o seguinte, você perguntar a qualquer pesquisador empírico: “se você tivesse só uma informação? Eu quero saber se esse sujeito é bom pagador de empréstimo, ou não é bom pagador, se vale a pena emprestar para ele”. Se fosse falar para mim eu dizia – eu fiz esse teste com Reinaldo Fernandes lá do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Imetro): “se tivesse uma informação para ser concedida, qual você escolheria?” – escolaridade, obviamente.

Agora, temos um indicador muito melhor que escolaridade é a proficiência escolar. A gente sabe se o garoto aprendeu, se não aprendeu, quanto ele aprendeu, e a gente sabe mais o quanto ele aprendeu ao longo do tempo. Então, o melhor indicador, nesse potencial é a proficiência escolar. Então isto está sendo observado. Por exemplo, lá em Minas Gerais, foi adotado um programa chamado Poupança Escola. E acho que o bacana do Bolsa Família são esses *upgrades* que você faz, o *plus* que Eduardo Paes estava falando ontem. Você pega o programa, aquela estrutura, vai ao estado ou ao município e faz um *upgrade* no programa, diferencia etc., e lá o que foi feito é o seguinte: se o garoto completa o Ensino Médio, ele ganha R\$ 2.000,00, R\$ 3.000,00 como prêmio. É pouco, mas vale super a pena e tal.

Acho que tem um problema que é o seguinte: às vezes as condicionalidades podem tensionar um pouco a relação entre escola e aluno, professor e aluno. Você terceirizar esta relação para uma prova independente, quem aplica não é o professor. Digo aqui para vocês: se eu tivesse o encargo de avaliar um garoto pobre, que está faltando, mas eu sei que ele é pobre, eu com a cabeça ali, dar um veredito se corta a bolsa dele ou não, eu particularmente teria dúvidas. Seria uma escolha de Sofia, eu teria problema de escolher, por isso eu acho que outra pessoa tem que escolher.

Eu acho que tem que ter uma nova agenda além da escolaridade, que é a inserção produtiva por via da Bolsa Família. Acho que, na verdade, a gente está configurando; acho que o grande ganho é quando estas coisas falam, quando estas políticas, essas novas gerações de políticas sociais começam a interagir com os vá-

rios ingredientes. Eu acho que este talvez seja o aspecto mais interessante do que seria o Bolsa Família 2.0, o Crediamigo 2.0 etc., Talvez seja jogar junto. E aí, em matéria de pesquisa, de discussão, de política etc., tem um mundo novo e atraente quando você combina estas coisas; não é mais como é que deve ser o Crediamigo, o Comunidade etc. Esses *upgrades* estão sendo feitos.

No Brasil, a gente tem uma tendência de gostar de discutir estas coisas. Antigamente era plano de combate à inflação; agora é política social. O que a gente tem agora é a combinação, fazer este time de políticas sociais jogar junto. O Brasil está muito bem posicionado para isto. Vai para a Índia, vai para a China; eles não têm nada parecido. Eles não têm o Bolsa Família. Eles são mais tradicionais e eu acho que nessa sinergia, que eu sei que o tema é uma provocação aqui da mesa, Bolsa Família e Crediamigo, é justamente essa a intenção. Eu acho que o todo é maior do que a soma das partes. A gente tem uma agenda de políticas sociais que tem conseguido progresso e a desigualdade começou a cair no Brasil nos últimos sete anos.

Tem coisas acontecendo. Eu acho que sem o time completo, sem o time jogando junto, e quando todas estas políticas forem integradas, eu acho que eu tinha um certo pessimismo, eu dizia: “ah! mas a pobreza no Brasil não cai. Imagina! Há 40 anos, está parado, não cai, é uma constante da natureza”. Mas está caindo. Agora pode cair a uma velocidade maior. Acho que a nossa geração é que está diante desse desafio e eu acho que é um desafio alcançado. Vou fazer uma propaganda final aqui: a gente está lançando a pesquisa “Pagando a Promessa do Microcrédito”. É uma série sobre o Crediamigo. Quem quiser o livro, eu estou com alguns exemplares aqui. Obrigado!¹

STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR

Pelo adiantado da hora, vou passar aqui a palavra à Camile. Como Marcelo citou muito a Camile, ela tem alguns minutos a mais. Vou passar para Camile.

CAMILE SAHB MESQUITA

Eu vou ser bem rápida nos comentários que o Marcelo Néri me instigou a fazer, até para que a gente possa ter tempo para o debate. Começarei pela questão do relacionamento do Programa Bolsa Família com a área de Educação.

O Poupança Escola, quando a gente foi criar o benefício variável do adolescente, por jovem, a gente levou a proposta também de Poupança Jovem para a Presidência. Por restrições orçamentárias a gente não conseguiu implementá-lo em larga escala. Também sou fã dessa ideia de premiar um desempenho; eu acho que o valor é pouco porém ele é significativo. Acho que estados como Minas Gerais têm até condições de dar um valor maior.

¹ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/crediamigo3/>>.

A questão do relacionamento dos professores com o aluno, aquela coisa de “vou tirar o aluno do programa”, este é o grande desafio para a gente; como é que a gente faz para que o professor entenda que ele faz parte junto com o sistema de proteção social mais amplo e que aquela informação que ele vai dar de uma situação de descumprimento, de falta às aulas, é fundamental para que toda uma outra investigação de vulnerabilidade, do porquê que levou aquilo a se realizar. Junto com o Ministério da Educação a gente tem conseguido trabalhar a ideia de busca ativa, que a escola não tem.

Se o aluno não vem, morre ali aquela informação, não tem um esforço; tirando raras e honrosas exceções, a escola não tem aquela coisa de buscar a família, de chamar o aluno, de pesquisar, e eu acho que a gente está conseguindo fazer isso. Quando eles fazem o registro da frequência da criança no Sistema de Educação, abre a possibilidade de eles registrarem o motivo daquela falta. A gente fez uma tabela elencando diversos motivos e os mais frequentes, mas a escola ainda não informou. Há muitos motivos de negligência dos pais, e aí é preciso qualificar o que é que a escola entende como negligência dos pais. Aparece muito a questão da violência, violência doméstica, violência sexual inclusive; aparece a questão do trabalho infantil, e aparece falta de oferta.

São informações de faltas administrativas, óbvio! A parte de vulnerabilidade de ordem mais social, como violência e tal, precisa ser investigada. A princípio, o que é, por exemplo, que a escola marca como negligência dos pais? Isso é preciso investigar. Mas eu acho que cria uma sinergia com a escola que vai além do registro burocrático da frequência escolar, que é de movimentar toda uma rede em torno dessas famílias e desses alunos.

Tem experiências belíssimas, experiências em municípios de grande porte como Curitiba, como Belo Horizonte, que eu acho que vale a pena conhecer, vale a pena investigar o que é que dá certo ali. Na verdade, o que dá certo é um pouco isso que você está falando em relação aos agentes de crédito.

Existe uma vontade em fazer, uma vontade em sentar junto e trabalhar de forma intersetorial. Então, eu acho que tem muita coisa mesmo acontecendo em torno desse programa, em torno desse modelo de gestão intersetorial. Tem várias coisas que podem ser colocadas como virtudes para essa intersetorialidade, a questão do recurso de gestão que vai para o município, ele ter componentes de todas as áreas. Para o município receber aquilo, a Secretaria Municipal de Saúde precisa fazer o acompanhamento da agenda de saúde. Se ela não fizer, não recebe. Se a Secretaria Municipal de Educação não fizer o acompanhamento da frequência escolar, este recurso também não chega para o município. Então, eu acho que tem alguns mecanismos, algumas institucionalidades que o programa realmente conseguiu em

avançar. Trabalhar cada um na sua caixinha significa replicar esforços, significa não ter sinergia, não ter complementaridade das ações.

A outra pergunta que vem do que é que é esse Sistema de Seguro, se o Bolsa Família poderia ser um grande sistema de seguros. Eu acho que o programa, eu acho que o cadastro poderia servir como instrumento importante para casos de emergência, por exemplo, calamidades, enchentes, secas, porque você tem toda uma população pobre que provavelmente é a população que está atingida por esse desastre. Quanto à identificação de endereço, a gente pode até pensar também no grande desafio que eu acho, as políticas públicas como um todo em intersectorização.

Entretanto, o cadastro tem um limite. Acho que o cadastro é um instrumento para um sistema desses; você consegue rapidamente fazer chegar uma transferência de renda mais imediata num processo de calamidade, por exemplo, porque as populações já estão mapeadas; é só efetivar essa transferência de renda temporária, por um determinado período. A proposta do Bolsa Família é um pouco mais permanente, não só da transferência, mas acho ter de toda essa coisa que ele traz no seu bojo. E a gente acaba no fundo discutindo muito a questão da transferência.

Eu sempre falo que, às vezes, o que é mais visível é o que incomoda mais: “ah! Está dando o peixe. Por que é que não ensina a pescar?” E eu acho que a gente não trata do que é mais importante no programa, do que é mais fundamental, que é essa articulação mesmo com a área de saúde e educação, e que a gente tem buscado fazer de uma forma muito séria, colocando essa política, esta população como prioritária e isto tem sido muito difícil na saúde. Por exemplo, a saúde vem de uma cultura, de uma militância de política universal que tem tido muita resistência em falar que é prioridade atender as famílias do Bolsa Família.

Eu digo isso assim, porque há um debate que a gente tem feito com eles. Quer dizer, se a gente tem como obrigação combate à mortalidade, promoção de saúde materna etc., etc., ou a gente trata desta população que é mais pobre e que é beneficiária do Programa Bolsa Família, ou alguém está errando o foco nessa ação. Então eu acho que a questão é: se o Bolsa Família vira ou não seguro, se o cadastro tem potencial para fazer isso, se a gente quiser implementar alguma coisa no sentido de que você está falando. Acho que o Bolsa tem uma proposta mais ampla de proteção e promoção social.

STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR

Obrigado à Camile! Temos espaço para duas perguntas, se existirem.

EDUARDO GIRÃO

Primeiro eu vou falar do Crediamigo, que, na minha opinião, é um dos melho-

res negócios em sistema de microcrédito no mundo. E no sistema do Comunidade, eu pergunto ao Marcelo Néri: “não seria a hora de combater a pobreza e colocar mais o Crediamigo e o Comunidade juntos?”

STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR

Só colocando: o Crediamigo Comunidade é um produto novo e está em expansão. Hoje, nós estamos com 46.000 beneficiários do Crediamigo Comunidade; são bancos comunitários de quinze a trinta pessoas. Nós já fizemos uma reunião com todos os representantes do Bolsa Família. Nos estados onde estava o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), estava o Crediamigo e não só o Crediamigo, estava também presente o Agroamigo porque, no Agroamigo, tem uma parcela grande dos beneficiários do Bolsa Família que estão na zona rural e que são agricultores familiares.

A gente está tendo uma agenda de reuniões para tentar descobrir onde estão concentrados os beneficiários do Bolsa Família e que não são beneficiários nem do Crediamigo nem do Agroamigo, que é um programa de microcrédito rural que opera com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf B). Então, isto está sendo desenvolvido; a gente espera que este esforço intensifique. A gente já fez o projeto-piloto e espera que, para funcionar, não basta só o Banco do Nordeste e o MDS. Existe uma intersetorialidade muito grande de parcerias com as prefeituras municipais, com o Estado, com o próprio sindicato, com outros ministérios, como é o caso MDA. É muito difícil reunir esses parceiros em função de um único objetivo, mas acho que esta é a meta do Banco do Nordeste, esta é a meta do programa Crediamigo.

Bem pessoal, queria agradecer ao professor Marcelo Néri, agradecer à Camile. Acho que a gente conseguiu esclarecer muita coisa aqui. Muito obrigado!

SESSÃO ESPECIAL ETENE: INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO NO NORDESTE

PRESIDENTE DE MESA

Saumíneo Nascimento – Presidente do Banco de Sergipe (Banese)

EXPOSITORES

Helena Lastres (Assessora do BNDES)

Guilherme Maia Rebouças – Diretor de Planejamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)

MESTRE DE CERIMÔNIA

Senhoras e Senhores, boa tarde! Dando continuidade aos trabalhos do Fórum de Desenvolvimento e do XIV Encontro Regional de Economia, iniciaremos agora a Sessão Especial Etene: “Instrumentos de Intervenção no Nordeste”. Para presidir os trabalhos à mesa, convido o senhor presidente do Banco do Estado de Sergipe (Banese), o economista Saumíneo Nascimento. Convido à mesa a senhora palestrante economista Helena Maria Martins Lastres, assessora da presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Convido, também, a tomar assento à mesa o palestrante e economista Guilherme Maia Rebouças, diretor de planejamento da Sudene.

Para sua saudação à plateia e, em especial, aos palestrantes convidados e o início desta Sessão Especial, com a palavra o senhor presidente dos trabalhos à mesa e presidente do Banese, Saumíneo Nascimento.

SAUMÍNEO NASCIMENTO

Boa tarde a todos! Quero dizer que é uma honra estar de volta à Casa; sou funcionário do Banco do Nordeste cedido ao Banco do Estado de Sergipe. Agradecer o convite do Dr. Roberto Smith e, especial, o convite do amigo Alencar, superintendente do Etene, e informar que esta seção é importante porque entender quais instrumentos nós temos para a realização de intervenções que possam mudar os patamares, os indicadores do Nordeste é fundamental. Então, de imediato, passo a palavra para a Helena Lastres, com quem tive a oportunidade de, acho que um ano atrás, de estarmos aqui discutindo este mesmo tema. Então, Helena, é com você a palavra.

Boa tarde a todos! Eu agradeço o convite para estar aqui, mais uma vez, nessa interação com vocês. Eu tenho uma apresentação que intitulei de “Arranjos Produtivos Locais (APLs) como Alternativa para o Desenvolvimento”, que é o nome de dois volumes que o BNDES está publicando agora com trabalhos da Rede de Pesquisas e Arranjos de Sistemas Produtivos Locais, um sobre experiência de política e outro sobre criatividade e cultura.

O título é este, e são discutidas possibilidades de usar o enfoque de Arranjos Produtivos para estimular novas formas de desenvolvimento. Esse livro foi feito pela RedeSist e foi publicado agora pelo BNDES. Eu estou na assessoria do presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e chefo a Secretaria de Arranjos Produtivos Inovativos em Desenvolvimento Local.

Vou discutir hoje com os senhores um pouco sobre a gente ter um novo padrão de desenvolvimento, e que isso exige novas políticas para orientar esse desenvolvimento. Vou focalizar especificamente nas implicações para a Política de Desenvolvimento Produtivo Inovativo. Evidentemente, não posso deixar de falar um pouco sobre políticas da APL, um pouquinho da experiência brasileira e também não posso deixar de falar sobre o papel do BNDES com relação ao apoio ao desenvolvimento nacional, à atuação no Nordeste, como é que hoje está sendo definida a estratégia de atuação para promoção de APLs e desenvolvimento regional.

A gente tem sempre mania de falar que estamos passando por tempos muito revolucionários, que tem muita mudança, porém quem viveu mais uns anos vê que isso sempre foi assim. Na história da humanidade, as pessoas sempre acham que estão vivendo momentos especiais. É bom que seja assim! Não é? No nosso caso, a gente tem novo regime de produção, novo regime de regulação e a gente também teve essa mostra da crise financeira internacional, crise internacional, não é só financeira.

O que tem de inédito nesta situação toda, e que eu gostaria de chamar a atenção dos senhores, é que esta crise gerada nos países mais desenvolvidos tem visto o desempenho dos países chamados menos desenvolvidos, e tem afetado menos estes países menos desenvolvidos do que o próprio coração dela, que está nos países centrais. A gente está vivenciando uma situação que é de certa forma inédita. Se, no passado, qualquer crise, qualquer pequeno resfriado, botava a gente de cama com febre alta, esta gripe suína que está passando aí pelo mundo está afetando muito menos alguns desses países. Eu tenho dois quadros que rapidamente podem balizar essas conclusões, mas o que tem de especial, portanto, é que nós estamos resistindo muito bem a essa crise.

O presidente Luciano Coutinho fala: “a gente passou no teste da crise, ou está passando no teste da crise. O mundo inteiro está olhando para a gente esperando

sinais de como é que a gente está conseguindo passar neste teste”. Bom, junto com isso eu salientaria uma coisa que me parece bem especial: o próprio conceito de desenvolvimento adotado no mundo internacionalmente mudou.

Vimos o prêmio Nobel para uma pessoa que defendia o conceito de desenvolvimento muito mais amplo, um conceito de desenvolvimento que enfatiza a variedade, a liberdade de escolha, no lugar de seguir os mesmos passos do modelo preestabelecido. O modelo de desenvolvimento muito mais amplo do que aquela busca da homogeneização das ações das políticas que, em geral, acabam enfatizando grandes empreendimentos, grandes projetos, muitas vezes com baixo grau de aderência, de compromisso com o desenvolvimento, não só daquele local, daquela região que os hospeda, mas até com uma visão mais economicista, que não abrange a questão do desenvolvimento social.

Nesse gráfico, estou usando propositalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) como fonte de dados para mostrar que não tem um viés nosso. Ele mostra a representação da contribuição dos países menos desenvolvidos ao Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Como é que a gente está crescendo ao longo de anos, sugerindo uma convergência, ou seja, o nosso peso, a nossa contribuição está quase parecida com a dos países chamados mais avançados.

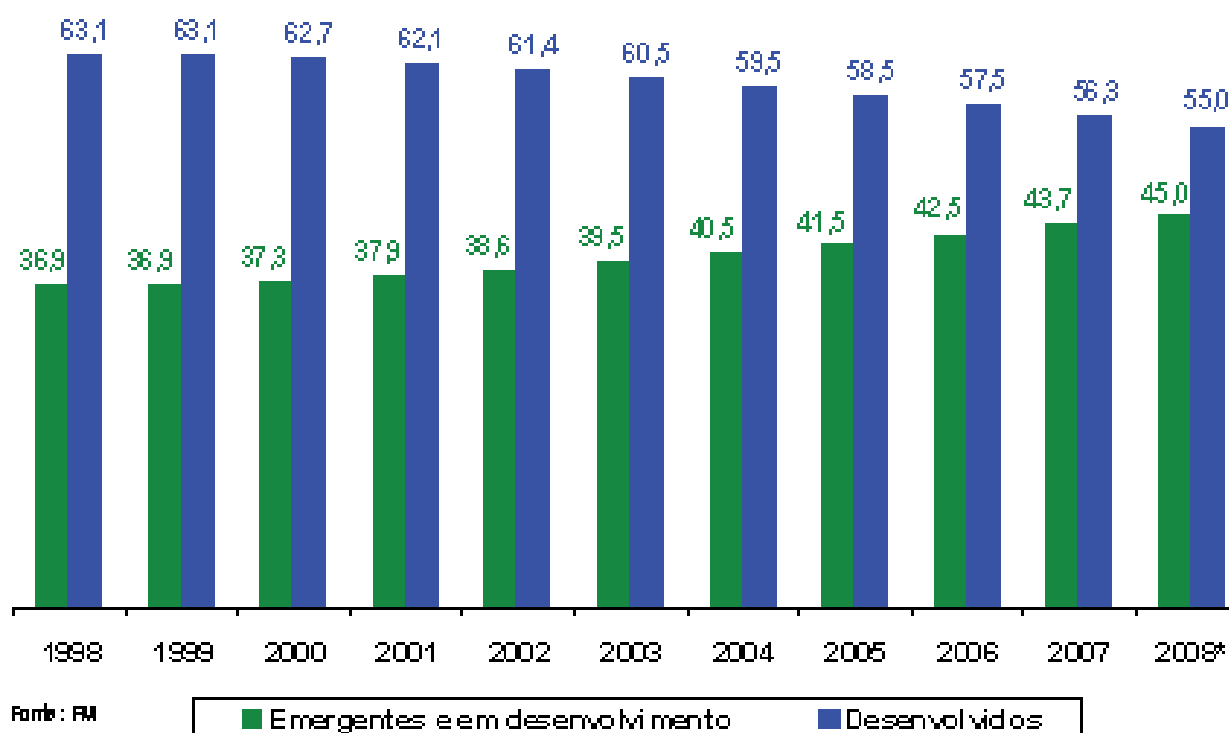


Gráfico 3 – Contribuição dos Países por Grau de Desenvolvimento no PIB Mundial
Fonte: FMI.

Esta outra lâmina, com a mesma fonte, mostra a variação do PIB, produto interno bruto, de alguns países selecionados entre os chamados desenvolvidos e os chamados em desenvolvimento.

Tabela 1 – Variação do Produto Interno Bruto de Países Selecionados

		PIB					
		Previsão do FMI					
		2007	2008	2009	Média 2009	2010	Média 2010
Desenvolvidos	Alemanha	2,5	1,3	-5,6	-3,8	-1,0	0,0
	EUA	2,0	1,1	-2,8		0,0	
	França	2,1	0,7	-3,0		0,4	
	Japão	2,4	-0,6	-6,2		0,5	
	Reino Unido	3,0	0,7	-4,1		-0,4	
	Zona do Euro	2,7	0,9	-4,2		-0,4	
Em desenvolvimento	Argentina	8,7	7,0	-1,5	1,6	0,7	4,0
	Brasil	5,7	5,1	-1,3		2,2	
	Chile	4,7	3,2	0,1		3,0	
	China	13,0	9,0	6,5		7,5	
	Coréia	5,1	2,2	-4,0		1,5	
	Índia	9,3	7,3	4,5		5,6	
	México	3,3	1,3	-3,7		1,0	
	Peru	8,9	9,8	3,5		4,5	
	Rússia	8,1	5,6	-6,0		0,5	
	Venezuela	8,4	4,8	-2,2		-0,5	
	MUNDO	5,2	3,2	-1,3		1,9	

Fonte: FMI.

Não gosto de nenhum destes dois rótulos, nem em desenvolvimento nem emergente, mas, enfim, para usar na categoria que a fonte usa, mostrando como é que o crescimento esperado inclusive para este ano, se a gente for olhar hoje as notícias de jornais, do que está previsto para a China e para a Índia, já estão superando em muito a previsão do que o FMI conseguia prever para este ano. Estão mostrando percentuais superiores a esses. Então, isso reforça esta argumentação de que nós temos um período realmente inédito, e que nós estamos conseguindo crescer e até ajudar na saída dessa crise; mas exigências e oportunidades para desenhar e implementar novos modelos de política são enormes. E de novo não são tão característicos desta época, mas também reforçam a importância desses elementos que eu tentei identificar lá na primeira lâmina, mas com uma consciência do que o mundo espera de nós, que a gente sinalize.

Com isso, a gente tem uma possibilidade, não vou dizer de reversão, mas, pelo menos, de queda na quebra na lógica da injustiça cognitiva, que é aquela coisa de a gente ter “os nossos modelos de pensamento”, “os nossos modelos de educação”; temos que beber nos modelos que são gerados em função da observação de uma experiência que não é nossa, mas dos países chamados mais desenvolvidos, e a gente ter que replicar, ter que imitar, ter quase que seguir as mesmas receitas para con-

seguir o tal desenvolvimento. Isto está sendo questionando, está sendo muito mais questionado hoje, com estas indicações de que a gente está tendo as possibilidades de enfrentamento de resistência à crise, e até da própria geração das suas bases no outro eixo, nos países desenvolvidos, nos centrais e não nos nossos.

Então eu acho que o primeiro ponto que eu traria para a nossa reflexão é esse: a gente tem exigências e oportunidades muito maiores para desenhar e implementar modelos de política próprios, adequados à nossa realidade e, dessa maneira, também intensivos em conhecimento. Não aquela história de: “Ah! Somos menos desenvolvidos, vamos fazer...” Não! Vamos fazer coisas de fronteira para ajudar o mundo a avançar e que integrem prioridades não só do desenvolvimento nacional, mas até países como Brasil, Rússia, Índia e China, os chamados Brics; nós temos o território imenso, nós temos desigualdades enormes. A questão do desenvolvimento regional está sendo muito mais chamada à atenção agora do que no passado. Não vou me espantar se a gente vir esta questão de novo no topo da agenda, não só de pesquisa, mas de política.

Dentro de uma prioridade de desenvolvimento nacional, regional para estadual e local, fazendo uma ponte entre estas quatro escalas, que me parece que é uma das grandes armadilhas que a gente teve nos últimos anos, em termos de política e pensamento em relação ao desenvolvimento regional, é colocá-las como antagônicas, como se a gente pudesse fazer alguma coisa em nível local desconsiderando o nível regional, o nível nacional e, às vezes, é só o nível nacional. Um exemplo de políticas desta safra é a de incentivo fiscal, que faz com que município brigue com município, estado brigue com estado, até que imploda toda a coesão nacional. Acho que essa página está virada.

As novas políticas, com certeza, vão integrar esta visão multiescalar do desenvolvimento, colocando-as como parceiras e não como antagônicas, como alternativas. Políticas também que visem o desenvolvimento enraizado, inclusivo e sustentado, que apoia a criação de capacitações produtivas criativas e inovativas e emprego de qualidade.

E aí a reflexão fundamental que tanto nós, como pesquisadores, como aqueles que pensam, planejam, desenham e implementam políticas, temos que ter sempre clara a importância estratégica de saber escolher e saber usar conceitos, indicadores e modelos, que ajudem políticas, que ajudem a reduzir este desequilíbrio em vez de reforçá-los. Tem uma série de conceitos que às vezes são ótimos, mas, da maneira como a gente usa, eles reforçam mais do mesmo, reforçam as desigualdades que já existem. A coisa mais fácil de acontecer em política é isso.

As pessoas sabem e continuam fazendo as mesmas coisas. Aquilo é muito simples. Fazer uma coisa diferente é sempre uma encenação, é sempre um desafio,

mas eu acho que quem pensa e quem implementa política tem que ter clareza que alguns conceitos se excluem da agenda, da possibilidade de você fazer política, atores, regiões e atividades. Qualquer conceito que a gente pensa pode ser assim. Eu tenho trabalhado mais com o conceito de inovação e com o conceito de arranjos produtivos inovativos. São interligados.

Posso dar o exemplo sobre isto, se os senhores tiverem interesse. Rapidamente, vou falar de inovação porque vou falar de APL mais para frente. O que é que é inovação? Inovação é o conceito mais simples, É a incorporação de um novo conhecimento por parte da estrutura produtiva, qualquer que seja ela; pode ser empresa, pode ser empresa pública, pode ser uma agência, pode ser o que quer que seja que incorpore um novo conhecimento.

Como produzir um bem ou serviço já é uma inovação. Se for um novo bem ou um novo serviço, melhor ainda. Mas, enfim, se a gente tiver um conceito de inovação que é só aquela coisa de fronteira, lá na fronteira científica, resultante de esforços de pesquisas de desenvolvimento, os conhecidos Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que são realizados no Brasil, você está restringindo à sua possibilidade de apoio só a alguns atores em particular, as grandes empresas, porque só elas é que têm estrutura para fazer pesquisa de desenvolvimento.

Já as micro e pequenas empresas, ficam fora da sua agenda, do seu escopo de alcance, porque, se você falou em P&D, micro e pequena empresa estão fora. Micro e pequenas empresas, em geral, não fazem pesquisa e desenvolvimento, mas desenvolvem muita inovação e incorporam conhecimento, sim, mas não têm uma estrutura, em geral, formalizada para fazer P&D. Então, isso é só para dar um exemplo, mas a gente pode exemplificar com outros casos para frente.

Há a necessidade de escolher e usar conceitos, indicadores e modelos que ajudem a reduzir os desequilíbrios, que associam desenvolvimento econômico e social, ao contrário daqueles que, em geral, dissociam. Ah, não! Mas eu só quero crescimento econômico. Não há crescimento econômico, todos nós sabemos, que se sustente sem desenvolvimento social e vice-versa.

Modelos de políticas, conceitos e indicadores que reconheçam e mobilizem as potencialidades locais. Isto aqui escrito parece muito simples. Mas vocês querem ver com um exemplo? Eu sou carioca. Eu chego ao Rio de Janeiro, na minha cabeça quero ver o Pão-de-açúcar, quero ver o Corcovado, quero comer o meu pãozinho lá da padaria do lado. Aqui em Fortaleza, por exemplo, eu vou ter dois problemas: um, eu não vou encontrar as mesmas coisas; segundo, é que eu não vou conseguir enxergar o que tem de bom na cidade seja de beleza natural, seja dessa riqueza. Já que eu falei no pãozinho, sempre me deleito com o café da manhã, com macaxeira, inhame, cuscuz e tapioca.

Tem colegas meus que viajam comigo, que chegam aqui e “ah! Mas o pão é ruim!” E aí eu falo: “mas você já provou as outras coisas? São maravilhosas”. Não, nem conhecem! Falo, inclusive com crédito a essa resistência que tem sobre o Nordeste. A primeira viagem que fiz para o Nordeste, não vou dizer quantos anos atrás, eu não me esqueço (e olhe que já está difícil ficar lembrando) do meu impacto no café da manhã. E os sucos, eu não mencionei. Uma colega fluminense estava comigo sem saber que o suco que a gente tomou era cajá; ela achou lindo, parecia manga, mas não era manga, para vocês terem uma ideia. Mas essa conseguiu apreciar, porque tem aqueles que ficam procurando a manga, não acham a manga e não conseguem entender e apreciar o cajá.

Esse é o resumo do que eu quero falar para vocês: a gente tem que fazer um esforço enorme de enxergar e reconhecer as potencialidades locais. Muitas vezes, a nossa estrutura cognitiva, de conhecimentos que a gente acumulou, não nos permite enxergar as potencialidades e isso eu estou falando do café da manhã; mas isso é para a estrutura produtiva, para o desenvolvimento, para o que quer que a gente discuta.

Há a necessidade, também, de escolher e usar modelos, conceitos e indicadores que coloquem no seu centro a capacidade de adquirir e usar conhecimentos. Como o ser humano aprende, adquire e gera conhecimento, é importante a gente gerar também; mas o mais importante é como é que a gente assimila conhecimento, como é que a gente junta esses conhecimentos, como é que a gente usa esses conhecimentos em prol do desenvolvimento. Arranjos e sistemas produtivos inovativos é uma dessas novas formas.

Eu vou dizer para os senhores: é lógico que não é a única, mas das que eu conheço é a que eu mais gosto. Uma nova forma de olhar: olhar, pensar e fazer política. Existem vários conceitos. Foi muito interessante esta rede de pesquisas que cunhou esse nome: a RedeSist. Esse termo foi tão bem recebido, não só na academia como nas esferas de política, e os conceitos proliferaram.

A gente, às vezes, até se surpreendia de ver que não era bem aquilo; mas vamos prestar atenção, de repente alguém entendeu de um outro jeito que não foi o jeito original, mas que pode ser uma coisa boa. Mas o que a gente em geral entende é uma coisa simples que, inclusive, quem faz política entende, quem opera política entende. De repente, parece muito sofisticado, difícil... Difícil, não! Difícil é quando a gente tenta codificar, quando a gente tenta botar aquilo: “e o que é que tem aí? O que é isso mesmo?”

Que dizer, poxa, a academia vai e sofisticada mesmo! Mas é muito simples, é a ideia de que qualquer bem, você vai fazer uma política para produção de qualquer bem ou serviço, você tem elementos que fazem com que aquela coisa aconteça. Seja um mais sofisticado ou um menos sofisticado. Você tem uma estrutura de elemen-

tos ali, e a ideia é essa. Se você for fazer política não faz com um só, porque, de repente, você pode desequilibrar aquele negócio. Você não faz só para quem produz o copo; você tem que ver quem faz a matéria-prima, quem é que vende o equipamento, como é o produto que eles usam, como é que é a comercialização. Você tem que olhar esses elementos todos e, se possível, fazer uma política que contemple o conjunto, porque a gente tem vários casos de política para arranjos produtivos que acabaram destruindo o pouco de competência produtiva que tinha ali instalado, porque foi tudo gasto num só elemento produtor e aquilo “gargalhou” porque produziram demais e não tinham para onde escoar, ou não tinham insumo para continuar; enfim, os exemplos são inúmeros.

Eu vou falar um pouquinho mais disso para frente. Mas a nossa noção é essa. O que tem de novo nessa ideia não é que o estado da estrutura produtiva é a forma como você olha e faz política para ela avançar. Não é para um só; é para um conjunto deles e que não ignoram o lugar onde essa estrutura está colocada. Eu estou aí passando por cima dessa lâmina toda que está disponível com os senhores, mas eu vou apressar e chamar a atenção para este ponto. Em geral os modelos de política em economia ignoram o espaço. Muitas vezes até as diversidades históricas, culturais.

Este conceito tenta recuperar esta noção de compromisso para onde aquela estrutura está instalada e olhar não só os atores econômicos, mas todos os atores que fazem com que aquela produção aconteça. Então, distintas dinâmicas, trajetórias, participantes de qualquer setor primário e secundário, terciário. Enfatizar neste olhar: o que é que a gente quer mobilizar, o que é que a gente acha de fundamental, como é que esta estrutura produtiva pode absorver e usar novos conhecimentos. É isto que a gente está olhando com lente de aumento, porque é aí que a gente acha que é a melhor posição de estimular o processo de capacitação, um aprendizado de inovação e competitividade, de dinâmica sustentável e que tenha um compromisso com o desenvolvimento daquele local. Nós estamos apoiando estruturas que contratam os recursos humanos daquela região, que contratam o máximo possível de insumos, que tenham um enraizamento, um compromisso com o desenvolvimento local.

A professora Liana Carleial, minha colega lá do Ipea, há pouco tempo, me convidou para esta revista. Nesta revista do Ipea, para aquela seção de debates, controvérsia, quem fala a favor e quem fala contra os APLs. E foi engraçado porque a jornalista que me ligou achou que eu estava falando contra os APLs e ela a favor. Mas era o contrário! E o que a gente vê no Brasil é que, realmente, a gente já tem uma experiência enorme de políticas de APL. A APL é prioridade de política de diferentes órgãos de políticas públicas e privadas. Desde 1999 está na PDP.

A Liana, com toda outra razão, nesse artigo, ela diz que a forma como se trata APL no Brasil hoje nos dá medo. A mim também! Também fico com medo de algumas formas que foram utilizadas e também que não é só no Brasil. Eu me lembro que, em

2003, nós tivemos um seminário internacional, lá no Rio de Janeiro, onde dois noruegueses diziam o que estava sendo feito no mundo com relação a políticas usando esse conceito de sistema e arranjos produtivos. Arranjo produtivo é brasileiro, mas o sistema é que é internacional. Arranjos foi uma produção da própria RedeSist, porque a forma como se usava o conceito de produtivo inovativo no mundo não passava de um novo glacê no velho bolo, na velha forma de fazer política, e isso é muito natural.

A gente sempre que se depara com uma coisa nova, a gente tende a entendê-la com relação baseada nos conhecimentos que nós acumulamos. Então a gente bate lá: “ah! Eu acho que isso é aglomeração... é *Cluster*? Não é. É cadeia produtiva? Não é. Complexo produtivo não é!”. É uma coisa diferente que bebe da fonte desses outros conceitos, mas avança; não é a mesma coisa. E aí ela diz: “ah! Mas a forma como foi tratada, muitas vezes foi equivocada, não deu certo.” Também acho, mas porque quem usou usou de uma forma, vamos dizer, a mais ampla, com uma série de restrições. Outra coisa que ela e a colega dela, Isabel, defendem nesse artigo da revista do Ipea é que essa política de APLs foi realizada no momento em que a gente não tinha, no país, qualquer política, e eu estou literalmente citando, não existia no país qualquer política de desenvolvimento. Elas dizem regional e eu digo qualquer política de desenvolvimento, de qualquer coisa, coordenada nacionalmente. Isto é verdade. Então, elas dizem que isso criou uma expectativa, e isso é verdade.

Vários dos problemas foram porque a gente não tinha uma política nacional e tentou fazer política desvinculada, e eu acho que é importante a gente fazer, enquanto a outra política não vem, mas o melhor da festa é se a gente tivesse uma articulação entre o que uma política de desenvolvimento nacional para desenvolvimento produtivo inovativo quer e o que acontece nas regiões, nos Estados, nos locais. É lógico que isso daria muito mais certo.

Mas respondendo às críticas, eu diria: apesar disso tudo, foi importantíssimo o período que a gente passou, foram 10 anos, 11 já, porque foi em 1999, de um aprendizado coletivo muito significativo, um acúmulo de experiências, do que deu certo, do que deu errado; um importante processo de uso, experimentação, ressignificação, criação, aperfeiçoamento, disseminação de conhecimento. Meter a mão na massa, no fazer, todo mundo sabe que tem uma dimensão de geração de novos conhecimentos importantíssimos.

Uma coisa é você ler o livro; outra coisa é você ver na prática o que é que acontece, o que não acontece, e a gente tem mais de 10 anos de experiência nisso. Uma intensa interação entre pesquisadores e quem faz política e quem pensa política. Todo mundo envolvido nesse processo aprendeu muito e, muitas vezes, teve que inventar, que inovar. Tem possibilidades imensas de avanços.

Agora, eu estou citando o que Luciano Coutinho escreveu na quarta capa deste último livro publicado. Vou chamar a atenção dos senhores para: a gente viu

que a crise gerada contamina principalmente os países chamados mais desenvolvidos e os chamados menos desenvolvidos é que estão conseguindo resistir melhor a esta crise e até ajudar a recuperação e aí dizer-lhes que esse é o momento da maior importância para reavaliar as bases do desenvolvimento. Ele fala isso, aí marca inclusive o final da primeira década do milênio. Essa situação lança luzes sobre a questão do desenvolvimento com muito maior força, lança essas luzes, enfatiza essa necessidade de a gente reavaliar, de a gente entender direito o que é que a gente está chamando de desenvolvimento e política para desenvolvimento.

Pensar novas políticas que promovam as potencialidades do processo inovativo brasileiro e toda essa diversidade não é só aquilo que os chamados centros mais desenvolvidos do país, e que são os mais atingidos por essa crise, sempre fizeram. Mas, em toda sua diversidade, mostra-se mais do que nunca estratégica a implementação dessas políticas, diz ele, requer o tratamento sistêmico; não vamos olhar um só, vamos olhar o conjunto; não vamos olhar só o lado econômico, vamos olhar inclusive quem gera conhecimento para eles, os atores que fazem a política, que financiam, que regulam, que geram conhecimentos; eles são importantíssimos para a gente entender para além da cadeia do complexo produtivo dos atores econômicos.

Às vezes, a gente faz uma lei que faz com que o negócio não possa mais funcionar, ou faz uma norma que faz com que aquilo possa ir para a frente, ou tem uma maneira de financiamento que abre o espaço para que aquilo possa acontecer. Os senhores sabem inúmeros exemplos, não precisa eu lembrar. Mas, enfim, dar um tratamento sistêmico, olhar como um sistema em que um depende do outro e todos dependem de todos. É importante quando a gente pensa e faz política, e sua conexão com o território que hospeda, e sua estrutura dizer: oferece fazer isso, oferece oportunidade valiosa para ampliar e enraizar o desenvolvimento.

A mobilização de arranjos produtivos de todos os tipos é o caminho natural para esse enraizamento e também para uma melhor distribuição regional das atividades econômicas, assim com a mitigação e a redução de outras desigualdades. Os resultados deste esforço poderão ajudar o Brasil na robustez de suas bases de desenvolvimento, ampliando sua capacidade de resistir à crise. Ele escreveu isso nesse livro que foi, na verdade, fechado no fim do ano passado e publicado há dois meses.

Eu já estou acabando aqui, tenho só dois minutos. Este gráfico mostra os desembolsos do BNDES para o Brasil; a parte do Nordeste é muito reduzida ainda, mas tem crescido com as prioridades de atuação com relação ao desenvolvimento regional e APLs. O BNDES tem poucos escritórios regionais, o único que cuida efetivamente de uma região é o nosso departamento regional do Nordeste que fica em Recife, que já vem atuando há alguns anos.

Presidente Luciano Coutinho, quando nos convidou, em 2007, para ir para o BNDES, ele pediu exatamente isso: que a gente ajudasse a pensar em política em nível nacional para APLs, mas cujo objetivo fundamental fosse a redução da desigualdade regional que permitisse uma maior atuação do BNDES nas regiões que a gente vem menos operando, que são exatamente o Norte e Nordeste.

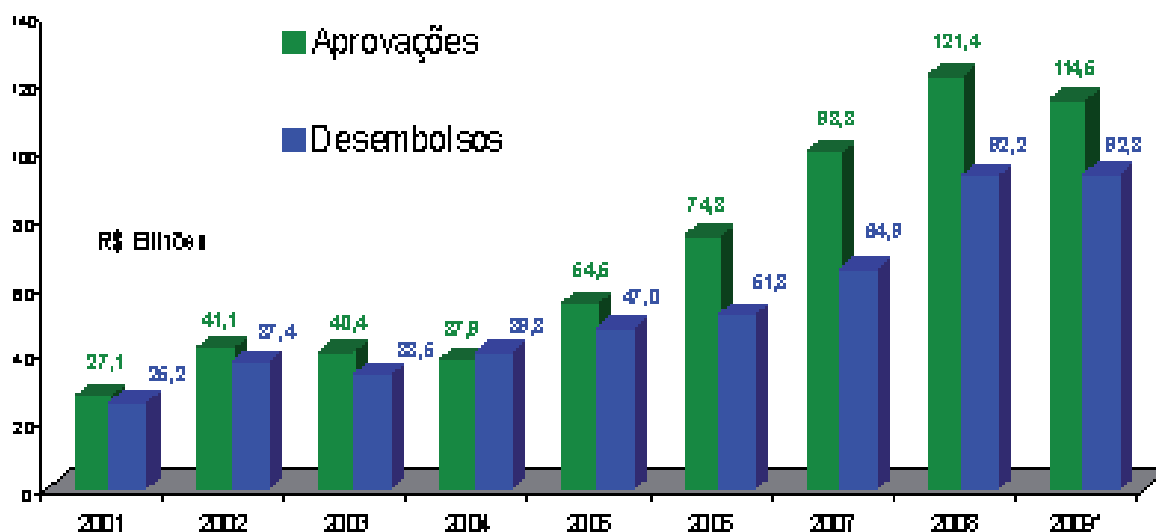


Gráfico 4 – Desembolsos para a Indústria (R\$ 38 bi) e Infraestrutura (R\$ 36 bi) Cresceram 19% no Acumulado em 12 Meses até Abril de 2009

Fonte: BNDES.

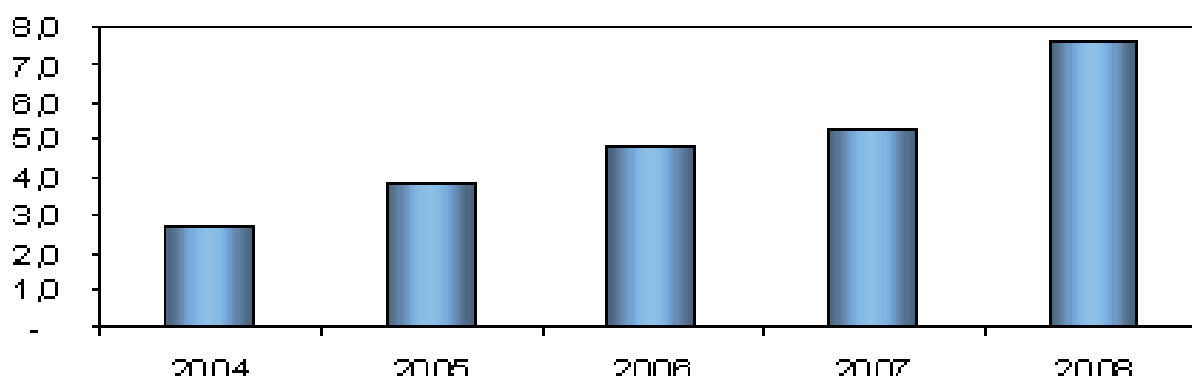


Gráfico 5 – Desembolso do BNDES no Nordeste

Fonte: BNDES.

Como é que o BNDES está fazendo isso? O BNDES em geral apoia grandes empreendimentos. É olhar esse grande empreendimento de uma forma sistêmica como o arranjo produtivo, que tem que ser adensado, comprometido com o desenvolvimento da região e do local onde se localiza. Então a gente olha grandes empreendimentos e, como aquele grande projeto que está ali instalado, seja do que for, de infraestrutura, de logística, pode ser do que for, você olha sua cadeia produtiva, complexos, como é

que pode contratar mais gente daquela região, daquela localidade, contratar mais bens e serviços consumidos naquela região. Não financiar em claro, mas olhar de uma forma sistêmica e comprometida com desenvolvimento regional.

Aí pergunto ao próprio Luciano quando pensou essa ideia: “mas, e aquele estado e aquelas localidades que não têm grandes empreendimentos?”. Ah, então a gente vai através dos Estados, nossos parceiros que são o próprio Banco do Nordeste, a Sudene e outros; a gente pode, em parceria, com os Governos dos Estados chegar às regiões vazias do nosso apoio, porque lá tem gente, lá tem atividade, só que não conseguem fazer isso direito. Vamos, então, através dos projetos de desenvolvimento estaduais. Nós fazemos também isto através de programas federais e com vários Ministérios.

Eu, infelizmente, eu não vou poder falar sobre isso, refinando a nossa atuação, de algum instrumento que nós tínhamos, e vou terminar falando de um grande estudo que a gente está financiando e que eu tive o prazer de ver a coordenadora do bloco Norte e Nordeste, a professora Valdênia Apolinário, professora doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, aqui conosco, e também temos aqui o Paulo Cavalcanti, nosso reitor lá da Universidade Federal da Paraíba. São dois parceiros, não sei se tem mais alguém participando do projeto.

É um projeto muito interessante. Eu não virei a página de estudos, o que a gente está fazendo é mais de dez anos de políticas de APLs no Brasil. Então o BNDES está contratando pesquisadores de 23 Estados e a gente só tem quatro faltando; todos os Estados do Nordeste estão contemplados, estão fazendo esta reflexão com a gente. Como é que foi a política de APL no seu Estado? O que é que deu certo? O que não deu certo? Como é que a gente pode avançar? Como é que a gente pode refinar? Ampliar o nosso conhecimento, a nossa capacidade de ver uma variedade de soluções com seus erros com seus acertos para que a gente possa aprender um com o outro e avançar todos juntos.

O BNDES precisa disso, o Brasil pode também se beneficiar muito com esta reflexão. Os senhores estão todos convidados; nós estamos começando, nós estamos no meio ainda dessa etapa, porque a gente tem, além de fazer essa avaliação da política, a gente está tentando analisar; isso é uma questão de como a gente está tentando fazer e estamos tendo ainda muito apoio dos nossos colegas do Banco do Nordeste também nessa variação do balanço de pagamentos de cada Estado. Bens e serviços que cada estado intercambia com o próprio Brasil e com o exterior.

E temos uma segunda parte que é só do Nordeste, que foi pedido ao presidente Luciano Coutinho pelo fórum de secretários estaduais de planejamento do Nordeste, que a gente ajudasse a fazer uma avaliação dos efeitos das principais políticas federais sobre a região Nordeste. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a

Política de Desenvolvimento Produtiva, a Política Nacional de Logística e Transporte (PNLT), Territórios da Cidadania e outras. No final do ano, a gente deve ter avaliação da política de APL. Vamos fazer seminários, estamos até pensando em fazer nos Estados. A Sudene já está participando; já participou conosco o Banco do Nordeste, também da última reunião ainda com resultados intermediários.

Meu tempo acabou e eu vou terminar só dizendo o seguinte: crise é sempre um desafio. A gente tem que pensar no como é que a gente vai minimizar, mas principalmente, eu acho que a gente tem que olhar o que é que a gente pode aproveitar. Tem muita oportunidade, tem histórias enormes nos países diferentes, no Brasil, nas regiões brasileiras, de aproveitamento das oportunidades que vêm junto com estas crises, e eu acho que, em particular, é a gente olhar o que é que tem dado certo, o que é que a gente pode consolidar, ampliar e como é que a gente pode avançar; e nesse sentido, eu tenho certeza de que a colaboração de todos nós vai ser da maior relevância para este esforço tão importante para pensarmos o desenvolvimento brasileiro e do mundo para a frente. Muito obrigada pela atenção, e desculpem pelo tempo!

SAUMÍNEO NASCIMENTO

Gostaria de agradecer à professora Helena Lastres. Agora, teremos a apresentação do diretor de Planejamento da Sudene, Guilherme Rebouças, e que é economista e, antes de ir para Sudene, era secretário adjunto de Planejamento do Estado de Sergipe.

GUILHERME REBOUÇAS

Muito boa tarde a todos! Eu queria agradecer ao Banco por esta oportunidade de eu estar aqui. É uma honra para mim, estar aqui nesta mesa e eu preciso dizer que vou acabar falando muito do que Helena já falou, mas como os nossos ofícios e as nossas instituições têm atribuições distintas, eu vou falar de uma outra ótica, mas vamos acabar chegando a um momento muito próximo.

O desafio de falar sobre instrumento de intervenção no Nordeste remete logo à primeira ideia, que é de a gente falar sobre incentivos fiscais, instrumentos de intervenção; a gente vai logo para os incentivos ou para aquelas linhas de crédito que a gente tenha condições melhores para nossa região do que para outras regiões. Então, falamos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), falamos dos incentivos fiscais que a Sudene continua tendo na região; falamos do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), que ainda tem sua sobrevida no Ministério da Integração; falamos no recém-criado Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) para alguns projetos de infraestrutura, e nos parece que esse é o caminho mais óbvio, talvez, ou que me parece mais tangível de intervenção, de superação de uma situação de desigualdade regional.

Vamos colocar aqui outras condições que compensem a nossa falta de competitividade em termos de ambiente de negócios para atrair setores dinâmicos da nossa economia. Eu acho que nós estamos num momento diferente. Pensar em intervenção a partir apenas do foco de incentivo fiscal, eu acho uma miopia. A gente correria o risco de perder um momento importante para o mundo, e eu acho que para o Brasil especificamente.

Por que é que este modelo, que se reproduziu durante tanto tempo, ele hoje não apresenta frutos mais vistosos? Em primeiro lugar, a gente tem uma pouca seletividade na escolha das empresas que chegavam a esses fundos ou que eram incentivadas com os incentivos fiscais. Até hoje, mesmo com as mudanças na Lei, se a empresa cumprir alguns requisitos, ela tem isenção de imposto de renda, tem algumas isenções em relação aos fretes e pode reinvestir parcelas do imposto devido. Mas ainda nos falta, e aí eu coloco a Sudene e o Banco, enfim, como órgãos que operam esses instrumentos. Ainda falta impor mais critérios, impor um foco mais estratégico naquilo que nós realmente queremos, ou naquilo que nós realmente queremos ver incentivado por esses instrumentos. Em parte, isso é por uma constatação simples: se todas elas vêm e, vamos chamar assim, sem muito critério estratégico, elas ainda são muito poucas.

Eu vejo, por exemplo, o trabalho que o banco tem para tentar cumprir a parcela do FNE que precisa ser investida no Semiárido. Se não consegue alcançar, não é por falta de esforço do Banco, é por falta de projetos. Por falta de capacidade empreendedora não é, mas é de traduzir essa capacidade empreendedora em projetos. Então a gente tem um processo de definição de diretrizes e prioridades. Acabamos de votar as diretrizes e prioridades para o FNE em 2010. Há uma discussão grande se a gente deve, eu sou da tese que a gente deve, focar um pouco mais esses incentivos naquilo que a gente quer, mas a gente restringe, a gente fica com o crédito aí sem ir para a praça. Esta é que é uma realidade.

Estes instrumentos, eles sofrem disso, mas acho que continua chegando como um grande desafio ao Semiárido, como eu já falei. Faltam focos, falta um pouco mais de focos estratégicos na utilização desses instrumentos e aí a gente capta esses empreendedores que vêm para cá, mas estas coisas não estão sendo coordenadas no todo coeso que caminhe, e aí vem a importância do planejamento, que, para mim, é o grande instrumento de intervenção na realidade.

A construção deste projeto coletivo para mim é o grande desafio e é também a peça-chave para que a gente possa ter uma intervenção pró-desenvolvimento. Antes de falar sobre planejamento, porque vai ser a minha fala, vou centrar um pouquinho mais nela, vou falar de outros dois instrumentos de políticas que eu acho que a gente ignora às vezes quando olha o espaço regional. Primeiro, o instrumento das políticas nacionais, e aí especificamente as políticas sociais que têm tido um

rebatimento importante. A Tânia Bacelar tem insistido que as políticas regionais do Nordeste que se tiveram nos últimos anos foram as políticas de cunho social. São políticas nacionais de cunho social, que têm aqui um rebatimento maior, pois, infelizmente, ainda detemos a maior parte da pobreza deste país.

Ignorar que as políticas nacionais se espalham de modo distinto no território é perder uma chance de a gente intervir de um modo mais proativo no desenho destas políticas nacionais para que elas ganhem alguma “customização” a depender do espaço, onde quer que chegue e possa potencializar ainda mais. Este é o primeiro instrumento, mas eu vou passar por ele. Falar sobre o instrumento também é importante; a gente ainda não recolocou na agenda, não sei, talvez um rescaldo até ainda um pouco ideológico, que é a agenda da regulação econômica. É uma agenda que a gente está iniciando como política nacional. Nós regulamos pouco os nossos mercados e esse é um instrumento de intervenção excelente em termos estaduais, pois parcela importante das atividades produtivas está sob a competência dos governos estaduais.

A regulamentação disso é ainda muito mais incipiente do que na União. E acho que temos um espaço enorme aí, de intervenção, melhorando nosso marco regulatório e melhorando a nossa capacidade de regular. Quero realmente fazer a tônica da minha fala aqui: o planejamento. A Sudene tem como um dos mandatos elaborar e implementar um plano regional de desenvolvimento e eu queria pôr aqui as bases em que nós estamos construindo esse plano, que, no fundo, são as bases que eu acho que o planejamento que passa a ser instrumento de intervenção efetiva, na realidade, passa a ganhar efetividade.

O primeiro dos pontos aqui é que ele pretende menos ser um diagnóstico muito compreensivo, muito exaustivo de toda a realidade. Havia uma prática, vou chamar assim, no antigo planejamento, que era a prática de grandes diagnósticos precedidas por uma sinalização complexa e, a partir daí, o detalhamento de programas que saíam desde o nível mais estratégico até a sua operacionalização em termos de orçamento público. Era de uma forma que quando acabava de fazer o plano, a realidade já era outra.

Algumas daquelas premissas que estavam postas, depois já não estavam mais. E era de uma linguagem tão hermética, de uma construção tão complexa, que não conseguia a coisa mais óbvia que um plano precisa ter. Uma característica, um atributo mais imprescindível de um plano é que ele comunique, e os planos não conseguem comunicar na sua maioria das vezes. O plano pretende fazer as pessoas se mobilizarem para sair de uma situação A para B. Você chama as pessoas numa linguagem que elas não entendem. Você conclama as pessoas a começarem a caminhar em uma linguagem indecifrável para elas.

Para mim, o plano precisa ter essa característica de ser um plano mais rápido no seu diagnóstico, e inicialmente, mas vamos chamar assim, num nível mais estratégico, uma indicação mais estratégica dos caminhos e menos operacional. O operacional a gente vai desdobrando, isso nas várias esferas, mas o plano precisa primeiro começar a indicar os grandes caminhos e aí me remete à segunda característica que os planos precisam ter. Eles precisam ser seletivos.

A gente fala que, enfim, é preciso estabelecer prioridades. Mas se a gente pega os nossos planos, os planos fazem tudo menos escolher prioridades. Porque o desenvolvimento é uma questão sistêmica. Ele tem dimensões recônditas que nem o mais especialista no assunto às vezes consegue enxergar e tudo está muito entrelaçado, da dimensão ambiental do agricultor familiar ao pesquisador da nanotecnologia é tudo desenvolvimento, e os planos acabam ficando com essa tentação terrível de querer abarcar tudo e acaba não mobilizando ninguém para lugar nenhum.

É como se a gente chegasse numa pradaria enorme e tudo que o plano diz é o seguinte: é para lá! Cada um escolhe seu caminho porque tudo é importante; então, escolham aí qual é a vereda que cada um quer trilhar e marchem para a frente que vai dar mais ou menos lá. Eu não estou mobilizando ninguém. Eu desmobilizo as pessoas assim; eles desmobilizam os atores assim. O que é que geralmente acontece? Se cada um pode escolher o seu próprio caminho, eu posso voltar à minha caixinha lá no meu Ministério e continuar fazendo aquele meu programa isolado porque ele chega ao mesmo caminho dos outros. Eu posso voltar lá para o meu Estado e continuar fazendo, porque chega ao mesmo lugar e eu não consigo mobilizar nenhuma energia em algo que consiga dar uma inflexão nessa realidade; as coisas continuam de forma irreal, e o plano não muda. Então, esse é o segundo ponto.

O terceiro ponto. O plano não pode prescindir das outras esferas de Governo e o plano não pode prescindir dos demais setores da sociedade. Mas vamos falar primeiro na esfera de Governo. O País teve uma centralização no período autoritário e numa ideia de que se pode, a partir de Brasília, desenvolver esse País. Em seguida, no processo de 88, houve uma descentralização, digamos, no município, de muitas políticas sociais; o papel do município ficou mais adequado, mas, nesse meio termo, os governos estaduais ficaram meio esquecidos. E na minha análise, eles têm um ótimo tamanho para entender os espaços de desenvolvimento.

A União é grande demais para tentar entender os espaços, as adversidades dos espaços do País; os municípios são pequenos demais para entender essas inter-relações que os espaços têm que ter uns com os outros. Os Estados, eu acho o desenho bom. Minha experiência na Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe (Seplan), como adjunto em Sergipe, a gente acaba dominando o espaço, tendo uma ideia do espaço.

É claro que Sergipe é um pouquinho mais fácil de dominar porque ele é o menor estado do País, tem 75 municípios, mas é de um tamanho ótimo. Você consegue perceber as coisas. Eu acho que está na hora de recolocarmos o estado, o Governo Estadual, num papel muito relevante nas políticas de desenvolvimento, no planejamento e na implementação das políticas de desenvolvimento do país.

A Sudene não pretende fazer um plano de desenvolvimento do Governo Federal na região. O plano é uma concentração de ações negociadas com os governos estaduais e com os governos municipais, digamos assim, por derivação. Nós temos agendas absolutamente municipais que precisam ser tocadas. A gente vai inclusive ter que avançar um pouco mais na questão da cooperação entre eles. Helena falava, há pouco, que a gente não queria mais aquela guerra fiscal, que a gente precisaria aprender a cooperar; mas a gente sabe como competir, mas ainda não aprendeu muito como cooperar; mesmo o avanço da Lei dos Consórcios Públicos, ainda não se traduzem esses avanços efetivamente em cooperação entre municípios, entre Estados etc. E é preciso.

Depois vem a ideia de alguns teóricos, que é aquela coisa de você conseguir pelo ciclo de políticas públicas que gerem aprendizado também de como fazer política pública. A nossa capacidade de fazer política pública e não medir sequer a eficácia dela, não estou nem falando de efetividade, e sequer a eficiência dessas políticas, elas são medidas e a gente acaba ficando repetindo sempre os mesmos erros. As políticas públicas, quando a gente vê políticas muito, digamos assim, autorais, têm um olhar nesse sentido. Eu não tenho a menor dúvida de que o Brasil vai avaliar o impacto do PAC, que ele tem uma marca muito forte do atual governo, mas isto é uma parcela das políticas públicas no país, por que a grande maioria das políticas públicas do país acontece nos Estados, acontece nos ministérios lá da União e dissipados em um zilhão de programas e de projetos que são replanejados e repetem a mesma coisa que a gente votou no último Plano Plurianual (PPA), e bota aí mais 10%.

Essa é uma maneira muito cruel, mas muito realista de como as políticas públicas são definidas hoje. Acho que essas políticas de maior relevância, de maior visibilidade, a sociedade controla um pouco mais. Mas há muita atuação do poder público que não aprende, que só repete e repete erros. E aí, precisamos ter mecanismos dentro da política de avaliar melhor essas coisas e de ter estudos com linha de base, de ter indicadores, enfim, uma cultura que nós não temos, e que permanece como um desafio. Outro atributo é fugir àquela questão da linearidade do caminho do desenvolvimento.

Helena Lastres já estava dizendo aqui que o ministro Mangabeira Unger elaborou um projeto chamado Projeto Nordeste, um esboço. Nesse Projeto Nordeste, ele cunha uma expressão que eu acho que é esse *slogan*, que é: “o Nordeste não pre-

cisa ser fordista para ser pós-fordista”. E eu sou economista também e a gente tem uma implicância com esse negócio de industrialização que é um negócio sério. Ou a gente industrializa essa região, ou ela parece que não vai ser nada nunca. A gente precisa disso, mas a gente precisa perceber que, na verdade, a base da sociedade, do conhecimento, nós já temos aqui, e mais do que as bases para a sociedade fordista.

Eu vejo, por exemplo, a diversidade cultural como um ativo que nós temos, fundamental para a sociedade do conhecimento, porque a diversidade gera inovação e nós temos diversidade. Não geramos inovação com esta nova diversidade. Por que a gente não consegue gerar? Se o faz, faz de forma pouco sistemática; essa conversa não acontece muito e eu acho que as bases estão aqui. A gente já pode fundar. Não se trata, no entanto, de pular etapas.

Ninguém está dizendo aqui que é possível enganar o tempo; apenas perceber naquilo que nós somos competitivos. Chegou o momento em que aquilo que a gente tem de sobra é um ativo importante. Vai acontecer isso, e não ficar querendo construir ativos que nós não temos e que talvez não sejam tão importantes agora. Evidentemente, não estou querendo sinalizar que a gente tem que esquecer nossos esforços industriais, mas é que a gente precisa começar a pensar, se propor a pensar também em outros caminhos.

Outra coisa que é importante e que a gente viu aqui: o plano precisa articular vários espaços. Isso é quase chavão, mas o espaço é um elemento fundamental que, durante muito tempo, nós não nos apoderamos dele e agora ele volta com muita força. Você vê que todo mundo tem territórios, os governos estaduais, todos fazem um esforço de olhar o seu território e identificar os subespaços, as sub-regiões. O território passa a ser um elemento presente nas políticas públicas, haja vista o Território da Cidadania, que tem essa capacidade de enxergar as especificidades como ativos que são, e depois porque, num território, é onde as políticas se integram. Algo que não se vai conseguir fazer lá nos ministérios, de juntar tudo para falar uns com os outros, e nas secretarias estaduais, botar uma secretaria para falar com as outras. Acontece lá no território.

Lá no território, é o mesmo João que recebe a Bolsa Família do MDS, o Pronaf que vem aqui pelo Banco, é o mesmo João, é a mesma pessoa. Ele integra aquela política, quer a burocracia queira ou não queira. À medida que a gente se aproxima do território, a gente percebe mais as inter-relações entre as políticas. O território é fundamental. Agora, o desenvolvimento do Nordeste não é a soma do desenvolvimento do território, esse foi um conselho que a Tânia Bacelar, no primeiro momento que a gente estava discutindo isso lá no Estado, disse: “cuidado Sergipe, o desenvolvimento de Sergipe não é o desenvolvimento dos seus oito territórios, ele é mais do que isso, ele precisa articular esses territórios numa dinâmica”.

O desenvolvimento do Nordeste tem que ter um enfoque também macrorregional e tem que ter o enfoque mais local, mais territorial; evidentemente estas duas lutas ensejam ações distintas, mas têm que estar conversando umas com as outras. E aí se coloca um desafio, que é um desafio que eu vou puxar com outra coisa, que é a questão da participação da sociedade no planejamento. O desafio de fazer esta articulação não é estabelecer um critério ou escala única, uma escala espacial única; o desafio desta articulação é fazer a tradução entre o conhecimento técnico e o cunho de conhecimento político, conhecimento do político, das forças políticas, não o político-eleitoral. Este diálogo é muito complicado ainda hoje.

Quando a gente vai para as experiências de participação, há sempre uma corrente que diz: “mas enfim o sujeito lá na ponta, às vezes não tem uma visão que eu tenho aqui um pouco mais afastado”. Reconheço que, às vezes, ele sabe as especificidades lá, mas até a gente, como técnico, tem dificuldades de ouvir isso e aí quase sempre o planejamento que é feito com a participação direta da sociedade ou acaba virando uma assembleia ou acaba virando uma parcela muito pequena do que realmente a gente executa. Ele acaba sendo o acessório, o brinco brilhante em um amontoado de coisas não tão brilhantes assim. Mas até que ponto a gente consegue transformar isso em participação efetiva mesmo, de definição de políticas, ainda é um desafio para todos nós.

A ideia da Sudene é que não dá para fazer plano em birô; admite, mas mais do que isso, ela vai precisar botar boa parte do esforço dela e articular os atores desse esforço, de traduzir estes fluxos. Fazer entender tanto um fluxo que vem de cima para baixo, que é um fluxo de integração, de sinergia macrorregional, quanto do macrorregional, entender as especificidades dos locais e coordenar essas especificidades. Então, esse é um grande desafio. É aí que eu queria dar uma contribuição em relação à questão desse debate sobre as escalas e territórios.

Cada política pública que aparece dá um recorte que lhes parece ideal para aquela política; então, há recortes para as mesorregiões regionais, há recortes para as microrregiões do IBGE, há vários recortes, recortes de sub-regiões, e quando você indaga ao formulador: “por que você escolheu esse recorte? Já não tem o território da cidadania lá?”. Ele diz: “isso não impede que aconteça lá o território da cidadania. Mas a minha política fica melhor aqui, juntando esse com aquele, com aquele outro.” Muito bem! Isso para o formulador pode fazer todo o sentido, mas aí, mais uma vez, quando a gente olha na ponta, isso confunde as pessoas e desmobiliza a capacidade de as pessoas participarem. Você tem fóruns. Você não sabe se está participando dos fóruns da mesorregião, da micro, daquele território, do outro; é uma diversidade tremenda, e aí as pessoas ou ficam fazendo várias reuniões para discutir as mesmas coisas, o que desmobiliza, ou mostram falta de integração, o que também desmobiliza.

Eu, simplesmente, não tenho tempo para passar o tempo todo em fóruns, discutindo essas coisas, o que desmobiliza, se a gente entende que a governança local é fundamental para esse desenvolvimento endógeno, a questão das escalas em políticas de desenvolvimento. É evidente que não estamos aqui falando de fazer gestão ambiental com o mesmo recorte. Por exemplo, eu tenho bacias e posso ter lá o recorte da hidrográfica; talvez seja o recorte indispensável para tratar de gestão de recursos hídricos, mas quando estou falando em política de desenvolvimento, por favor, vamos começar a conversar e ter um recorte único para que as pessoas saibam e para que elas comecem a construir sua identidade com aquele local, com aqueles seus vizinhos. Identidade é fundamental nessa coesão social, que, por sua vez, é fundamental para a mobilização.

A grande chave, eu repito, é a nossa capacidade de construirmos um consenso, de construirmos essa agenda de desenvolvimento. Eu não consigo perceber um processo de desenvolvimento descoordenado. Eu sou muito obtuso para entender essa coisa muito caótica em que as coisas vão acontecendo assim, por gerações espontâneas. A gente tem que construir um consenso. Mais que construir planos no sentido mais normativo da coisa, é construir uma visão consensual. Isso pode ficar parecendo muito retórico, mas estamos em um momento importante nisso. Governadores do Nordeste, por exemplo, há algum tempo que exercitam essa qualidade num fórum de governadores.

A Sudene tem um Conselho Deliberativo que reúne os onze governadores dos Estados nordestinos, mais Minas Gerais e Espírito Santo; da sua área de atuação, também cinco ministros, que reúnem sindicatos, os patrões... É a construção dessa agenda que vai-nos dar esta capacidade de articular a nossa mobilização em prol do desenvolvimento. Enquanto a gente não assumir essa responsabilidade, as nossas ações vão ficar repetidas mais uma vez e aí, talvez, a gente entenda, por sorte do mundo, que a gente entra na onda depois a gente sai, mas a gente não vira nunca senhor do nosso próprio destino. Eu acho que a região Nordeste tem um ativo que é essa identidade nordestina, que é uma coisa que acho que só nós temos, sem querer evidentemente, desmerecer as outras regiões, mas o semiárido é para nós um elemento de identidade, de fraternidade, digamos assim, nas nossas tristezas também, mas na nossa riqueza também.

O semiárido nos junta. Ele faz com que o sergipano coma a mesma buchada que come o cearense, faz com que o baiano dance o mesmo forró e que tenha festa junina lá, como tem também no Piauí, em Oeiras. Eu acho que essa é uma coisa que a nossa região tem e se a gente não usar isso, a gente não souber se apoderar disso para traçar aí o nosso destino, a gente não intervém, a gente não muda. Então eu fico por aqui. É só.

SAUMÍNEO NASCIMENTO

Gostaria de parabenizar o Guilherme Rebouças pela abordagem da atuação da Sudene e informar que a gente vai abrir aqui um espaço para perguntas. Gostaria de comentar rapidamente que a apresentação aqui foi Sudene e BNDES, mas nós temos outros instrumentos de intervenção, como o próprio Banco do Nordeste, que vai ser objeto de abordagem amanhã, em uma sessão especial, pelo próprio presidente do Banco do Nordeste e outros organismos regionais que a própria Sudene tem através do seu comitê de instituições, como é o caso do Departamento de Obras Contra as Secas (Dnocs), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Instituto do Semiárido, também.

Antes de passar para as perguntas, gostaria de comentar rapidamente que tem uma questão aí que é a abordagem dos bancos. Como estou presidindo um banco, o único banco estadual na região Nordeste, e como instrumento de intervenção tem impacto significativo, tem um estudo que o Ipea divulgou recentemente sobre a bancarização com alguns indicadores de distância, número de pessoas atendidas etc., onde fica muito evidente o distanciamento do Nordeste em relação ao Sudeste, porque existem bancos privados numa atuação mais forte, bancos estrangeiros atuando mais forte no Sul e Sudeste.

Norte e Nordeste, num distanciamento mais significativo, do ponto de vista de unidades de atendimento, mas a atuação regional que o Banco do Nordeste se impõe à região Nordeste faz uma diferenciação. No caso específico, como Sergipe é o único aqui que tem banco estadual, essa distância é significativa em relação aos demais por conta da quantidade de pontos de atendimento que são proporcionados à população. Então, num território de 22 mil m², você possui 61 agências, 25 postos, quase 400 correspondentes bancários; isso é próprio de oficializar a bancarização de uma parcela significativa da população.

Os outros Estados foram perdendo. O último foi o do Piauí, que foi vendido e por mais que outros bancos, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que têm uma intervenção na região. Isso agrega, é diferenciado do ponto de vista das políticas públicas. Gostaria também de deixar registrado aqui que, no Brasil, existem cinco bancos estaduais. Na região Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul); no Centro-Oeste, o Banco de Brasília (BRB); no Sudeste, o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), no Espírito Santo; no Norte, o Banco do Estado do Pará (Banpará); e no Nordeste, o Banco de Sergipe (Banese).

O Brasil tem cinco bancos federais, que são o BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica federal e o Banco da Amazônia. Então, são 10 bancos públicos num universo de aproximadamente 200, e isso faz

diferença do ponto de vista de intervenção, porque foram os bancos públicos que viabilizaram o acesso ao crédito nesse momento importante que nós tivemos que conviver com a crise; ela ainda não desapareceu.

A intervenção dos bancos públicos na oferta de crédito e de outros serviços foi fundamental para que nós não tivéssemos um processo aqui de bancarização da crise muito maior. Então, gostaria de deixar aqui registrado o papel, que amanhã vai ser visto de forma mais específica, de um banco público regional como o Banco do Nordeste, no espectro de atuação que tem e, ainda mais, de um banco estadual.

Eu fiz essa contribuição aqui só para mostrar que mais de um terço da contribuição entre os bancos vem do BNDES. O Guido Mantega fez uma apresentação numa reunião ministerial, esta semana, em que já traz um avanço disso aí, já passando de 85%, porque o BNDES cresceu muito nos desembolsos e os bancos públicos também iniciaram o processo de rebaixamento de taxas que propiciou essa maior bancarização. A bancarização da região Nordeste é fundamental para que nós tenhamos uma diferenciação, de um ponto de vista de um desenvolvimento diferenciado.

Então a gente vai abrir agora para as perguntas, tanto para Helena, que abordou a questão dos APLs no BNDES, como para o Guilherme, que abordou os instrumentos da Sudene, focando especificamente o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, e que eu tive a oportunidade de iniciar enquanto estava antecedendo ao Guilherme, que, com certeza, vai dar frutos significativos. Então, está à disposição da plenária.

LAÉRCIO MATOS

A pergunta é para os dois, tanto para o Guilherme Rebouças como para a Helena Lastres. Mormente os indicadores econômicos tenham mostrado que o Nordeste tem crescido e tem crescido mais que a média brasileira, algumas questões eu queria pontuar, principalmente em relação à inovação na questão das desigualdades inter-regionais. É complicado. A inovação tem uma relação direta com a atividade tecnológica e, conseqüentemente, com a dinâmica econômica urbana. Então, é muito difícil promover inovação em regiões deprimidas. É muito mais fácil promover inovação na urbe, nas capitais, onde o conhecimento, o fluxo monetário é maior. Mas a questão é a seguinte: existem processos de produção que englobam arranjos, que englobam grupo de produtores de regiões deprimidas. Eu posso citar vários, como a questão do sisal e dos tapetes de sisal lá na Bahia, os produtores de ovino, caprino e carne, a indústria coureiro-calçadista e muito mais.

Esta parte da pergunta eu quero direcionar para o doutor Guilherme, da Sudene: não seria interessante que as políticas hierarquizassem cadeias de valor, atividades em que a cadeia de valor poderia ser rebalanceada no sentido de que os

ganhos, principalmente os ganhos advindos da inovação, pudessem ser divididos de uma maneira um pouco mais equitativa entre todos os atores dentro do processo?

SAUMÍNEO NASCIMENTO

Se tiverem mais perguntas, responderemos em bloco.

CLÁUDIO CÉSAR MARTINS

Para o professor Guilherme, da Sudene. Eu queria que ele fizesse um paralelo entre a nova Sudene e a velha Sudene, porque a velha Sudene foi extinta por uma série de irregularidades, inclusive de corrupção, de que muito se falou na época e eu queria que ele falasse um pouco se a nova Sudene está isenta desses problemas e se já está tomando providências fiscalizatórias para evitar o que ocorreu com a velha Sudene. Cláudio Martins aposentado do BNB, professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE), atualmente.

SAUMÍNEO NASCIMENTO

Mais alguma pergunta e responderemos ao bloco de três.

BRUNO MOTA

Boa tarde! Eu sou Bruno Mota, eu sou da Universidade de Salvador (Unifacs), da Bahia, e a pergunta vai justamente para o senhor Guilherme Rebouças. Ele trouxe alguns elementos que realmente são tristes, mas são verdadeiros. Fez uma avaliação pertinente e bem ampla sobre a questão dos vários diagnósticos, excesso de papel, que substitui outro papel, que substitui outro volume de papel. Aí tem várias questões.

Uma questão é a seguinte: se hoje já existe enfim um diagnóstico que possa se respeitar, qual é o diagnóstico? É que sempre se parte de um diagnóstico. A outra questão, que ele falou também, sobre a importância de os Estados serem a grande esfera de articulação e tal. Isso foi feito na década de 70. E a Bahia, de certa forma, juntamente com o Governo de Estado, incentivada pela própria Sudene terminou gerando um processo de concentração enorme.

Acho que sim, requer, sim, um estado com um grande motor, mas uma articulação interna muito grande, fazendo com que a pluralidade seja respeitada também, e também não só a grande empresa, que, geralmente, é a que está sempre em voga quando se discute desenvolvimento, esteja também articulada com a pequena e média empresa para que haja um projeto de desenvolvimento mais plural, porque nós falamos anteriormente aí sobre necessidade, que há sempre repetição do processo de desenvolvimento sempre de olho no que se faz lá fora e terminamos repetindo aqui sempre de olho na empresa schumpeteriana, o grande motor que movimenta tudo, mas não se articula com a pequena e média e os outros setores.

E de volta para Guilherme: quais são as ações da Sudene daqui para frente, já que há uma avaliação bem ampla? Eu acho que a maioria aqui é economista, acho que daí vem essa falta de consenso, e a gente precisa começar a ter consenso porque esta discussão ideológica, discussão de tendência, o pessoal termina desarticulando, e não criando essa unidade que já faz tempo que é necessária.

HELENA LASTRES

Eu vou pegar a pergunta do Laércio. Aliás, eu quero dizer que o Laércio, desde a primeira reunião sobre o grupo Norte-Nordeste, e são mais de 100 pesquisadores que estão fazendo esta reflexão, está todo mundo pensando junto, vários olhos olhando essa questão, do que tem sido a política: que conceito é esse? O que é que tem sido entendido? O que é que deu certo, que é que não deu? Eu acho que o Banco do Nordeste estava acompanhando através do Laércio desde a primeira reunião, lá em Natal.

Bom, Laércio, eu tenho a impressão de que, para você afirmar o que você afirmou, que inovação é mais fácil em centros urbanos, do que em regiões deprimidas, tem a ver, e você criticou isso, tem a ver com aquela minha fala. Se eu vier com a cabeça de procurar o Pão de Açúcar, ou sei lá, o pãozinho que eu como lá na em casa, eu não só não vou achar aqui como não vou conseguir apreciar o resto. Eu tenho que fazer a mudança. Se eu venho com um conceito de inovação X, eu não vou ser capaz de enxergar a inovação enorme que pode ter nas regiões chamadas deprimidas. Acho que esta é a questão. Ali talvez seja muito mais fácil ter inovação, até porque não tem muita coisa, do que no outro caso que já está meio saturado.

Esta associação entre desenvolvimento produtivo inovativo e desenvolvimento social e inclusão é fundamental; é todo o recado que eu quis passar. Você pegou perfeitamente, é exatamente isso. Inclusive eu faço uma ponte com uma colocação que o Guilherme fez, da falta de projetos. Tem a ver com isso. Se eu venho com a cabeça de que projeto é aquilo que eu vi lá na minha casa, eu não sou capaz de ver a mesma coisa aqui, e eu digo: “ah! Não tem projeto aqui”. Porque eu cheguei ao BNDES, e tinha esta história. 70% dos desembolsos são na região Sudeste. São concentrados na região Sudeste. Tá bom, o Nordeste tem o BNB; o Norte, o Banco da Amazônia (Basa); mas, mesmo assim, somados, não compensa.

A gente está estudando isso. Mas por que é que o BNDES não chega lá? Mas não tem projeto. Falta projeto? De jeito nenhum. A gente é que não está sendo competente o suficiente para desenhar modelos de desenvolvimento que incorporem as demandas das regiões menos desenvolvidas, porque ou é um banco de desenvolvimento ou não é. É de investimento, mas a gente vai fazer mais ou menos onde o retorno ou é mais rápido ou é mais seguro, é mais não sei o quê, senão nós que pensamos e fazemos política temos que ser capazes de desenhar modelos de políti-

cas que incorporem as possibilidades dessas outras regiões, desses outros atores, dessas outras atividades e não deixá-las fora da nossa mesa de política. É um caminho de mão dupla.

Eu concordo com o Guilherme, perfeitamente. Tanto de quem demanda esse apoio como de quem acolhe, promove e mobiliza essas possibilidades. A gente tem várias experiências como essa. Por exemplo, até no BNDES, a noção de APLs se baseou numa ótica economicista. Olhava só os casos mais estruturados no Brasil. Estão onde? No Sudeste e no Sul. Então, a gente tira da possibilidade de fazer política uma enorme potencialidade, ampla, de um país inteiro, por causa de um conceito.

Os conceitos têm que ser amplos, e a gente tem que ter cuidado, pois eles parecem lindos, maravilhosos, mas eles embutem escolhas que são políticas. Quem tem que promover os APLs, porque eles são os mais estruturados ou porque levam inclusão social ou o desenvolvimento regional ou qualquer outra coisa, é o banco, é a agência, é, enfim, quem está fazendo política naquele momento. Então, se eu quiser olhar para os APLs mais estruturados e fazer mais dos mesmos, eu posso; mas, se eu quiser levar aqueles arranjos produtivos a quem quiser fazer inclusão, aí dá um outro mapa, dá um outro quadro. Aliás, é esse o esforço de reflexão que nós estamos fazendo com a RedeSist. Quando vocês mapeiam a População Economicamente Ativa (PEA), vocês mapeiam o quê, de fato? O quê? E o que é que não está sendo mapeado que a gente não vê? O que a gente não vê, não apoia. É este o esforço que a gente está querendo ver. O Guilherme tocou num ponto que eu acho que é fundamental. A gente não tem coordenação de política de jeito nenhum, de desenvolvimento regional, inclusive, nesse país inteiro, e isso tem que ser retomado. Uma das formas de manifestação, a meu ver, dessa falta de coordenação é esse uso de escalas diferentes, de forma como se elas fossem competitivas. Não dá para ser competitiva.

Bom, gente, só para terminar, dizendo o seguinte, o recado fundamental que eu quero passar para vocês é o seguinte: eu gosto muito das teses que dizem que não concordam em falar que têm países de regiões menos desenvolvidas; têm, sim, países de regiões que não aceitam aquele estilo de desenvolvimento, não acolhem aquele estilo de desenvolvimento tão fortemente; elas reagem a esse desenvolvimento que a gente sabe que tem problemas e que se veem nessas regiões que mais reagem às maiores possibilidades de saírem alternativas férteis de novas maneiras de promover o desenvolvimento. Eu acho que esses desafios e essas oportunidades, eu fico assim, pensando.

Eu cheguei ontem à noite a Fortaleza, já sete e meia, oito horas, e eu fui caminhar na orla. Eu vejo aquela feira que tem ali na orla há anos; aquele negócio cresce, cresce, cresce. E eu cheguei, andei, andei, andei, voltei e estava sendo desmobilizado; não sei quantos feirantes têm ali dentro. Mas como é que aqueles caras fazem aquilo ali todo dia? E rapidamente. De repente eu vi, ali já estava quase que

com o espaço vazio. Olha aquilo é de uma cooperação, coordenação, competência, e aquilo é todo dia. Há quantos anos eles fazem aquilo? E não deve ter problema. Não sei se alguém estudou quantas barracas são formais, porque tem também as informais. Cada vez que eu venho aqui, tem uma calda ali de outros que não têm a barracinha aqui. Mas olha, eu acredito realmente nisso. Quem mais reage a adotar um padrão é que tem mais condições de engendrar um novo. Contamos com vocês.

SAUMÍNEO NASCIMENTO

Vocês têm três minutos para responder. Mas tem muitas perguntas aí.

GUILHERME REBOUÇAS

Laércio, em relação à sua pergunta, eu acho que uma das respostas para isso está também em fazer com que essa inovação, e eu concordo com a Helena, tem tudo para acontecer em espaços onde as pessoas têm problemas comuns. Independente de estarmos no espaço urbano ou não, quando as pessoas têm problemas comuns, elas começam a matutar e surge logo uma saída pra essas coisas. Mas a gente não consegue, por exemplo, fazer uma conversa entre a inovação um pouco mais formal e as pessoas que estão precisando disso fora das urbes, a gente não consegue levar isso. Talvez a chave disso esteja na assistência técnica que deve chegar ao produtor.

A gente disponibilizou o nosso processo de assistência técnica rural e, realmente, você não vê alguém que consiga; você vê que a Embrapa, por exemplo, tem conseguido algumas inovações expressivas em relação ao semiárido, por exemplo, mas a difusão disso carece de um sistema de levar, de transportar isso de onde é gerado, mesmo que fique um pouco mais concentrado, que não é o ideal, mas, mesmo que hoje a nossa estrutura de produção de conhecimento esteja um pouco mais concentrada, acho que a gente precisa de um sistema que difunda mais esses conhecimentos, até porque essa inovação, mesmo que ela surja em um rincão, mesmo que não seja em um rincão urbano, por exemplo, que ela surja entre os apicultores lá de Picos, lá no Piauí.

Eu preciso, de alguma forma, levar uma inovação que eles tiveram lá. Olha, a gente faz a melgueira grande, assim, lá para o apicultor que está em Sergipe, por exemplo. É preciso ter essa capacidade de fazer esse diálogo e levar essa inovação, mesmo que incipiente, para esses atores e fazer essa tradução, porque não vai ser realmente fazendo uma publicação numa revista científica que isso vai chegar até o agricultor. É preciso ter alguém que chegue lá, que converse na linguagem dele e que faça isso.

Flávio, falar sobre a nova e a velha Sudene. Eu poderia passar a tarde toda aqui falando sobre isso, até porque eu fui concursado. Sou economista da Sudene desde 1995. Na verdade, eu fiz concurso público para economista na Sudene e, três

meses depois, Bresser Pereira disse que o meu cargo estava em extinção. Eu era um dinossauro aos 22 anos de idade; já era um dinossauro no serviço público. Passei lá um tempo, só tempo de vacas magras na Sudene. De 1995 em diante, foi exatamente a fase que culminou. Eu saí da Sudene em 2002 e ela tinha sido extinta em 2001. A velha Sudene tinha muitas qualidades que foram jogadas num balaio junto com os casos de corrupção, na gestão dos incentivos fiscais. Eu não sei muito bem a veracidade desses casos, mas, ao que parece, fizeram um estudo, acho que foi um superintendente, se não me engano foi Aloísio Sotero, fez um estudo do grau de inadimplência do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e o estudo deu taxas abaixo de 5%. Ele disse: “olha, se fosse um banco privado, eu estaria absolutamente contente”.

Evidente que, com o dinheiro público, não se admite inadimplência zero, mas, é claro, ainda assim, o que me pareceu, vendo de dentro da casa, é que se jogou a Sudene inteira em balaio, quando apenas uma partezinha dela tinha problemas. Ela tinha cartografia, setor de produtos regionais, uma enormidade. A Sudene gestou dentro dela os Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebraes); as secretarias de planejamento foram, digamos, capacitadas pela Sudene. Os Estados não tinham ainda muita capacidade de gestão de planejamento público, então, acho que se cometeu uma série de injustiças, mas essa nova Sudene, ela tem que ser diferente mesmo, até dessa parte boa.

Ela precisa primeiro, em relação ao controle da corrupção, eu lhe asseguro que o país, de uma maneira geral, o país está se munindo de todos os instrumentos, de todos os controles possíveis, às vezes, até de uma maneira sufocante sobre o gestor público, que perde bastante autonomia de decisão para o respeito de processo muito controlado de gasto público, e eu não tenho a menor dúvida, de que não há um ambiente de marco legal e fiscalizatório nem sequer parecido com o que foi um ambiente fértil que fez surgir aquelas maracutaias, e a Sudene pretende enfrentar inclusive uma série de convênios de décadas passadas tendo que prestar contas, uma coisa até meio maluco.

A gente ainda está revendo nosso passado e pagando o preço de um passado nesse sentido. Mas eu aposto bastante que a Sudene deva seguir uma linha e deve ser um pouco mais moderna, e pensar um pouco mais integrada na área de planejamento, planejamento socioeconômico, programas econômicos. As programações pareciam coisas distintas. É preciso que a gente tenha uma visão um pouco mais integrada dessas coisas.

Em relação à pergunta do Bruno, o diagnóstico que se tem é um diagnóstico que a gente não fez, uma eleição do melhor diagnóstico. Qual é o diagnóstico que nós estamos usando? Todos os que tinham sido feitos. A Sudene foi extinta em 2001, virou Agência para a Energia (Adene). Ela foi extinta, mas tinha um órgão lá dentro ainda que, embora muito debilitado em capacidade organizacional, mas

mantinha a discussão do planejamento regional. Evidentemente, que sofreu um baque com isso, mas ela subsistiu em alguns espaços.

A academia continuou fazendo uma discussão da questão regional; os Estados passaram a assumir um pouco mais essa visão regional. E aí vou falar de novo sobre Sergipe. O governador Marcelo Deda apresentou alguns planos de interligação de rodovia etc. Ele está pensando ele vai ligar Salvador a Recife por vias litorâneas, estradas estaduais, uma visão regional. Ele está vendo qual é a sinergia que está havendo no trajeto dele que beneficia evidentemente Sergipe. Mas é a sinergia que isso tem numa dinâmica regional. Os Estados também têm uma agenda. E o Governo Federal, não há um plano do Governo Federal que não faça menção a esse desequilíbrio, aquela linhazinha que, quando a gente olha o mapa, pinta o mapa pelos municípios nos indicadores, não tem um mapa que escape daquela linhazinha que passa embaixo da Bahia; dá aquela quebrazinha assim no norte de Minas Gerais, sobe um pouquinho em Goiás. Para cima é um País, para baixo é outro. Quer dizer, as políticas regionais também têm diagnósticos regionais.

Então o trabalho que nós tivemos que fazer, mais do que ficar fazendo um novo estudo, um novo diagnóstico, foi condensar, convergir o que aqueles diagnósticos todos apontavam, como um consenso a partir dessa multiplicidade de visões. E em relação aos Estados, eu acho que você está certo. O modelo que está aí, eu não acho que a gente pode atribuir isso ao protagonismo dos Estados nos anos 70. A Bahia, especificamente, adotou uma postura de estado mais de liderança nesse sentido, de encampar com muita força um modelo de desenvolvimento que era baseado na industrialização em grandes polos, daquela indústria complementar na pirâmide industrial brasileira, e trazer para cá alguns polos com base nos incentivos e produzir enclaves. Não é? Enclaves cuja dinâmica está muito menos relacionada à dinâmica regional e muito mais relacionada à dinâmica nacional, e que boa parte desses frutos escapava nessas fugas. Não é?

Mas eu acho que o fato de o estado ser protagonista não foi o que levou à concentração. Acho que o que levou à concentração foi o modelo. Se isso fosse contado de cima para baixo, o Polo de Camaçari, se ele fosse encampado lá no Ministério, teria dado o mesmo nível de concentração e eu acho que o modelo é que explica, e aí, é por isso que os Estados podem, nesse novo modelo que começa a ver isso como um problema, que isso já é uma evolução. Os Estados podem vir a ter um outro papel e não mais aquele papel antigo de trazer, eu quero, eu quero, eu quero; mas nesse papel de se apropriar do espaço. No fundo, eu acho que esta é a chave que os Estados podem. E quais são as ações daqui para frente? Essa agenda inicial está consolidada em um documento que agora está sendo coordenado pela Casa Civil.

A Casa Civil está produzindo um documento simples das ações do Governo que indicam as diretrizes de ação no Nordeste. Estas diretrizes estão muito con-

sensuais também, porque esse é um esforço de convergência e não de divergência. Então, estas diretrizes agora vão ter que virar políticas públicas, que é aquele passo dois, e a construção destas políticas públicas é que é a agenda da Sudene daqui para frente. Então, qual é a agenda do Nordeste em termos ambientais? É a agenda que a Sudene vai ter de articular com os órgãos estaduais, de articular com o Ministério do Meio Ambiente. Enfim, essa é a nova Sudene. Em termos de planejamento, a agenda é esta: pegar cada uma destas diretrizes, desse plano mais geral de desenvolvimento do Nordeste, articular-se com os atores e pactuar compromissos. É isso!

MESA ETENE I: AVALIAÇÃO DO FNE

PRESIDENTE DE MESA

Philipe Theophilo Nottingham

EXPOSIÇÃO

Metodologia de Avaliação do FNE

Expositor: Jânia Maria Pinho Sousa (BNB/Etene)

EXPOSIÇÃO

Impactos do FNE no emprego, massa salarial e salário médio

Expositor: Ricardo Brito – Universidade Federal do Ceará (UFC) e Consultor Externo do BNB e Jânia Maria Pinho Sousa (BNB/ETENE)

EXPOSIÇÃO

Avaliação da execução do FNE e Resultados e Impactos do FNE-Comércio-Serviços e FNE-Industrial

Expositor: Elizabeth Castelo Branco (BNB/Etene)

EXPOSIÇÃO

Avaliação de impactos do FNE – Geração de Empregos Período 2000-2006

Expositor: Inácio Bessa Pires (Consultor Externo do BNB) e Jane Mary Gondim (BNB/Etene)

EXPOSIÇÃO

Avaliação do FNE-Rural, FNE-Proinfra e FNE-Proatur

Expositor: Cícero Lima de Albuquerque (BNB/Etene) e Iracy Soares Ribeiro Maciel (BNB/Etene)

PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM

Convidamos inicialmente a expositora Jânia Maria Pinto Sousa para a mesa; vamos convidar o da segunda exposição também, o Ricardo Brito. Vamos começar com este dois blocos das duas primeiras apresentações. De antemão, esse esforço

de avaliação que está sendo feito do FNE é muito importante no sentido de dar satisfação de uma política pública da envergadura do FNE à sociedade e aos próprios gestores do Fundo, do Banco, aos Ministérios, aos Tribunais de Contas etc., mas, fundamentalmente, de retroalimentar o processo de planejamento e permitir os devidos ajustes na política. Neste sentido, o Banco do Nordeste, na comemoração dos 20 anos de FNE, em setembro, estará com oito publicações sobre avaliações do FNE. É um passo muito importante e a tendência é, realmente, desenvolver e melhorar cada vez mais esse processo de avaliação. Então eu passo a palavra à doutora Jânia Sousa, que vai fazer a primeira palestra.

JÂNIA MARIA PINHO SOUSA

Bom dia a todos! A gente tem um prazer enorme de apresentar os trabalhos de avaliação realizados pelo BNB/Etene. O BNB/Etene tem uma área específica para avaliação de políticas públicas e programas operacionalizados pelo BNB e eu queria situar essa área no Etene. O Etene já é bem conhecido de vocês e principalmente do pessoal da Economia. O Etene tem dois Ambientes, um Ambiente de Fundos Científicos e Tecnológicos e de Desenvolvimento e tem o Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação; temos ainda uma Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas. A Área de Avaliação de Políticas e Programas é uma célula, fica subordinada ao Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação. Nessa Área, nossa grande missão é avaliar os programas do Banco, tendo iniciado essa avaliação com o FNE, o principal programa do Banco. Bom, falando rapidamente um pouco do FNE, o objetivo do FNE.

O FNE foi criado pela Constituição e foi regulamentado pela Lei 7.827 em setembro 1989; portanto, o FNE vai aniversariar em setembro, fazendo vinte anos. É muito interessante e gratificante para o Banco e para o Etene, termos resultados de avaliação por ocasião dos 20 anos do FNE, uma política pública.

O objetivo do FNE é contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste através das instituições financeiras federais. O Banco operacionaliza em caráter regional mediante a execução de programas de financiamento a setores produtivos em consonância com os planos regionais de desenvolvimento. O FNE atende aos setores rural, agroindustrial, industrial, turismo, comércio e serviços e infraestrutura. São cerca de 15 programas dentro dessa política pública. É muito interessante e eu vou fazer um breve relato como é que se constituiu este trabalho de avaliação no Banco.

O BNB, que operacionaliza o FNE, é o único banco que operacionaliza fundos constitucionais que tem uma metodologia de avaliação e, para isso, o Banco se preparou. A área de Avaliação de Políticas e Programa foi criada em 2004, tendo-se uma preocupação primeira em formar os membros que iriam compor a área. Para

isso, foi feita uma parceria com a Universidade Federal do Ceará, no sentido de formar esses profissionais no nível de mestrado profissional. Grande parte da equipe passou por este mestrado, inclusive. Em 2005, foi desenvolvida uma metodologia de avaliação do FNE, sendo o foco da nossa apresentação. Essa metodologia de avaliação do FNE se ampara em alguns conceitos básicos, que são conceitos fundamentais para a avaliação realizada.

O BNB, de fato, realiza avaliação, o que é diferente de monitoramento. O monitoramento é um conjunto de atividades gerenciais, tendo como finalidade gerar informações, identificar providências para assegurar a implantação do projeto da forma planejada. Então ele não avalia.



Figura 2 – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene)

Fonte: Etene.

A avaliação vai mais além. Para avaliar, você se utiliza também do monitoramento; a avaliação é um esforço de reflexão crítica sobre o processo e os resultados dos impactos da implementação da política. Nós nos amparamos em alguns autores, dentre eles Nilson Holanda. A avaliação verifica se os objetivos estão sendo ou foram alcançados, e ela é estática, ela retrata um momento. Ela é diferente do monitoramento porque, enquanto se monitora movimento e progressão, avaliam-se os estágios finais ou intermediários.

Resultados é um outro conceito. São os produtos do programa previstos nos objetivos e metas e derivados de todo um processo. O que é que nós chamamos de impactos? Impactos são as mudanças ocorridas para a sociedade, e aí já requer um pouco mais de tempo para que apareçam esses impactos. São as mudanças sociais de longo prazo que se espera alcançar com a política. São proporcionadas por várias ações relacionadas, e uma coisa que se coloca aqui é que é muito difícil isentar e afirmar com segurança que aquele efeito é devido apenas à intervenção do FNE, mas a gente consegue, nos nossos trabalhos, afirmar com segurança que o FNE, com certeza, foi responsável por determinados resultados e impactos.

Trabalhamos com os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, entretanto, a avaliação não considera o conceito de eficiência que está relacionada à otimização dos recursos. Nós avaliamos o FNE sob o critério da eficácia e da efetividade. A eficácia está relacionada ao alcance dos resultados previstos; é o grau do alcance dos resultados previstos e trata da medida em que as ações e os produtos proporcionam os resultados alcançados, contribuindo para o alcance dos objetivos; a eficácia ela está relacionada com resultados.

A efetividade é a relação entre os objetivos pretendidos pelo programa e os resultados. Nos utilizamos dos resultados para saber se com esse resultado se alcançaram aqueles objetivos. Essa é uma definição utilizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que entende os resultados como aqueles impactos observados, e os objetivos, que são os impactos esperados. Trabalhamos com o conceito de indicador que é uma medida quantitativa que operacionaliza todos estes conceitos.

Trabalha-se com a avaliação *ex post*. O que é a avaliação *ex post*? O programa FNE, como assim, grande parte das políticas no País, já está aí há algum tempo; não houve uma preocupação primeira em se avaliar a política, então, as políticas estão implementadas e também esta questão da avaliação da política pública não é uma coisa nova no país, mas também não é uma coisa nova para o resto dos países e, em função de que o FNE já é uma política que já foi implantada. O BNB faz uma avaliação *ex post*, sendo efetuada durante ou após a implantação da intervenção. O critério de avaliação adotado é o critério da eficácia e da efetividade.

Os modelos utilizados são os modelos quase-experimental e o não-experimental. É muito comum, na literatura, em alguns trabalhos de avaliação, terem resultados de avaliação com modelo experimental ou quase-experimental. Nós entendemos que conjugar estes dois modelos dá maior segurança para avaliar o programa. O que é o modelo quase-experimental? Ele utiliza grupos de controle, o grupo experimental que sofreu a intervenção, ou seja, recebeu financiamento e o grupo de controle que é o grupo que não recebeu a intervenção, então se comparam estes dois grupos.

Vamos ver aqui em seguida um resultado de uma avaliação no modelo quase-experimental e uma outra no modelo não-experimental. Aliás, duas do modelo quase-experimental. O que é que faz um modelo não-experimental? A gente reconstrói uma situação anterior indo a campo, e o usamos quando não se pode compará-lo com um grupo de controle. Esse modelo considera apenas a população-objetivo e desenvolve o esforço de reconstruir a situação inicial, reconstruindo a situação antes da intervenção, que é o financiamento, e a situação atual.

A avaliação utilizada para o FNE se dá na forma de uma avaliação mista. Essa decisão foi motivada no sentido de garantir maior isenção e evitar questionamentos do tipo: como é que o BNB operacionaliza a política e ele mesmo faz a avaliação? Assim, se utiliza o modelo misto onde se conjuga a equipe do programa com uma equipe externa. Trabalhamos nas abordagens qualitativa e quantitativa, e é muito forte isso. Não tem como fugir dessa abordagem qualitativa que é o momento em que você capta a subjetividade de algumas questões que podem sinalizar a melhoria do programa, além da abordagem quantitativa.

Utilizamos-nos de dados secundários em nossas avaliações, a exemplo dos documentos oficiais do FNE, Ministério do Trabalho, Rais, IBGE etc. Também se utiliza da matriz de insumo-produto que é um instrumento muito usado pelo banco, além dos dados primários que são as entrevistas realizadas com os beneficiários, gestores e com técnicos.

A nossa estratégia envolve ainda as avaliações anuais por programa: a cada ano é escolhido um programa a ser avaliado. Já foram feitas as avaliações do FNE agroindustrial, o FNE comércio e serviço e indústria, além de avaliações globais nesse modelo quase experimental. No momento, estamos fazendo a avaliação FNE Rural, que será abordada em seguida. Nós fazemos a avaliação global do Fundo com modelos específicos, como nesse modelo quase-experimental, que vai ser apresentada logo mais. Elaboramos, ainda, os relatórios anuais do FNE e os estudos de casos que porventura se façam necessários. Estes estudos podem ser demandados em função de necessidade de aprofundar algo que foi identificado em uma avaliação de um programa desses.

A amostra a ser definida para a realização das pesquisas de campo leva em consideração a região geográfica (dentro e fora do Semiárido), o programa, os Estados e o porte do empreendimento. A matriz de estrutura lógica do FNE define a lógica do programa para poder ser avaliado. O que é essa matriz da estrutura lógica do FNE? Essa matriz apresenta o relacionamento entre os objetivos do programa, as ações, os produtos, os resultados e os impactos. Ela permite esta visualização lógica de onde se quer chegar com a política pública. Aqui estão a matriz, os objetivos que são os efeitos e impactos sociais desejados por uma intervenção.

Para efeito do FNE, o objetivo é contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, mediante a execução dos programas de financiamento. As ações são as intervenções realizadas propostas pelo programa para mudar a realidade existente. E o que é uma ação desta? Esta ação é o próprio financiamento realizado no programa. E o que é que são os produtos que a gente fala? São serviços ou bem gerados pela execução dessas ações. Então tem todo um encadeamento lógico nessa matriz. Temos ainda os resultados e os impactos.

Os resultados são os efeitos proporcionados pela execução das ações e obtenção dos produtos. Para FNE é o aumento, é a melhoria na produção, faturamento, emprego, modernização ambiental, modernização tecnológica etc. Os impactos são as mudanças na realidade existentes para a sociedade; para efeito do FNE. Esses impactos são: elevação nos empregos, nas exportações, na produção, no faturamento, PIB de setores, de Estados e da região Nordeste. Essa é nossa matriz.

Objetivo	Ações	Produtos	Resultados	Impactos
Contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento	Programas Crédito a) RURAL b) AQUIPESCA c) PROFROTA d) PESQUEIRA e) INDUSTRIAL f) PROATUR g) AGROINDUSTRIAL h) COMÉRCIO E SERVIÇOS i) PROINFRA j) PROGRAMAS ESPECIAIS - Prodetec - Pronaf - Procultura - FNE Verde - FNE Pró-Recup. Ambiental Empresas - FNE Micro e Peq.	a) Empreendimentos Implantados b) Empreendimentos Relocalizados c) Empreendimentos Ampliados d) Empreendimentos Modernizados	a) Aumento da produção dos setores financiados b) Aumento do estoque de empregos dos setores financiados c) Aumento do faturamento das empresas financiadas nos setores d) Melhoria nos indicadores de preservação ambiental para os projetos financiados e) Aumento da proporção de empreendimentos que adotam as práticas de modernização tecnológica f) Ampliação de mercado das empresas financiadas nos setores	a) Aumento do Emprego na Região b) Aumento das Exportações Regionais c) Aumento do PIB dos Setores Financiados d) Aumento do PIB Regional e) Minimização das desigualdades entre a Região Nordeste e a média nacional.

Quadro 3 – Avaliação do FNE – Matriz de Estrutura Lógica do FNE

Fonte: ETENE – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Após a construção da Matriz, foram definidos os indicadores para fazer a avaliação. Foram construídos indicadores de execução e de resultados, que estão ligados à eficácia, e os indicadores de impactos, que estão relacionados à efetividade. Os indicadores de execução e resultados medem a eficácia nos níveis de empreendimento, projeto e programa relacionados a dados no âmbito do Fundo, aquilo que o Fundo financiou. Quanto à efetividade, esta verifica aspectos externos e sai do âmbito do Fundo, transcendendo, portanto, aos resultados gerados após a intervenção. Obrigada!

PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM

Nós agradecemos a exposição da Jânia e passamos agora a palavra para o doutor Ricardo Brito, que vai falar sobre impactos do FNE, no emprego, massa salarial e salário médio.

RICARDO BRITO

Gostaria de agradecer a oportunidade por estar participando deste processo de avaliação de um Fundo tão importante quanto o FNE. Neste processo de avaliação de impacto, no nosso trabalho, nós procuramos utilizar uma metodologia que vem sendo muito utilizada na academia e nas instituições públicas, que é o método de *Matching* com *propensity score*. Então, numa rápida pesquisa que eu fiz, por exemplo, na literatura, os trabalhos que estão sendo realizados agora de avaliação do Bolsa Família, a maior parte deles utiliza essa metodologia.

É uma metodologia que está sendo muito utilizada e está ganhando referencial em todos os setores da academia e nas instituições públicas. E a utilização dela para avaliar o FNE também é importante porque a ideia do *propensity score* casa bem com a ideia de critério de crédito. Os bancos dão um certo crédito às empresas avaliando-as nos seus potenciais de desenvolvimento dos seus projetos. Então o *propensity score* casa bem dentro desse teste.

Eu estou tentando comparar empresas pelos seus *propensity scores*, estou comparando empresas pelas suas propensões a ter sucesso em seus empreendimentos. Daí, a gente procurou utilizar uma metodologia que seja bem aceita no meio acadêmico. Eu vou apresentar um pouco dessa história da metodologia e a Jânia vai apresentar os resultados finais.

O *Matching* torna “comparável” os desempenhos dos grupos de tratamento (empresas beneficiadas) e de controle (empresas não-beneficiadas), a partir dos *propensity scores* das empresas, que são as probabilidades esperadas de financiamento, condicionadas por suas características.

E essa comparação é feita na evolução das suas massas salariais, crescimento do emprego ou do crescimento do salário médio; mas o mais importante é que esta comparação está sendo feita levando em consideração as características das empresas. O método de *Matching* com *propensity score* leva em consideração as características das empresas ao comparar os desempenhos delas. E outra coisa interessante desse trabalho é que o nosso foco é micro. A nossa unidade de observação é a empresa. Então nós não estamos trabalhando com valores agregados; nós trabalhamos com desempenhos individuais de empresas e comparando desempenho médio de empresas financiadas com empresas não-financiadas. Então a operacionalidade do método de *Matching* com *propensity score* é o método em dois estágios.

No primeiro estágio, eu vou exatamente dar um critério de crédito que seria o escore de crédito da empresa. Então o Banco está avaliando o escore de crédito da empresa e esse escore de crédito é gerado pela probabilidade de uma empresa receber esse financiamento e essa probabilidade depende das características das empresas. Este primeiro estágio do *Matching* é para dizer: “olha eu tenho que ter um indicador em que eu possa igualar os tipos de empresa. Essa empresa é diferente dessa porque ela tem o tamanho diferente, então, não posso fazer essa comparação direta; eu tenho que criar um indicador para igualar as empresas”.

Esse indicador é gerado no primeiro estágio do *Matching* com o cálculo dos *propensity scores*. Ele é gerado, normalmente, no modelo de probabilidade de financiamento, dadas as características das empresas. O segundo estágio do *Matching* é a comparação de fato dos desempenhos; então, estou gerando um indicador de probabilidade de financiamento da empresa a ser financiada e, desse indicador, eu vou fazer as comparações das empresas, dos desempenhos das empresas que têm esse *propensity score* parecido. Certo? Então, a operacionalização é em dois estágios, tendo esta preocupação de, primeiro, definir que tipo de empresa nós temos e, depois, comparar o desempenho das empresas similares. Além disso, nós fizemos algumas adições.

O Ipea foi o primeiro a analisar. Na verdade, tem um artigo do Ipea aqui, que começou esta análise do FNE utilizando essa metodologia de *Matching*. E nós avançamos, vamos dizer assim, consideravelmente em várias áreas além desse artigo. Uma das coisas que nós utilizamos foi a necessidade de gerar grupos de controle, grupos de tratamento para fazer análise.

Nós resolvemos este problema usando a base anual de dados do BNB com a base de dados da Rais. Foi escolhida uma mostra da Rais e, neste caso, se teve a preocupação de ser uma amostra representativa da Rais, porque se queria gerar informação também do primeiro estágio. Esse já foi um diferencial, em relação ao trabalho do Ipea, de que temos conhecimento. Logicamente que, nesse cruzamento de dados, existe o sigilo, porque ele é feito pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) das empresas. Nós procuramos fazer essa análise de duas formas.

Uma é a forma que o Ipea lançou e a ideia é a seguinte: vamos pegar essas empresas que foram financiadas nesse ano aqui, nesse mesmo ano vamos lá na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), e vamos pegar as empresas que não foram financiadas e vamos comparar o desempenho delas em três anos. Como foi que aumentou o crescimento? Como foi que cresceu o estoque de emprego? Como foi que cresceu a massa salarial nesses dois grupos de empresa? Assim, a primeira avaliação que nós fizemos foi com essa que chamamos de avaliação por anos-base. Estamos isolando cada ano-base específico e comparando a evolução dos empregos das empresas.

A outra inovação que nós fizemos foram avaliações por anos-base agregados porque a análise de *Matching* exige um grande número de observações, tanto do grupo de controle, no caso aí da Rais. Isso aí não era problema porque nós temos o censo das empresas; mas do grupo de tratamento é importante. Então, do grupo de empresas financiadas, nós teríamos que ter muitas informações delas e também para cobrir um tempo maior de atuação do FNE. Nós agregamos desempenho por tamanho do tempo, por diferença anual. Então, a evolução dos empregos em um ano de 1999 a 2000, nós agregamos com a evolução de empregos de um ano para aquelas empresas que foram financiadas, por exemplo, em 2002 e evoluíram seu estoque para 2003.

Essa avaliação por anos-base agregados nos permitiu, nos deu mais confiança de falar sobre os resultados porque gerou uma robustez maior do número de observações de empresas financiadas. Então, o nosso foco do impacto foi o crescimento percentual e absoluto do estoque de emprego, da massa salarial e do salário médio. Da geração dos *propensity scores*, podemos chamar de tipo de escore de crédito, nós utilizamos as seguintes variáveis explicativas; quer dizer, estas variáveis aí são as variáveis disponíveis na Rais e que geram exatamente esse escore de crédito, a idade média para a formação por empresas. Então, utilizamos empresas com idade média, o nível educacional dos empregados, o setor de atuação da empresa, o estado onde se localiza a empresa.

Outra inovação foi que nós utilizamos uma variável de dimensão econômica local. É uma variável de demanda potencial local que seria a renda *per capita* do município onde se localiza a empresa. Essa variável foi colocada também para verificar como está sendo esta locação do FNE. Empresas localizadas em municípios mais pobres estão com a probabilidade maior de receber financiamento e, nisso, era importante a amostra da Rais ser representativa da população. Esta foi a nossa preocupação em agir dessa forma.

A outra inovação é, exatamente, como estamos fazendo por anos-base agregados; temos que controlar esse efeito cíclico dos anos-base. Então, incluímos também os anos por anos-base para controlar não só os ciclos, mas também a própria mudança na administração do Fundo.

Nós temos aqui alguns resultados desse primeiro estágio, que são a geração dos *propensity scores*, que são um modelo de probabilidade de financiamento. Então, num resultado dela, nós evidenciamos que a maior proporção de empresas formais financiadas e registradas na Rais está na Bahia. No entanto, a empresa financiada localizada na Bahia, um empresário lá, teria uma probabilidade menor de receber financiamento do que uma empresa localizada no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Alagoas. Assim, o número absoluto é grande, mas a oportunidade relativa do Estado da Bahia seria um pouco menor do que do Maranhão e Piauí e Ceará e

Paraíba. Isso também sinaliza um pouco que a distribuição não está indo necessariamente para o estado mais rico.

Outro resultado foi que as empresas do setor industrial têm uma probabilidade comparativa maior de receber financiamento e esse resultado está mais relacionado ao fato de que nós estamos trabalhando apenas com empresas formais. O setor industrial tem um nível de formalização bem mais alto do que os setores de serviços e comércio.

As empresas com a média de idade menor de seus funcionários têm uma probabilidade maior de serem financiadas, bem como as empresas localizadas em municípios com renda *per capita* menor têm a maior probabilidade de serem financiadas. Isso também foi um resultado interessante dado o próprio mecanismo de distribuição do Banco, que vê uma distribuição mais direcionada às regiões mais pobres. Então, um empresário que quer fazer o seu financiamento localizado no município com renda *per capita* menor pode até ter um acesso maior aos empréstimos e outras medidas adicionais, e esse aí é o primeiro estágio na elaboração das medidas dos escores, dos escores de crédito, e para avaliar, para fazer o *matching*.

Para fazer a comparação dos desempenhos nós adicionamos duas coisas a mais: eliminamos os *outliers* e também fizemos estimação não apenas para todo o tamanho da empresa, mas fizemos uma estimação para o subgrupo de micro e pequenas empresas com até 50 empregados para anos-base e geramos os resultados que a Jânia vai apresentar agora.

JÂNIA MARIA PINHO SOUSA

Bem, aqui a gente apresenta os resultados: o nosso foco foi emprego, massa salarial e salário médio. Avançamos em relação à pesquisa citada pelo professor Ricardo, feita pelo Ipea, em que, na verdade, a gente trabalhou uma variável a mais. Aliás, em relação à variável emprego, esse é o modelo que se verifica para um ano após o FNE; 2 anos após o FNE; 3, 4 e 5 anos após o FNE.

A gente verifica a média da Rais, neste modelo, por exemplo, para 3 anos, tem um impacto no crescimento percentual do estoque de emprego: é de 36 pontos percentuais. Quando se avalia o FNE, nesse mesmo modelo, nós temos 33,56%, avançando para o modelo de 4 anos, e a gente sempre adotou uma postura conservadora. Para o modelo de 4 anos, o crescimento do estoque de empregos, o percentual, vai para 71%; no modelo da Rais, o modelo vai para 41,63%. E chegamos no modelo de 5 anos, para o FNE, de 132% no crescimento do estoque do emprego contra 51,7% das empresas identificadas na Rais.

Tabela 2 – Impacto do FNE no Crescimento Percentual no Estoque do Emprego para Anos – Bases Agregados – (%)

Número de observações e Médias da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Firma					
	1 ano após FNE	2 anos após FNE	3 anos após FNE	4 anos após FNE	5 anos após FNE
Número Obs FNE	4.175	1.968	1.097	580	311
Número Obs RAIS	26.146	10.186	6.305	4.193	2.206
Média FNE	26,01 (1,75)	47,85 (3,94)	71,77 (7,06)	117,13 (17,03)	185,72 (31,55)
Média RAIS	16,01 (0,58)	26,85 (1,22)	36,93 (2,03)	41,63 (2,80)	51,70 (4,57)
Impacto no Crescimento percentual do Estoque de emprego					
Sem Controle	10,17* (1,85)	21,00* (4,12)	34,83* (7,35)	75,49* (17,26)	134,02* (31,55)
Propensity Scores (estratificação)	7,96* (2,05)	16,34* (3,84)	33,59* (0,08)	71,78* (19,73)	132,23* (35,49)
Propensity Scores (kernel)	8,30* (2,12)	16,97* (4,35)	33,56* (7,05)	72,48* (18,57)	136,77* (29,33)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Notas: Desvio Padrão entre Parêntesis. + Significante a 10% * Significante a 5%.

Bom, isso representa o quê? Isso representa que, nesse modelo de 3 anos, fazendo esta tradução ali, a gente tem 5,24% no número de empregados gerados pelo FNE contra 1,8% da média de empregos gerados nas empresas, nas demais empresas, que são as empresas da Rais. Isso para um modelo de 3 anos. Quando a gente vai para 5 anos após o financiamento, a quantidade de empregos gerados, a média, fica de 10,9 contra 3,34 para as empresas identificadas na Rais.

Então, a gente percebe aí um impacto forte, em relação a emprego provocado pelo FNE. Aí se verifica, como a gente mostrou nesta tabela anterior, que, em todos os modelos, se verifica este impacto significativo do ponto de vista estatístico e econômico; as empresas financiadas mostraram uma dinâmica de contratação diferenciada em relação às empresas não-financeiadas. Esse impacto médio no crescimento percentual de empregos foi de, no mínimo, 7.96% para o modelo de um ano após esse financiamento; 33.56%, no modelo de 3 anos; e 132%, no modelo para cinco anos de crescimento do emprego no estoque devido ao FNE. Significa ainda que, em três anos, no modelo de três anos, de dez empregos gerados, cinco são decorrentes do financiamento do FNE.

Assim, em relação a emprego, se verificou um impacto forte, foi algo semelhante ao identificado pelo estudo do Ipea. Entretanto, a gente aqui tem mais segurança de afirmar esses resultados, esses impactos, em função de que, como o professor

Ricardo coloca, nós demos mais robustez à amostra em função de considerarmos mais ângulos nessa amostra; consideramos um modelo de anos-base agregados que foi diferente do estudo do Ipea.

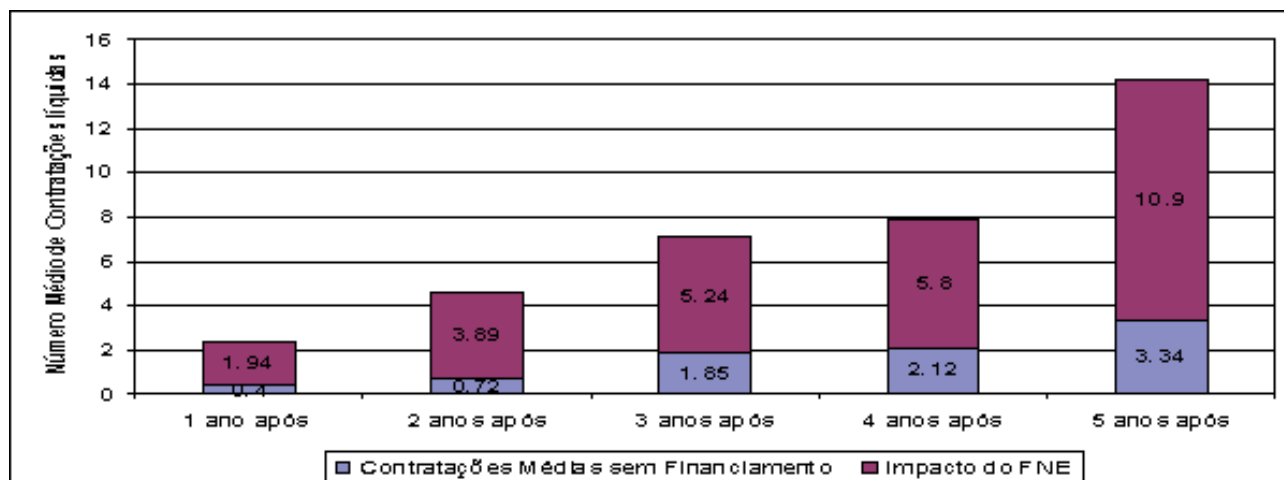


Gráfico 6 – Avaliação dos Impactos do FNE – Emprego, Massa Salarial e Salário Médio (Modelo Quase-experimenal) – Emprego: Média de Contratações sem Financiamento e Impacto do FNE (Número de Empregados)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

Em relação à massa salarial, nós verificamos que também teve um diferencial significativo em favor das empresas financiadas em relação às empresas não-financiadas, de forma que um ano após o FNE, o impacto médio de acréscimo na folha salarial foi de, no mínimo, 6.4%. No modelo de 3 anos após o financiamento, este impacto foi de 39%. E no modelo de 5 anos, 112%. Uma empresa financiada adiciona, em média, e aí já em valores absolutos, R\$ 1.650 por mês nos mercados locais em forma de renda do trabalho, isso para o modelo de um ano após esse financiamento do FNE, e mais de R\$ 13.000, no modelo de 5 anos após o financiamento do FNE, em relação às empresas não-financiadas.

No que se refere a salário médio, a gente não identificou impacto provocado pelo financiamento do FNE, e que também foi semelhante ao estudo do Ipea. Eles não identificaram impactos no salário médio. Isso a gente entende que pode ser refletido pelo crescimento proporcional da massa salarial e do emprego. Assim, verificou-se que o crescimento da demanda por mão de obra, impulsionado pelo FNE, ocorre em níveis salariais vigentes, não pressionando significativamente a remuneração de novos contratados.

Viu-se também que o investimento do tipo trabalhador intensivo parece estar condicionado às empresas nos seus primeiros anos de financiamento. Esse tipo de investimento é recorrente na nossa região, uma área menos desenvolvida, com o mercado de trabalho pouco qualificado, e com excesso de mão de obra e uma baixa remuneração média da mão de obra, e que se verifica que, neste sentido, não tem como uma política de crédito ter respostas isoladas.

É importante, pois, uma comunhão com outras políticas junto com o crédito, de reformas estruturais em relação à educação profissionalizante, por exemplo, em relação ao financiamento produtivo, acompanhamento técnico, e se verifica que requer acompanhamento. Então, na verdade, o FNE sozinho, apesar desses excelentes resultados no que se refere a emprego e massa salarial, não resolve o problema das desigualdades sociais, e sim as minimiza. Tem questões que não podem ser respondidas apenas com o crédito. Bom, e aí a gente encerra essa primeira parte do nosso trabalho.

PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM

Bem! Nós agradecemos as apresentações da Jânia Pinho e do Ricardo Brito. Vamos abrir às perguntas só no final de todas as exposições. Convidamos agora a doutora Elizabete Castelo Branco, que vai falar sobre Avaliação da Execução do FNE e a Avaliação dos Resultados dos Impactos do FNE Comércio e Serviço e do FNE Industrial.

ELIZABETE CASTELO BRANCO

Bom dia a todos! Vou apresentar esse trabalho de avaliação de execução do FNE e de resultado de impactos do FNE Industrial e do FNE Comércio e Serviços. Eu faço parte da equipe técnica do Etene. Participaram, também, deste trabalho a Jânia, que está aqui e que acabou de apresentar para a gente, o Ayrton Saboya, Ádila Pinto, Antônio Neto e o Raul Klebersom. Também tivemos, como colaboradores do Etene, o Ricardo Vidal, a Inês Silva, a Laura Freire, a Fátima Vidal, o Octavio Miranda e o Wendell Carneiro. E como consultores externos, o Felipe, que está ali coordenando a mesa, Luiz Carlos Pontes e o Inácio Bessa, que também estará coordenando a mesa no próximo painel.

Na verdade, esse trabalho é composto por duas avaliações. A avaliação da execução do FNE como um todo e a avaliação mais específica do FNE Comércio e Serviços e Industrial. Vou começar pela execução do FNE. A avaliação da execução, como vimos na apresentação da metodologia, está mais relacionada à eficácia da atividade. É verificar se as ações foram desenvolvidas e em que medida elas atenderam, estando de acordo com as diretrizes e as normas do FNE. Na metodologia, são utilizados dados secundários do monitoramento no período desde o início do FNE, em 1989 até junho de 2007. Esta pesquisa foi concluída no ano passado, no segundo semestre de 2008, e utilizou como fonte de dados secundários os sistemas operacionais do Banco.

Esta avaliação de execução, não vou apresentar por setor, mas ela também contempla os setores do FNE Rural, Industrial e Turismo, por meio do Programa de Apoio ao Turismo Regio (Proatur), que trabalha com o turismo regional e, nesta perspectiva, os dados foram dos financiamentos contratados em 2000 e 2006. A

escolha desse período se justifica pela representatividade numérica, uma vez que 43,4% dos valores contratados estão neste período, isso a preços de junho de 2007. A preços nominais, essa representatividade passa para 86%, além, também, do fato de serem dados mais atualizados, então foi por isso que nós optamos por esse período.

Então, vamos à avaliação de execução do FNE como um todo. Os valores de 1989 até junho de 2007 são de 2.250.000 operações com os valores programados orçados em R\$ 47,405 bilhões, e contratados, R\$ 35,868 bilhões.

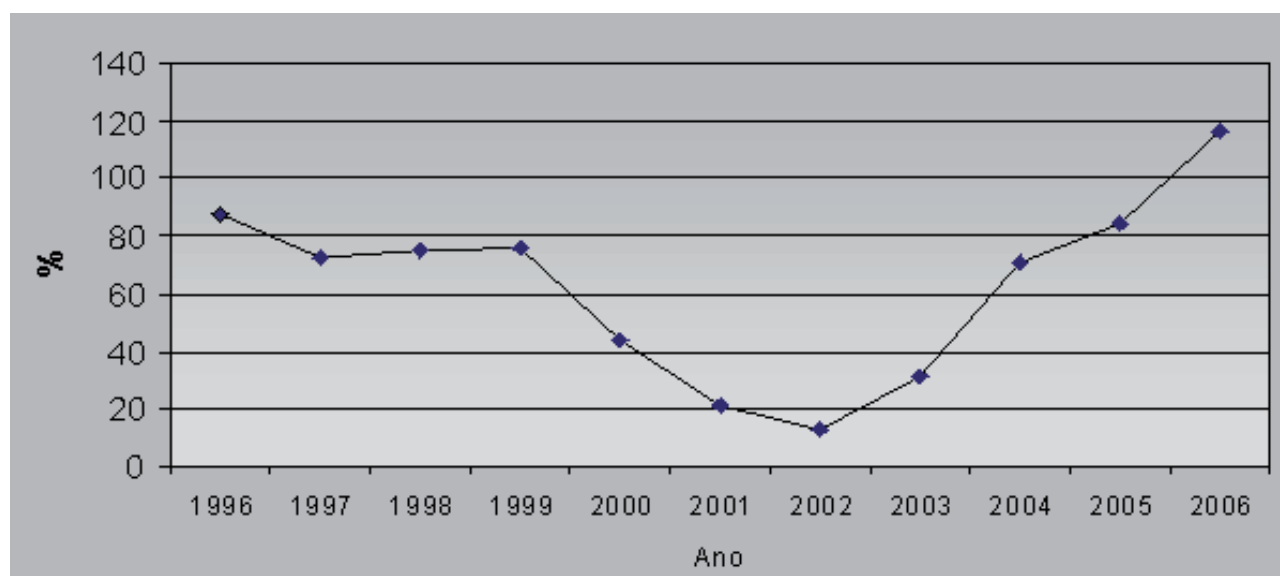


Gráfico 7 – Avaliação da Execução do FNE – Recursos Contratados/Orçados (%)

Fonte: BNB/Etene a partir da Base do Ativo.

Nota: Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

No Gráfico 7, analisamos o comportamento da programação e da execução do FNE. Observa-se que não tem um comportamento regular, isso vai variando com o tempo, mas se pode ver que, de 1999 a 2002, há uma queda, e isso coincide com a redução dos gastos públicos, a partir de 2002. Com a melhoria geral da economia, há um crescimento nesses valores contratados. A base do FNE é o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda e, com o melhoramento geral da economia, há um crescimento nestas contratações.

Bem, neste Gráfico 8 temos uma visão por setor. Então, podemos observar que 57% do que foi contratado está no FNE Rural; 27%, no Industrial; e 6%, no Industrial e no Comércio e Serviços, que são dois programas específicos que vamos tratar adiante. Na distribuição por região, temos que 57% das aplicações estão na região fora do seminário e 43%, no seminário, no período em análise. É importante fazer algumas ponderações com relação ao Estado Maranhão, e analisando esse gráfico, vemos o nível de aplicação bastante grande neste Estado que não tem nenhuma área dentro da região do semiárido. Outro ponto a considerar é a inclusão do Mucuri, o Vale do Jequitinhonha e o norte do Espírito Santo, onde financiamos vários empreendimentos, e a maioria não está na região do semiárido, está fora do semiárido.

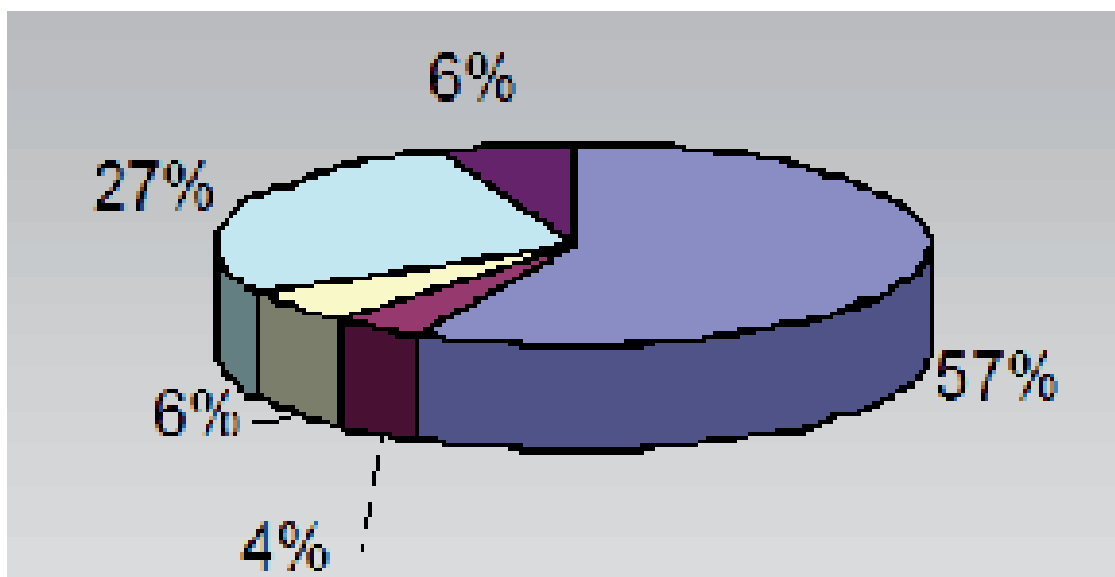


Gráfico 8 – Visão por Setor

Fonte: BNB/Etene/Central de Informações Econômicas.

Nota: Valores a Preços de Junho/2007, Corrigidos pelo IGP-DI.

Com relação ao porte, micro e pequeno e médio porte totalizam aí 58% dos valores contratados; grande, 42%. Neste Gráfico 9, vemos a contratação por Estado e se observa que o Maranhão é o 4º Estado em valores contratados e, como já dissemos, esse Estado não tem nenhum município na região do semiárido. A Bahia é o primeiro Estado em contratações, seguido do Ceará e de Pernambuco. Então, concluimos essa rápida visão da execução do FNE como um todo.

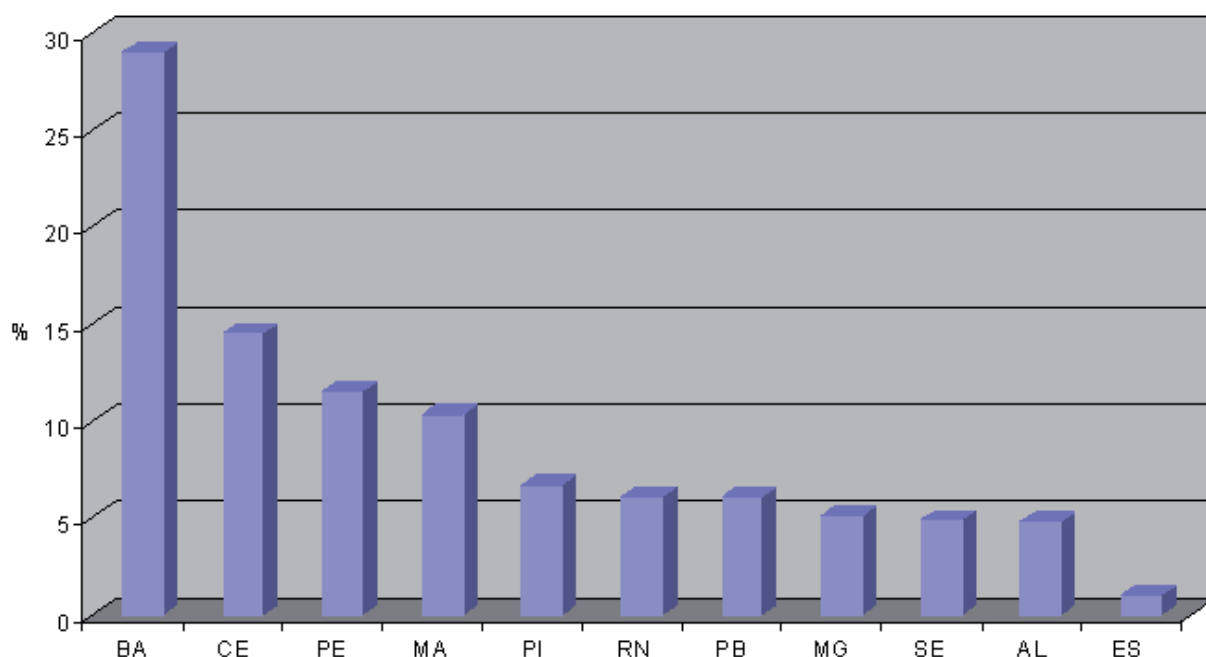


Gráfico 9 – Valores a Preços de Junho de 2007, Corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI)

Fonte: BNB/Etene/Central de Informações Econômicas.

Este estudo de avaliação dos Programas Industrial e Comércio e Serviços faz parte da série que está sendo lançada neste evento, e que se chama Avaliação de Políticas e Programas do Banco. Esse estudo é mais complexo do que o que vamos apresentar, pois vamos ver apenas algumas informações e, depois, na sessão de perguntas, procuraremos esclarecer alguma coisa que não ficou bem dita. Então, vamos abordar a avaliação de resultados e impactos do FNE Industrial e do FNE Comércio e Serviços. Os impactos, como a gente viu anteriormente, apresentados pela Jânia, na seção de metodologia, estão mais relacionados à efetividade do crédito, da ação.

Com relação à metodologia utilizada nesta pesquisa, utilizamos o modelo não-experimental, quer dizer não há uma comparação entre as empresas financiadas e não-financiadas. Foi feita uma pesquisa de campo com 254 empresas no segundo semestre de 2007. São 254 empreendimentos financiados pelo FNE, nos setores da indústria, comércio e serviços. Estas empresas realizaram seus contratos no período de 2000 e 2006 pelas mesmas razões, que nós já falamos, de execução do FNE.

Sobre o perfil da amostra, dessas 254 empresas, nós temos aqui 42% fundados entre 1990 a 2000 e 39%, depois de 2000, ou seja, 81% foram empresas fundadas a partir de 1990; 53% delas estão fora do semiárido; e 47%, no semiárido. E o porte? Micro e pequenas, 81%; 15% de médio porte; e 4% de grande porte.

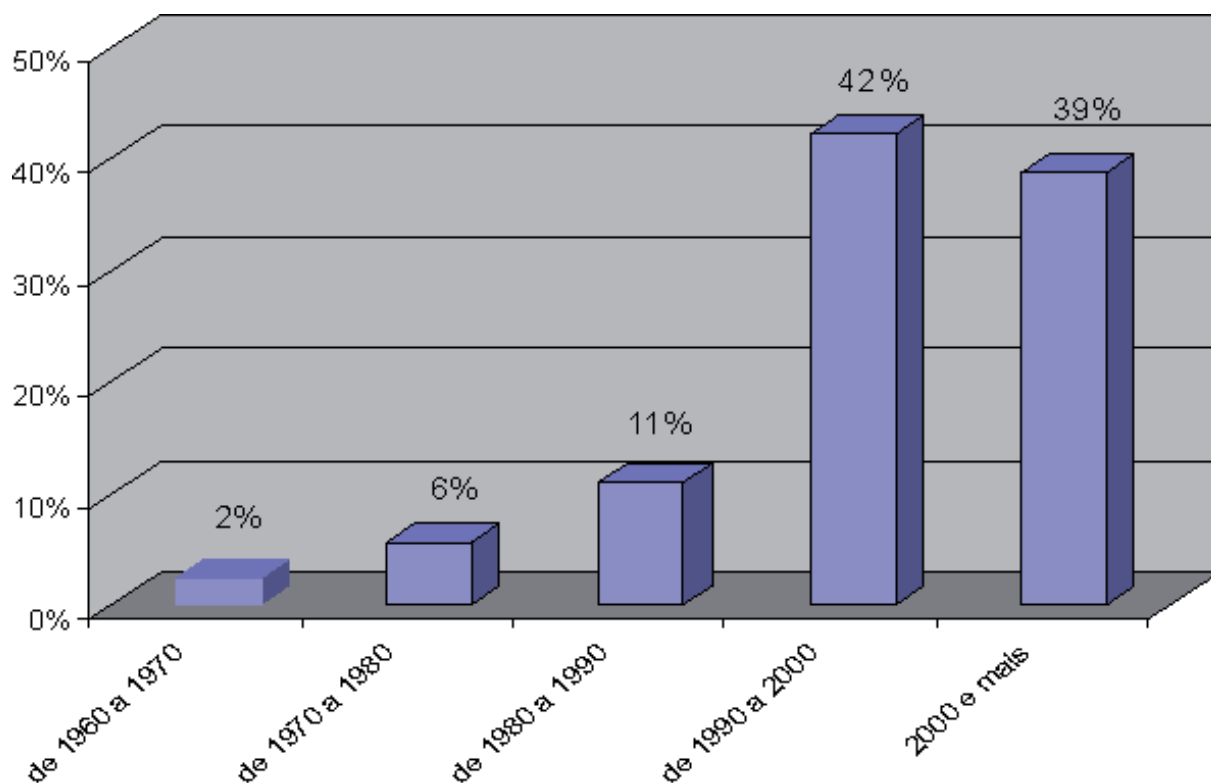


Gráfico 10 – Avaliação de Resultados e Impactos – FNE – Industrial e FNE – Comércio e Serviços: Perfil da Amostra: Ano de Fundação das Empresas

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Esse é o perfil básico da amostra que nós pesquisamos. Vamos falar de alguns resultados dessa pesquisa no que se refere à geração de emprego, o número de ocupações médias dos empreendimentos por porte. Nessa pesquisa, fizemos um comparativo entre as médias de indicadores e números apresentados antes do financiamento, ou seja, o que é projetado por ocasião da realização do projeto de financiamento e após o financiamento, que estamos chamando de atual. Por exemplo, temos aqui (Tabela 3) o número de ocupações médias por empreendimentos e por porte das empresas financiadas.

As microempresas, antes do financiamento, tinham em média três empregados por empresa; foram projetadas quatro ocupações e atingiu-se o número de cinco. E para as empresas de pequeno porte, temos, na mesma sequência, 12, 15, 19. A gente ressaltava aqui o médio porte, que teve um crescimento de 111%; quando projetado, estava em 48, 49%; e também, no geral, havia uma projeção de crescimento de 52% e atingiu-se 95%.

Tabela 3 – Número de Ocupações Médias dos Empreendimentos por Porte

Porte	Antes do Financiamento	Projetado	% Crescimento Projetado	Atual	% Crescimento Projetado
Micro	3	4	33,3	5	66,7
Pequeno	12	15	25,0	19	58,3
Médio	45	67	48,9	95	111,1
Grande	246	391	58,9	476	93,5
Total	21	32	52,4	41	95,2

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Mais um aspecto abordado nessa pesquisa foi a ocupação média de empreendimentos por região e, aí, a gente quer ressaltar o crescimento da ocupação média desses empreendimentos na região do semiárido. Quando os dados projetados estavam em 114%, atingiram-se 143%. O projetado era alto, e o alcançado foi realmente muito bom.

Tabela 4 – Número de Ocupações Médias dos Empreendimentos por Região

Região	Antes do Financiamento	Projetado	% Crescimento Projetado	Atual	% Crescimento
Semiárido	14	30	114,3	34	142,86
Fora do Semiárido	28	34	21,4	48	71,43
Total	21	32	52,4	41	95,2

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Quanto à composição da mão de obra, o Banco trabalha com estas três classificações: ocupação permanente, temporária e mão de obra familiar. A gente observa que, percentualmente, a participação da ocupação permanente foi reduzida, mas, em termos absolutos, há um incremento destes números de empregos.

Tabela 5 – Composição da Mão de Obra (%)

Faixa de Salário	Antes do Financiamento	Projetado	Atual
Ocupação Permanente	92,41	88,29	86,11
Ocupação Temporária	2,99	7,76	10,32
Mão de Obra Familiar	4,59	3,94	3,57
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Comportamento da oferta de mão de obra por Estado. Aqui, a gente quer ressaltar o estado da Paraíba, que teve um crescimento de 300%; Sergipe, 244%. O único Estado que ficou abaixo do projetado foi o Estado de Minas Gerais, que ficou na base de crescimento na oferta da mão de obra, na faixa de 50%, abaixo do projetado, que era de 54%.

Tabela 6 – Comportamento da Oferta de Mão de Obra por Estado

Estado	Antes do Financiamento	Projetado	% Crescimento Projetado	Atual	% Crescimento
MA	34	38	11,8	40	17,6
PI	45	56	24,4	72	60,0
CE	29	52	79,3	60	106,9
RN	16	16	0,0	27	68,8
PB	12	21	75,0	48	300,0
PE	24	44	83,3	59	145,8
AL	6	9	50,0	10	66,7
SE	9	20	122,2	31	244,4
BA	12	13	8,3	14	16,7
MG	26	40	53,8	39	50,0
ES	49	53	8,2	56	14,3
Total	21	32	52,4	41	95,2

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Vamos agora para os resultados em relação à receita. No faturamento médio dos empreendimentos por porte, observa-se que, nos empreendimentos de micro e miniporte, havia um crescimento projetado de 57% e atingiram-se 75%. No geral, havia uma projeção de crescimento do faturamento médio anual desses empreendimentos em torno de 82% e foram atingidos 90%.

Tabela 7 – Faturamento Médio dos Empreendimentos por Porte

Porte da Empresa	Antes do Financiamento	Projetado	% Crescimento Projetado	Atual	% Crescimento
Mini	138.194	217.499	57,4	242.385	75,4
Pequeno	1.507.475	2.079.053	37,9	2.007.451	33,2
Médio	4.227.822	9.045.164	113,9	8.170.133	93,3
Grande	47.532.938	77.993.953	64,1	87.150.252	83,4
Total	3.173.489	5.774.766	82,0	6.031.504	90,1

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Nota: Valores a Preços de Junho de 2007, Corrigidos pelo IGP-DI.

Faturamento médio dos empreendimentos por região. A gente observa que, na região do semiárido, o percentual de crescimento dos empreendimentos atingido foi de 118%, acima do apresentado na região fora do semiárido.

Tabela 8 – Faturamento Médio dos Empreendimentos por Região (R\$1,00)

Região	Antes do Financiamento	Projetado	Atual	% Crescimento
Semiárido	2.020.971	4.072.788	4.417.176	118,6
Fora do Semiárido	4.180.544	7.255.486	7.367.498	76,2
Total	3.173.489	5.774.766	6.031.504	90,1

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Nota: Valores a Preços de Junho de 2007, Corrigidos pelo IGP-DI.

Faturamento médio dos empreendimentos por Estado. Para os Estados, observa-se que Alagoas, Paraíba e Ceará apresentaram, em relação ao projetado, um crescimento superior.

Tabela 9 – Faturamento Médio dos Empreendimentos por Estado (R\$1,00)

Estado	Antes do Financiamento (a)	Projetado (b)	Atual (c)	% Crescimento	
				c / a	c / b
MA	7.052.907	9.777.713	9.786.938	38,8	0,1
PI	7.581.514	11.060.839	9.178.331	21,1	-17,0
CE	2.304.381	4.532.880	5.808.461	152,1	28,1
RN	1.080.243	2.914.452	3.573.738	230,8	22,6
PB	1.265.307	4.886.987	7.294.092	476,5	49,3
PE	8.514.806	17.054.838	16.148.899	89,7	-5,3
AL	605.308	644.655	1.033.459	70,7	60,3
SE	579.236	2.666.716	1.905.068	228,9	-28,6

Continua

Tabela 9 – Faturamento Médio dos Empreendimentos por Estado (R\$1,00)

Conclusão

Estado	Antes do Financiamento (a)	Projetado (b)	Atual (c)	% Crescimento	
				c / a	c / b
BA	1.292.989	1.847.210	1.323.272	2,3	-28,4
MG	545.812	953.910	1.059.537	94,1	11,1
ES	3.556.962	6.775.749	1.926.749	-45,8	-71,6
Total	3.173.489	5.774.766	6.031.504	90,1	4,4

Fonte: Pesquisa Com Empresas Financiadas.**Nota:** Valores a Preços de Junho de 2007, Corrigidos pelo IGP-DI.

Bom, além desses aspectos de geração de emprego, de renda, de faturamento, o que é que observamos também em nossas pesquisas? O acesso aos mercados, além de alguns aspectos ambientais e também tecnológicos e de gestão. Com relação ao acesso aos mercados, observa-se que há um crescimento do acesso dos produtos das empresas financiadas aos mercados nacional e ao mercado internacional também. Vale ressaltar que o aumento da participação de 0,8% para 3,6% é muito significativo.

Tabela 10 – Evolução do Acesso aos Mercados por Parte

Mercado	Antes do Projeto	Atual	Evolução
Sem Resposta	16,50%	15,80%	-4,24%
Mercado Estadual	67,50%	53,40%	-20,89%
Mercado Nacional	15,30%	27,30%	78,43%
Mercado Exterior	0,80%	3,60%	350,00%
Total	100,00%	100,00%	-

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Quanto a evolução do acesso aos mercados por porte, observamos, na Tabela 10, que as micro, pequenas e médias empresas atingem o mercado nacional, saem do mercado regional e local para o mercado nacional, e as grandes empresas alcançam o mercado externo; elas têm acesso ao mercado externo.

Tabela 11 – Evolução do Acesso aos Mercados por Porte

Mercado	Micro		Pequena		Média		Grande	
	Antes do Projeto	Atual	Antes do Projeto	Atual	Antes do Projeto	Atual	Antes do Projeto	Atual
Sem Resposta	27,8	27,8	7,5	9,6	7,9	2,6	10,0	0,0
Mercado Estadual	70,4	62,0	77,4	60,6	47,4	25,6	20,0	8,3
Mercado Nacional	1,9	9,3	15,1	28,7	44,7	66,7	50,0	50,0
Mercado Exterior	0,0	0,9	0,0	1,1	0,0	5,1	20,0	41,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Com relação às alterações na oferta de produtos e serviços dos empreendimentos financiados, 61% dos empreendimentos disseram que ampliaram a oferta de produtos e serviços. O financiamento também permitiu o lançamento de novos produtos segundo a resposta de 35% das empresas.

Tabela 12 – Alterações na Oferta de Produtos e Serviços dos Empreendimentos Financiados

Evolução da Oferta	%
Sem Resposta	14,50%
Mantém-se o mesmo nível de oferta	6,00%
A empresa ampliou a oferta	61,70%
Permitiu o lançamento de novos produtos no mercado	34,70%

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Com relação aos aspectos ambientais e tecnológicos, foram feitas perguntas aos empreendedores sobre a certificação 14.000, se o empreendimento possui licenças ambientais atualizadas, se faz tratamento de seus efluentes líquidos, se faz tratamento de resíduos sólidos, coletas seletivas, se controla as emissões na atmosfera. Embora os índices tenham muito ainda a melhorar, já se observa uma progressão desses índices após o financiamento do FNE.

Tabela 13 – Comportamento dos Procedimentos Ambientais

Item	Antes do Financiamento	Atual
Possui Certificação ISO 14000?	0,50%	1,50%
O empreendimento possui licenças ambientais atualizadas?	47,95%	59,51%
Realiza coleta seletiva de lixo?	24,94%	35,73%
Realiza tratamento de efluente líquido?	12,28%	18,64%
Realiza tratamento de resíduo sólido?	13,69%	23,21%
Realiza controle de emissões atmosféricas?	10,66%	15,78%

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Com relação aos aspectos tecnológicos, foram questionados, principalmente, os indicadores de modernização, que são a utilização de sistemas informatizados de gestão, de sistemas de controle de qualidade, se participa de feira e exposições, se faz articulação institucional, se presta serviços através da Internet, e se oferece capacitação aos funcionários. São algumas perguntas que sinalizam para nós o nível de modernização das empresas. Observamos, também, uma melhoria desses indicadores, ressaltando-se a utilização de sistemas informatizados de gestão e a utilização de sistemas de controle de qualidade.

Tabela 14 – Comportamento dos Indicadores de Modernização

Item	Antes do Financiamento	Atual
Utiliza sistema informatizado de gestão?	28,60%	59,30%
Utiliza sistema de controle de qualidade?	26,20%	49,60%
Participa de feiras e exposições?	28,60%	46,40%
Realiza articulação institucional?	21,40%	38,70%
Presta serviços através da internet?	6,90%	19,00%
Oferece capacitação para os funcionários?	38,70%	64,10%

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Para resumir, vamos às principais conclusões que podemos tirar dessa pesquisa do FNE Industrial, Comércio e Serviços. O aspecto mais importante: qual é a situação das empresas? A gente observa que 86% dessas empresas pesquisadas estão ativas, funcionando normalmente, produzindo normalmente. Paralisadas temporariamente, temos 8%; e desativadas, apenas 6%. Das empresas ativas, que estão em produção, trabalhando normalmente, 88% estão em operação; 11% estão sendo ampliadas; e, em implantação, só 1%.

O FNE contribuiu para que as empresas financiadas de todos os portes gerassem mais empregos do que o inicialmente projetado (52% para 95%). O faturamento dessas empresas cresceu 90%, quando se previa um crescimento de 80%. Então, em valores, o faturamento foi projetado em R\$ 3,2 milhões, mas atingiu-se R\$ 6,0 milhões. Também uma ampliação do acesso aos mercados nacionais e internacionais, de 15% para 27%, o projetado e o alcançado, e um mercado internacional de 0,8% para 3,6%.

E ainda, para finalizar, com relação aos aspectos ambientais antes do financiamento, observa-se uma melhoria na situação atual, ou seja, depois do financiamento. Temos muito mais a melhorar. As empresas têm muito mais a melhorar nesses aspectos, mas a contribuição do FNE para essa melhoria já se percebe nesses indicadores. Da mesma forma, para os aspectos tecnológicos e de gestão; depois do financiamento, todos melhoraram. Bem, é isso. Obrigada!

PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM

Agradecemos a boa exposição da doutora Elizabeth e convidamos agora o doutor Inácio Bessa e Jane Mary Gondim, que vão falar sobre a Avaliação de Impactos do FNE e Geração de Empregos no período 2000 a 2006. Primeiramente, Inácio Bessa com a palavra.

INÁCIO BESSA PIRES

Boa tarde a todos! O trabalho que vou apresentar tem esta metodologia que desenvolvi em 2003 e apliquei numa avaliação do FNE para o período 2000/2004, 2000/2005, 2000/2006, e que está sendo publicado neste segundo semestre.

Na verdade, o trabalho tem basicamente o capítulo metodológico. O segundo capítulo trata de uma leitura do mercado de trabalho, em nível nacional, focando especificamente os Estados da Região Nordeste, onde se avalia tanto o crescimento do emprego formal como também a atenção dos rendimentos do trabalho e a questão do salário de contratação das pessoas. Isso é uma leitura inicial para se ter uma ideia do que de fato nós estamos falando em matéria de impactos.

Bem! No primeiro capítulo eu falo um pouco da metodologia desses resultados e a Jane Mary vai falar sobre o terceiro e quarto capítulos, que tratam da questão do impacto dos investimentos do FNE.

Muito bem! Quais são as fontes de informação que eu trabalhei para montar essa metodologia? Bem! Duas fontes básicas relacionadas às informações sociais, que são a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e o Cadastro Geral de Empregado e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego. Essas fontes foram utilizadas nos três trabalhos. Delas, retiro a questão dos estoques de mão de obra, tendo como referência o CNPJ das empresas, e mais informações tocantes à lista de trabalho e ao salário dos trabalhadores, qual a admissão.

A segunda fonte seria do BNB, que nós conseguimos, junto ao Ministério do Trabalho, a liberação do CNPJ das empresas financiadas. É importante colocar que o estudo não é por amostragem; ele é censitário, de toda a base de dados investigados; e trabalhei os desembolsos efetivos não-contratados, não os investimentos; trabalhei realmente com os desembolsos que aconteceram ao longo desses períodos que mencionei anteriormente.

Bem! O que é que significa isto aqui? Basicamente, este é o procedimento do método, ou seja, independente do momento, por exemplo, 2000/2006 é o último estudo que foi feito, independente do ano em que a empresa recebe o primeiro desembolso, o seu estoque é repassado para o ano 2000. Por que isso? Por que não colocar estoque da empresa a partir do momento em que ela recebeu o desembolso? Porque teria uma leitura equivocada. Porque teria o crescimento do emprego que não fosse, talvez, em decorrência do investimento, e sim, talvez, pelo tamanho do estoque que vem a compor a matriz global do trabalho; quer dizer, o ponto de referência é tocante ao número de empregados. Então, mesmo que uma empresa tenha recebido seu primeiro desembolso em 2006, para análise dos estudos, o estoque dela vem para cá; eu pego o estoque de 2000 e acompanho, ao longo do período, como se deu esse crescimento do nível de emprego das empresas financiadas.

Parcelas de desembolso	Anos						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1	$E_{2000+T, k, s, e}$	--	--	--	--	--	$E_{2000+T, k, s, e}$
2	$E_{2000+T, k, s, e}$	$E_{2000+T, k, s, e}$	--	--	--	--	$E_{2000+T, k, s, e}$
“	$E_{2000+T, k, s, e}$	--	$E_{2000+T, k, s, e}$	--	--	--	$E_{2000+T, k, s, e}$
“	$E_{2000+T, k, s, e}$	--	--	$E_{2000+T, k, s, e}$	--	--	$E_{2000+T, k, s, e}$
“	$E_{2000+T, k, s, e}$	--	--	--	$E_{2000+T, k, s, e}$	--	$E_{2000+T, k, s, e}$
“	$E_{2000+T, k, s, e}$	--	--	--	--	$E_{2000+T, k, s, e}$	$E_{2000+T, k, s, e}$
N	$E_{2000+T, k, s, e}$	--	--	--	--	--	$E_{2000+T, k, s, e}$

Quadro 4 – Composição dos Eventos

Fonte: Etene.

Onde:

E_{2000+T} : ano de referência $T=0$ e de evolução do estoque das empresas financiadas, $T=1, 2, 3, 4, 5, 6$.

k: ano de desembolso;

s: subsetor de atividade;

e: Estado da Região Nordeste.

Então, eu pego a base da Rais, retiro o CNPJ, porque tenho que pegar o CNPJ das empresas financiadas, retiro de lá e crio esse grupo de controle, ou seja, as financiadas e as não-financiadas. Todo esse procedimento se baseia basicamente nessa lógica de você trazer o estoque para o início do momento; a base é o ano 2000. Então, isso foi tratado diretamente para cada período que eu mencionei. No trabalho de 2006, a gente procura englobar um pouco mais, pondo em dúvida a questão, usando um pouco de correlação para medir se realmente esse impacto é significativo ou não.

Quais são os critérios de avaliação, de desempenho, de resultado? E aí, a gente acompanha os valores de desembolso que aconteceram desde 2000 a 2006 e percebe claramente o crescimento muito significativo de 2004 para cá. A gente percebe se influenciou muito os resultados, e você tem essa coisa a avaliar também que é o crescimento dos postos de trabalho, que foram esses dois eventos que eu considero: o primeiro evento, das empresas financiadas; e o segundo evento, que são as empresas não-financiadas.

No tocante aos efeitos, a gente mede, por exemplo, de que forma são esses impactos, se ele é forte, se não é muito forte. É evidente que nós estamos também trabalhando com empresas que estão no mercado. Têm algumas coisas que não são controladas, mas é feito, por exemplo, o crescimento de empresas tanto nas

empresas que são financiadas como nas empresas não-financiadas. Então, o que fica de fora em termos de avaliação se dilui em razão de você ter um novo espaço de análise.

Bem! Sem dúvida alguma, neste primeiro capítulo, que nos dá uma visão de leitura de mercado, nós tivemos uma evolução significativa de emprego durante o período 2000 a 2004 e 2006, se comparar com o período de 2004, mas uma coisa que eu coloco no trabalho e que é preocupante é que você tem, por exemplo, se eu pegar a região Nordeste, você tem aproximadamente 1.811.000 empregos gerados de 2000 até o ano de 2006; se você pega informações, por exemplo, do IBGE, o tamanho da PEA, da força de trabalho no Brasil, chega a 96 milhões de pessoas.

Tabela 15 – Empregos Formais Regiões/Brasil – 31 de Dezembro 2000-2006

Regiões	Anos						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Norte	1.094.365	1.161.780	1.296.597	1.379.761	1.529.195	1.650.837	1.792.126
Nordeste	4.374.850	4.555.019	4.859.397	5.095.390	5.394.730	5.808.590	6.185.903
Sudeste	14.042.822	14.437.616	15.128.474	15.396.672	16.259.719	17.201.452	18.140.168
Sul	4.625.153	4.859.793	5.075.659	5.256.600	5.632.349	5.831.790	6.170.491
Centro-Oeste	2.091.439	2.175.406	2.323.786	2.416.504	2.591.583	2.745.948	2.866.561
Brasil	26.228.629	27.189.614	28.683.913	29.544.927	31.407.576	33.238.617	35.155.249

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)/Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Se você considerar que a região Nordeste tem 25 milhões de pessoas e que você tem um crescimento de 2 milhões de empregos média/ano, a gente tem que ver que a situação do mercado de trabalho melhorou bastante, mas que ainda é insuficiente no tocante ao contingente de força de trabalho existente, que se vem se acumulando a vários anos; e se até uma estatística do IBGE diz o seguinte: você tem crescimento médio/ano 17% da força de trabalho e de 14% das ocupações. E olhe que não estou falando de emprego formal, mas de ocupações.

Sabemos que Rais e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) tratam especificamente da questão dos empregos formais. Vocês, para terem uma ideia, na região Nordeste, o número de empregos que são gerados é catorze vezes menor do que o tamanho da PEA. Estamos numa situação favorável? Sim, é evidente que estamos! Porque se nós não tivéssemos esse crescimento significativo de emprego de 2004 para cá, a situação estaria muito mais precária. Então, a continuar crescendo emprego é evidente que a tendência é a oferta de emprego suprir essa excedente força de trabalho que existe no mercado e que vem se acumulando há muitos anos.

Se você pegar, por exemplo, uma estatística, para você ter uma ideia mais ou menos como é que a coisa está funcionando em termos de mercado de trabalho de Fortaleza, em 1984, a gente tinha o seguinte: no mercado de Fortaleza, de cada 100 trabalhadores, tinham, aproximadamente, 44 pessoas na informalidade e 55 pessoas na formalidade. Hoje, em Fortaleza, 57 pessoas de 100 estão na informalidade, e 43 pessoas na formalidade, ou seja, o emprego informal está crescendo e quando eu estou falando nesse contingente, eu estou falando de uma fatia que deve estar em torno de 45%.

O que fazer diante disso? É que você tem um crescimento acentuado da concentração dos rendimentos até um e meio salário mínimo. Isto não sou eu que digo. Cresceu a renda do brasileiro? Cresceu. Cresceu a renda do nordestino? Cresceu. Até porque você teve um ganho real de salário mínimo. Porém, os rendimentos que estão acima do salário mínimo, tendência observada com os índices do Ministério do Trabalho, é que você tinha 37,47% percebendo um salário e meio e aqui você já tem, em 2006, 53,71%. Bem! Ninguém está vendo essas pessoas; elas vêm exatamente das faixas de um e meio até cinco salários mínimos.

Tabela 16 – Rendimentos do Emprego Formal por Faixas de Salário-mínimo: Região Nordeste – 31 de Dezembro – 2000/2006

Faixas Sal. Mín	2000			2006		
	F _i	F _{i, R}	F _{i, R, A}	F _i	F _{i, R}	F _{i, R, A}
? 0,5	33.855	0,77	0,77	37.400	0,60	0,60
0,5-- 1,0	367.897	8,41	9,18	668.122	10,80	11,40
1,0-- 1,5	1.236.978	28,29	37,47	2.616.762	42,31	53,71
1,5-- 2,0	694.450	15,87	53,34	875.818	14,16	67,87
2,0-- 3,0	705.853	16,13	69,47	736.527	11,91	79,78
3,0-- 4,0	359.693	8,22	77,69	389.788	6,30	86,08
4,0-- 5,0	244.604	5,59	83,28	230.734	3,73	89,81
5,0-- 7,0	262.108	5,99	89,27	229.737	3,71	93,52
7,0-- 10,0	166.635	3,81	93,08	150.144	2,43	95,95
10,0-- 15,0	118.715	2,71	95,79	99.866	1,61	97,56
15,0-- 20,0	53.629	1,23	97,02	48.854	0,79	98,35
> 20,0	96.597	2,21	99,23	61.115	0,99	99,34
Ignorado	33.836	0,77	100,00	41.036	0,66	100,00
Total	4.374.850	100,00	--	6.185.903	100,00	--

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)/Rais.

Quer dizer, existe uma migração por menores rendimentos. Isso é o que está apontando a Rais e também a Caged. Quando eu trabalhei essa informação, a minha preocupação foi a seguinte: qual é a razão disso? Então eu investiguei a questão do salário de admissão. O que é que está acontecendo? Até o um e meio salário mínimo você tinha, em 2000, uma participação de 58,62% de pessoas admitidas por esse salário e, agora, nós temos uma participação de 78,30% de pessoas admitidas com até 1,5 salário mínimo.

Se você observar de onde sai isso aqui, você constata que, realmente, acontece um novo sistema. Você tem uma migração do salário de contratação alta para uma

de contratação muito menor. É evidente que o trabalho avançou um pouco mais. O trabalho é constante. Mas tem um fato que está sendo sinalizado nesse processo. Eu uso as duas fontes, Caged e Rais, e o que a gente observa é que a população até 29 anos de idade é exatamente a população que está ingressando no mercado de trabalho com um salário de admissão bem menor do que era oferecido anteriormente. No trabalho, além da análise global que eu faço no primeiro capítulo, eu avanço um pouco mais no sentido de procurar entender onde de fato está sendo formalizado.

Tabela 17 – Salário de Admissões segundo as Faixas de Salário-mínimo: Região Nordeste – 2000/2006

Faixas Sal. Mín	2000			2006		
	F _i	F _{i,R}	F _{i,R,A}	F _i	F _{i,R}	F _{i,R,A}
? 0,5	1.799	0,15	0,15	11.619	0,71	0,71
0,5-- 1,0	199.904	16,89	17,09	409.095	24,95	25,66
1,0-- 1,5	492.442	41,58	58,62	863.304	52,61	78,30
1,5-- 2,0	189.795	16,03	74,65	170.012	10,37	88,67
2,0-- 3,0	155.399	13,13	87,78	107.664	6,57	95,24
3,0-- 4,0	50.853	4,30	92,08	31.270	1,91	97,15
4,0-- 5,0	27.420	2,30	64,40	12.812	0,78	97,93
5,0-- 7,0	21.984	1,86	96,26	12.471	0,76	98,69
7,0-- 10,0	15.215	1,29	97,55	8.028	0,49	99,18
10,0-- 15,0	10.164	0,86	98,41	3.138	0,19	99,37
15,0-- 20,0	4.451	0,38	98,79	1.060	0,06	99,43
> 20,0	6.772	0,57	99,36	852	0,04	99,47
Ignorado	7.601	0,64	100,00	8.623	0,53	100,00
Total	1.183.801	100,00	--	1.639.948	100,00	—

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) / RAIS.

Bem! Basicamente, este seria o primeiro capítulo do trabalho que nos dá essa leitura do mercado. Isso passa pelos três períodos que eu mencionei e tentando realmente encontrar formas para que você consiga até sinalizar mais essa análise. Eu não faço análise. Aliás, ela é feita por subsetores de atividade econômica. Em 2000/2006, a gente ampliou este fato não só setorial, mas também subsetorial. Eu acho que a gente podia avançar um pouco mais até para trabalhar um pouco mais por porte das empresas. A preocupação é você conseguir agregar, juntar, o tamanho do estabelecimento com a variável, quer seja ela capital, faturamento, para que você possa fazer uma classificação e conseguir um impacto não somente no termo setorial como também em termos de posse de emprego. Muito obrigado!

PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM

Doutora Jane Gondim vai complementar.

JANE MARY GONDIM

Após uma visão geral do emprego apresentada pelo professor Inácio Bessa, pode-se falar mais especificamente do impacto que os financiamentos do Banco geraram para o emprego.

O objetivo principal do trabalho foi estudar os impactos dos financiamentos do Banco, tanto com os recursos do FNE como com recursos de todas as outras fontes na geração de emprego, utilizando o método quase experimental de grupo de controle. Assim, as empresas financiadas são consideradas o grupo de tratamento, e as não-financiadas são o grupo de controle. As não-financiadas são empresas que não receberam nenhum financiamento do Banco, o que não significa que elas não possam ter recebido financiamento de outras instituições. O trabalho usou também como medida de avaliação a técnica de correlação entre os desembolsos e o emprego.

Os resultados mostraram que as empresas financiadas pelo Banco tiveram crescimento relativo, superior ao das empresas não-financiadas, em 87,9%. Ao se observar a série histórica, percebe-se que as empresas financiadas geraram 171.000 novos empregos, correspondentes a uma variação de 74%, enquanto as não-financiadas tiveram uma variação de apenas 39% na geração de empregos neste período 2000/2006.

Tabela 18 – BNB – Estoque de Emprego

Empresas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Novos Empregos	Variação (2000-2006)
Financiadas	231.052	185.069	209.324	239.106	266.731	378.725	402.884	171.832	74,37
Não-financiadas	4.143.798	4.369.950	4.650.073	4.856.284	5.127.999	5.429.865	5.783.019	1.639.221	39,6
Total	4.374.850	4.555.019	4.859.397	5.095.390	5.394.730	5.808.590	6.185.903	1.811.053	41,4

Fonte: MTE/Rais e BNB.

Obs.: Empresas financiadas pelo BNB (todas as fontes).

Os empregos gerados no Nordeste foram em número de 1.800.000, mais ou menos, e desses empregos, as empresas financiadas pelo Banco geraram 171.000. Ao se analisarem agora as empresas financiadas somente com recursos do FNE, percebe-se que as mesmas tiveram um crescimento relativo do emprego 372% maior do que o das não-financiadas, apresentando uma variação positiva de 179% no período 2000/2006. Por outro lado, as não-financiadas cresceram 37,9%. Isto mostra que as empresas financiadas pelo FNE são superiores, em termos de geração de emprego, às não-financiadas de 372%.

Tabela 19 – FNE – Estoque de Emprego

Empresas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Novos Empregos	Variação (2000-2006)
Financiadas	108.136	117.890	135.191	163.625	185.152	278.014	301.731	193.595	179,03
Não-financiadas	4.266.714	4.437.129	4.724.206	4.931.765	5.209.578	5.530.576	5.884.172	1.617.458	37,9
Total	4.374.850	4.555.019	4.859.397	5.095.390	5.394.730	5.808.590	6.185.903	1.811.053	41,4

Fonte: MTE/Rais e BNB.

Este trabalho foi feito inicialmente considerando o período de 2000/2004, depois 2000/2005 e agora 2000/2006. Observa-se que, no período relativo a 2000/2005, o impacto das empresas financiadas foi de 229% sobre as não-financiadas. Agora, em 2006, esse impacto foi maior ainda, chegando a 372%, o que significa que vem crescendo o impacto do FNE na geração de emprego.

Tabela 20 – FNE – Evolução do Crescimento do Emprego

Período	Empresas Financiadas	Empresas Não Financiadas	Impacto
2000-2005	103,7	31,4	229,9
2000-2006	179,0	37,9	372,2

Fonte: MTE/Rais e BNB.

Poder-se-ia, então, perguntar por que o índice de emprego das empresas financiadas pelo FNE apresentam uma performance melhor do que o do conjunto das empresas financiadas com todas as outras fontes. Considerando que o Banco aplicou 8,5 bilhões no total, sendo que 5,6 bilhões são provenientes do FNE, só este último representa 65,5% dos recursos aplicados. Os recursos provenientes de todas as outras fontes perfazem apenas 34,5%. Outro questionamento seria: por que as empresas financiadas apresentam melhor resultado do que as não-financiadas? Uma conclusão também deste trabalho é que o maior investimento de recursos gera mais empregos.

Ao se observar o período de 2000-2002, as empresas financiadas pelo Banco foram 3.304, gerando 27.055 novos empregos. Já no período 2003-2006, houve um maior aporte de recursos, financiando muito mais empresas (13.000), gerando, assim, 166.540 empregos. Então, apesar de se saber que não é só isso, e mesmo levando em conta a conjuntura favorável de 2003 para cá com relação a empregos, o maior aporte de investimentos gerou mais empregos.

Tabela 21 – FNE

Período	Empresas Financiadas	Novos Empregos
2000-2002	3.304	27.055
2003-2006	13.065	166.540
2000-2006	16.369	193.595

Fonte: MTE/Rais e BNB.

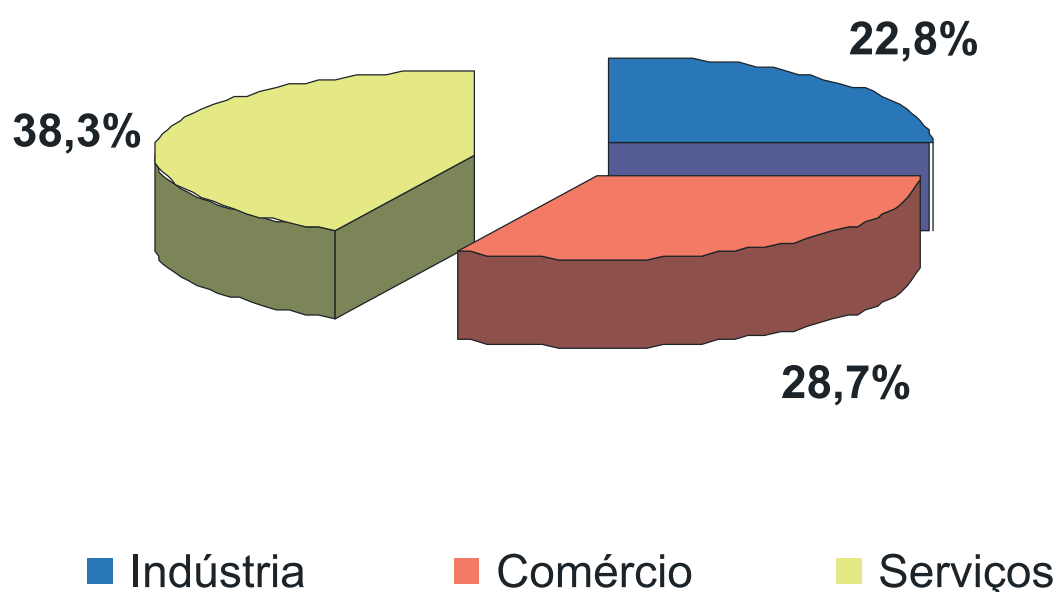
Observando o crescimento acumulado do estoque de emprego, pode-se ver que, de 2000 a 2006, as empresas financiadas tiveram um índice superior ao das não-financiadas em todos os anos. E corroborando a conclusão de que o maior aporte de recursos gera mais emprego, o ano de 2005 foi o ano em que houve o maior índice de empregos: 150,15%, coincidindo com o ano em que o Banco também aplicou maior quantidade de recursos.

Tabela 22 – Crescimento Acumulado do Estoque de Empregos (%) 2000–2006

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Empresas financiadas	--	109,02	114,68	121,03	113,16	150,15	108,53
Empresas não-financiadas	--	103,99	106,47	104,39	105,63	106,16	106,39
Total das empresas	--	104,12	106,68	104,86	105,87	107,67	106,50

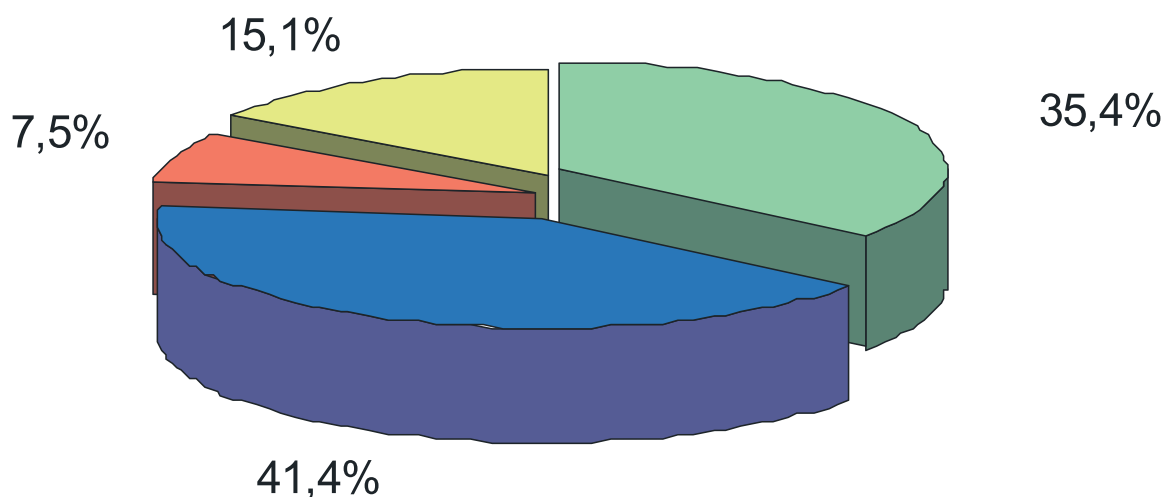
Fonte: MTE/Rais e BNB.

Em 2006, foi feita uma análise por setor de atividade onde foi constatado o seguinte: quando se analisa o total de empresas, tanto as financiadas como as não-financiadas, percebe-se que o setor de serviços é o mais representativo na questão do emprego, com 38%. Em seguida, vem o comércio com 28% e a indústria apenas com 22%. Já quando a análise é feita levando em conta somente as empresas financiadas pelo Banco com recursos do FNE, há uma inversão. A indústria passa a representar muito mais, ou seja, 51% de empregos, enquanto os outros setores diminuem. Então o setor de serviços é mais representativo na geração de emprego quando se tomam por base todas as empresas; mas quando se analisam somente as empresas financiadas, a indústria se sobressai.

**Gráfico 11 – Geração de Emprego por Setor de Atividade**

Fontes: MTE/Rais e BNB.

Por que acontece isso? Foi feita a seguinte comparação: o maior volume de investimento do Banco, no FNE, foi no setor industrial, 41% e, por isso, supõe-se que a geração de empregos na indústria tenha sido maior em razão da maior ingestão de recursos neste setor. Enquanto o Banco aplicou 76,7% dos investimentos na área industrial e rural e estas duas áreas juntas geraram 71,6% de empregos. Então a conclusão desse trabalho é que o impacto dos investimentos do BNB, principalmente do FNE, na geração do emprego é positivo, dado que as empresas financiadas apresentaram crescimento relativo superior ao das não-financiadas em todos os anos do período.



■ Agricultura
 ■ Indústria
 ■ Comércio
 ■ Serviço

Gráfico 12 – Investimentos e Empregos

Fontes: MTE/RAIS e BNB.

Conclui-se, então, que há uma correlação entre o crescimento do emprego e o aporte de investimentos, e que a presença das empresas financiadas pelo FNE influenciaram a geração de empregos em cerca de 10%, de acordo com o número de empregos gerados pelo FNE (193.595) em relação ao total (1.811.053).

PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM

A gente agradece a bela exposição do professor Inácio e da Jane Mary e vamos chamar os palestrantes da última exposição, que são: Cícero Lima Albuquerque e a Iraci Soares Ribeiro, técnicos do Etene, que vão falar sobre a Avaliação do FNE Rural, FNE Proinfa e FNE Proatur, que estão sendo iniciadas.

CÍCERO LIMA ALBUQUERQUE

Boa tarde a todos! Essa parte final do painel ficou com as três avaliações que ainda estão em andamento no Etene/Célula de Avaliação de Políticas e Programas (CAPP): o FNE Rural, o FNE Proinfa e o FNE Proatur. A parte que me cabe é referente ao FNE Rural; o FNE Proinfa e FNE Proatur ficarão com a colega Iraci.

A motivação para avaliação do FNE Rural se deu a partir de uma apresentação do Banco sobre a metodologia de avaliação do FNE ao Ministério da Integração Nacional, em 2008. O FNE Rural se constitui no maior programa em volume de contratações e quantidades de clientes entre todos os programas que o BNB realiza.

O FNE Rural financia as diversas atividades da agricultura e da agropecuária e optou-se em avaliar as atividades mais representativas em termos de volume de

recursos. A avaliação do FNE é de caráter misto, ou seja, é uma avaliação realizada pelo Banco do Nordeste, tendo o Etene como representante, e com a contratação de consultoria externa para fornecer o suporte técnico à revisão da metodologia, objetivando com isso dar maior credibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelo BNB. Temos ainda, nessa pesquisa do FNE Rural, a participação da Embrapa e do Instituto de Ideias, que irá aplicar os questionários de campo.

O objetivo da avaliação do FNE Rural é avaliar as três principais atividades do Programa, que são a bovinocultura de corte e de leite e soja, no período de 1989 a 2008, além de construir uma análise macroeconômica de outras duas atividades, a uva e o algodão. Aqui nós temos um quadro dos valores contratados por atividades entre 1989 e 2008 com recursos do FNE.

Tabela 23 – FNE Rural¹ – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural: Valores Contratados por Atividade (1989-2008)

Atividade	Nº de Operações	%	Valor Contratado (2) (R\$ mil)	%
Criação de bovinos	123.413	29,3	3.683.312	26,7
Cultivo de algodão herbáceo e de outras fibras de lavoura temporária	5.894	1,4	1.364.890	9,9
Cultivo de soja	1.537	0,4	1.295.090	9,4
Pecuária	64.116	15,2	1.213.562	8,8
Cultivo de plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	19.501	4,6	814.928	5,9
Cultivo de lavoura temporária não especificadas anteriormente	68.636	16,3	812.833	5,9
Cultivo de cereais	19.856	4,7	796.017	5,8
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	48.203	11,5	543.606	3,9
Criação de animais não especificados anteriormente	20.038	4,8	435.440	3,2
Cultivo de café	5.550	1,3	419.449	3,0
Outras Atividades	43.943	10,4	2.413.305	17,5
Total	420.687	100,0	13.792.432	100,0

Fonte: Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE a partir de Dados da Base do Ativo.

Nota: (1) Valores a preços de 2008 (IGP - DI). Contratações por Atividade. Período: 1989 a de 2008. Exceto Pronaf, Aquipesca, FNE - Verde Rural e Profrota Pesqueira, Programas que Apresentam Particularidades Específicas.

Verificamos que a criação de bovinos é a atividade que tem o maior aporte de recursos, 26.7%, seguida do algodão e da soja. Aqui, outro quadro que vai de 98 a 2007. Observamos que, em valores contratados, a criação de bovinos está com 29%, para 20% dos volumes contratados; o algodão na segunda posição e em seguida a soja.

Tabela 24 – FNE Rural¹ – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural: Valores Contratados por Atividade (1998-2007)

Atividade	Valor Contratado (2) (R\$ Mil)	%	Quantidade de Clientes	%
Criação de bovinos	1.881.281	29,9	44.554	33,7
Cultivo de algodão herbáceo	868.694	13,8	2.925	2,2
Cultivo de soja	716.337	11,4	462	0,3
Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	394.104	6,3	9.555	7,2
Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	393.206	6,2	37.138	28,1
Cultivo de cereais para grãos	281.646	4,5	9.070	6,9
Cultivo de café	269.902	4,3	3.411	2,6
Cultivo de cana-de-açúcar	236.366	3,8	767	0,6
Criação de outros animais	230.437	3,7	10.873	8,2
Usinas de açúcar	138.751	2,2	14	0,0
Cultivo de uva	132.768	2,1	317	0,2
Aquicultura e serviços relacionados	127.881	2,0	571	0,4
Criação de aves	126.094	2,0	776	0,6
Criação de ovinos	93.321	1,5	3.953	3,0
Cultivo de frutas cítricas	82.020	1,3	2.018	1,5
Cultivo de cacau	72.968	1,2	2.812	2,1
Refino e moagem de açúcar	38.349	0,6	6	0,0
Cultivo de flores, plantas ornamentais e produtos de viveiro	33.903	0,5	182	0,1
Administração de mercados bursáteis	28.243	0,4	9	0,0
Criação de suínos	13.279	0,2	408	0,3
Outras Atividades	135.539	2,2	2.456	1,9
TOTAL	6.295.090	100,0	132.277	100,0

Fonte: Etene/Coordenação de Avaliação, a partir da Base do Ativo.

Nota 1: Exceto Pronaf, Aquipesca, FNE - Verde Rural e Profrota Pesqueira, Programas que Apresentam Particularidades Específicas.

Nota 2: Valores Atualizados a Preços de 2007.

Já no quadro seguinte, de 98 a 2008, a gente percebe que a soja já ocupa a segunda posição, ultrapassando o algodão.

Tabela 25 – FNE Rural¹ – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural: Valores Contratados por Atividade (1998-2008)

Atividade	Valor Contratado (R\$ Mil)	%
Criação de bovinos	1.110.720	24,1
Cultivo de algodão herbáceo	80.175	1,7
Cultivo de soja	27.194	0,6
Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	310.145	6,7
Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	312.264	6,8
Cultivo de cereais para grãos	361.542	7,8
Cultivo de café	20.822	0,5
Cultivo de cana-de-açúcar	19.156	0,4
Criação de outros animais	163.930	3,6
Usinas de açúcar	16.695	0,4
Cultivo de uva	11.554	0,3
Aqüicultura e serviços relacionados	40.148	0,9
Criação de aves	69.295	1,5
Criação de ovinos	62.617	1,4
Cultivo de frutas cítricas	34.418	0,7
Cultivo de cacau	5.014	0,1
Refino e moagem de açúcar	2.113	0,0
Cultivo de flores, plantas ornamentais e produtos de viveiro	798	0,0
Administração de mercados bursáteis	0	0,0
Criação de suínos	64.077	1,4
Outras Atividades	1.901.764	41,2
TOTAL	4.614.439	100,0

Fonte: Etene/Coordenação de Avaliação, a partir da Base do Ativo.

Nota 1: Valores Atualizados a Preços de 2008 (IGP_DI).

Com a amostra definida, iremos avaliar as duas atividades mais representativas em termos de recursos do FNE Rural, que seriam, no caso, a soja e a bovinocultura (bovino de corte e leite), e iremos considerar como estabilização, para a definição da amostra, o ano de 2007. A soja, com três anos para estabilizar, em 2005, teve uma quantidade dos 205 clientes; o leite, pouco mais de 3.000 clientes; o corte, 600 clientes. O erro de amostragem é 7%, e o nível de confiança é 30%. Essa definição da amostra foi feita através de análise estatística para aplicação de pesquisa de campo. A soja ficou com 83, o bovino de corte e leite ficou com 138, bovino de corte com 114, no total de 335 questionários.

Agora iremos entrar na análise de execução das atividades do FNE Rural. Soja, bovino de corte e bovino de leite. Em volume de recursos, a soja abocanha grande parte para a atividade fora do semiárido, ou seja, quase 94% dos recursos são aplicados fora do semiárido para essa atividade, e isso por conta do cerrado do Maranhão e do Piauí, com grande quantidade de contratações nestas regiões. Em relação à soja, percebe-se também que grande parte dos recursos vai para empresas de grande porte, quase 94%. Ainda em relação à soja por Estado, percebe-se que o Estado do Maranhão recebe a maior quantidade, seguida da Bahia e do Piauí.

Agora em relação a bovino de leite, em volume de recursos, grande parte vai para o semiárido. Ainda com a atividade bovino de leite, em relação ao porte dos clientes, mais da metade dos recursos vai para os miniprodutores. Percebendo-se uma divisão melhor, é melhor volume de recursos para esses clientes do Banco. Por estado, tem uma divisão bastante boa dos recursos do Banco com a Bahia, como primeiro colocado, seguida por Pernambuco e Ceará. Quanto ao bovino de corte, a região fora do semiárido recebe boa parte destes recursos nesta atividade. Em relação ao porte, percebe-se que está bem dividido entre os tamanhos das empresas. Ainda em relação ao bovino de corte, por Estado, Maranhão e Bahia são os que recebem o maior volume de recursos para essa atividade.

IRACI SOARES RIBEIRO

Boa tarde a todos! Vou falar um pouco do Proinfra, que financia a infraestrutura complementar regional, e do Proatur, que é o programa de apoio à cadeia produtiva do turismo regional. Estes programas estão também participando do atual processo de avaliação do FNE.

O Proinfra foi criado em 2003, depois de uma alteração no FNE, por meio da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que permitiu que o Fundo realizasse financiamentos em infraestrutura. O objetivo é semelhante ao dos demais programas financiados pelo FNE, ou seja, destina-se a implantação, expansão e/ou modernização de empreendimentos. A exemplo de outros programas do Fundo, a avaliação de execução do Proinfra deu-se mediante recomendação do Ministério da Integração.

Do mesmo modo dos demais, conta com o respaldo de consultoria externa. Todavia, até o momento, para a avaliação deste programa foram considerados apenas dados secundários, internos e externos, constando um panorama dos cenários nacional e regional nas principais atividades financiadas, que são justamente energia elétrica, telecomunicações e produção de gás, relacionando sempre valores programados e contratados, aplicação por região – semiárido e fora do semiárido –, aplicações por estado, município e agências, bem como por porte das empresas. No período de 2004 a 2008, o Proinfra contemplou 14% de recursos do FNE e os valores contratados, de modo geral, superaram os valores orçados para cada ano. Para 2009, a previsão é de que se contrate um milhão de reais neste programa.

FNE PROINFRA - Contratações

Período: 2004 a 2008

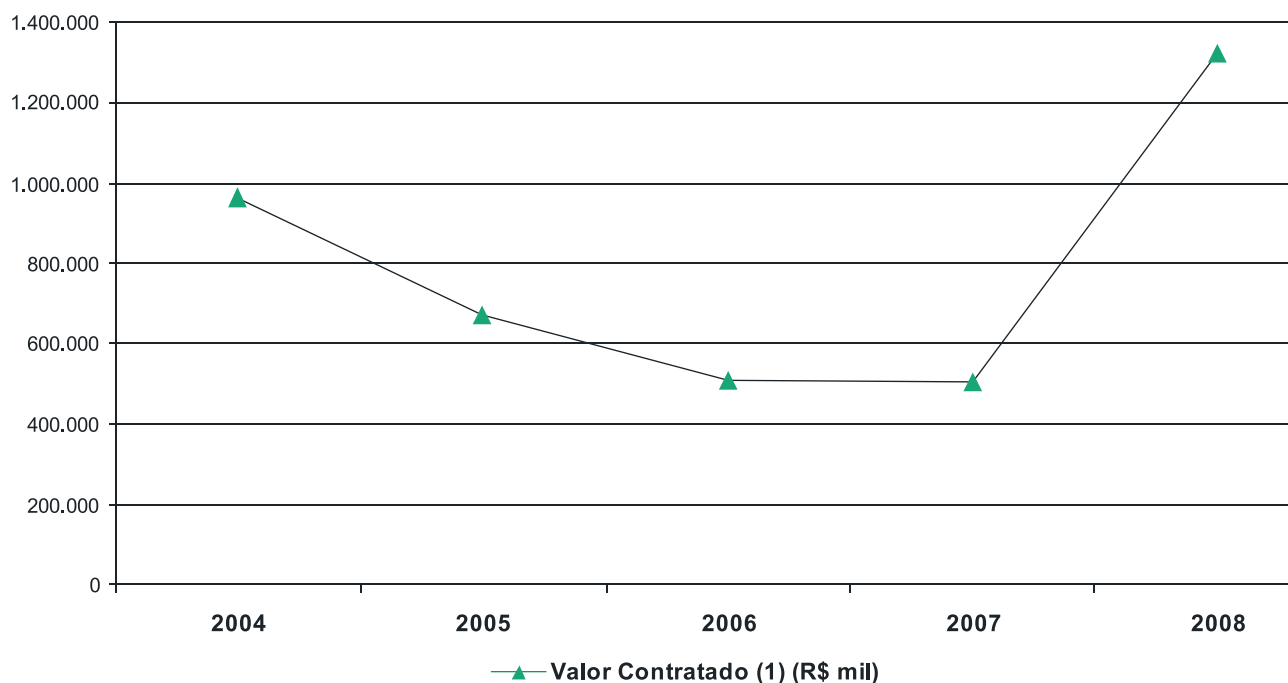


Gráfico 13 – FNE Proinfra – Contratações: Período: 2004 a 2008

Fonte: BNB/Etene.

Nota: (1) Valores a Preços de 2008 (IGP – DI).

Além das atividades de que já falei, energia, telecomunicações e produção de gás, que absorvem 62,5% dos recursos, mediante a realização de 72% das operações contratadas pelo Proinfra, de 2004 a 2008, podem ser financiados empreendimentos no ramo dos transportes, saneamento básico, recursos hídricos e logística. Da implantação até 2008, o programa aplicou cerca de R\$ 4 bilhões na infraestrutura dos Estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. Atualmente, existem cerca de 10 projetos financiados atrelados ao Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, em diversas modalidades de energia.

Cerca de 55% dos investimentos do PAC no Nordeste são relacionados a energia, e nisso encontra-se um forte componente social do programa. Em relação ao histórico das aplicações, de cerca de R\$ 1 bilhão contratado em 2004, verificou-se um declínio nos anos subsequentes. Em 2008, o montante contratado voltou a crescer, superando um bilhão de reais investidos em infraestrutura. A distribuição por estado tem a liderança da Bahia e do Ceará. Quando a gente vê também os municípios, estes seguem a mesma tendência: Fortaleza e Salvador estão na frente. Com relação à região climática, verifica-se maior representatividade entre os empreendimentos situados fora do semiárido. O Proinfra tem suas contratações basicamente para grandes empresas, até pela natureza do investimento; são empreendimentos de grande porte.

FNE PROINFRA - Contratações por Estado

Período: 2004 a 2008

% Volume de Recursos

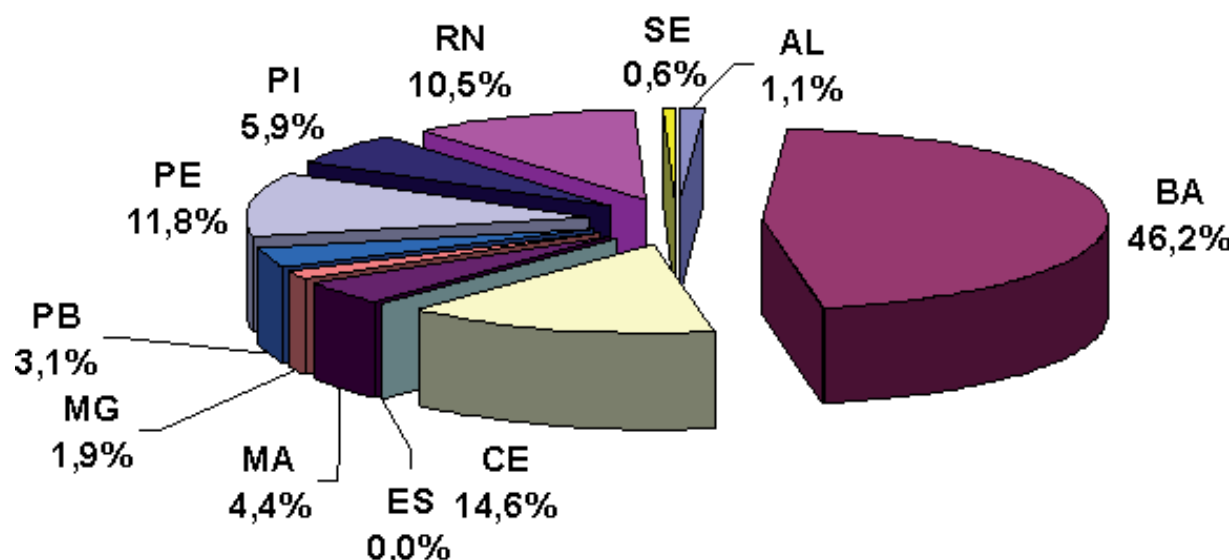


Gráfico 14 – FNE Proinfra – Contratações por Estado: Período: 2004 a 2008: % Volume de Recursos

Fonte: BNB/Etene.

A avaliação do Proatur, Programa de Apoio ao Turismo Regional, abrange os 11 Estados e, além dos dados secundários, contará com dados primários provenientes de pesquisa de campo que está em curso. O que se espera obter dessa pesquisa do Proatur? É conhecer a viabilização dos empreendimentos financiados, a agregação de valor, geração de emprego e renda, ampliação de mercados e modernização; também relacionamento com a responsabilidade ambiental, além de conhecer a opinião dessas pessoas acerca do financiamento do FNE.

A pesquisa está sendo realizada em forma de censo, uma vez que se consideraram todos os empreendimentos maturados até 2008, ou seja, para esta atividade, são financiamentos contratados há três anos ou mais. Portanto, foram incluídos todos os financiamentos realizados de 1998 a 2005 que estariam nessa fase de maturação. Assim, obtivemos 176 clientes que estão envolvidos nessa pesquisa. Ambas as avaliações devem ser concluídas ainda neste semestre. A seguir, alguns dados sobre o Proatur.

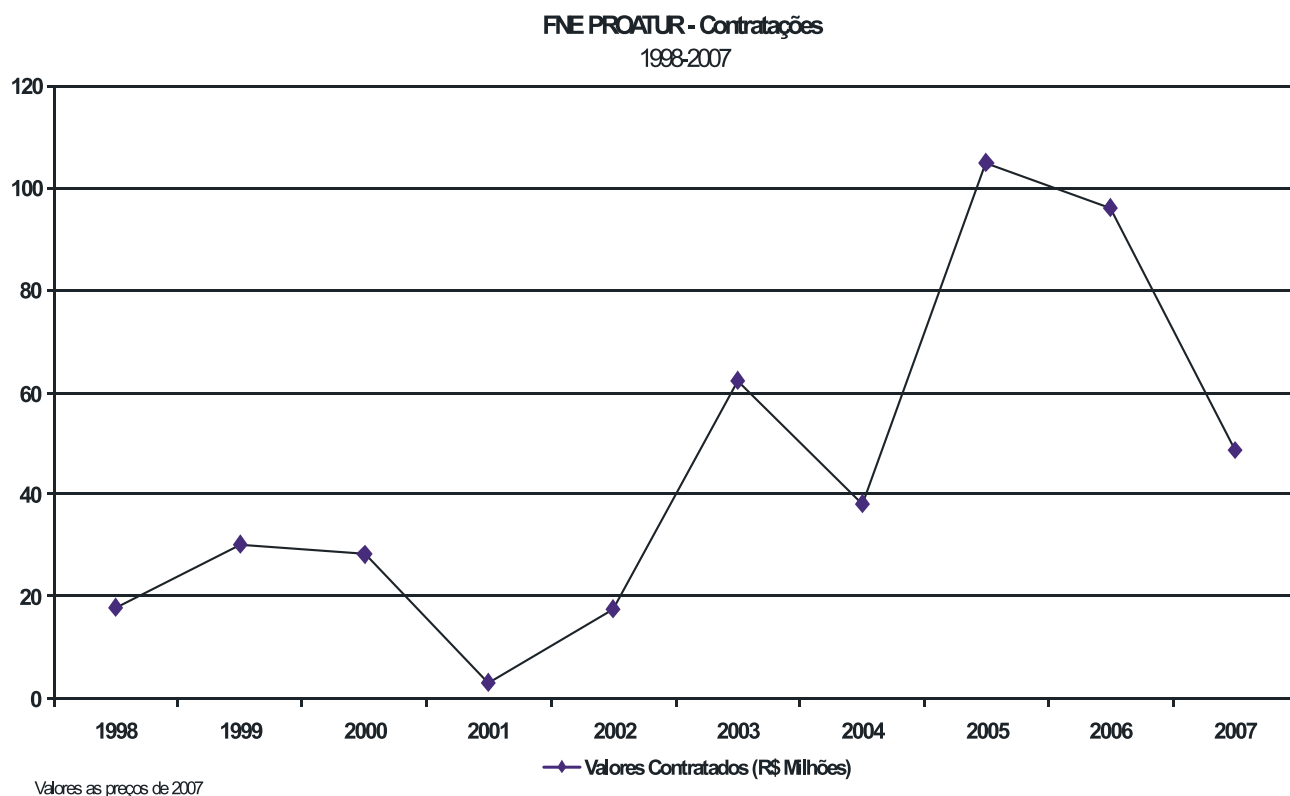


Gráfico 15 – FNE Proatur – Contratações: 1998-2007

Fonte: BNB/Etene.

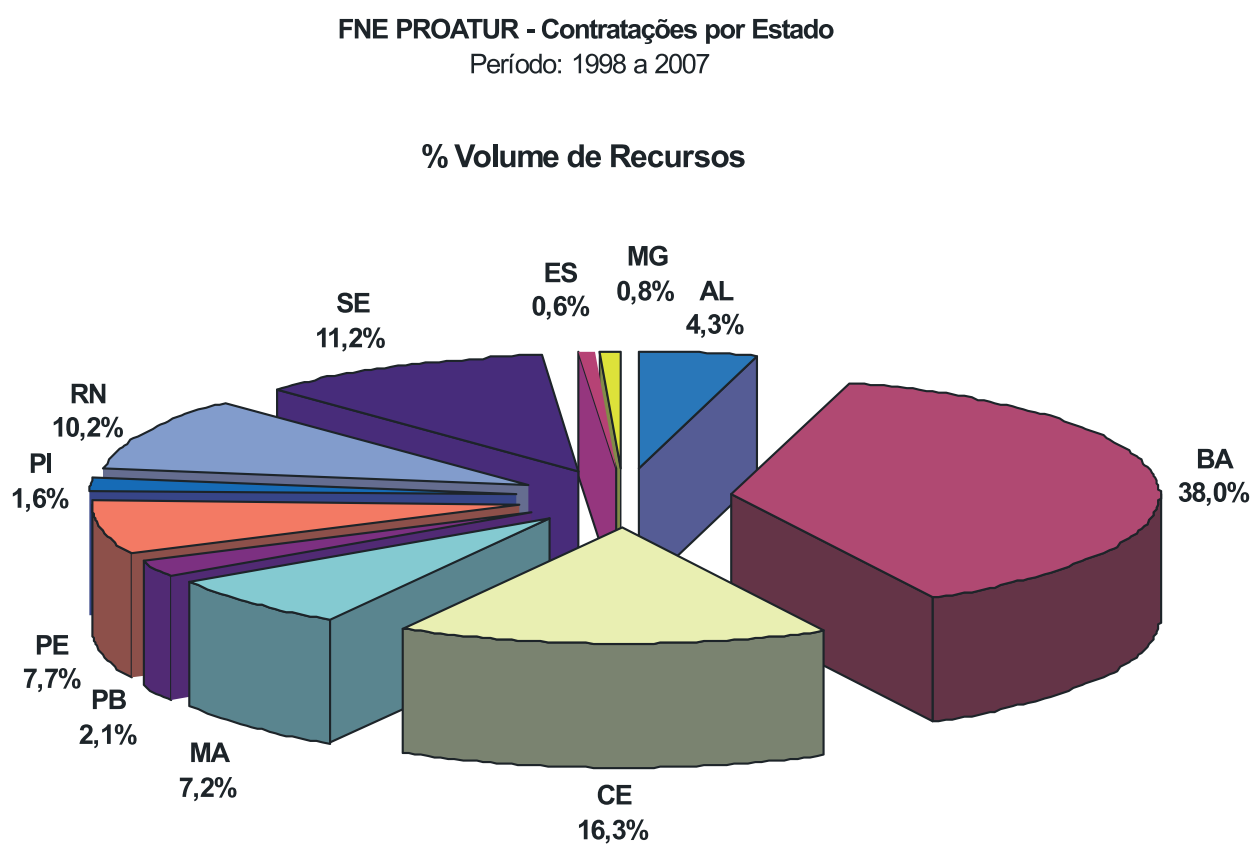


Gráfico 16 – FNE Proatur – Contratações por Estados: Período: 1998 a 2007

Fonte: BNB/Etene.

PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM

Bem! Agora estão abertos dez minutos para perguntas.

CLÁUDIO QUEIROZ SERRA

Aproveitando essa oportunidade, gostaria de perguntar ao professor Inácio qual é a visão inicial que ele tem desse programa do Governo Federal de formalização do microempreendedor.

INÁCIO BESSA PIRES

Bem! Na verdade, se você fizer uma avaliação em cima de dados do próprio Sebrae, nós temos no Brasil grandes pequenas empresas. Na verdade, são as menores que geram mais empregos; então, se realmente você investe nessa direção, acredito que você tende a reduzir esta questão da informalidade. Agora, eu acho o seguinte: dentro dos conceitos que existem no mercado de trabalho, informalidade é o único conceito que não é universal. Em uma metodologia que eu desenvolvi na época do SINE, nós consideramos como pessoas que compõem o informal o ator independente, o pequeno produtor, aquele que gerencia e participa da produção.

“Os que trabalham sem remuneração” é uma atividade muito forte na região Nordeste, principalmente, como também aquelas pessoas que não têm vínculo empregatício. Na verdade, se você olhar bem, até pouco tempo, você tinha uma situação muito clara: formal e informal. Hoje você não tem mais. Você tem uma mistura. Você tem muitas pessoas que estão no informal e que não desejam sair de informal. É claro que o rendimento é maior. Eu posso colocar essas informações porque eu desenvolvi em estudo para a prefeitura sobre a classificação da informalidade por bairro de Fortaleza. Então eu acredito que a medida do Governo é no sentido de você incentivar as microempresas a se formalizarem; a tendência vai ser reduzir o que faz parte desse segmento da informalidade.

INTERVENÇÃO DO AUDITÓRIO

Boa tarde a todos! Eu só queria fazer uma observação rápida, que eu acho que diz respeito a todas as apresentações que foram feitas aqui agora, que é a questão do que é que você considera quando está fazendo uma avaliação das empresas, dos empreendimentos financiados pelo FNE. Na hora que você vai fazer a comparação dos resultados, isto eu senti falta na apresentação do Ricardo, levar em consideração características das empresas e empreendimentos, quando fizer a comparação de resultados, porque, provavelmente, têm algumas características específicas das empresas que são financiadas pelo FNE e podem estar superestimando os resultados. Seria uma possibilidade. Quando o Ricardo faz *propensity score*, ele minimiza esse problema porque você consegue comparar entidades iguais.

Eu teria uma pergunta específica relacionada a isso para o Ricardo, saber como é que foi o grau de ajuste do *propensity score*, se ficou bem ajustado; saber se realmente estas características conseguem caracterizar bem cada uma das entidades.

JÂNIA MARIA PINHO SOUSA

André, é de fato um grande desafio, para quem avalia a política pública, isolar o efeito da intervenção. E nós até achamos que é muito difícil você chegar e afirmar que foi aquele efeito para o FNE. Por quê? Por uma questão de que outros programas concorrem. Agora, nós temos segurança suficiente para afirmar que, em todos os trabalhos aqui realizados, que o FNE influenciou em alguns com até mais segurança em dizer, mesmo como este que a gente adotou de modelo de *matching*, mas, mesmo o de *matching*, que a gente isola, mas, mesmo assim, não nos garante que aquela empresa que está na Rais, que é o nosso grupo de controle, não recebeu financiamento por outra fonte.

Agora este é, eu diria, um desafio que não acredito que se alcance quando se avalia uma política pública, principalmente quando a gente fala que são programas que já estão aí há algum tempo numa região como a nossa em que outros programas sociais concorrem fortemente. Nós estamos falando aqui de um programa de crédito; então, o crédito não resolve tudo, mas a gente afirma com segurança que tem uma influência forte e positiva do Fundo.

RICARDO BRITO

Em relação à pergunta sobre o ajuste das empresas, o que nós estamos querendo comparar são duas empresas iguais, e o caminho para isso é: nós temos que nos apegar, realmente, com as características delas. E este ponto foi limitado pelas observações que a gente tem da Rais, embora não tenha tempo para as empresas relacionadas à receita, o que seria uma coisa boa, e as informações, por serem tão elementares, nós utilizamos e fizemos também alguns testes de robustez. Nós incluímos não só as variáveis que nós achamos, mas também o Estado o fez fora do período inicial, e a massa salarial também no período inicial, e os resultados não se alteraram muito. Quanto ao *matching*, especificamente no processo de estratificação, porque na função *kernell* nós não temos, por isso precisamos fazer esse ajuste.

Também fizemos uma análise de robustez em cima do trabalho de *matching* por características. Então as características também foram levadas em consideração não somente por desempenho, mas também fizemos o *matching* por função *kernell*, por estratificação, mas também foi feito o teste de robustez; na vizinhança. Você pega o *propensity score* de uma empresa financiada e o compara com aquele *propensity score* de uma não-financiada que esteja o mais próximo possível, e cuida para que os dados testados não se modifiquem muito. E logicamente que, assim, à gente falta mais informações da Rais, para que se pudesse dar um *propensity score*,

um escore de crédito que fosse realmente classificador da empresa, só que, quanto mais informações, mais variável for o ativo, mais variável é o *matching*, as empresas vão ficando mais diferenciadas. Eu acho que, neste caso, o nosso teste de robustez deu mais segurança para o nosso caso.

INÁCIO BESSA PIRES

Eu só queria fazer uma pergunta sobre o trabalho, Ricardo. Você colocou, no início, que só consegue avaliar o crescimento de uma empresa, mas não consegue avaliar o impacto na questão dos rendimentos. Não é verdade? Eu queria saber se houve uma tentativa de você pegar outras medidas ou se está sentindo esse, para ver se tem outro sentido na distribuição que atenta algum impacto positivo a partir do financiamento.

RICARDO BRITO

Não! Essa é uma boa proposta, mas nós calculamos os impactos na massa salarial. Está na renda, na massa salarial da empresa; nós observamos um impacto significativo, na renda do salário médio; nós não contamos impactos. Acho que foi muito insignificante, apesar de ter um crescimento e as financiadas cresceram, mas as não-financiadas cresceram quase o mesmo montante das outras, apesar de ter tido um impacto.

A estratificação contínua é uma ideia muito interessante. Na verdade, nós não testamos fazer esta análise de impacto para diferentes valores de variação de emprego e massa salarial; então, realmente é uma ideia interessante para ser pensada, porque a ideia é realmente gerar um impacto geral, um número. Então, a massa salarial, o impacto da massa salarial é de R\$ 1.000,00, um pouco mais de R\$ 1.000,00, que essa empresa está gerando no mercado a uma forma global, não apenas estratificada por tamanho ou por avaliação. Mas realmente é uma ideia muito boa!

PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM

Última colocação pelo adiantado do tempo.

INTERVENÇÃO (SEM IDENTIFICAÇÃO)

Primeiro, parabenizar a Jânia e toda a sua equipe pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo junto à área de avaliação do Banco. Finalmente, esses números mostram, realmente, que o trabalho é significativo e expressivo para mostrar os impactos tanto da ação do Banco como, particularmente, do FNE na região. Na década de 50, o Celso Furtado fazia o trabalho Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN); naquele momento, ele verificou que o Nordeste estava se distanciando da região mais dinâmica do país, do Centro-Sul, no que dizia respeito ao PIB,

ou seja, a participação do PIB do Nordeste naquela época estava se distanciando, digamos, do PIB da região mais dinâmica do país. Consequentemente, o Nordeste estava ficando para trás. Com o pulo do GTDN e a política de implantação da Sude-ne, e que também, de certo modo, oficiou outras ações do Governo Federal, o próprio Banco do Nordeste teve a sua participação, mas a mais significativa foi a da Sudene.

Com isso, apesar de o Nordeste não ter melhorado significativamente, a sua participação no PIB em relação ao PIB do Brasil, ou seja, o percentual do Nordeste, permaneceu ao longo das últimas décadas entre 13 e 15%, ou seja, ele não decolou, não permitiu também que ele, o Nordeste, caísse em relação ao restante do País. Mais recentemente, veio o FNE com a política do Governo Federal de investimentos na Região e, aí, eu faço a pergunta: será que o FNE, pelos resultados expressivos que foram apresentados aqui, também não tem contribuído para que a região, não decresça em relação ao restante do País?

Eu acredito que sim, pelos números colocados aqui, que isso aí ficou evidente. Agora eu faço uma provocação à Jânia. Não sei se você já teria este número. Os trabalhos realizados já dizem alguma coisa de sentido? Quanto do PIB representa este aporte, esses investimentos do FNE e quanto, de alguma forma, quanto ele contribuiu para o Nordeste não se distanciar mais do País em termos de participação do PIB?

JÂNIA MARIA PINHO SOUSA

Vou dividir minha fala com o Felipe. Na verdade, esses resultados que a gente apresentou são decorrentes da metodologia que nós desenvolvemos em 2005. Então, nós já estamos no momento, devido aos aprendizados, de ajuste desta metodologia. Nós incluímos, numa certa ousadia, a gente criou essa variável do PIB em relação aos impactos. A gente pretende verificar em relação ao PIB algumas coisas que, de fato, sejam possíveis no sentido de a gente verificar algum impacto; os impactos do FNE em relação ao PIB para a região, em relação ao PIB do setor, e alguma atividade.

Ousamos no sentido de colocar isso como uma verificação de impactos. A gente também tem toda a consciência de que de tudo que a gente coloca aí não se tem a resposta de imediato, mas é uma sinalização no sentido de que estamos perseguindo, e a ideia é chegar a isso. Felipe, você poderia complementar?

PHILIP THEOPHILO NOTTINGHAM

Bem, não sei se vou exatamente complementar esta questão, mas a primeira questão é que é muito complexo avaliar o FNE, porque o FNE é uma política de uma envergadura enorme como vocês viram. Aplicou R\$ 35 bilhões, R\$ 35 bilhões nesses

anos, atendendo praticamente a todos os setores da economia e é uma política de crédito. Ele não é o investimento direto em que o Governo decide: “eu faço isso”. Não! Ele está disponibilizando crédito para os empreendedores pegarem financiamentos e investirem naqueles setores produtivos.

E o setor produtivo tem interferência em tudo o que acontece no meio econômico, num ambiente social e econômico; então, o que tem ao redor deste fundo é muita coisa que influencia a todos os resultados que acontecem. Então há uma série de tentativas, de em vários resultados tentar identificar, pelo menos inserir qual a proporção que se refere à contribuição do FNE para aqueles resultados e, logicamente, em nenhum momento nós vamos chegar a um resultado perfeito, porque nós não podemos isolar nenhum grupo de controle que vai ficar totalmente alheio a tudo.

Nós estamos num ambiente aberto. Então, por isso, é que nós não trabalhamos um grupo experimental; é semiexperimental e/ou não-experimental. Agora, nós estamos examinando, no caso do PIB, como a gente conseguir inserir alguma forma de identificar até que ponto o FNE contribuiu ou não para estes resultados. Para vários elementos, a gente está encontrando que o PIB ainda não está desenvolvido exatamente com a forma que vai se conseguir isolar, qual é a contribuição do FNE, mas é uma das pretensões, já que o PIB é um resultado maior da política; retrata a situação econômica e fácil de comparar o restante do país.

PHILIP THEOPHILO NOTTINGHAM

PIB setorial, também temos mais facilidade de chegar a alguns resultados, até com a ajuda um pouco da matriz de insumo-produto. Nós vamos conseguir inserir mais algumas coisas, mas este é um desafio muito grande. Agora, eu acho que as brilhantes palestras, aqui, dos expositores nos serviram para mostrar, primeiro, que é difícil avaliar uma política como o FNE; segundo, que tem bons avanços até pelo fato de que o FNE é o único Fundo que realmente está com esse trabalho de avaliação mais desenvolvido.

Os demais estão com um trabalho muito inexpressivo. Mas o FNE já avançou, já está com alguns passos na frente dos demais fundos. Então é um esforço que o Banco está fazendo, enorme; está procurando parcerias, está procurando contribuições no sentido de realmente chegar a esses resultados. A gente agradece aqui a participação de todos.

MESA ETENE II – ESTUDOS REGIONAIS I

PRESIDENTE DE MESA

Biágio de Oliveira Mendes Júnior (BNB/Etene)

EXPOSIÇÃO

Feiras Livres no Nordeste

Expositor: Jackson Dantas Coêlho (BNB/Etene)

EXPOSIÇÃO

Repercussões econômicas das aplicações do FNE

Expositor: Raul Klebersom Moura da Silva (BNB/Etene)

Otávio Augusto Sousa Miranda (BNB/Etene)

EXPOSIÇÃO

Sistema de Informação Geográfica do BNB

Expositor: Francisco Diniz Bezerra (BNB/Etene)

BIÁGIO DE OLIVEIRA MENDES JÚNIOR

Vamos dar início aqui à mesa Etene II, que trata sobre os estudos regionais. Eu sou Biágio, pertenço ao Etene, sou coordenador da Área de Estudos e vou, então, aqui monitorar a mesa.

Vão ser feitas três exposições. A primeira, sobre “Feiras Livres do Nordeste”, no caso, focando Cascavel e Ocara, vai ser apresentada pelo Jackson; depois, “Repercussões Econômicas das Aplicações do FNE”, de apresentação dos colegas Raul Klebersom e Otávio Augusto; e finalmente, “Sistema de Formação Geográfica do BNB”, Francisco Diniz Bezerra.

Vou fazer somente uma breve apresentação sobre as exposições. O primeiro é um estudo que foi desenvolvido pela área rural do Banco; o segundo é também um estudo que auxiliou muito a questão da avaliação de resultados do Banco; e o terceiro é um instrumento que o Banco utiliza em seus estudos e também um instrumento capaz de sistematizar, por exemplo, as informações econômicas e sociais existentes no País.

Estimo uma faixa de 20 a 25 minutos para cada palestrante fazer a sua apresentação e, posteriormente, a gente abre espaço para responder os questionamentos. Passo agora a palavra para o colega Jackson para que ele faça a sua exposição.

JACKSON DANTAS COELHO

Bom dia! Para quem chegou depois, meu nome é Jackson Dantas, sou técnico do Etene, do BNB. A palestra “Feiras Livres em Cascavel e Ocara” faz parte do meu trabalho de dissertação do mestrado em Economia Rural da UFC, que fiz de 2006 a 2008.

Feira livre é um canal de comercialização que relaciona diretamente o vendedor e o consumidor final. Ela elimina a intermediação e permite interferência na escolha do produto e barganha de preços e, geralmente, é realizada em vias públicas, sem loja física ou ponto definido, e os feirantes são colocados lado a lado, de modo que eles tenham que elaborar estratégias para vender seu produto.

Por que o estudo das feiras livres? As feiras livres, principalmente nos pequenos municípios, podem ser um indicador do desenvolvimento. Podem ser um espaço de cidadania, e é um espaço importante também para a agricultura familiar, já que a produção que é vendida lá não atinge outros mercados.

A evolução histórica das feiras. No mundo, ela começou praticamente quando começaram os primeiros burgos. Havia o excesso de produção e esse pouco excedente que era produzido tinha que ser trocado. Tinha que haver um local fixo para essa troca. Elas evoluíram com as trocas comerciais, as descobertas das rotas comerciais. Porém, no Brasil e no Nordeste, elas foram instrumentos muito importantes na questão do povoamento. Na época da colonização, as tropas de gado, quando se deslocavam, tinham que parar em determinados locais e, em torno desses locais, geralmente, surgia um comércio que dava origem a um pequeno povoamento, que depois virava cidade. No caso do Nordeste, tem-se Olinda (PE), Feira de Santana (BA), Conceição da Feira (BA), que foram municípios que começaram dessa forma.

O objetivo principal desse trabalho é identificar as características que diferenciam os feirantes que comercializam produtos agropecuários em feiras livres de municípios distintos, num nível de desenvolvimento diferente, no caso de Cascavel e Ocara. Os objetivos específicos são: caracterizar as feiras livres de Cascavel e Ocara e seus feirantes; verificar que fatores afetam a forma de governança nas questões dos feirantes na aquisição dos seus produtos; descrever como os feirantes realizam compra e venda de seus produtos; analisar a participação da renda da feira na renda mensal total bruta de feirantes em cada município; comparar o nível organizacional dos feirantes dos dois municípios, que é bem diferente, já que são municípios com nível de desenvolvimento distinto; e descrever os principais problemas apontados pelos feirantes durante as entrevistas.

As hipóteses de trabalho foram essas: em Cascavel, que é o município mais desenvolvido, as transferências governamentais devem representar no máximo 25% da composição da renda mensal bruta total média do feirante pesquisado. Por quê? Exatamente porque se é um município com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mais desenvolvido, deve ter um indicador de renda melhor do que o de Ocara. O rendimento mensal advindo da feira, da profissão do feirante, tem que superar 50% do rendimento total médio. Em Ocara, por ser um município menor, teoricamente mais dependente de ajuda governamental, as transferências governamentais na renda dos feirantes devem representar mais de 25% da renda mensal total média, enquanto os rendimentos advindos da feira não devem superar os 50%.

O referencial teórico utilizado nesse trabalho veio de três escolas. A teoria neoclássica, em que, nos textos de microeconomia, comumente a feira livre é citada como um modelo próximo, mas não exato, de concorrência perfeita, que atende a essas quatro premissas: atomicidade – os agentes são tão pequenos que não têm condição de influenciar o preço da feira; homogeneidade – os produtos vendidos pelos feirantes são, por via de regra, muito parecidos; mobilidade – o feirante pode entrar e sair desse mercado a qualquer hora sem que haja barreira à entrada ou à saída. Pleno conhecimento do mercado quer dizer que o feirante e o consumidor têm pleno conhecimento dos custos, dos preços vigentes na feira, hipótese em que há exagero teórico.

A nova economia institucional é uma escola que veio depois, que critica a teoria neoclássica. Ela diz que o mercado funciona como alocador de recursos, mas não é um alocador perfeito, pois existem custos para isso, que são os de transação. Um conceito importante da nova economia institucional que é utilizado nesse trabalho é a questão da forma de governança, que nada mais é que a origem da mercadoria pelo feirante. Ela é fruto da intercessão das características das transações e dos pressupostos comportamentais dos agentes econômicos.

As características das transações realizadas no mercado são a frequência, a incerteza e a especificidade dos ativos. A frequência é o número de vezes com que a transação é realizada; a incerteza é a imprevisibilidade, se a transação vai-se efetuar ou não, e as consequências disso; a especificidade dos ativos é a perda do valor do bem ou da mercadoria, se ela não for utilizada para aquele fim. Os pressupostos comportamentais dos agentes econômicos são o oportunismo, já que os agentes vão pensar em si mesmos primeiro, a qualquer custo, em detrimento do bem da coletividade, e a racionalidade limitada, que é exatamente a crítica ao pressuposto do pleno conhecimento do mercado. Os agentes são racionais até determinado ponto.

Na feira, é impossível o consumidor ter pleno conhecimento de todos os preços que são praticados e, também, ele é racional porque não vai comprar um produto mais caro se ele sabe que há uma banca que vende o produto mais barato. Outro

conceito utilizado da nova economia institucional é o de sistema agroindustrial (Figura 3 abaixo), já bastante conhecido, no qual a feira livre representa um elo próximo ao consumidor; é um canal de distribuição, o varejo.

Dentro desse sistema, tem o relacionamento com o ambiente organizacional, que são os órgãos, as associações, que podem prestar algum apoio à feira em termos de realização, e o ambiente institucional, que é o conjunto de normas formais e informais para a realização da feira naquele município.

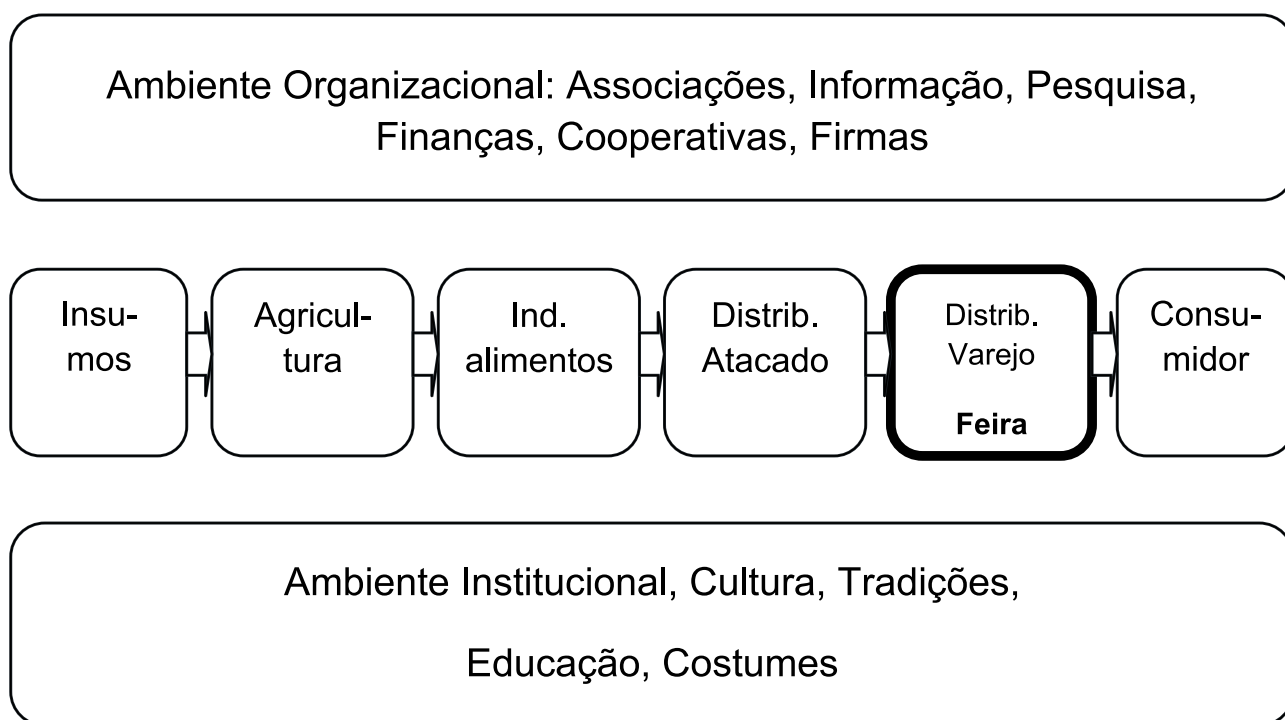


Figura 3 – Caracterização de um Sistema Agroindustrial, destacando a Feira Livre
Fonte: Zylbersztajn (2000).

Outro referencial teórico trabalhado nessa dissertação foi a questão do capital social, que é a capacidade das pessoas trabalharem em conjunto para atingir metas comuns. Esse conceito foi utilizado principalmente para ver o grau de organização dos feirantes, se ele existe ou não. Esse conceito compreende a capacidade da associação e sobrepõe o interesse coletivo aos individuais, e ele está não nos indivíduos, mas nas relações entre eles.

A metodologia foi elaborada da seguinte forma: a escolha dos municípios foi feita pelo critério do IDH. Tomaram-se, em 1991, 20 municípios cuja taxa de crescimento de IDH, no Ceará, foi maior, excluindo-se os da Região Metropolitana e os 20 municípios cuja taxa de crescimento do IDH foi menor. E desses, escolheu-se um do grupo mais desenvolvido, no caso, Cascavel, e um do menos desenvolvido, que é Ocara. A definição do feirante é analisada. Ele deveria comercializar essas mercadorias (Tabela 26 abaixo): animais vivos e produtos de agropecuária, independente de serem orgânicos ou não (carnes, especiarias, frangos abatidos; hortifrutigranjeiros (frutas, verduras e hortaliças); produtos de mercearia (queijo, nata, grãos), peixes (ou frutos do mar).

Tabela 26 – Número de Bancas de Produtos Agropecuários e de Entrevistas Realizadas nas Feiras de Cascavel e de Ocara (2008)

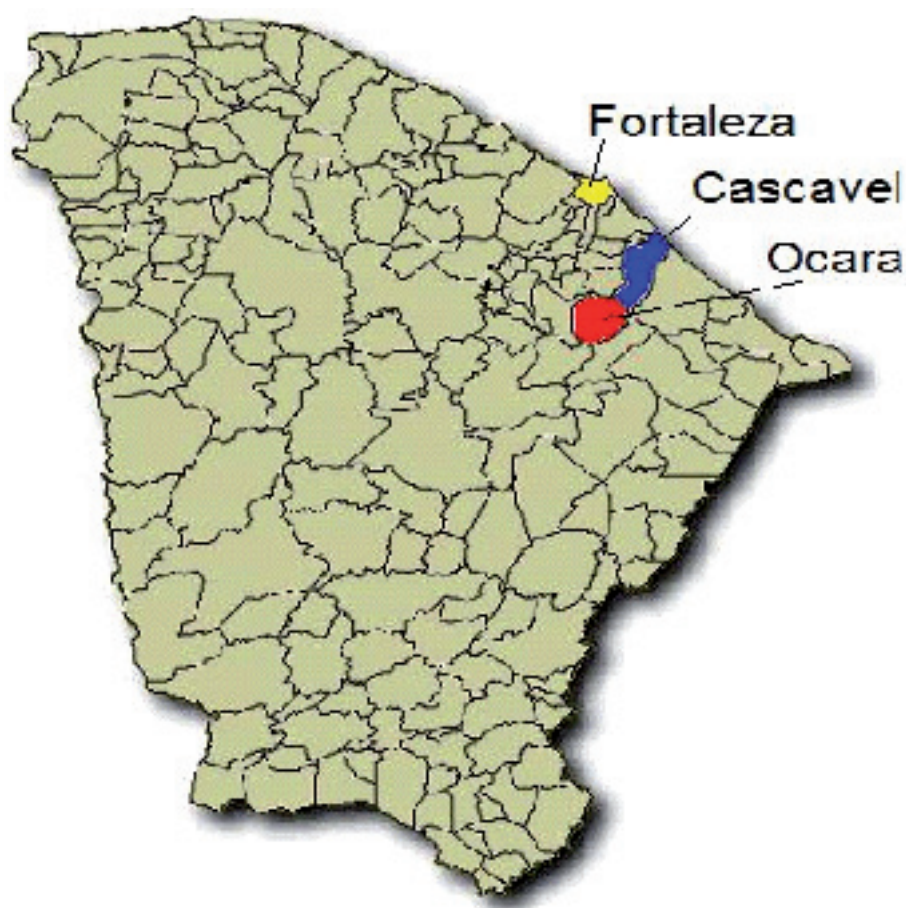
Setores	Cascavel			Ocara		
	Bancas	Quest	%	Bancas	Quest	%
1. Animais vivos	-	9	-	3	1	33,3
2. Carne bovina	36	8	22,2	-	-	-
3. Carne de Criação/Porco	8	3	37,5	-	-	-
4. Especiarias	14	8	57,1	1	1	100,0
5. Frango abatido	20	7	35,0	-	-	-
6. Hortifrutigranjeiros	71	33	46,5	17	16	94,1
7. Mercadoria	52	17	32,7	1	1	100,0
8. Peixe/frutos do mar	42	15	35,7	3	3	100,0
Total	243	100	41,2	25	22	88,0

Fonte: Pesquisa Direta Realizada em 2008.

A definição da forma de governança, a origem da mercadoria, foi feita assim: o feirante produz a mercadoria; ele compra de produtores ou agricultores não-parentes; ele compra de intermediários (pessoa física); ele compra da Ceasa; e ele compra de intermediários (pessoa jurídica), como firmas e depósitos, com exceção da Ceasa.

Os instrumentos utilizados foram questionários estruturados, com algumas perguntas fechadas e outras abertas, questionando sobre o nível de renda dos feirantes, dados pessoais, a motivação que os levou a trabalhar na feira, a questão de organização. E o roteiro aberto, que foi mais aplicado ao pessoal que está envolvido na organização das feiras dos municípios, secretários da prefeitura, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais. Na cidade de Ocara, até o pároco, por ser vizinho da feira, foi entrevistado. Os métodos estatísticos para analisar essas informações foram tábuas gráficas, os testes estatísticos, análise de correlação de variáveis e análises de agrupamentos.

O mapa é só para localização dos municípios escolhidos para pesquisa. (Mapa 1 abaixo). Cascavel, além de ser um dos municípios mais desenvolvidos, não podia ficar de fora porque é a segunda maior feira do Nordeste e a terceira do Brasil; e Ocara foi escolhida em virtude de ser vizinha de Cascavel e porque também é uma situação completamente oposta, uma feira bem menor, e esse contraste podia revelar alguns detalhes interessantes que merecessem análise.



Mapa 1 – Localização dos Municípios Pesquisados e Distância em Relação a Fortaleza

Fonte: Adaptação do Autor a partir dos Dados de 2008 de IBGE.

Vamos agora aos principais resultados. Fiz só um resumo por causa do tempo da apresentação. Na caracterização, objetivo 1: a falta de emprego e as necessidades são os principais motivos para se vender na feira, tanto em Ocara como em Cascavel, com mais de 50% dos feirantes entrevistados. A participação em outras feiras é comum, principalmente em Ocara, que é um município pequeno e tem uma feira que só ocorre uma vez na semana, que é dia de sexta. Então, os feirantes de lá têm que buscar outras feiras para poderem complementar sua renda. Em Cascavel, a feira acontece todo dia, apesar do dia forte de movimento ser o sábado. Os produtos mais vendidos em ambas a feiras foram os hortifrutigranjeiros, Cascavel com 33% e Ocara, 72,7%.

Os principais concorrentes apontados pelos feirantes nas entrevistas foram os supermercados e mercearias, embora não se registrasse nenhum grande supermercado nessas duas cidades. São comércio pequenos, quitandas e sacolões. Há também a concorrência dos feirantes dentro e fora da feira, a questão do oportunismo, que é um dos pressupostos comportamentais dos agentes. Os feirantes hortifrutigranjeiros de Cascavel reclamaram do pessoal que vinha vender frutas e verduras de fora, de Pacoti, Baturité, que chegavam com caminhões cheios de mercadorias,

vendendo a preço mais barato; e eles reclamaram também do pessoal que vende cheiro-verde de forma ambulante, que é uma vantagem que eles não têm, pois vendem em bancas fixas, não se podem deslocar; e o pessoal que vende especiarias se queixa do pessoal dos hortifrutigranjeiros, porque eles agregaram algumas coisas que eram exclusivas do pessoal de especiarias, como colorau e alguns temperos.

Objetivo 2. Alguns detalhes: as formas de governança levantadas estão neste quadro (Tabela 27 abaixo). A produção própria nos dois municípios é baixa, não supera 14% em Cascavel e em Ocara. A maioria dos feirantes é comerciante, não é produtor. Eram casos pontuais os de produtores agricultores que iam à feira vender sua produção. Produtos comprados de agricultores não-parentes é uma forma representativa, em torno de 25%. Produtos comprados de intermediários (pessoa física) em Cascavel é o índice maior, de 32%, porque os feirantes que estão lá geralmente vendem todo dia e não podem se deslocar para comprar suas mercadorias na Ceasa, confiando essa tarefa a um comprador, que, depois de comprar lá, revende as mercadorias para eles.

Tabela 27 – Distribuição de Frequência dos Feirantes de acordo com a Principal Origem dos Produtos Comercializados na Feira de Cascavel e de Ocara (2008)

Forma de Governança	% verificado	
	Cascavel	Ocara
1. Produção própria	9,0	13,6
2. Produto comprado de prod./agricultores não-parentes	25,0	27,3
3. Produto comprado de intermediários (pessoa física)	32,0	9,0
4. Produto comprado na Ceasa	19,0	41,0
5. Produto comprado de firmas (granjas, frigoríficos, depósitos)	15,0	9,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Direta Realizada em 2008.

Produto comprado diretamente na Central de Abastecimento (Ceasa), no caso de Ocara, foi o maior, com 41%, porque, em Ocara, como o comércio é pouco diversificado, os feirantes, principalmente os que vendem hortifrutigranjeiros, que são maioria, têm que se deslocar até a Ceasa diretamente para comprar mercadoria e vender. Produtos comprados de firmas grandes, frigoríficos e depósitos é uma forma com percentual também baixo, semelhante ao de produção própria. Quais são os outros fatores de influência que determinaram esse resultado? A proximidade dos grandes centros de abastecimento, no caso a Ceasa aqui de Fortaleza. As condições edafoclimáticas para o cultivo de alguns produtos agropecuários, para vender na feira, não existem em nenhum dos dois municípios, pois é baixo o índice de produção própria.

A existência de firmas intermediárias, que determina o maior ou menor grau de compras a intermediários dentro e fora do município, e o índice de capitalização dos feirantes, que, no caso de ele ser um feirante que tenha boas condições financeiras, termina permitindo negociar em melhores condições com o fornecedor do que os outros, que não têm uma condição tão boa assim.

O terceiro objetivo específico: os resultados. Descrição de como os feirantes realizam a compra e venda. Em Cascavel, 42% dos feirantes entrevistados declararam comprar no apurado. O que é isso? Comprar em consignação. Eles recebem uma mercadoria, vendem e só depois pagam. Essas transações geralmente são verbais. Não têm nenhum documento, nenhum contrato, lastreando essa operação, que está baseada simplesmente na confiança entre o feirante e o vendedor, dependendo da frequência em que essa transação é feita, que é uma das características das transações econômicas apontadas no marco teórico.

Em Ocara, quase um terço dos feirantes compram na Ceasa à vista, e esses que compram lá são todos feirantes hortifrutigranjeiros. Dizem que os preços ficam mais baratos no fim da feira, e a questão do oportunismo do consumidor, um dos pressupostos comportamentais do agente econômico, aparece mais uma vez. Em Cascavel, era comum ver, depois das 13h00, os fregueses procurando os hortifrutis e carne porque poderiam negociar preços mais baratos com os feirantes. Estes não queriam ficar com o estoque e procuravam baixar o preço para vender, e isso aí também envolve a especificidade do produto vendido, já que sua utilidade para os feirantes é se transformar em dinheiro através da venda; se ele não conseguir vender, ele vai ter que consumir ou descartar o produto.

Objetivo 4: analisar a participação da renda da feira na renda total dos feirantes. Em Cascavel, 42% dos feirantes entrevistados recebem renda mensal superior a oito salários mínimos. Deve-se fazer a ressalva que isso aí é só receita bruta; não foi indagado nada a respeito dos custos. E a concentração maior destes está nos que lidam com carne bovina. Na faixa mais baixa, que é menos de um salário mínimo, estão os que vendem especiarias. A carne geralmente é um produto caro e muito necessário na alimentação de todos.

Em Ocara, 91% dos feirantes entrevistados recebem renda mensal abaixo de quatro salários mínimos, e isso já é um contraste com relação a Cascavel, por ser um município menos desenvolvido, com o nível de renda *per capita* bem mais baixo, que se reflete na renda dos feirantes. A maior concentração na faixa mais alta, que é acima de quatro salários mínimos, está nos feirantes de hortifrutigranjeiros e, na mais baixa, que é menos de um salário, está nos feirantes de especiarias e produtos de mercearia, queijo. Em Cascavel, 40% dos feirantes e em Ocara 60% recebem transferências governamentais, independente da atividade deles. E aqui está o resultado da composição da renda mensal dos feirantes. (Tabela 28).

Tabela 28 – Composição Percentual Média da Renda Bruta Mensal dos Feirantes Entrevistados em Cascavel e Ocara (2008)

Componentes da Renda Mensal Bruta Total Média do Feirante (%)	Municípios	
	Cascavel	Ocara
Renda obtida na feira do município	85,9	63,2
Renda obtida nas feiras de outros municípios	6,1	12,7
Renda oriunda das transferências e aposentadorias	3,3	8,9
Renda de atividades extrafeira	3,4	6,4
Renda familiar de pessoas que trabalham fora da feira	1,3	8,8
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Direta Realizada em 2008.

Em Cascavel, 86% deles têm seus rendimentos advindos da feira livre; em Ocara, 63%. Os outros percentuais, da renda obtida em outros municípios, de transferências, da atividade fora da feira e da renda familiar de pessoas que trabalham fora da feira, que entram na composição da renda do feirante, são superiores em Ocara, mais que o dobro de Cascavel, exatamente pelo fato de a feira lá acontecer só uma vez por semana ou pelo fato de o nível de capitalização do município ser muito baixo; aí, eles têm que procurar outras alternativas de renda para poder completar o seu orçamento mensal. Isso denota também que o pessoal de Cascavel é profissional de feira, eles vivem realmente para aquilo ali sem necessidade de ir para outros municípios.

Objetivo 5: comparação do nível organizacional dos feirantes nos dois municípios. Não há associação de feirantes nos municípios pesquisados, sendo este o traço comum notado já nas pesquisas feitas antes da escolha dos municípios, com Embrapa e BNB. Eles sempre diziam que não havia associação e que os feirantes eram mais comerciantes que produtores. O percentual dos feirantes que participam de alguma associação, de qualquer tipo, de moradores, esportista, religiosa, é muito baixo, é de apenas 13% em Cascavel, e de 32% em Ocara. O nível de articulação dos feirantes nas feiras também é baixo. Não há disposição para assumir responsabilidades na representação dos feirantes.

Em uma entrevista com uma feirante, ela disse que havia proposto para os colegas de Cascavel a criação da associação, mas na hora de tomar a frente do negócio ninguém quis assumir a responsabilidade. O grau de cooperação ainda é baixo e predomina aquela conduta acomodada, à espera que tudo venha do governo, que todas as soluções do problema da feira venham da prefeitura. Eles acham que não têm que se associar para brigar por isso.

Objetivo 6: descrição dos principais problemas apontados pelos feirantes. Em Cascavel, existe toda uma estrutura, porque lá a feira é muito grande. É organizada em galpões separados por mercadorias: o de mercearia, de hortifrutigranjeiros, de peixe e de carne, que funcionam todos os dias. A prefeitura organiza o trânsito em dia de sábado, que é o dia de maior movimento. Ela interrompe uma das mãos das avenidas que passam ao lado dos galpões para colocação de bancas. Mesmo com essa característica de apoio governamental forte, a feira tem alguns problemas, como a questão da segurança, que envolve os roubos e a vigilância precária, muito citada pelos feirantes.

Também há problemas de limpeza, apesar de esta ser executada principalmente nos galpões de carne e peixe, que vendem produtos perecíveis e precisam ser limpos todos os dias. Ainda há muita sujeira nos banheiros, nos próprios corredores, presença de animais e insetos, inclusive dentro dos boxes de venda de mercadoria. A falta de freguesia foi apontada em Cascavel em virtude de as poucas indústrias que existem lá enfrentarem problemas com a crise financeira, demissão de funcionários, pois os feirantes acham que isso diminui o movimento na feira.

Em Ocara, o principal problema, como ainda não existe o apoio à infraestrutura que existe em Cascavel, é exatamente a ausência dos banheiros e pontos d'água para a lavagem de mercadorias. Não existe o básico em Ocara. Há banheiros fechados, bem próximos à praça, que não são utilizados e também há muita exposição dos alimentos ao sol e à chuva. Lá, a coisa está um pouco desorganizada. Na época em que entrevistei o secretário, ele disse que existe o plano da construção do mercado público, organizado, com todo o apoio, bancas padronizadas e pontos d'água, mas que isso ficaria para o próximo mandato e não haveria tempo para fazer aquilo em abril de 2008, a pouco tempo das eleições. Os feirantes precisam da cooperação dos moradores e comerciantes do entorno da feira para arranjar água para limparem o peixe e outras mercadorias.

As conclusões e sugestões. A primeira hipótese do trabalho foi comprovada. Em Cascavel, as transferências são inferiores a 25%, devido ao município teoricamente ser mais desenvolvido. A renda das feiras sobre a renda mensal dos feirantes origina um percentual médio superior a 50%. Em Cascavel, a renda das feiras do município, somada com a renda da feira de outro município, é de 92%. Em Ocara, as transferências são menores que 25%, quando se pensou que seriam maiores, representando apenas 9% do percentual médio na composição da renda dos feirantes. A renda das feiras sobre a renda mensal dos feirantes é superior a 50%.

Não existem condições edafoclimáticas favoráveis à produção de produtos agropecuários, nos dois municípios. A maioria desses produtos, frutas, grãos e carnes, geralmente é importada de outras regiões do estado ou mesmo de outros Estados.

A rede de relações de confiança dos feirantes é baixa, limitada a situações específicas; quando querem dinheiro trocado ou quando um feirante socorre outro se este quer vender e não tem a mercadoria, o que geralmente ocorre quando eles trabalham vizinhos. A intervenção governamental, como foi comentada, no caso de Cascavel é necessária, mas não é suficiente para a geração de melhorias. Os feirantes precisam se articular em associações de classe para brigar por essas melhorias para que elas sejam, digamos assim, agilizadas com o poder público. Em Ocara, poderia pensar-se em melhorias emergenciais, enquanto não vem esse mercado público, porque o mercado público aberto diariamente é uma coisa que eleva a renda, os feirantes podem vender todo dia e depender menos de transferências governamentais, de rendas de feiras em outros municípios e de empréstimos bancários.

Cascavel, apesar da infraestrutura comentada, necessita ainda de várias melhorias; vários banheiros estão com equipamentos quebrados, há necessidade de instalações de ventiladores e refrigeração em alguns blocos que lidam com carne, para espantar as moscas e até mesmo para melhorar o calor do local. Onde não existe refrigeração, o pessoal do mercado do peixe precisa guardar a mercadoria fora do mercado, já que a prefeitura proibiu que eles acondicionassem o peixe em caixas de isopor, que eles deixavam no boxe.

As bancas de confecções e vestuário ainda não estão padronizadas, mas a prefeitura já tem planejamento para isto, além de colocação de iluminação noturna, que foi reclamada por alguns feirantes, que disseram que era deficiente. A estruturação da feira de animais seria outro ponto a realizar, pois ela é bastante desorganizada e houve muita reclamação. Fiz algumas entrevistas lá e o pessoal se queixava muito; não havia banheiro, não havia organização, a insegurança era muito grande. É necessário melhoria da limpeza, que ainda é precária, apesar de todo o esforço da prefeitura em fazer a limpeza dos mercados que vendem produtos perecíveis. A vigilância tem que ser mais efetiva, pois houve também essa reclamação de roubo de mercadorias. Quanto à fiscalização de trânsito, o pessoal estava se queixando que era muito rigorosa, pois multava, além dos caminhões que transportavam animais, os caminhões que transportavam pessoas, e isso diminuiu bastante o movimento da feira.

A realização desse estudo em outras regiões do Ceará e do Nordeste seria recomendável. Este estudo aí foi apenas o piloto. Outras possibilidades de pesquisa seriam a investigação sobre o volume monetário movimentado pela feira em um município e o quanto a feira incrementa o comércio de sua vizinhança, porque aquela renda que os feirantes recebem na feira eles gastam no comércio do entorno. Em Cascavel, é muito forte o comércio em torno da feira e não existem dados sobre isso nas prefeituras. Eu perguntei aos secretários e eles não têm ideia de quanto se movimenta nem do incremento que há no comércio da vizinhança.

A inclusão do consumidor em futura pesquisa é desejável, mas não foi feita nesta pela questão de tempo e recursos. Afinal, as feiras existem porque há quem compre, e os consumidores são peças fundamentais para o trabalho das feiras. Seria recomendável também a elaboração de política pública de âmbito estadual e federal para feiras livres. O Governo Federal, recentemente, abriu um edital nesse mês de julho para apoiar a comercialização direta da agricultura familiar em alguns municípios do semiárido brasileiro. Isso passa, obrigatoriamente, pelas feiras livres. O edital determina que a prefeitura se cadastre, passe por uma seleção e receba, se aprovada, se não me engano, de R\$ 100.000 a R\$120.000, destinados a fortalecer a comercialização direta dos feirantes nesses municípios, principalmente aqueles que produzem produtos da agricultura familiar. No mais, obrigado!

BIÁGIO DE OLIVEIRA MENDES JÚNIOR

Vamos passar para a próxima apresentação. A gente deixa as perguntas para o final, conforme havia sido combinado no início. Convido os colegas Otávio Augusto e Raul, Klebersom, que vão tratar das Repercussões Econômicas das Aplicações do FNE.

OTÁVIO AUGUSTO SOUSA MIRANDA

A Matriz de Insumo-Produto foi encomendada pelo Banco, por meio do Etene, à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo (USP), há mais de um ano. A Fipe já está finalizando este trabalho. Aqui no Etene, acompanhamos mais diretamente este trabalho eu (Otávio), Raul e Ricardo Vidal. Algumas contribuições extras também foram dadas por Adonias Barreto e outros colegas aqui presentes.

Bem! A Matriz de Insumo-Produto é o instrumental de análise econômica que surgiu em meados do século passado, criado por um economista russo com doutorado na Alemanha e que foi professor de Harvard, Leontief, que, mais tarde, ganharia o prêmio Nobel de Economia por causa desse estudo. Ele morreu faz dez anos apenas. Na Matriz de Insumo-Produto, a matemática não é tão refinada, não é aí que está a virtude da matriz; ela é simples, matematicamente simples; não é um instrumento refinado, neste sentido. A grande vantagem é a visão global da economia que se tem com a Matriz de Insumo-Produto, global e sistêmica. Como as partes da economia estão inter-relacionadas, como os setores da Economia estão inter-relacionados. A ideia é: quem vende o quê, e quanto se vende, entre os setores da economia? Quem produz e quem consome? Quais os insumos e produtos dessa economia? Alguém compra alguma coisa, o insumo, para fazer alguma outra coisa, o produto. Então, como as partes da economia se relacionam e o olhar da economia, como um todo, é a grande virtude da matriz.

	Setores Compradores		
Set. Vend	Insumos Intermediários	Dem. Final	Prod Total
	Impostos Indiretos Líquidos (IIL)	IIL	
	Importações (M)	M	
	Valor Adicionado		
	Produção Total		

Figura 4 – Relações Fundamentais de Insumo-produto

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Aqui dá para se ver qual é a ideia da Matriz de Insumo-Produto. As linhas são os setores vendedores, ou seja, quem vende na economia. As colunas são os setores compradores. Se pegarmos uma coluna, a primeira, por exemplo, setor A, vemos quanto este setor está comprando de todos os setores – inclusive do próprio setor – que estão nas linhas. Então, se alguém vende alguma coisa é para duas finalidades: ou para alguém utilizar como insumo em sua produção, ou vende diretamente para o consumo final. E os setores compradores estão aqui e vão justamente comprar esses produtos vendidos. O que eles incorporam na economia está na forma de insumos intermediários – os impostos que eles pagam, as importações que ocorrem, o valor adicionado em forma de lucros e salários – de uma forma que o total de quem compra e o total de quem vende é a mesma coisa. São dois lados da mesma moeda, quem compra e quem vende.

	Setores Região L	Setores Região M	L	M	
Set. Reg. L	Insumos Intermediários LL	Insumos Intermediários LM	DF LL	DF LM	Prod. Total L
Set. Reg. M	Insumos Intermediários ML	Insumos Intermediários MM	DF ML	DF MM	Prod. Total M
	Imp. Resto Mundo (M)	Imp. Resto Mundo (M)	M	M	M
	Impostos Ind. Liq. (IIL)	Impostos Ind. Liq. (IIL)	IIL	IIL	IIL
	Valor Adicionado	Valor Adicionado			
	Prod. Total Região L	Prod. Total Região M			

Quadro 5 – MIP Inter-regional

Fonte: FIPE.

Esse *slide* mostra uma complexidade a mais na Matriz de Insumo-Produto. A Matriz de Insumo-Produto utiliza o sistema de contas regionais, do IBGE, e coleta dados de várias pesquisas, de diferentes órgãos, no intuito de avaliar como os setores da economia se relacionam. Há uma complexidade adicional neste trabalho que a gente está encomendando da USP. É que aqui não basta saber que setor vende para quem, que setor compra de quem. Mas o que queremos saber, além disso, é para que região ele está vendendo, de que região ele está comprando. Esta é uma dificuldade, esse tipo de fluxo é a parte mais sensível da matriz.

Como é que podemos estimar quanto Pernambuco vende para o Ceará? Quanto o Nordeste vende para fora do Nordeste? Quanto compra de fora? Não existem dados seguros sobre isso. Algumas pesquisas usam o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) como base, mas ainda assim é frágil, não dá para ver tudo que acontece, todos os fluxos que acontecem. Existem várias técnicas de estimação e foi usada uma dessas técnicas para estimar isso.

Aqui a nossa matriz de insumo-produto contém 111 setores da economia e 169 produtos, um número considerável, em relação a outras que foram desenvolvidas. São nove matrizes estaduais da região Nordeste, a região como um todo e a nacional. Existe um processo encadeado aí. Vejam, existe a matriz nacional e, primeiro, se cria a matriz da região e, depois, dentro da região, se criam as matrizes dos Estados, uma parte técnica apenas. Essa parte aqui são os efeitos que se estendem nessa produção.

Quando eu dou um impacto de demanda num setor da economia, por exemplo, um aumento de exportação, uma crise internacional que reduziu a demanda, ou uma situação de prosperidade internacional que aumentou a demanda, ou quando o setor têxtil, por exemplo, aqui no Ceará, sofre o impacto de uma variação na demanda. Então, como uma ocorrência pontual dessas afeta o resto da economia do Estado do Ceará? E como é que afeta o resto do Nordeste? E o resto do Brasil? A ideia da matriz é exatamente essa: como é que as partes se ligam entre si? Como é que afetando um setor, eu afeto os outros? E como é que estes efeitos se propagam? Essa é a ideia básica da matriz, uma visão sistêmica e global da economia.

A matriz capta dois outros efeitos: os indiretos, que se dariam a partir daquele efeito inicial do setor têxtil do Ceará e, daí, se têm os efeitos nos outros setores. Por exemplo: confecções? Como é que seria então o impacto? O têxtil do Ceará compra de outro setor têxtil de outros Estados também? Como é que funciona isto? A matriz processa esses dados e gera os resultados. O efeito induzido seria o consumo. As pessoas trabalham, ganham seu salário, colocam renda adicional na economia consumindo e isso gera outro fluxo. Então, cada vez que esses fluxos acontecem – um setor compra do outro que compra do outro –, isso tem resultados sucessivos

que dão um impacto final. Por exemplo, o setor agrícola pode comprar tratores do setor de máquinas e equipamentos, que vai comprar aço no setor siderúrgico e pode usar o álcool para movimentar o seu maquinário, e aquele compra, por sua vez, do setor agrícola de novo. Quer dizer, a economia gira.

Então, além dos efeitos diretos e indiretos, há os induzidos, ou seja, no setor e nos outros setores é o efeito por causa do consumo dos trabalhadores. No final temos os efeitos espaciais: local, no estado, na região e no Brasil. Essa informação é interessante porque a gente vai poder ver os vazamentos das transações comerciais dos Estados, da região, ou fora da região. Nos impactos que são calculados, a matriz permite, também, dizer qual é o valor bruto da produção (é o valor total receita, quantidade versus preços). O valor agregado, ou valor adicionado, que transmite a ideia do PIB setorial, quanto impacto tem nos empregos, salários e tributos. Dado um impacto na demanda de um setor qualquer, a matriz mostra quais seriam os impactos nas variáveis comentadas acima.

Os índices de ligações permitem identificar o nível de encadeamento dentro da economia. O Índice de Ligação para trás informa o quanto um setor demanda de outros setores, enquanto o Índice de Ligação para frente denota o quanto um setor é demandado pelos outros. O setor agrícola está fortemente ligado a vários setores. Por exemplo, fornece insumos a vários setores. É importante saber isso, porque, às vezes, você precisa saber qual setor estimular. Um setor que se liga muito com outro pode ser uma boa como objeto de política, ou um local para você estimular. Isso aqui é a parte sensível da matriz, ou seja, os fluxos. Os técnicos da Fipe estimaram isso.

Tabela 29 – Fluxo do Consumo Intermediário, em Milhões de Reais de 2004

	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	SE	RN	RBR
AL	4,809	235	49	11	32	426	8	64	12	2,011
BA	434	43,619	473	196	186	767	106	261	220	22,509
CE	37	266	12,989	100	133	271	122	32	350	3,957
MA	11	107	136	5,855	14	102	170	7	16	2,913
PB	46	137	255	19	4,042	374	15	26	245	1,469
PE	254	766	442	82	425	15,519	60	98	210	4,826
PI	4	30	109	97	6	36	2,951	2	7	797
SE	50	755	64	20	14	67	11	4,069	20	1,891
RN	6	332	187	9	84	66	9	18	5,598	2,805
RBR	2,451	19,158	7,178	3,470	2,234	7,824	1,600	1,798	3,119	1,265,236

Próprio Estado	4,809	43,619	12,989	5,855	4,042	15,519	2,951	4,069	5,598
Outros Estados do NE	842	2,628	1,715	535	893	2,109	501	508	1,079
Outros Estados do Brasil	2,451	19,158	7,178	3,470	2,234	7,824	1,600	1,798	3,119

Próprio Estado	59%	67%	59%	59%	56%	61%	58%	64%	57%
Outros Estados do NE	10%	4%	8%	5%	12%	8%	10%	8%	11%
Outros Estados do Brasil	30%	29%	33%	35%	31%	31%	32%	28%	32%

Fonte: FIPE.

Nesse *slide*, a gente vê esses resultados: são os fluxos de Alagoas vendendo para Alagoas; Alagoas vendendo para a Bahia; Alagoas, para o Ceará e assim sucessivamente, e aqui, a gente tem resultados interessantes. Isso aqui é o consumo intermediário dos insumos que os Estados compram um do outro. Por exemplo, o que Alagoas compra de consumo intermediário no próprio Estado (59% do que ele compra), 11% do Nordeste, 30% de fora do Nordeste. Então, esse percentual em torno de 30% dos Estados do Nordeste comprando fora da região são vazamentos do fluxo comercial. Isso aqui é em cima do consumo intermediário. Em seguida, temos a demanda final.

Tabela 30 – Fluxo da Demanda Final Doméstica, em R\$ Milhões de 2004

	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	SE	RN	RBR
AL	11,593	182	41	21	40	188	14	92	7	671
BA	133	69,725	243	136	151	380	96	270	118	6,492
CE	86	426	34,097	212	219	461	166	67	301	3,568
MA	13	72	125	21,010	24	69	142	11	14	1,370
PB	49	123	110	33	13,123	307	21	24	131	1,038
PE	223	881	385	129	655	39,969	78	139	173	2,947
PI	7	41	102	142	8	33	9,421	5	5	555
SE	48	215	19	17	13	37	9	10,132	10	670
RN	13	71	93	25	106	85	13	20	14,323	896
RBR	2,684	15,013	6,918	4,879	3,240	7,287	2,265	2,285	2,793	1,664,651

Próprio Estado	11,593	69,725	34,097	21,010	13,123	39,969	9,421	10,132	14,323
Outros Estados do NE	572	2,012	1,119	715	1,215	1,559	539	628	758
Outros Estados do Brasil	2,684	15,013	6,918	4,879	3,240	7,287	2,265	2,285	2,793

Próprio Estado	78%	80%	81%	79%	75%	82%	77%	78%	80%
Outros Estados do NE	4%	2%	3%	3%	7%	3%	4%	5%	4%
Outros Estados do Brasil	18%	17%	16%	18%	18%	15%	19%	18%	16%

Fonte: FIPE.

Já é o produto que o consumidor vai consumir realmente; não vai passar para frente na cadeia de produção, demanda final. Em torno de 15% a 20% do que se compra dentro do Nordeste vêm de fora da região; muito pouco vem de dentro do Nordeste, mesmo em relação a outros Estados. Com base nestas duas tabelas, nós estimamos o saldo da balança comercial entre os Estados.

Eu destaquei isso aqui porque é um dado interessante, que são vazamentos do Nordeste para o resto do Brasil. Aqui, são os vendedores e os compradores. O Nordeste vendendo para o resto do Brasil dá um saldo negativo. Aqui está em milhões de 2004 porque os dados da matriz são de 2004, que era o que tínhamos disponível. A base de dados requer um número muito grande de informações, e isso era o que se tinha de disponível; todos os dados possíveis para aquele ano, na época. São R\$ 35 bilhões os vazamentos nos fluxos comerciais. Então, nós temos um déficit na balança comercial em relação ao resto do Brasil. Logo, se nós não conseguirmos compensar aqui de outra forma, fluxos de capital, se não conseguirmos equilibrar a nossa balança de pagamentos, a gente está sempre perdendo recursos do Nordeste nessas

áreas e isso prejudica o crescimento econômico; e aqui é o contrário, apenas o outro lado da moeda, o resto do Brasil vendendo para o Nordeste, que é um saldo positivo.

Tabela 31 – Balança Comercial, em R\$ Milhões de 2004

	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	SE	RN	NE	RBR	TOTAL
AL	0	-150	-33	8	-23	137	11	58	0	8	-2.453	-2.445
BA	150	0	24	153	77	-500	131	-439	-65	-469	-5.170	-5.639
CE	33	-24	0	51	-13	-95	77	16	371	416	-6.571	-6.155
MA	-8	-153	-51	0	-14	-40	73	-19	-4	-216	-4.066	-4.282
PB	23	-77	13	14	0	-399	22	23	186	-195	-2.967	-3.162
PE	-137	500	95	40	399	0	69	133	232	1.331	-7.338	-6.007
PI	-11	-131	-77	-73	-22	-69	0	-13	-10	-406	-2.513	-2.919
SE	-58	439	-16	19	-23	-133	13	0	-8	233	-1.522	-1.289
RN	0	65	-371	4	-186	-232	10	8	0	-702	-2.211	-2.913
NE	-8	469	-416	216	195	-1.331	406	-233	702	0	-34.811	-34.811
RBR	2.453	5.170	6.571	4.066	2.967	7.338	2.513	1.522	2.211	34.811	0	-
TOTAL	2.445	5.639	6.155	4.282	3.162	6.007	2.919	1.289	2.913	34.811	-	-

Fonte: FIPE.

A partir de agora o Raul vai falar para vocês sobre duas aplicações, duas simulações que nós fizemos na matriz.

RAUL KLEBERSOM MOURA DA SILVA

Bom dia! Inicialmente como o Octavio estava dizendo, o objetivo desta apresentação é trazer e ilustrar para vocês algumas aplicações que podem ser utilizadas na matriz. A matriz é um instrumento bastante útil por ser aplicável em diversas finalidades, seja no campo acadêmico, para balizar estudos para determinados setores, ou sobre fluxos comerciais de regiões. Seja na instância governamental, porque ela pode auxiliar quando da formulação de políticas, de incentivar determinados setores ou mesmo incentivar setores que se interligam. Seja na instância acadêmica e na própria esfera de atuação aqui do próprio Banco do Nordeste. Não apenas no Etene, mas também nas áreas, como, por exemplo, para se fazer programação do FNE. No nosso caso, são tantas as aplicações que, se nós fôssemos nos debruçar em cada uma seria necessário uma apresentação para cada.

O objetivo aqui é falar rapidamente, e é como eu falei, eu vou ilustrar e nós vamos trazer à baila dois eventos interessantes. O primeiro é uma coisa que nós já tínhamos falado, que seria a avaliação do FNE, e o segundo exemplo seria justamente na sequência de atuar, de facilitar, de permitir que sejam indicados balizadores para auxiliar na formulação de políticas públicas. Seria mais ou menos este o objetivo da nossa apresentação. Eu vou partir para a primeira ilustração, que seria mensurar impactos, repercussões econômicas. No nosso caso, nós vamos trazer,

como exemplo, as repercussões econômicas dos vinte anos de FNE, as aplicações de 1989 e 2008. Somente lembrando, esses impactos, na verdade não é nem lembrando, é esclarecendo, que os impactos estão mensurados em reais, atualizados para dezembro de 2008, pelo IGP-DI.

Os impactos que vamos abordar foram gerados a partir de cada ano de aplicação. A aplicação resulta em impactos dentro do ano em que ela foi realizada, podendo haver impactos residuais nos outros anos. Com relação à variável emprego, ela é medida pela unidade equivalente/homem/ano (usada pelo IBGE), sendo que os empregos serão mantidos durante um ano, a partir da aplicação. Então, no nosso caso, como o Octavio falou, a matriz nos permite estimar os impactos, em vários indicadores, como o valor bruto da produção, o valor adicionado, que reflete o PIB setorial, na questão dos empregos, da massa salarial, e dos tributos. A receita tributária dos Estados, neste caso aí, também, esclarecendo que, notadamente os impostos relacionados na matriz de insumo-produto são aqueles pagos às administrações públicas federal, estadual e municipal, que incidem sobre a produção, importação e uso dos fatores de produção.

No nosso caso, para facilitar o entendimento e apenas como ilustração, nós vamos trazer aqui apenas dois indicadores: são o valor adicionado, como falei, o próprio PIB setorial e os empregos. A matriz também permite fazer estudos com diferentes agregações setoriais. Ela nos permite trabalhar como foi dimensionada e contemplar 111 setores, mas vai depender do objetivo do estudo e você pode ir agregando, para 55 ou 8 setores, como é o caso que nós geralmente utilizamos para se medirem impactos setoriais.

No nosso caso, a gente vai apresentar a matriz em 55 setores, englobando as contratações das atividades que o Banco contempla e, neste caso, desses 55 setores, nós destacamos os 10 mais importantes em termos de valor contratado. Para se ter uma ideia, esses 10 setores concentram cerca de 85% de todos os recursos que foram contratados do FNE. Nós vamos ilustrar estes dois impactos, que são o valor agregado e as ocupações. Neste caso, nós vamos abordar o Nordeste e o resto do Brasil, com destaque para o setor de pecuária e pesca, que, na verdade, foi o setor que mais demandou recursos do FNE. Foram contratados recursos oriundos da pecuária e da pesca de cerca de R\$ 12,6 bilhões. Estes recursos estão gerando impactos, em termos de valor agregado, ou seja, PIB para a região, da ordem de R\$ 18 bilhões. Não, isso aí é o valor agregado. No caso aí, você está na verdade, não está contabilizando o consumo intermediário; no caso aqui; é isso mesmo, valor agregado.

Então estes R\$ 12.6 bilhões, eles geram impacto da ordem de R\$ 18,7 bilhões para dentro da região e R\$ 8,5 bilhões para fora da região, para o resto do Brasil, em outros Estados totalizando um impacto de R\$ 27,4 bilhões em termos de PIB.

Como o Octavio também falou, vocês puderam perceber, pelos fluxos comerciais, existe um percentual relativo de vazamento dos efeitos dos impactos das aplicações do FNE para outras regiões, que, possivelmente, demandam políticas que permitiriam que os efeitos sejam internalizados de maneira mais efetiva para a região. Acredita-se que as políticas para a região necessariamente buscam internalizar maior quantidade possível de externalidades positivas para dentro daquela área locacional. Então, para vocês terem uma ideia, isso significa dizer que 68,9% dos efeitos estão ficando na região, e o complemento está realmente se esvaindo, que são os efeitos de transbordamento.

Em termos de emprego, no setor pecuária e pesca, um dado importante que nós elegemos, estas contratações do FNE, elas geraram cerca de 2,7 milhões de ocupações em 20 anos. Cabe observar que os empregos gerados pela aplicação de um determinado ano serão mantidos durante um ano e desaparecem, caso não ocorram novas contratações. Também é importante frisar que são ocupações formais e informais. A matriz contempla tanto as aplicações formais, como também as informais, e diferentemente da questão do valor agregado, na questão dos empregos, a gente percebe que os vazamentos são menores.

No caso principalmente da pecuária e da pesca, uma atividade que é intensiva em mão de obra, a gente percebe que cerca de 88,5% dos impactos sobre os empregos acabaram ficando na região, e cerca de 354 mil ocupações foram para fora da região. Em termos de Nordeste, no total dos 20 anos do FNE, nós tivemos contratações na ordem de R\$ 42,6 bilhões. Essas contratações geraram impactos, em termos de valor agregado, da ordem de R\$ 63,7 bilhões, sendo que 69,2%, ou seja, me perdoem, geram impactos na ordem de R\$ 92,1 bilhões no total, sendo que 69,2% estão dentro da região e o restante são os vazamentos.

Na questão do emprego, foram geradas contratações, cerca de 7,7 milhões de ocupações, entre formais e informais, desculpem, 8,8 no total, e destes 8,8 cerca de 7,7 na região. Vê-se que 88,5% do total de ocupações estão no Nordeste. Esta é uma das aplicações e a outra aplicação que nós vamos ilustrar, tentar trazer para vocês, é justamente na questão da formulação de políticas, como instrumento de auxílio para identificar setores elegíveis para certas intervenções públicas, ou mesmo, no caso de se priorizarem intervenções em setores que se relacionem com alguns setores tidos como dinâmicos. Neste caso, para se fazer esse tipo de análise, a gente utiliza, como o Octavio já falou, a questão dos índices de ligação.

Estes setores têm diferentes capacidades de gerar impactos, seja direto ou de interagir com outros setores da economia e também gerar o que nós chamamos aqui dos impactos indiretos. Seria, no caso, como ele citou, um choque de demanda que traz efeitos no próprio setor e que esse setor, dependendo das características dele,

pode interagir com mais ou menos setores, e com isso trazer impactos que nós chamamos de indiretos, e também os impactos que nós chamamos de efeitos induzidos.

Então, na verdade, a gente vai abordar essa ótica e agregar, também, os elos, para frente e para trás, num índice que chamamos de interligação pura, que contempla a importância do setor na economia local. Nós vamos perceber que os setores têm importâncias diferentes, capacidades de interagir, de dinamizar, a depender da região e da vocação de cada estado. Para diferir com um pouco da primeira aplicação, nós vamos usar a maior desagregação possível da matriz, ou seja, em 111 setores, e também, para diferenciar, nós vamos abordar a questão estadual.

Nós vamos trazer e ilustrar com setores por estado. Então o objetivo desta nossa aplicação, destes 111 setores, nós selecionamos aqueles 25 que são os mais dinâmicos, ou seja, eles têm a maior capacidade de interagir com outros setores, de trazer impactos no que tange à produção, e vamos confrontar, também, com os 25 setores que mais têm capacidade de empregar, ou seja, aqueles que apresentam os melhores multiplicadores de geração de ocupações. A intenção é destacar aqueles setores que são dinamizadores, tanto em capacidade de interagir com outros setores, como também de gerar empregos. E neste caso, seria uma ferramenta importante para as políticas públicas, porque nós estaríamos aqui apontando setores que, por via de regra, seu crescimento econômico traria também crescimento em termos de geração de ocupações e todas as externalidades positivas que a geração de ocupações traz.

No caso do Estado de Alagoas, nós identificamos aqui sete setores que têm esta característica, tanto de dinamizar os efeitos relacionados à produção como também de empregos. Vocês podem perceber aqui que estes sete setores, na sua maioria, estão relacionados às atividades ligadas ao setor sucroalcooleiro; isso confirma realmente a nossa percepção que esse é um setor relevante no estado, é um setor já tradicional. É um setor que é um grande demandador de recursos do FNE e também corrobora a hipótese de que os setores dinâmicos, os setores mais dinâmicos da região, por si só já criam sua demanda por recursos. Então, a gente percebe que, no caso do Estado de Alagoas, nós temos a fabricação de açúcar, cana-de-açúcar, e o álcool, com altos índices de ligação, ou seja, para frente ou para trás, que geram emprego.

Os outros setores estão relacionados aos serviços. Administração pública também é um setor que aparece na maioria dos Estados. Os Estados necessariamente possuem administrações e administrações demandam produtos, e também empregam pessoas, dinamizam, de certa forma, a estrutura produtiva dos Estados. No Estado de Alagoas, eu quero destacar sete setores. É o estado que apresenta maior número de setores que conseguem ter esta interseção entre produção e em-

pregos. Por questão de tempo, eu não vou estar citando cada estado, mas, para ilustrar, o Estado da Bahia tem ligação com Sergipe e isto vai se repetir nos outros Estados. Na maioria deles, quem vai ter altos índices é o setor de serviços, dado que são grandes geradores de produto e de empregos. Também tem uma capacidade muito grande de interagir com outros setores, ou seja, intermediando, no caso de demandas, produtos para estes setores, e também tem a capacidade muito alta de empregabilidade. Então, somente para encerrar, são esses os setores.

Eu vou passar rápido, e peço desculpas aos senhores com causa do meu tempo e, antes de finalizar a apresentação, fazer os agradecimentos aqui da equipe que participou mais diretamente para esta questão de insumo-produto. Como o Octavio falou, é um trabalho que nós estamos ainda em fase de término. Muito em breve, nós estaremos divulgando isto através de publicações e disponibilizando a matriz para a sociedade. Eu acredito que vai ser um instrumento muito útil, como já disse, para várias utilizações, seja acadêmica ou governamental, ou para a própria atuação do Banco.

Então, primeiramente, eu gostaria de em nome da equipe, agradecer aos que não estão aqui, mas é necessário fazer esse agradecimento ao pessoal da Fipe, que fez esse projeto-piloto, ao professor Jonas, ao Adonias, que está aqui, nos deu a honra da presença, obrigado pela contribuição na questão das agregações e desagregações setoriais; agradecer também ao nosso outro colega, o Ricardo, ele não está aqui, mas também nos ajudou bastante; na verdade, é um trabalho em trio, agradecer a toda a equipe do Etene, pela colaboração conosco na nossa demanda e também nos colocar à disposição para perguntas esclarecimentos que se tornem necessários.

BIÁGIO DE OLIVEIRA MENDES JÚNIOR

Vamos passar então para a próxima apresentação, que vai ser sobre o Sistema de Informação Geográfica do Banco do Nordeste. Vai ser feita pelo técnico Francisco Diniz Bezerra, que é o gerente da Central de Informações Econômicas, Científicas, Tecnológicas e Sociais do Etene.

FRANCISCO DINIZ BEZERRA

Bom dia a todos! Vamos fazer uma apresentação sobre uma ferramenta que estamos disponibilizando. Trata-se do Sistema de Informação Geográfica do Banco do Nordeste, conhecido pela sigla SIGBNB, cujo objetivo é disponibilizar informações georreferenciadas, principalmente sobre o Nordeste. Esta ferramenta foi desenvolvida através de um convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina. Eles dispõem de um laboratório na área de transportes, detendo *expertise* em SIG. Inclusive, eles têm como principal cliente a Petrobras. Para vocês terem uma ideia, toda a logística da Petrobras, toda a distribuição de combustível da Petrobras é re-

alizada pelo *software* desenvolvido por essa entidade, que, como dissemos, detém experiência no desenvolvimento de ferramentas de SIG. Primeiramente, vamos falar para vocês um pouco do que é o SIG, o sistema de informação geográfica.

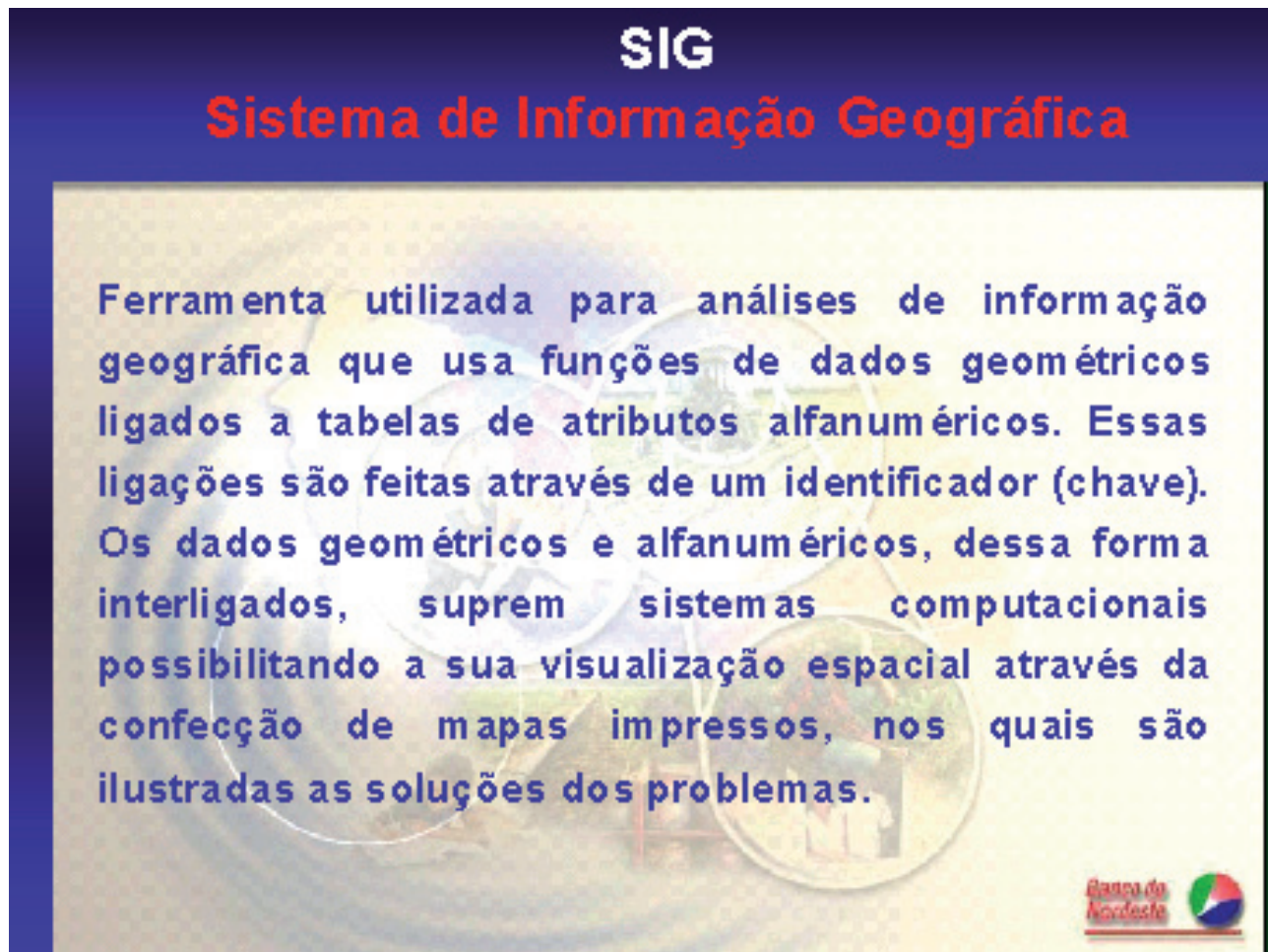


Figura 5 – Conceito de Sistema de Informação Geográfica (SIG)

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina/LabTrans.

O SIG é uma ferramenta utilizada para análise de informação geográfica, que usa as funções de dados geográficos agregados a uma tabela de atributos alfanuméricos. Basicamente, o seguinte: você tem uma tabela de atributos, de informações, por exemplo, socioeconômicas. Para representar estas informações no mapa, você cria um mecanismo chamado identificador e, através desse identificador, você plota aquelas informações no mapa. Aqui vocês visualizam melhor.

Para vocês terem uma ideia geral do funcionamento do sistema SIG, observem o seguinte: para funcionar o SIG, vocês têm que ter primeiro o objeto. As áreas, pontos e linhas. Ou seja, no mapa, ele representa essas informações através de pontos, linhas e áreas. Esses dados alfanuméricos seriam, por exemplo, dados socioeconômicos, tais como a população de uma região, o PIB etc. No caso do Banco do Nordeste, já temos vários mapas de investimentos, cujas informações são agregadas para serem colocadas no sistema. Utilizando ferramentas de análise e tabelas de dados georreferenciados, nós podemos construir, através do SIG, os mapas necessários para que nós possamos tomar decisões de melhor qualidade. Para vocês terem uma ideia, quando estávamos fazendo o mapa sobre a área navegável do rio São Francisco, eu, particularmente, pensava que era somente no baixo São Francisco. Depois de plotar essas informações no mapa, visualizamos que a área do médio São Francisco também é navegável. Ou seja, se eu tivesse estas informações apenas em tabelas, dificilmente visualizaria isto. De tal forma que, desta maneira, eu posso visualizar melhor a informação.



Figura 8 – SIG: Auxílio à Tomada de Decisão

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina/LabTrans.

Como eu coloquei, o SIG é, fundamentalmente, um sistema de auxílio à tomada de decisão, ou seja, através dele, ao processar as informações, você pode tomar a sua decisão de forma mais segura. O SIG é muito utilizado em alguns tipos de aplicações, como no planejamento urbano das cidades e no planejamento ambiental. Também é muito utilizado na área de logística, particularmente em infraestrutura de transportes.



Figura 9 – Exemplos de Aplicações e Tipos de Análises do SIG

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina/LabTrans.

Para cada tipo de aplicação, você tem um tipo de análise específica. Por exemplo, no nosso caso, o assunto é investimento. Assim, podemos fazer mapas temáticos para realizarmos análise dos investimentos do Banco.

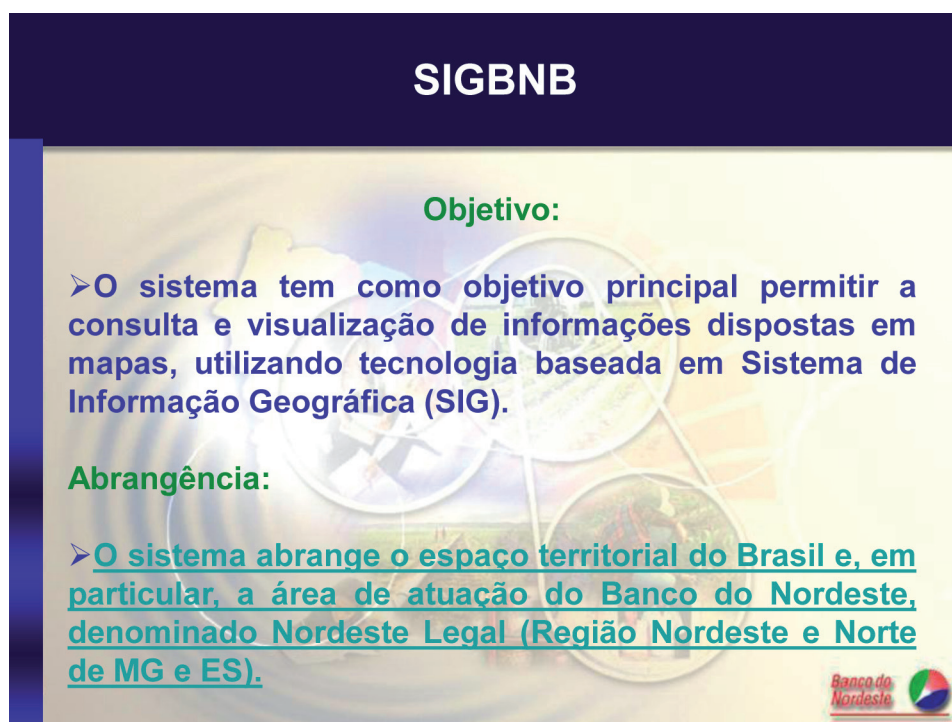


Figura 10 – Objetivo e Abrangência do SIGBNB

Fonte: BNB/Etene/Centro de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas (CIEST).

Nós vimos um pouco de SIG, que é o sistema de informações geográficas. O SIGBNB, em particular, é um tipo de SIG. É um tipo de sistema de informações geográficas mais focado às necessidades do BNB. Ele foi “customizado” às necessidades, aos interesses do Banco do Nordeste. O foco principal da gente é a região Nordeste, a área de atuação do Banco. Por conta disso, ele foi mais direcionado a agregar ou reunir informações para esta área de atuação que, no caso, é o que se chama Nordeste legal, que compreende o Nordeste, o norte de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo.



Mapa 2 – Camada do Nordeste Legal e Semi-Árido

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Ciest, a partir dos Dados do IBGE.

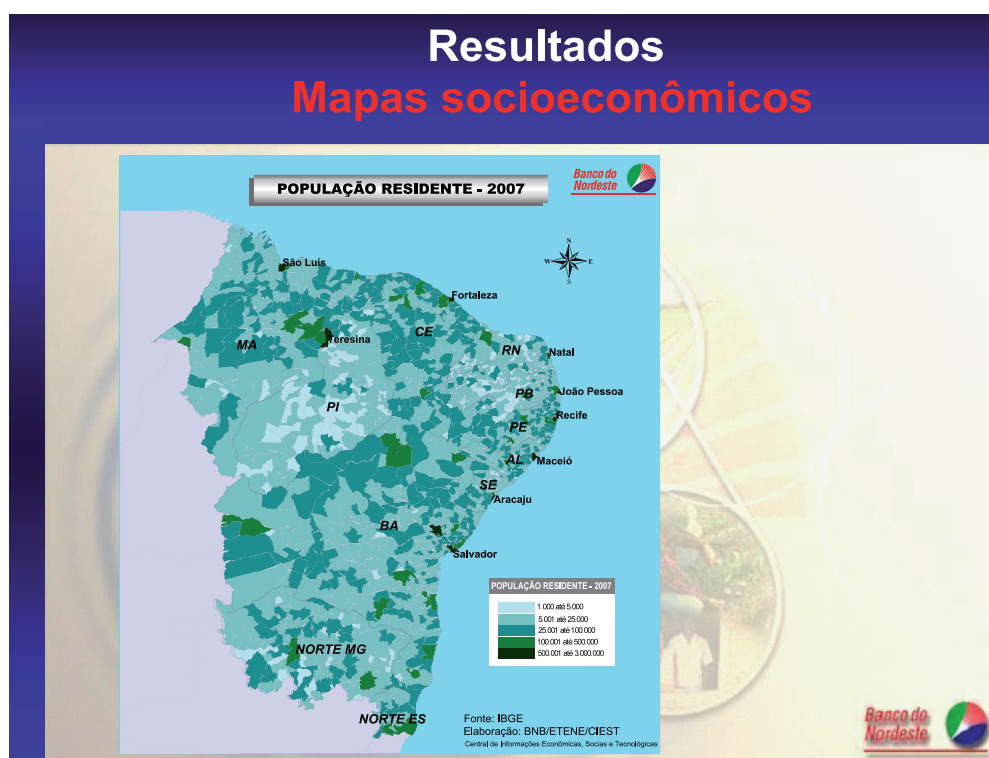
Nós procuramos reunir nossa base de dados focada na região Nordeste, embora tenhamos dados de todo o Brasil e também alguns dados até em nível mundial. As principais funcionalidades do SIGBNB são: criação e visualização de mapas temáticos a partir de bancos de dados importados para o sistema.



Figura 11 – Principais Funcionalidades do SIGBNB

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina/LabTrans.

Muitos dos mapas já elaborados estão, inclusive, sendo disponibilizados na Internet, na página do Banco.



Mapa 3 – Exemplo de Mapa Socioeconômico – População Residente 2007

Fonte: Elaboração BNB/Etene/Ciest, a partir dos Dados do IBGE.

Neste exemplo, que informa a população por área para o ano de 2007, vocês podem visualizar, por distinção de cores, quais os municípios que concentram as maiores populações por área. Como se vê, é próximo das capitais e em algumas regiões específicas.



Mapa 4 – Exemplo de Mapa Socioeconômico: PIB Per Capita 2006

Fonte: Elaboração BNB/Etene/Ciest, a partir dos Dados do IBGE.

Outro exemplo: mapa do PIB *per capita*. Observando aqui, olha como fica mais fácil a visualização das informações; olha aqui o cerrado, a região do cerrado. Neste mapa vocês visualizam que, já em 2006, essa região de cerrados já se destacava em relação ao restante do Nordeste pela grande produção de grãos. Vocês observam também, aqui no norte do Espírito Santo, que, embora esteja incluído na área de atuação do Banco, ele, na verdade, é uma região bem mais próxima, em termos de PIB *per capita*, do Sudeste. Outro tipo de informações interessantes podem ser plotadas e organizadas dentro do mapa, a exemplo dos investimentos. No caso do Banco do Nordeste, vários mapas e inclusive alguns que foram realizados para o trabalho que a Jânia coordena, já foram desenvolvidos neste sistema.

Telas de Cadastro de Investimentos

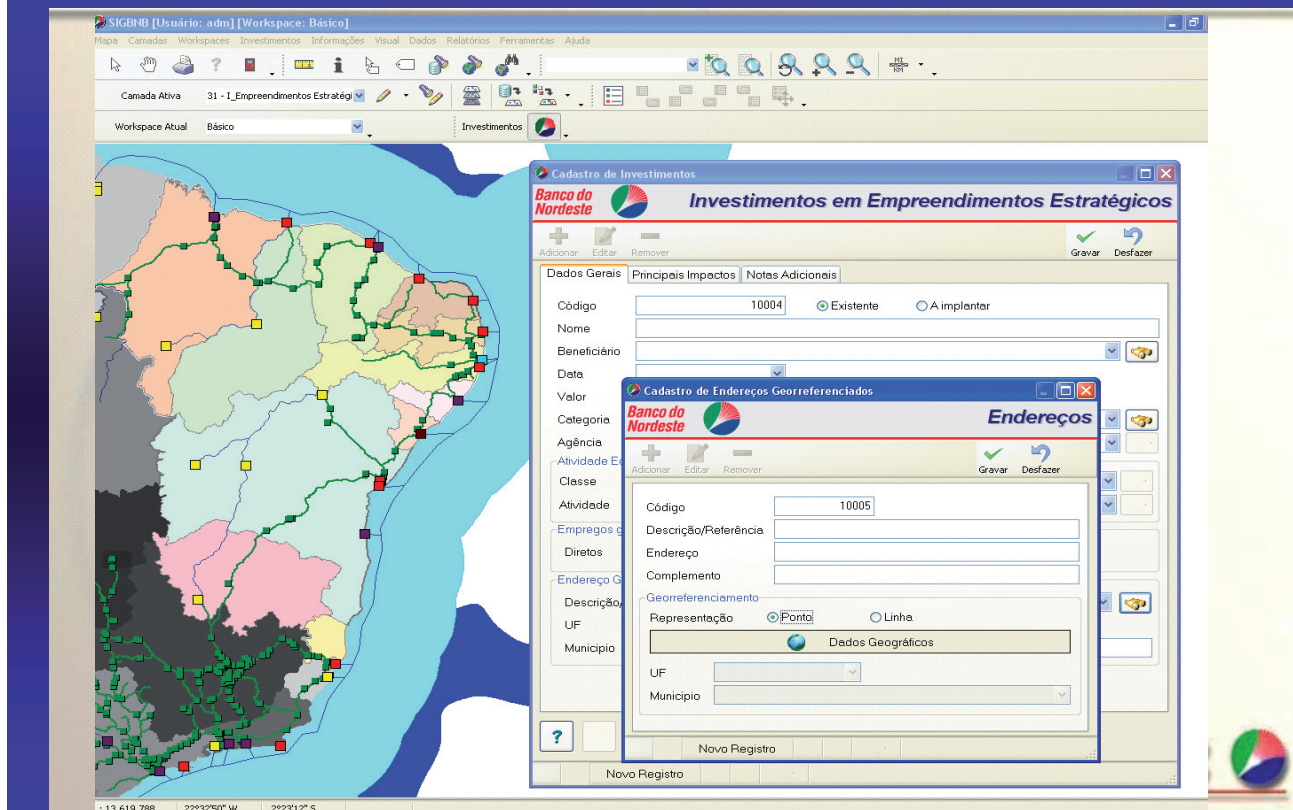


Figura 12 – Telas de Cadastro de Investimentos do SIGBNB

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina/LabTrans.

Aqui vocês observam o seguinte: cadastro de investimentos. Nós podemos organizar todos os investimentos da forma como nós queremos, por exemplo, investimentos acima de 2 milhões, investimentos de até 50 milhões, investimentos do PAC, investimentos de um determinado município, um determinado estado. Está certo? A gente pode organizar essas informações colocando-as em uma base de dados. Por exemplo, vamos supor os investimentos previstos para a região, para os próximos anos. A gente pode organizar isso no sistema objetivando localizar e visualizar melhor no mapa onde serão os investimentos. Outra possibilidade também é a visualização dos mapas de infraestrutura, que já comentei. No caso, nós estamos fazendo um trabalho na área de infraestrutura de transportes no Nordeste, coordenado pelo Germano. Então, nesse tipo de mapa, nós podemos visualizar quantas obras já são existentes, quantas obras projetadas nos diversos modais, por exemplo, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, dentre outros. Tudo isso facilita a visualização de onde estão localizados os investimentos.



Mapa 5 – Exemplo de Mapa Infraestrutura: Nova Transnordestina

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Ciest.

Neste caso aqui, vejam, vocês podem observar a Ferrovia Transnordestina e os municípios que, de alguma forma, ela vai impactar. Ficou bem mais fácil a visualização do que, por exemplo, se eu tivesse uma tabela.



Mapa 6 – Transposição do Rio São Francisco: Municípios Beneficiados

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Ciest.

Aqui os municípios que foram beneficiados pela transposição do rio São Francisco. Você observam aqui os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e um pouco de Alagoas também. Então, fica mais fácil a visualização plotada no mapa dos municípios beneficiados da transposição do rio São Francisco.



Mapa 7 – Exemplo de Mapa Infraestrutura de Transportes

Fonte: BNB/Etene/Ciest.

Aqui, você tem outro mapa de infraestrutura de transportes. Como vocês observam, estão aqui as principais rodovias, ferrovias aqui da região, aeroportos, portos, de forma que você pode brincar à vontade. Você pode fazer o mapa do jeito que você imaginar e aí você ter a informação para sua tomada de decisão. Veja! Como é que funciona esse sistema?



Figura 13 – Ferramentas do SIGBNB

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina/LabTrans.

Você quer desenvolver uma camada de rodovias. Esta camada é organizada no banco de dados. Vamos imaginar que seja este daqui. Você desenvolveu outra camada, por exemplo, de ferrovias; vamos organizar esta também no banco de dados. Você organizou uma camada de informações de Cidades, Estados e Municípios, tudo isso reunido em camadas, de tal forma, que, se eu estou precisando para o meu trabalho desta camada, por exemplo, de rodovias, eu vou e clico lá, ou seja, eu escolho aquilo que eu quero, de tal forma que vai sair um mapa exatamente com aquelas informações que eu requeri. Por conta disso, estas informações poderão ser compartilhadas por qualquer área do Banco. Esta é uma das características que eu vou falar daqui a pouco, já que, no sistema anterior que a gente tinha, as informações ficavam centralizadas. Ele tem *zoom*, tem uma série de vantagens e ferramentas que facilita a navegação. Além disso, ele disponibiliza também a grade alfanumérica. Ou seja, se eu quiser visualizar aquelas informações que estão plotadas no mapa, eu posso visualizá-las através de uma tabela na própria tela do computador. Outras coisas que eu considero extremamente importantes nesse sistema, especificamente, são esses dois elementos aqui, que nós chamamos de camadas simbióticas e temáticas. Algumas camadas já vêm prontas da Universidade de Santa Catarina. Outras são construídas por nós a partir de uma base de dados, seja ela qual for. Assim, podemos construir uma informação georreferenciada, seja através de camadas temáticas seja através de camadas simbióticas como essa que vocês veem aqui: a produção de mamona.

Camada Simbiótica da Produção de Mamona

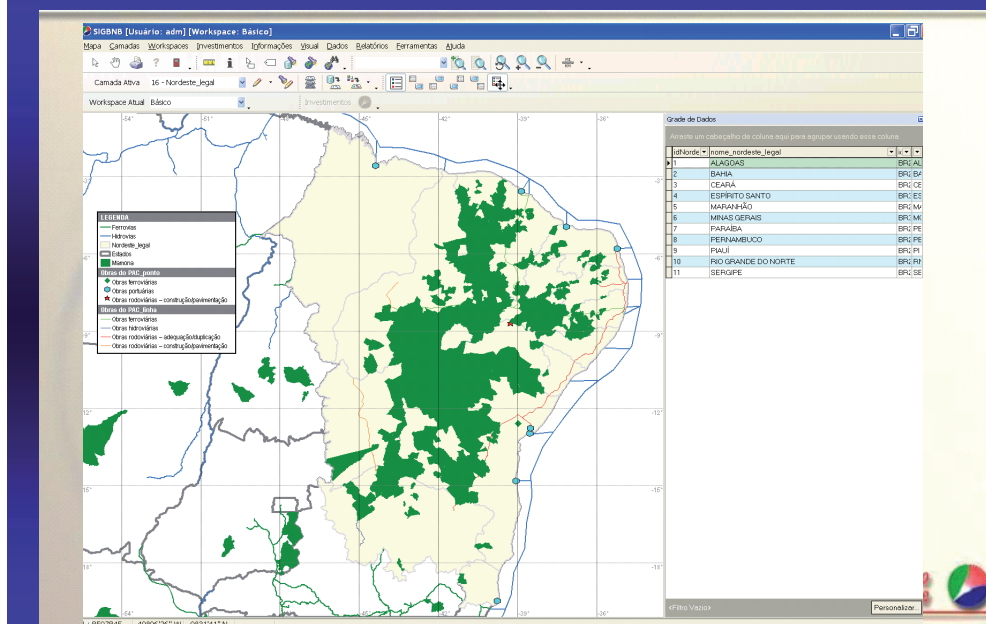


Figura 14 – Camada Simbiótica da Produção de Mamona

Fonte: Elaboração BNB/Etene/Ciest, a partir dos Dados do IBGE.

Nesta outra, vocês visualizam todos os municípios da região Nordeste que podem produzir mamona a partir de um determinado valor. Mas eu posso ainda diferenciar essa informação para saber, por exemplo, quais são aqueles municípios que têm uma produção maior.

Camada Temática da Produção de Mamona

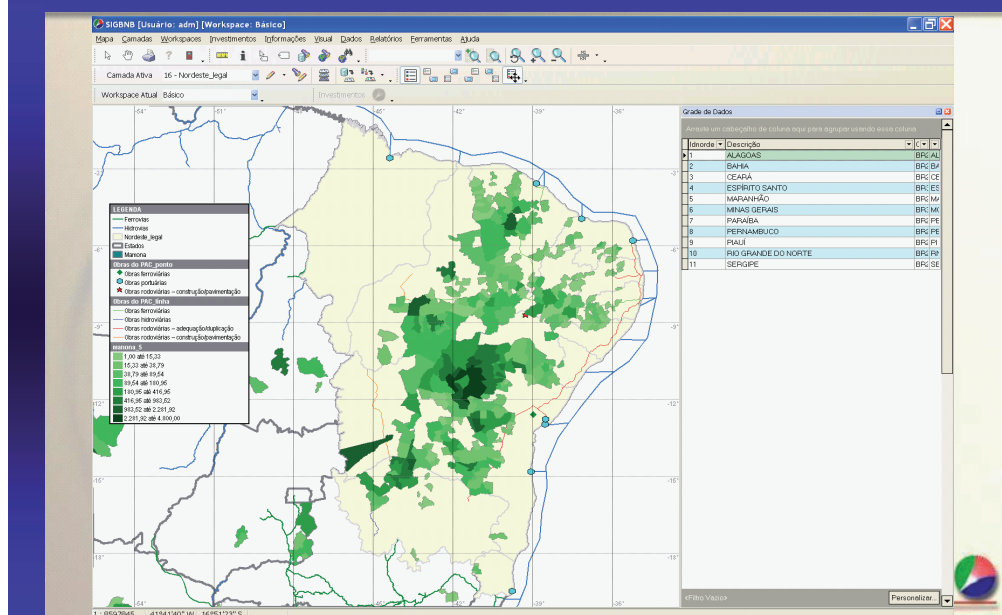


Figura 15 – Camada Temática da Produção de Mamona

Fonte: Elaboração BNB/Etene/Ciest, a partir dos Dados do IBGE.

Então eu criaria uma camada temática e, a partir daí, eu poderia ver as manchas onde a concentração é maior da produção e onde ela é mais rarefeita.



Figura 16 – Vantagens do SIGBNB

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina/LabTrans.

Quais são as vantagens do sistema SIGBNB, o sistema que fornece informações geográficas para o Banco do Nordeste? Como já foi colocado, verificar a regionalização dos investimentos. Vejam, por exemplo, neste caso, a visualização dos Estados e os tipos de investimentos identificados de acordo com o ramo do negócio. Você poderá saber, por exemplo, o que o Banco investiu em bovinocultura. Eu posso fazer isso independentemente dos demais investimentos. O que é que o Banco investiu e onde investiu em infraestrutura? Criar categorias de investimento de acordo com os valores envolvidos. Está aqui a parte de valores. Quais os municípios que tiveram investimento até 10 milhões; de 10 milhões a 100; e acima de 100 etc. Podemos também cruzar informações de investimentos com dados socioeconômicos. Assim, o Banco, juntamente com a academia, poderá fazer estudos comparativos, saber aquelas áreas que receberam maior investimento e qual a correlação disto em relação a algum dado socioeconômico, como, por exemplo, o PIB ou outra informação. Isso porque as informações podem ser cruzadas através desse sistema. Análises diversas podem ser realizadas. Eu daria até um exemplo: nós instalamos esta ferramenta aqui na Superintendência do Estado do Ceará. Foi interessante porque, quando nós fomos instalá-la, de pronto já começaram a surgir “n” ideias de utilização desta ferramenta para atender às necessidades da Superintendência no que diz respeito a visualizar melhor determinadas ações para tomada de decisão. Ou seja, o SIGBNB é uma ferramenta fantástica do ponto de vista de descentralizar

as informações e permitir que as unidades do Banco, sejam as Centrais de Análise, sejam as Superintendências, possam projetar seus investimentos ou analisar melhor o trabalho realizado.



Figura 17 – Camadas Básicas do SIGBNB

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina/LabTrans.

Aqui, alguns exemplos de camadas básicas que já vêm junto com o *software*. Precisa apenas, de tempos em tempos, ser feita a manutenção, ou seja, a atualização. Obras do PAC já vieram com o sistema. Como as informações estão defasadas, nós as realimentamos aqui mesmo, recentemente, de forma que todas as obras do PAC, hoje, já podem ser representadas nesse sistema, criando mapas específicos. Inclusive, estamos fazendo isso em nível de Estados; é uma publicação que, em breve, será lançada, direcionada particularmente ao setor de transportes. Em parte, essas informações de transportes e logística fazem parte de um conjunto de informações que já vêm de Santa Catarina, junto com o sistema.

Camada de Biomas

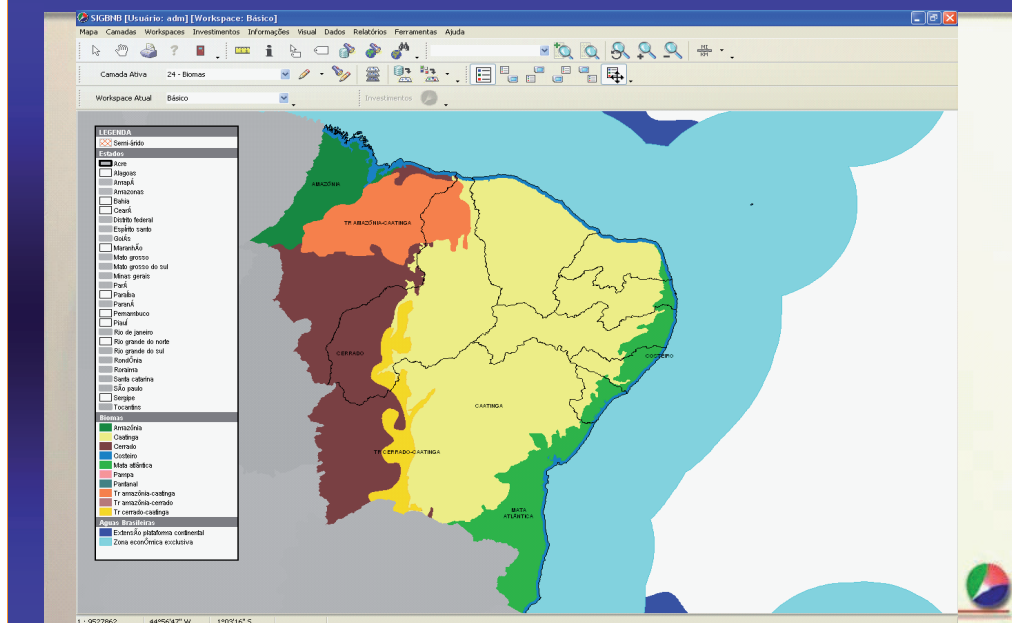


Figura 18 – Camada de Biomas

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina/LabTrans.

Mais alguns exemplos aqui: bioma, o sistema já traz essa camada temática. Para você plotar esta camada juntamente com outra informação, você faz uma superposição de camadas.

Camada de Altimetria

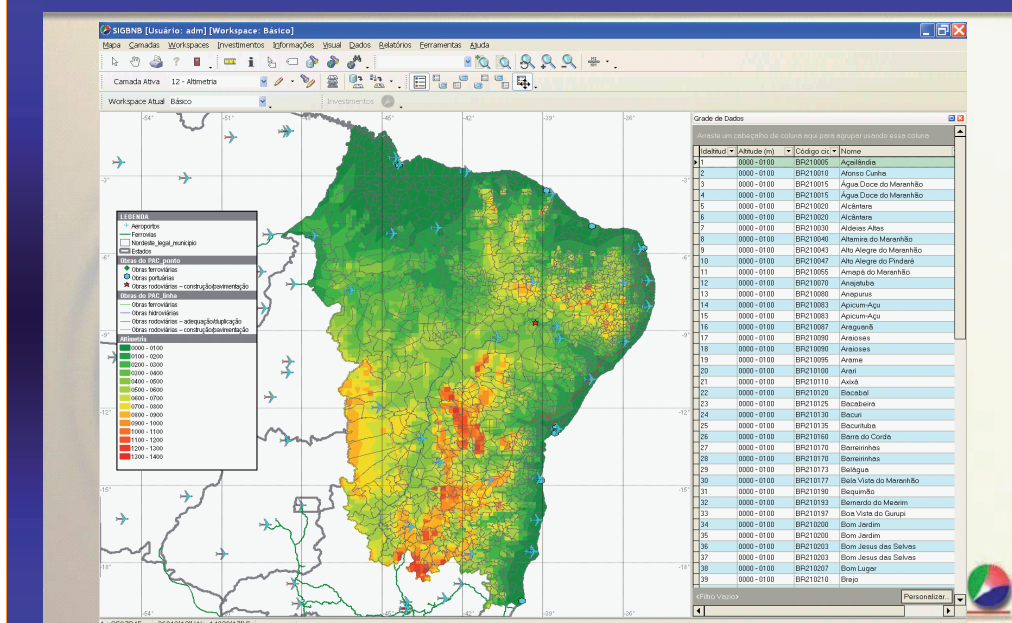


Figura 19 – Camada de Altimetria

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina/LabTrans.

Exemplo: a camada de altimetria. Você pode, por exemplo, nesta camada de altimetria, averiguar onde é possível produzir mamona, considerando que esta cultura necessita de uma altitude mínima para produzir satisfatoriamente. Ou seja, uma série de informações pode ser organizada de forma georreferenciada. Assim, você tem informações de melhor qualidade para sua tomada de decisão. Era basicamente isto que eu queria apresentar, uma pincelada sobre as possibilidades dessa ferramenta. Essa ferramenta ainda está sendo implantada no Banco, podendo ser melhorada continuamente, incorporando novas funcionalidades. Vamos instalá-la primeiramente na Direção Geral e, em seguida, acreditamos, até meados do próximo ano, após o desenvolvimento de outras funcionalidades, outras facilidades no sistema, implantá-la definitivamente nas Centrais de Análises e também nas Superintendências, descentralizando-a. Assim, até o meio do próximo ano, devemos descentralizar todas essas informações que estão hoje na Central de Informações. Elas vão poder fluir, permear a empresa e gerar outras informações, obviamente, negócios para o Banco e melhores oportunidades também de investimentos. Estou à disposição para algum esclarecimento adicional. Muito obrigado!

BIÁGIO DE OLIVEIRA MENDES JÚNIOR

Obrigado a todos os apresentadores! Agora, vamos passar para o público para as perguntas dirigidas às palestras. Quem, por favor, quiser fazer perguntas...

INTERVENÇÃO DO AUDITÓRIO

Só parabenizar a excelência das apresentações, das três apresentações. Eu vou fazer apenas uma pergunta sobre a apresentação das feiras, porque os outros instrumentos eu já acompanhei e já conheço bastante.

Eu gostaria de saber o seguinte: o Bolsa Família está cada vez mais aumentando a renda das famílias, dos beneficiários do programa. E foi colocado que os gargalos é a questão ao acesso dessas famílias ao mercado; elas recebem renda nos lugares mais longínquos e têm problemas de mercado. Seria possível elaborar uma política pública para a localização, a implementação de feiras que fossem, digamos assim, capazes de atender a esse público? Pode-se criar uma feira?

JACKSON DANTAS COELHO

Como falei no final da apresentação, o Governo Federal lançou um edital para fortalecer, eu não sei se para realizar feiras, feiras no sentido real da palavra, mas já existe, já é um avanço, pois não tinha há 2 anos, quando eu comecei a pesquisar esse tema, política pública federal desta natureza. Este edital já é um passo muito grande, neste sentido, porque ele está destinando recursos diretamente para comercialização da agricultura familiar, independente de Bolsa Família e de outros recursos. É um recurso a mais que vem para dinamizar a economia desses peque-

nos municípios. Eu acho que, depois que alguns trabalhos foram apresentados, tem outro trabalho que o Banco apoiou, do professor Eduardo Ribeiro, falando principalmente de comercialização direta da agricultura familiar. Acho que o Governo atentou mais para esta questão e foi a razão de ter saído este edital aí, agora em julho. O incentivo que existe, por enquanto, em forma de política pública é isso. Eu estava pesquisando na Internet estes dias e vi que o Governo Federal disponibilizou um manual de montagem de feiras livres em pequenos municípios; também é uma coisa recente que não tinha quando eu comecei a pesquisar o assunto para fazer a dissertação. O que prova que o Governo Federal está vendo o assunto com cuidado e está procurando melhorar a situação do pessoal, principalmente da agricultura familiar. Na pesquisa que eu vi, a maioria do pessoal que vendia era comerciante, não era agricultor. É bem baixo o percentual dos produtores. Eu acho que isso aí é uma coisa que vem de encontro a isso; é um incentivo nesse sentido.

JÂNIA MARIA PINHO SOUSA

Meu nome é Jânia, eu vou dirigir minhas questões ao Otavio e ao Raul. Nós trabalhamos lá no Etene com a avaliação de políticas públicas, e utilizamos muito a Matriz de Insumo-Produto. E a tendência é intensificar cada vez mais a utilização da matriz como uma referência para a avaliação das políticas públicas. Eu observei, na fala de vocês, que há uma preocupação muito mais no sentido de colocar para a sociedade a Matriz de Insumo-Produto, que é importante colocar isso no meio acadêmico. Agora eu vejo um sentido muito prático também em relação ao BNB, que foi apresentado. Já teve esse exercício em relação às contratações do FNE; teve um exercício inicial também em relação à programação do FNE, que, na verdade, esta matriz sinaliza o que vai ser gerado a partir do que vai ser financiado pelo Fundo. Temos esta questão muito prática da matriz no Banco do Nordeste, quer dizer, a gente legitima esse uso interno também. Queria ressaltar isso, e nós que trabalhamos com avaliação utilizamos muito fortemente a Matriz de Insumo-Produto. E outra questão, eu queria que você esclarecesse para mim a questão da composição do valor adicionado. Como é que é feita? Como é que é a composição do valor adicionado para chegar aqueles resultados?

OTÁVIO AUGUSTO SOUSA MIRANDA

Jânia, este valor adicionado, o grosso dele, são os lucros e salários; a parte da renda, PIB, renda, despesas, que seria a mesma coisa. No caso aí, a gente basicamente tira de lucros e salários. Mas, como você falou, essas duas, porque a matriz... existem vários trabalhos sobre ela, para várias coisas. Ontem mesmo, nós vimos uma apresentação sobre emissão de CO₂ nas indústrias de Pernambuco utilizando a matriz como é que os setores mexem com energia. A apresentadora falava dos investimentos em Pernambuco e pegava vários setores; via como é que eles se relacio-

navam com o setor de energia de lá, dizendo como é que eles vão precisar, de quanta energia vão precisar, de quanto de CO₂ vai ser emitido. Então, tem várias aplicações, várias. Até de pequenas propriedades, propriedade rural, é possível; tudo o que entra insumo e sai produto, eles participam, relacionam, é possível aplicar.

A matriz, ela tem, além desta aplicação que você falou, muito para sua área de avaliação, que é uma das mais utilizadas, dos impactos que se causam, como ela dá uma visão global da economia. Ela permite ter esclarecimentos muito interessantes. Por exemplo, existe um pensamento comum de que o que é tradicional é antiquado e não é interessante. O setor sucroalcooleiro em Alagoas, que o tradicional lá. Falar nisso, é o setor que mais se encadeia com a economia local. Mexer com esse setor para o bem significa o bem da economia de Alagoas e para o mal, o mal da economia de Alagoas. Emprega muita gente e faz virar a economia. Então, esta indicação a matriz dá.

Então, melhorar a competitividade do setor, encontrar caminhos de demanda, outras fontes de comércio, no exterior, por exemplo, iria dinamizar a economia do estado. Então, ser tradicional não significa ser ruim. O que a gente quer, e o Banco precisa disso, é mexer em setores que são ligados localmente. Às vezes, o impacto de uma siderúrgica, por exemplo, pode ser bem menor na economia do Ceará do que as feiras livres em Cascavel e Ocara. O que é tradicional, necessariamente, não significa ser ruim.

BIÁGIO DE OLIVEIRA MENDES JÚNIOR

Muito obrigado a todos pela participação!

PAINEL II: CENÁRIOS PARA O NORDESTE NO NOVO CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL

PRESIDENTE DE MESA

José Sydrião Alencar Júnior (Superintendente BNB/Etene)

EXPOSITORES

Liana Carleial (Diretora de Estudos Regionais e Urbanos do IPEA)

Antonio Henrique Pinheiro Silveira (Secretaria de Acompanhamento Econômico/MF)

MESTRE DE CERIMÔNIAS

Sejam muito bem vindos a este segundo dia de atividades técnicas do Fórum BNB de Desenvolvimento e do XIV Encontro Regional de Economia realizados em parceria pelo Banco do Nordeste e a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec).

Em instantes, assistiremos ao painel intitulado “Cenários para o Nordeste no Novo Contexto Nacional e Internacional”. Para presidir os trabalhos à mesa, convido o senhor superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), José Sydrião de Alencar Júnior.

Convido à mesa os palestrantes: a senhora diretora de Estudos Regionais e Urbanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Liana Maria de Frota Carleial; o senhor secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Antônio Henrique Pinheiro Silveira.

Honra-nos com sua presença neste auditório o senhor presidente do Banco do Nordeste do Brasil, professor doutor Roberto Smith.

Senhoras e senhores, para início desta Sessão Especial, com a palavra o senhor presidente dos trabalhos à mesa, José Sydrião de Alencar Júnior, superintendente do Etene.

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

Inicialmente, bom dia a todos e a todas! Queria cumprimentar especialmente a professora Liana Cardial e o professor Antônio Silveira.

Para esse tema, que consideramos de extrema importância, temos dois palestrantes que, além de uma rica vida acadêmica, agora estão também no outro lado do balcão, no Governo Federal. Os dois têm experiência nestes dois ângulos de visão dos fatos econômicos, da realidade econômica. Eu queria também colocar para todos que, durante muito tempo, tivemos debates econômicos que giravam em torno de inflação, inflação, inflação. Hoje, entretanto, estamos discutindo temas de longo prazo. Então, eu acho que isso é uma mudança; essa visão refletiu nos últimos sete anos, esta mudança refletiu exatamente na mudança do projeto de país. Hoje temos um projeto-país, discutimos cenários e perspectivas para o país. Vou passar a palavra para o professor Antônio Silveira e ele terá entre 25 e 30 minutos para discorrer sobre este tema e, logo depois, para a professora Liana Carleial.

ANTÔNIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA

Muito obrigado, meu prezado Alencar, superintendente do Etene, prezada Liana, colega de mesa! Bom dia!

Gostaria, obviamente, antes de começar a minha fala, celebrar este momento. Eu tive a grata tarefa de organizar, pela parte da Anpec, o Encontro Regional de Economia no Nordeste por seis anos. Encontros estes que foram pela primeira vez organizados quando meu pai, o professor Antônio Maria da Silveira, era secretário-executivo da Anpec. Então, eu tenho um envolvimento de longa data com este Encontro Regional e o Fórum, em particular com o Banco do Nordeste, do qual, hoje, participo do seu Conselho de Administração. Gostaria então de elogiar e cumprimentar tanto a Anpec, na pessoa da professora Carmen Feijó, pela manutenção e o desenvolvimento deste Encontro, e parabenizar o Banco do Nordeste, na pessoa do presidente Roberto Smith, pela oportunidade de garantir este espaço de debate de ideias extremamente importantes para o Banco do Nordeste e, portanto, para o Governo brasileiro.

Cumprimento também o doutor Roberto do ponto de vista do Ministério da Fazenda, que eu represento aqui, pela sua excelente atuação do Banco do Nordeste desde o início do primeiro mandato do presidente Lula. Também gostaria de cumprimentar o pessoal que está na organização mais diretamente aqui, o doutor Alencar com a equipe do Etene, na pessoa da Laura Lúcia Ramos Freire, grande e velha amiga que eu sei que está participando da organização; e aos que eu omito aqui, por favor, sintam-se cumprimentados. Do lado da Anpec, o Paulo Amilton, que vem desempenhando um papel que eu desempenhei por muito tempo.

Bom! Feitas essas saudações, eu quero lembrar que, enquanto comemoramos o 57º ano do Banco do Nordeste, teremos este ano também os 40 anos da Revista Econômica do Nordeste (REN), uma revista extremamente importante, a que tanto eu quanto o doutor Alencar ainda devemos as nossas contribuições a esse importante veículo de ideias econômicas.

Eu vou tentar falar rapidamente alguns aspectos sobre o desenvolvimento recente no Nordeste, por um ângulo de reflexão rápida. Vou abordar também algumas ações do Governo, mais particularmente na área de infraestrutura, que me é mais próxima pelo fato de eu estar encarregado no Ministério da Fazenda, entre outros assuntos, de acompanhar o PAC. Vou procurar aqui juntar algumas ideias que considero importantes e enfatizar esta parte de infraestrutura.

Houve, no passado e a gente pode dizer que tende a ser discutida, a ideia de que talvez a divisão administrativa não devesse ter esta visão conceitual, e tem até uma série de argumentos fortes para isso; chegou até a um desenho de um esquema de uma política nacional de desenvolvimento regional procurando enfatizar as peculiaridades das microrregiões de forma razoavelmente independente da divisão administrativa do País.

Se isto for verdade, se isso fosse verdade, a gente não teria um problema nordestino, mas o que a gente poderia ter, no máximo, seria uma concentração maior de microrregiões estagnadas e deprimidas dentro de um determinado espaço administrativo que não teria significado teórico.

Hoje, a gente, no Governo, acha que essa abordagem tem méritos, mas não é completamente correta. Tem, sim, espaço para pensar a macrorregião como unidade de análise pelo ângulo administrativo como algo conceitualmente apropriado para se fazer política econômica, à medida que algumas características perpassam a maior parte do espaço nordestino e influem tremendamente na conformação do espaço econômico. Procurei destacar só três características entre muitas outras que a gente pode registrar e enumerar. Basicamente, baixo adensamento de cadeias produtivas; problemas com estrutura fundiária e fragilidade da integração territorial; e insegurança hídrica.

Quando a gente discute instrumentos políticos de desenvolvimento regional, em geral, a academia se concentra tremendamente no lado da oferta. Então, tem enormes discussões, pelo menos desde a década de 40, misturadas com a famosa economia de desenvolvimento, de passos e instrumentos que podem ser utilizados para procurar induzir o desenvolvimento regional. A característica básica é que o espaço, em geral, pelo lado da oferta, privilegia a infraestrutura, projetos estruturantes ou polos de desenvolvimento e que, depois dos seus desdobramentos mais recentes, a ideia dos arranjos produtivos locais, adensamento das cadeias produtivas, sistemas regionais de inovação e seus derivados.

Este foco, obviamente, perpassa bastante a formulação de política governamental e isso pode ser não só deste Governo como de vários e muitos outros que o antecederam. A gente tem experiências no Nordeste de uma série de iniciativas fracassadas, por um lado, projetos de grande porte com um potencial estruturador,

mas que não geravam adensamento das cadeias; por outro lado, iniciativas muitas vezes audaciosas de construção de arranjos produtivos locais que, por um motivo ou outro, não vingaram.

Um problema, pode-se dizer, crônico de adensamento das cadeias produtivas na região é o exemplo clássico do Centro Industrial de Aratu (CIA), que foi construído na década de 60. Ele passou por um período de intensa atividade a partir de uma série de incentivos fiscais e, depois, com progressivo vencimento do prazo de incentivos, houve uma desindustrialização. Estas são experiências que a gente tem no Nordeste, e que nos perguntam: “o que será que é uma peculiaridade, se não houve uma expansão e, apesar de tantos recursos e tantas onerações aplicadas? Por outro lado, a gente vê o período recente e, aí, eu vou passar algumas informações em que o Nordeste ganha uma nova dinâmica. Pergunta que em geral fazem é: por que é que, até por volta de 2004, a gente tinha problemática, essa de jogar uma série de incentivos e articular uma série de iniciativas do lado da oferta e você não tem uma perenização destas iniciativas?

Uma hipótese que eu tenho é que passamos por pelo menos duas décadas que poderíamos chamar de décadas perdidas em termos de ajustamento de estabilização muito forte, com políticas, em geral, voltadas para um sentido antiinflacionário e, portanto, restringindo violentamente a demanda. E o que acontece? Em geral, para você ter uma articulação do lado da oferta, você precisa que o mercado esteja em expansão. Isto é uma coisa que vai ficando cada vez mais clara. Em suma, o que eu estou querendo apontar é que fazer política de desenvolvimento pelo lado da oferta, que é onde temos instrumentos para fazer políticas específicas e focadas do ponto de vista regional, num contexto em que não há crescimento, o crescimento é muito tímido, e há importantes estímulos de demanda. O efeito indutor das políticas do lado da oferta não se realiza. Essencialmente a hipótese é esta.

Portanto, a gente não tem o efeito, quando a gente está no contexto excessivo de as iniciativas do lado da oferta gerarem inserção no mercado das cadeias de distribuição nacionais e internacionais, ou seja, os especialistas dizem que política de desenvolvimento tem que ser uma política de desenvolvimento de mercados. Quando você tem um contexto de políticas de estabilização, o desenvolvimento de mercados fica prejudicado pelo lado da demanda.

Nos últimos anos, nós procuramos organizar intervenção no país e, em particular, no Nordeste, combinando uma série de instrumentos. Primeiro, projetos industriais e estruturantes; ampliação e melhoria da infraestrutura logística e energética; criação de centros tecnológicos e redes de ensino técnico; articulação e descentralização, ainda tímida, reconheço, de empresas estatais; e ações horizontais do ponto de vista de toda a sociedade de combate à fome e à miséria. Estou falando

aqui do Bolsa Família, uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social que tem um foco especial no Nordeste e um efeito especial no Nordeste, e uma maior atuação dos bancos oficiais da região, notadamente o Banco do Nordeste e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

O Banco do Nordeste, sempre é necessário lembrar, nos últimos seis anos, teve um papel excepcional da expansão de crédito na região, tanto com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste quanto com recursos próprios, como do Tesouro Nacional, e que permitem, em larga medida, uma recomposição no Nordeste deste efeito de crédito, criando mercado não só do lado da oferta, mas apoiando a expansão de mercado em geral.

Tenho que reconhecer, obviamente, que estas ações não são caracteristicamente ações que derivam de um plano integrado e estratégico para o Nordeste, um plano este que está em fase de elaboração no Governo Federal, com uma contribuição da Secretaria de Assuntos Estratégicos e do Ipea, além dos demais Ministérios afeitos à questão do desenvolvimento, em particular, desenvolvimento regional. Não houve isso na elaboração do PAC, ainda que o PAC tenha colocado como prioridade uma série de questões em termos de infraestrutura no Nordeste.

Só para ilustrar um pouquinho, esta dinâmica diferenciada do Nordeste, a que eu me referi no início, a gente teve uma diminuição mais acelerada da desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, teve uma queda expressiva no número de pessoas consideradas na faixa da miséria, o emprego formal aumentou a taxas maiores do que no resto do País, assim como houve crescimento da renda real de trabalho e a nova classe média, que o ministro Mantega tanto gosta de enfatizar, também teve um efeito muito importante diferenciado no Nordeste.

Tabela 32 – Dados Ilustrativos

Os avanços sociais ocorreram em todas as regiões, mas com maior intensidade no Nordeste

Desigualdade de renda, medida pelo Índice de Gini (PNAD-IBGE)

	2002	2007	Variação
Brasil	0,553	0,521	0,032
Nordeste	0,598	0,528	0,070

Pessoas na miséria (renda menor que ¼ de salário mínimo) (PNAD-IBGE)

	2002	2007	Redução
Brasil	34.265.812	20.768.638	13.497.174
Nordeste	19.086.311	12.572.933	6.513.378

Crescimento do Emprego Formal (RAIS-CAGED)

	Novos empregos 2003-2008	Crescimento
Brasil	10.375.775	36%
Nordeste	1.912.057	39%

Crescimento real da renda do trabalho (PNAD-IBGE)

	% Crescimento 2003-07
Brasil	6,8%
Nordeste	15,5%

A nova Classe Média (% da população total) (FGV)

	2002	2007	Crescimento	Pessoas que migraram para classe média
Brasil	38,7	47,1	22%	22,2 milhões
Nordeste	21,0	30,0	43%	5,3 milhões

Fonte: PNAD-IBGE; RAIS-CAGED e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Então, vamos falar um pouquinho de PAC de infraestrutura. Em termos gerais, o PAC, no Nordeste, deve aplicar, entre 2007 e 2010, algo que se prolongue até 2011, cifras em torno dos R\$ 246 bilhões, aí computados tantos empreendimentos exclusivos em cada uma das unidades da Federação quanto empreendimentos que abrangem vários Estados.

Tabela 33 – PAC no Nordeste

UF	Empreendimentos exclusivos da UF	Empreendimentos de caráter regional	TOTAL GERAL R\$ bilhões
AL	4,2	1,8	6,0
BA	28,2	16,8	45,0
CE	35,6	9,0	44,6
MA	46,4	8,3	54,7
PB	3,7	5,1	8,8
PE	40,1	12,7	52,8
PI	3,6	7,9	11,5
RN	10,1	4,0	14,1
SE	8,1	0,9	9,0
TOTAL	180,0	66,5	246,5

* Não inclui FNHIS e financiamento habitacional pessoa física 2009 e 2010

Fonte: Casa Civil/PR.

No destaque Transportes, a gente tem tomado a iniciativa de ampliar a capacidade, principalmente de duas vias arteriais extremamente importantes, a BR 101 aqui no Rio Grande do Norte até, acho que vou colocar Alagoas, mais vai até Sergipe; a duplicação da BR 116, na Bahia, com a adequação da BR 329, nós vamos bem mais; a recuperação da malha rodoviária e estudos de concessão que incluem para, no futuro, a BR 101 Bahia. Estas iniciativas tendem a permitir vias troncais mais adequadas para melhor transporte de cargas e passageiros.

Obviamente, que a essa iniciativa limitada do Governo Federal no sentido de endereçar um dos aspectos que eu mencionei, que é o aspecto da fragilidade da integração regional, são necessárias ações complementares de Estados, principalmente no provimento de infraestrutura rodoviária. Ferrovias, talvez seja a grande revolução deste Governo. Em termos de projeto e construção, temos, no Nordeste, a ferrovia de integração Leste-Oeste que vai ligar o Tocantins à Bahia, mais exatamente chegando a Ilhéus, um novo porto sendo lá construído, projeto que será licitado no segundo semestre e corresponde a algo em torno de R\$ 6 bilhões, extremamente importante não só porque conecta áreas produtoras, principalmente soja e minérios ao litoral nordestino, mas também conecta o litoral nordestino à ferrovia Norte-Sul no futuro.

Ferrovia Transnordestina, que já está em passo acelerado de construção de projeto, no qual o BNB tem importante papel, possui 1.728km de ferrovia a serem construídos, e também tem um importante papel de integração do litoral-interior, chegando até o Centro-Oeste, encontrando, possivelmente, se a gente conseguir articular o projeto, com a ferrovia Norte-Sul. Isso vai provocar uma revolução no País em termos de acessos ferroviários e aí pode mudar a cara do balanço modal de transporte no País.

Continuando em transportes, temos iniciativas no plano nacional de dragagem na região, que, essencialmente, se encarregam de aumentar a capacidade dos portos pela profundidade. Ao fazer a dragagem, a gente permite que navios de maior calado operem, potencializando os portos, que, por sua vez terão que responder também em capacidade de armazenamento, que é um segundo estágio.

Aeroportos. O grande destaque que a gente tem que fazer é o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que talvez seja a primeira iniciativa de maior porte de desestatização de aeroportos do país. O primeiro modelo de concessão de aeroportos está sendo montado, o edital deve estar disponível já no segundo semestre e a grande discussão agora é se vai ser Política Pública Privada (PPP) ou concessão simples, mas extremamente importante porque abre um espaço para a participação privada na infraestrutura aeroportuária de médio e grande porte. Hoje em dia, no Brasil, a gente tem experiências de aeroportos operados pela iniciativa privada, mas, em geral, são aeroportos muito pequenos, como, por exemplo, aeroporto de Porto Seguro. A experiência de São Gonçalo do Amarante pode conformar um novo padrão da participação privada na estrutura aeroportuária.

Energia elétrica. Temos iniciativas em termos de geração termoeleétrica e hidrelétrica e terminar a interligação Norte-Nordeste, extremamente importante, inclusive para a segurança energética da região Nordeste. Temos recursos hídricos para procurar mitigar um dos programas que eu aponte de insegurança hídrica; temos como grande destaque, obviamente, a interligação das bacias de São Francisco e do Nordeste setentrional que tem evoluído a extremo contento. Entre os projetos estruturantes, eu gostaria de ressaltar que temos o estaleiro Atlântico Sul em Pernambuco, um estaleiro de grande porte, que está intimamente relacionado ao escoamento do Pré-Sal da Petrobras e deve provocar um efeito de encadeamento na região do Estado de Pernambuco extremamente forte; o estaleiro São Roque na Bahia; as refinarias projetadas para a região Nordeste, a Abreu e Lima, em Pernambuco; refinaria Premium, no Ceará e a Premium no Maranhão; e a refinaria de Clara Camarão, no Rio Grande do Norte.

Comentários finais. A gente teve um período menos diferenciado no Nordeste no período recente, que foi uma combinação de uma política orientada para o desenvolvimento regional de estímulos da oferta concomitante ao ambiente de crescimento com políticas de suporte e distribuição de renda. Foi extremamente importante, que permitiu que o incentivo do lado da oferta se materializasse em ampliação excessiva de mercado. O desdobramento dessa trajetória, obviamente, passa por um aumento da capacidade técnico-científica da região, assim como o aprofundamento da sua integração territorial e adensamento das cadeias produtivas.

Neste esforço, eu quero chamar a atenção, na qualidade de Conselheiro do Banco: o BNB tem um papel importante do ponto de vista do financiador. E aqui

estão vários superintendentes para os quais eu chamo atenção para esse esforço, até tanto no núcleo de fusão de ideias e boas práticas, neste caso, muito apoiado no Etene, que é liderado aqui pelo nosso querido Alencar. Muito obrigado a todos! E é isto que eu tinha a dizer.

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

Meus agradecimentos ao professor Antonio Henrique da Silveira! Eu acho que ele colocou algumas questões de extrema pertinência e passíveis de discussões com a professora Liana Carleial. Acho que essa questão, a volta, a ambivalência da hegemonia da visão macrorregional, é extremamente importante para o Banco do Nordeste. O Banco do Nordeste foi criado, e deve sempre ser lembrado, dentro daquele contexto da Assessoria Econômica do Governo Vargas, em que se tinha um pensamento macrorregional e visão de integração. Acho que a visão mesorregional foi fruto desta falta de projeto para o País nos últimos vinte ou trinta anos, quando teve espaço para florescer.

A outra questão, esta questão da demanda, eu vou citar aqui um dado sobre o consumo de revestimentos para a construção civil, tanto a parte piso como revestimentos. O Nordeste tinha uma participação em torno de 12 a 13% da demanda nacional. Hoje, a demanda do Nordeste é em torno de 20% em revestimento de ladrilhos. O Nordeste produz apenas 9%. Estes são dados que se repetem hoje em vários setores. Você prevê o aumento da demanda. E isso está refletindo o quê? Principalmente as políticas do Bolsa Família, do Pronaf, da expansão do crédito. Vou passar a palavra para a professora Liana.

LIANA MARIA DE FROTA CARLEIAL

Bom dia a todos! Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para participar desta mesa, desta discussão, que, certamente, é sempre muito importante, sempre muito incentivadora. Em segundo lugar, gostaria de parabenizar muito fortemente à Anpec, na pessoa da Carmen Feijó, e ao BNB, na pessoa do Roberto Smith, porque, realmente, manter a trajetória deste Fórum e deste Encontro Regional é um desafio e tem sido vitorioso. Então, parabenizo fortemente os dois.

Eu gostaria de dizer que este é um momento muito especial para se pensar a questão regional. Eu acho que há um conjunto de fatos concretos, que, na realidade, demonstram uma certa retomada da necessidade de se refletir consistentemente sobre a questão regional e se mudar a prática de procedimentos. Que fatos são esses? A alguns deles, o próprio Antônio Henrique se referiu: o reconhecimento, por exemplo, da prevalência de, no arcabouço regional, se dar ênfase à questão macrorregional, e isto também faz parte da minha posição; acho extremamente importante que se possa retomar essa discussão macrorregional. Há também um conjunto

de fatos concretos na ação das instituições brasileiras, neste momento, como, por exemplo, na aproximação do Ministério da Integração com o BNB, com o BNDES; a forte atuação do BNB também próximo ao BNDES; o reconhecimento do presidente Luciano Coutinho de que é um compromisso ampliar a aplicação dos recursos na região Nordeste.

Nós, no Ipea, também temos feito um esforço enorme para que a questão regional urbana e ambiental passe a ter o espaço maior na instituição. Na realidade, estas questões foram extremamente relevantes num certo momento do tempo e depois se subordinaram, e nós estamos desenvolvendo um esforço, que eu diria relevante, para qualificar os técnicos, para trabalharmos em redes, para nos aproximarmos das universidades, dos institutos estaduais de pesquisa, que têm o saber específico da região. Hoje temos seis projetos que são desenvolvidos em rede com 19 instituições estaduais de pesquisa e que a gente sabe que estão na base do planejamento estadual brasileiro e, finalmente, conseguimos atrair 57 novos técnicos, que foram selecionados mediante concurso. Desses 57 técnicos, 17 estão na área regional urbana e ambiental.

A questão é: como transformar esta conjugação de esforços de intenções em ações concretas, em mudanças concretas na direção do desenvolvimento regional? Acho que pelo menos uma coisa entre nós está certa, ou seja, nós temos claro que não se pode falar em desenvolvimento nacional sem que a questão regional seja de fato entendida como uma questão estratégica.

Eu estruturei a organização dessa apresentação levando em conta o contexto internacional, o nacional e os impactos da crise sobre o País e as regiões, e as possibilidades para o Nordeste brasileiro. Eu acredito que eu vou ser um pouco repetitiva, porque a gente ouve falar tanto de crise, mas, para alguns argumentos que eu vou levantar aqui, esta introdução é importante.

Gostaria de começar lembrando um pouco esta questão da dinâmica do capitalismo, que naturalmente tende a crises, como todos nós sabemos, mas que, certamente, nestes últimos 30, 35 anos nos quais se considera que se viveu uma acumulação dominada pela escala financeira, a tendência à crise foi ampliada. Existe todo um conflito aí nas condições da crise de longo prazo, entendido como crise estrutural do capitalismo e essa que aparece como uma crise financeira do momento. É relevante lembrar aqui que, na realidade, você tem um conflito distributivo acentuado nos últimos 30 ou 40 anos do capitalismo contemporâneo, no qual todos os rendimentos do trabalho perderam participação significativa no mundo desenvolvido, acompanhado por uma intensificação das práticas de governança corporativa das empresas nas quais o mercado de ações, as bolsas, tem um poder muito forte sobre a ação das empresas, tudo isso ajudado pela revolução tecnológica, que

permitiu deslocalização industrial e, por conseguinte, transferência de produção para países de salários mais baixos, implicando no não-crescimento do salário dos países centrais. E isso me parece muito relevante para a gente pensar a saída da crise, porque, na realidade, a gente se contenta com algumas evidências, digamos, auspiciosas, mas, na realidade, nem se dá conta de que as questões centrais foram tocadas e podem até estar sendo agravadas e isso tem implicações muito fortes nos países subdesenvolvidos.

Os mecanismos de transmissão da crise para o Brasil, todos nós sabemos, foram por via de crédito-comércio internacional e expectativas, e o comportamento das empresas transnacionais no País, o que a gente costuma chamar de firmas-redes mundiais. A queda do comércio mundial e da produção industrial também é conhecida. (Gráfico 17).

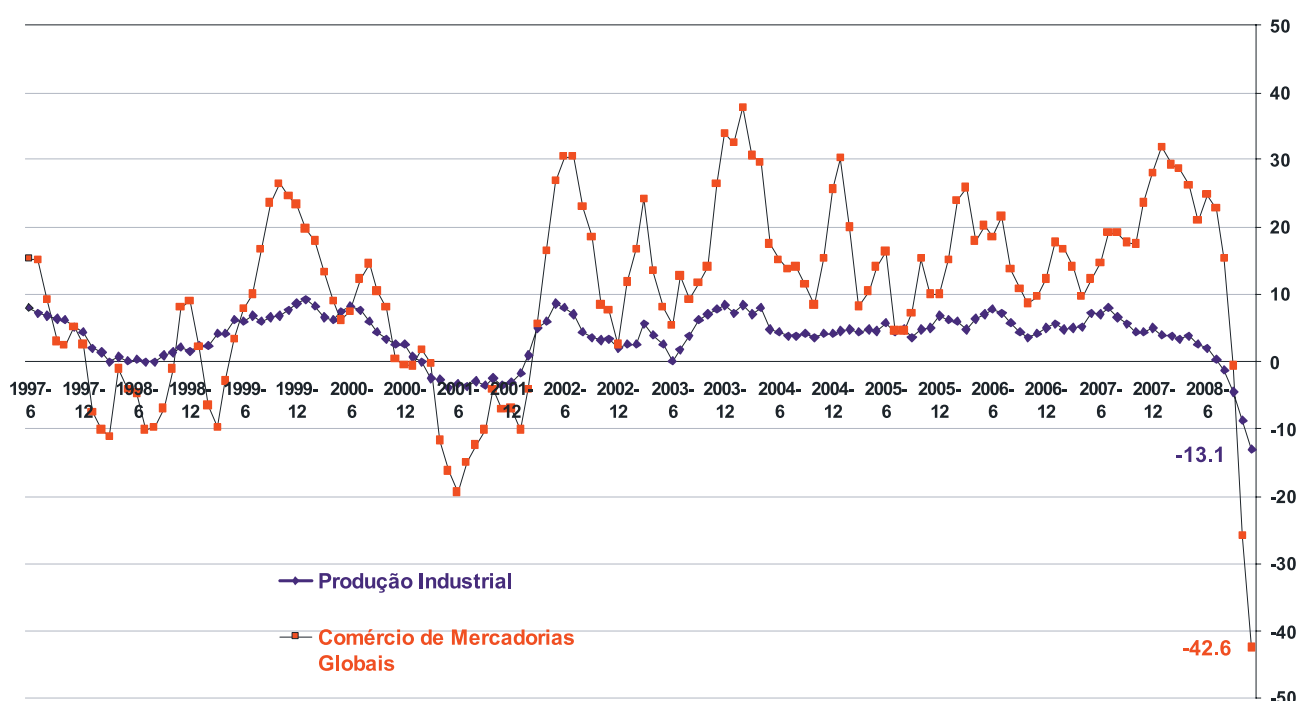


Gráfico 17 – Redução da Produção Industrial e do Comércio Mundial

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria de Política Econômica.

O Gráfico 18 a seguir é do FMI, do último boletim de julho, e mostra que as economias emergentes, em desenvolvimento, na realidade têm um desempenho melhor que do mundo e melhor do que as economias avançadas. Não sei até que ponto a gente pode, de fato, se contentar e o que é que isso de fato significa, mas está certo que os emergentes têm contribuído crescentemente para a produção mundial.



Gráfico 18 – Crescimento do PIB

Fonte: FMI.

Se a gente considerar a participação dos BRICs, dos quatro países comparativamente aos EUA e à União Europeia, eles estão praticamente no mesmo patamar da participação mundial, mas a gente sabe que não são homogêneos. A diferença é significativa entre os países do bloco, quando você considera também a previsão de crescimento. Fica claro que o Brasil está bem abaixo da previsão com relação aos demais componentes dos BRICs, que a gente sabe que é um conjunto não muito bem, digamos, definido. Tem uma determinada função política de se falar deles, mas há diferenças significativas que nem sempre são colocadas.

Do ponto de vista dos impactos sobre o Brasil, eu acho que é muito importante a gente considerar o panorama que se tinha antes da explosão da crise. Nós tínhamos crescimento do PIB, do investimento, do emprego formal, que cresciam a taxas muito significativas, e tínhamos a inflação sob controle, redução da relação dívida/PIB, expansão do crédito, recuperação do valor real do salário mínimo, aumento das reservas, a ação do PAC, que, de alguma forma coloca de volta o Estado com a responsabilidade que lhe é devida de condução do desenvolvimento, do ponto de vista regional, a presença da política nacional de desenvolvimento regional, a recriação da Sudene e da Sudam, que não se sabe exatamente como isso vai ser capturado na perspectiva do desenvolvimento regional.

Tabela 34 – Variação do PIB de Países Selecionados

		PIB				
Previsão do FMI						
		2006	2007	2008	2009	Média 2008
Desenvolvidos	Alemanha	3,0	2,5	1,7	(0,8)	1,0
	EUA	2,8	2,0	1,4	(0,7)	
	França	2,2	2,2	0,8	(0,5)	
	Japão	2,4	2,1	0,5	(0,2)	
	Reino Unido	2,8	3,0	0,8	(1,3)	
	Zona do Euro	2,8	2,6	1,2	(0,5)	
Em desenvolvimento	Argentina	8,5	8,7	6,5	3,6	6,2
	Brasil	3,8	5,4	5,2	3,0	
	Chile	4,3	5,1	4,5	3,8	
	China	11,6	11,9	9,7	8,5	
	Coreia	5,1	5,0	4,1	3,5	
	Índia	9,8	9,3	7,8	6,3	
	México	4,9	3,2	1,9	0,9	
	Peru	7,7	8,9	9,2	7,0	
	Rússia	7,4	8,1	6,8	6,3	
	Venezuela	10,3	8,4	6,0	2,0	
	MUNDO	5,1	5,0	3,7	2,2	

Fontes: Banco Central do Chile; Banco Central do Peru; Instituto Nacional de Estatísticas; Censos da Argentina; Instituto Nacional de Estatísticas e Geografia do México; Banco Central da Venezuela; Agência Nacional de Estatísticas da China e Banco Central

Esse Gráfico 19 evidencia de forma concreta que, de fato, tivemos um longo período no qual a formação do capital fixo cresceu mais do que o PIB e isto é importantíssimo, e fazia tempo que a gente não vivia uma situação dessas.

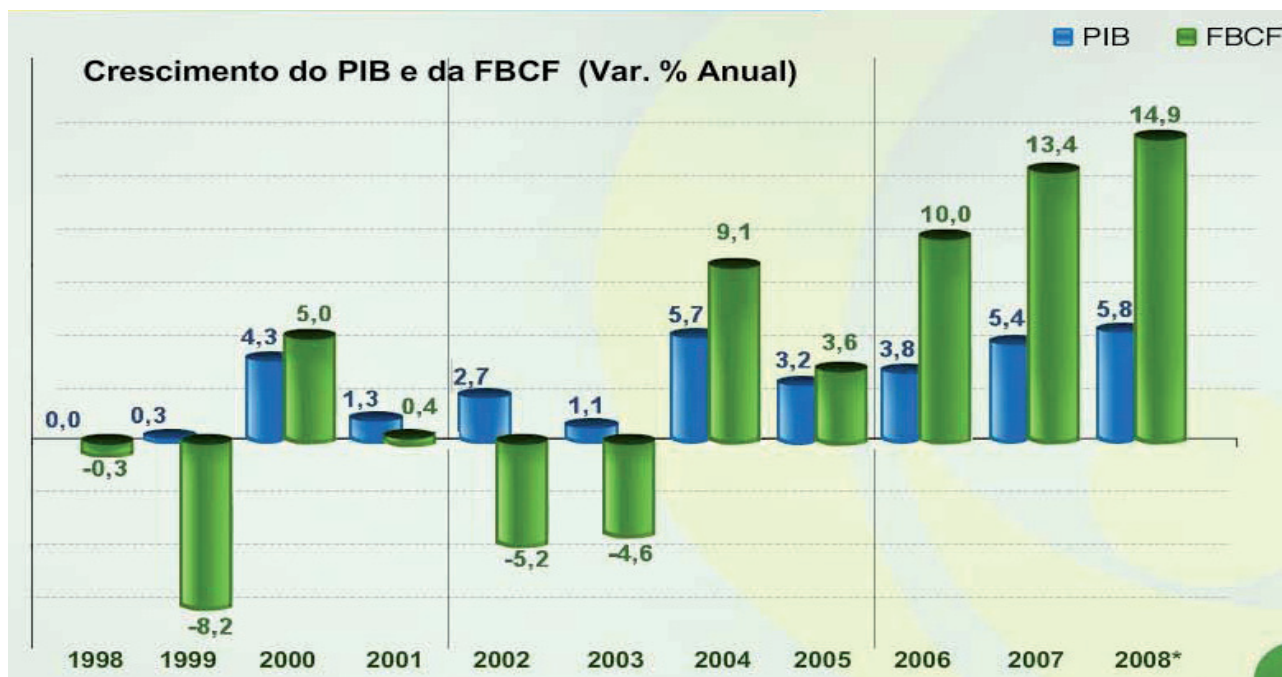


Gráfico 19 – A Economia Brasileira: Investimento Puxa o Crescimento – Taxa de Investimento Maior que a do PIB (2004-2008)

Fonte: Dados Básicos do IBGE.

Nota: Apresentação de Luciano Coutinho/BNDES, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

As especificidades da crise no Brasil levam a um conjunto de fatos que na realidade foram atenuantes desses efeitos: a ação do Governo de reagir rapidamente; a ausência de crise cambial e crise fiscal; o investimento direto estrangeiro retomou o fluxo de entrada no País; as reservas internacionais não foram abaladas; o forte programa de renúncia fiscal manteve a demanda interna aquecida (inclusive varejo); os juros básicos caíram; os programas sociais foram ampliados; e a importância dos bancos públicos na retomada dos créditos. Certamente, isso fez uma diferença fundamental na condução da saída da crise.

Eu não quero me deter muito nos efeitos, mas a gente sabe que os efeitos do comércio internacional foram significativos. Nós tivemos uma queda expressiva nas exportações dos produtos industrializados. Isso significa dizer que houve um esforço antecedente de tentar melhorar a inserção do Brasil naquilo que se refere à exportação de produtos com maior conteúdo tecnológico. Na realidade, com a crise, há uma espécie de reversão, e nós nos deparamos numa situação na qual de fato assumimos a condição de exportadores de *commodities*.

Tabela 35 – Brasil: Evolução da Balança Comercial no Período Janeiro – Junho de 2008/2009

Balança Comercial	Jan – Jun 08	Jan – Jun/09	Variação (%)		PARTICIPAÇÃO (%)	
	Em US\$ Milhões		Jan–Jun 09/08		Jan – Jun 08	Jan – Jun/09
Exportações	90.644	69.952	-22,8	100,0	100,0	
Básicos	32.004	29.389	-8,2	35,3	42,0	
Industrializados	56.202	39.140	-30,4	62,0	56,0	
Semimanufaturados	12.198	8.840	-27,5	13,5	12,6	
Manufaturados	44.004	30.300	-31,1	48,5	43,3	
Operações Especiais	2.438	1.423	-41,6	2,7	2,0	
Importações	79.343	55.965	-29,5	100,0	100,0	
Mat. Primas /Prod.intermediários	38.518	25.833	-32,9	48,5	46,2	
Combustíveis e Lubrificantes	14.638	7.054	-51,8	18,5	12,6	
Bens de Capital	16.261	13.920	-14,4	20,5	24,9	
Bens de Consumo	9.926	9.158	-7,7	12,5	16,4	
Não Duráveis	4.433	4.523	2,0	5,6	8,1	
Duráveis	5.493	4.635	-15,6	6,9	8,3	
Saldo Comercial	11.301	13.987	23,8	--	--	

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).



Gráfico 20 – Participação Percentual dos Diferentes Grupos de Produtos, segundo Intensidade Tecnológica, na Pauta de Exportações Brasileiras: 2004 a 2008

Fonte: DISET/IPEA.

O efeito da queda da produção industrial em algumas regiões me parece um dado importante para a reflexão, especialmente, no caso do Nordeste, porque é evidente a concentração que ainda se tem da indústria no Sudeste, especialmente em São Paulo. Na realidade, a crise repercutiu fortemente em São Paulo.

No Nordeste, como vocês podem perceber pelo Gráfico 21, ele tem um efeito menor, o que é claramente o resultado da natureza da sua produção industrial.

Aqui, a gente fez um experimento tentando ver a tendência de impacto da crise em 2008, comparando com a recessão de 98, 99, 2002 e 2003, e é certamente um impacto significativo que se tem em dezembro de 2008; quando você compara São Paulo com o Nordeste, o impacto no Nordeste é bem menor.

Na realidade, temo que essa evidência seja tomada como uma evidência de que o Nordeste está protegido. A produção industrial vale menos, um emprego vale menos, as rendas caíram menos. O que é que de fato significa esta evidência? Isto é uma menor integração da região Nordeste em relação ao País? Esta é uma proteção que a gente considera que ela deva permanecer? Isto é saudável para a região? Eu, particularmente, entendo esta proteção como uma fragilidade da estrutura produtiva regional, mesmo que signifique uma região menos exposta ao comércio internacional, mas, por sua vez, menos integrada intrarregionalmente ao País do ponto de vista produtivo.

Vou, então, entrar na questão das possibilidades. Certamente não é um caminho único. Os instrumentos a serem utilizados dependem da estratégia definida e esse é o aspecto central. Na realidade, o Antônio Henrique também se referiu, é que temos um conjunto de instituições agindo sobre a região e a estratégia que as comandam não está clara. Qual é a estratégia que rege aonde se quer chegar? Nós tivemos um conjunto de experiências regionais importantes, se você imaginar a fase dos polos de desenvolvimento, que, como o próprio Antonio reconheceu, não produziram os efeitos esperados. Hoje, tem-se uma aposta forte no desenvolvimento endógeno, seja pensado como *cluster*, como distrito industrial, como APLs. Na realidade, a impressão que eu tenho é que tem que se fazer tudo ao mesmo tempo. Ou seja, o polo de Camaçari, o polo industrial de Manaus, não ofereceu ou não redundou nos efeitos esperados, porque nós não tivemos políticas complementares que permitissem todo o desencadeamento de efeitos destes investimentos maiores. Isto é uma permanência, é uma recorrência na ação regional. Então, a minha pergunta é: maior integração inter-regional no País? Certamente o PAC oferece a oportunidade de um reforço do ponto de vista da infraestrutura e da própria inserção internacional da integração regional. Mas não esqueçamos que os estudos que foram feitos pela federação em Minas Gerais deixam bem claro que, em curto prazo, os investimentos do PAC terão efeitos positivos nas regiões mais desenvolvidas.

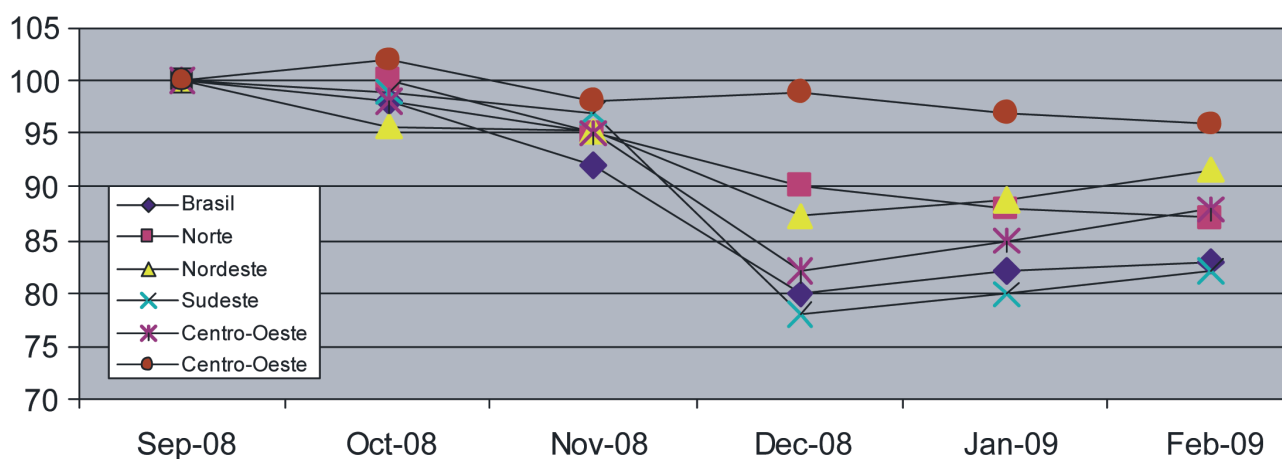


Gráfico 21 – Efeito da Crise sobre a Produção Industrial do Brasil e Regiões

Fonte: IBGE e BCB. Elaboração: IPEA/Dirur. Índice Base Fixa Mensal Ajustado Sazonalmente (Base: Set/2008 = 100)

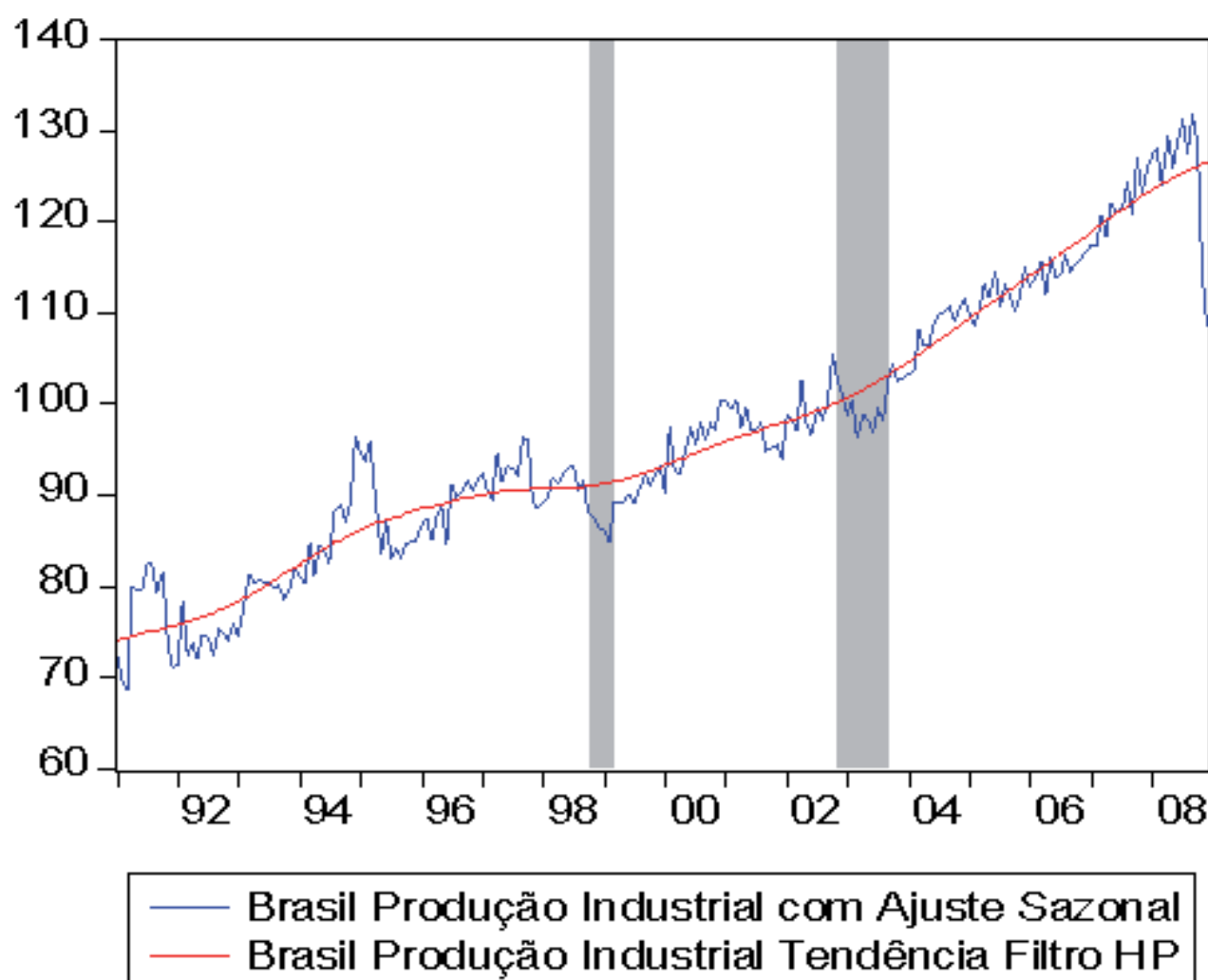


Gráfico 22 – Produção Industrial – Brasil Jan./1991 a Dez./2008 com Ajuste Sazonal

Fonte: IBGE.

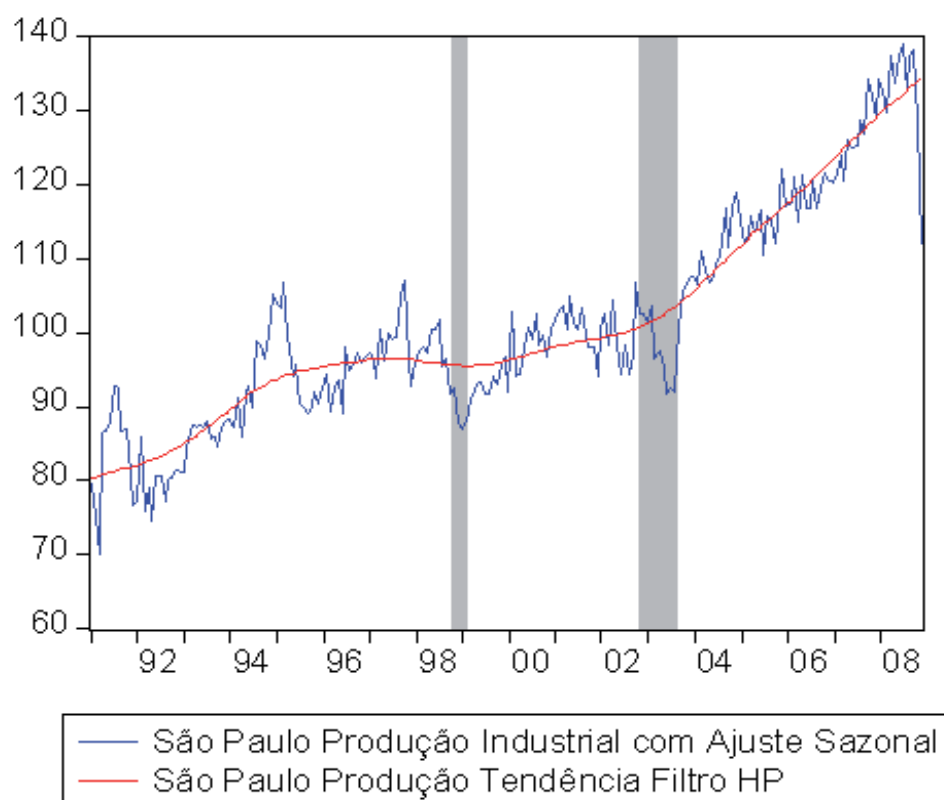


Gráfico 23 – Produção Industrial – São Paulo Jan./1991 a Dez./2008 com Ajuste Sazonal

Fonte: IBGE.

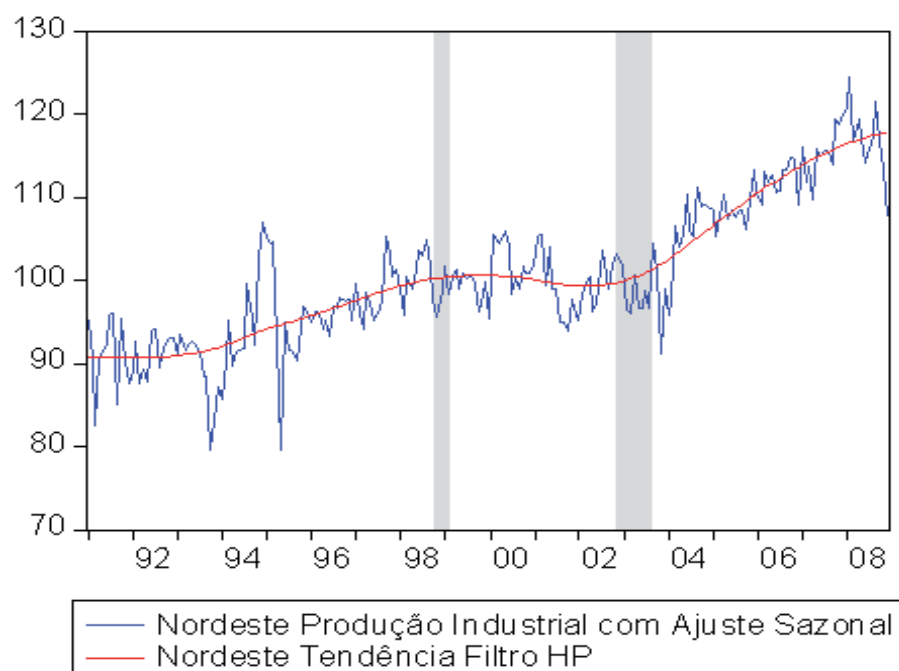


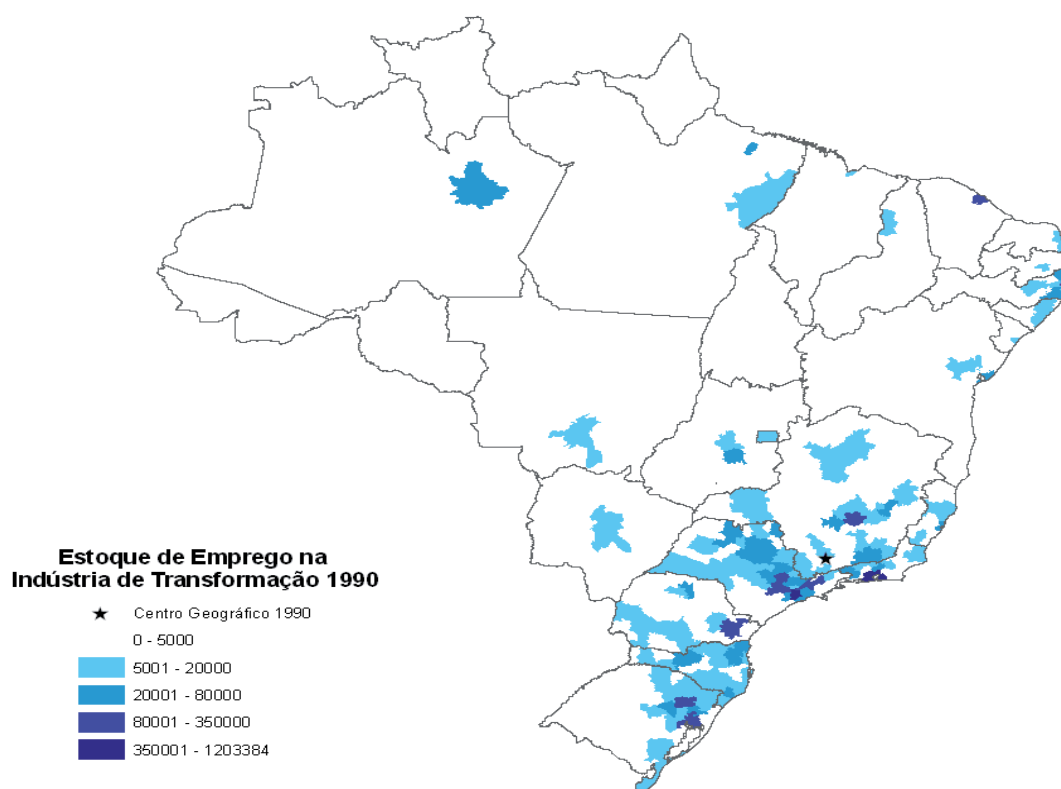
Gráfico 24 – Produção Industrial – Nordeste Jan./1991 a Dez./2008 com Ajuste Sazonal

Fonte: IBGE.

Não sei se este estudo do Mauro Borges Lemos é conhecido por todos. É um estudo que trabalha equilíbrio geral computável e evidencia que os efeitos positivos

do PAC até 2011, 2012, se farão nas regiões Sul e Sudeste. Até 2020, 2025, acontecerão efeitos melhores nas regiões Norte e Nordeste. Na realidade, eu, particularmente, não teria tanta certeza de que esses efeitos positivos se farão, se as estruturas produtivas regionais não se alterarem.

Se a gente considerar, a partir dos anos 90, os fatos que tivemos: a internacionalização da economia; guerra fiscal; maior presença das firmas-redes; abandono das políticas regionais coordenadas nacionalmente; descentralização produtiva e desconcentração industrial; novos centros urbanos; deslocalização industrial; os processos de desconcentração produtiva; e a relativa desindustrialização do País. E para ilustrar, por exemplo, um mapa com os estoques de emprego na indústria de transformação nos anos 90, cujo centro geográfico está bem aqui, e em 2007. Vemos claramente que há um movimento de descentralização da produção.



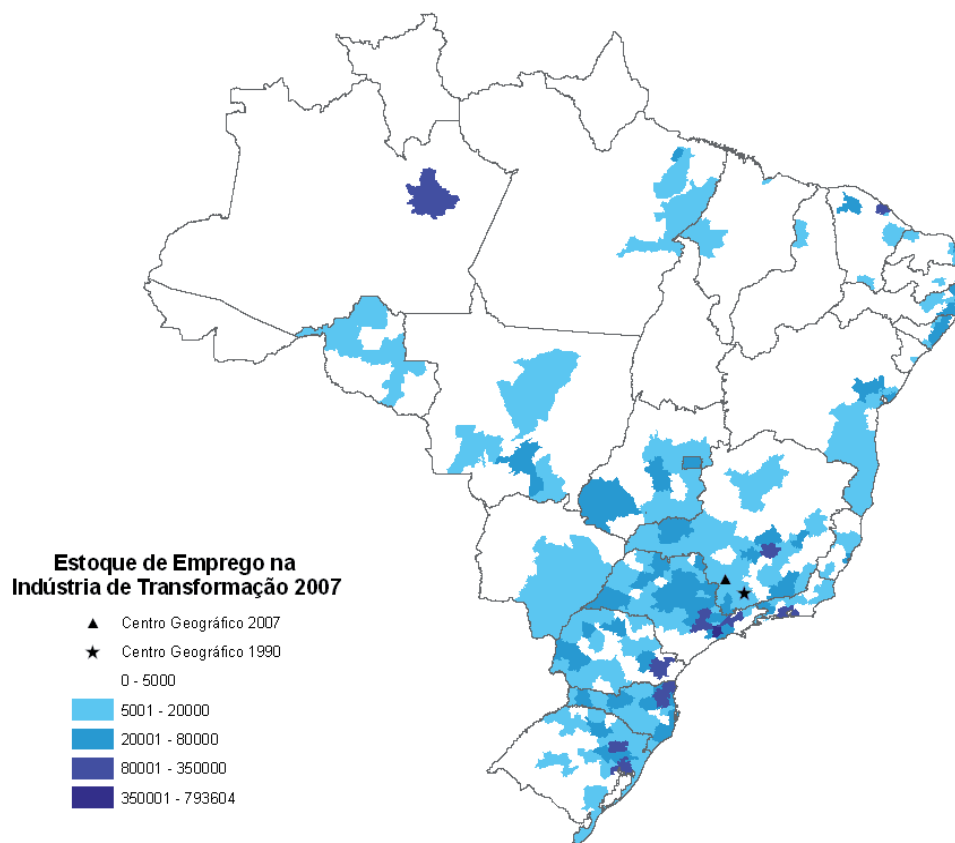
Mapa 8 – Estoque de Emprego na Indústria de Transformação 1990

Fonte: RAIS/MTE.

O próprio centro geográfico da indústria se altera um pouco na direção do Oeste. O Nordeste participa desse movimento de deslocalização, mas, certamente, isso oferece oportunidade de complementações industriais.

Do ponto de vista da inserção internacional, os trabalhos feitos por colegas do Nordeste, por exemplo, Álvaro Hildalgo, Maria Cristina Pereira de Melo, daqui do Ceará, têm evidenciado que o comércio exterior do Nordeste tem tido uma dinâmica forte, mas a participação relativa tem praticamente se mantido constante. Há certa mudança na pauta das importações e exportações, mas, na realidade, a meu

ver, falta uma visão do que se quer com este comércio internacional. Se você pega, por exemplo, os trabalhos do professor Renato Flores, que procura identificar em que cadeias produtivas mundiais ou em que cadeias mundiais de valor a produção industrial brasileira está inserida e as exportações brasileiras estão inseridas, os resultados são muito pouco significativos. Não há dúvida de que o capitalismo contemporâneo é comandado pelas empresas transnacionais, é comandado pelas firmas-redes mundiais. E nós como ficamos em relação a esta produção?



Mapa 9 – Estoque de Emprego na Indústria de Transformação 2007

Fonte: RAIS/MTE.

Do ponto de vista da relação de política industrial e comércio exterior, têm-se feito esforços, mas, a meu ver, também, os resultados são pífios, ou seja, é muito difícil imaginar uma política industrial exitosa, se não se exige série de projetos de desenvolvimento de produto. O Brasil tem tudo para fazer isto porque tem um sistema de financiamento da produção público importante: BNDES, BNB, Basa, e por aí vai, e não temos qualquer sistema de contrapartida. A indústria automobilística mostra isso à exaustão. Nós temos cinquenta anos de indústria automobilística no Brasil. O que é que foi de fato internalizado em termos de conhecimento, de transferência de tecnologia e de capacidade de criação própria?

Para rediscutir a questão das possibilidades para o Nordeste, eu gostaria de começar dizendo o seguinte: infelizmente há certa crise de confiança naquilo que se chama transplante de modelos. Parece que, no momento, temos uma maior liberdade para a definição de trajetórias para obter desenvolvimento e, na realidade, nos

parece também que fica muito difícil, depois de todo este processo que passamos a partir dos anos 90, de todo um processo de desindustrialização que também vivemos, e eu não estou aqui defendendo um programa de substituição de importações no século XXI, estou aqui defendendo um programa de reindustrialização.

Acredito que precisamos de novas institucionalidades e novas institucionalidades que façam a aproximação de firma e estado, que promovam políticas de indução e criem sistemas de contrapartida. Na realidade, esta estratégia que eu acho que não existe na condução do conjunto das instituições que trabalham a região também deveria organizar a utilização dos fundos constitucionais, como também acho que é necessária uma mobilização para a ampliação dos recursos destinados ao desenvolvimento regional.

O Estado brasileiro parece ter duas cabeças quando se fala de desenvolvimento regional. De um lado diz que quer a promoção do desenvolvimento regional; por outro lado, muitas vezes nega essas possibilidades. A estratégia precisa ser mais complexa e superar o modelo vocação + potencialidades + redistribuição. Nós temos trabalhado no Ipea um pouco motivados por esta hipótese no adensamento das estruturas produtivas, em investimentos que rompam com o padrão de renda local. Eu estava hoje conversando com o presidente Roberto Smith sobre a possibilidade da utilização das empresas incubadas pelas universidades federais que este País tem hoje, porque, certamente, no caso do Nordeste, é evidente que os investimentos precisam romper com o padrão de renda local. A observação do Alencar é muito pertinente no sentido de dizer que as transferências de renda, as transferências governamentais, o Bolsa Família, a manutenção do valor real do salário mínimo são significativos, mas isso está na base da pirâmide.

Há um problema que eu, como nordestino, confesso que não consigo entender: o salário mínimo no Nordeste é praticamente o salário máximo, quer dizer, na realidade é importante romper com esta estrutura de renda local.

Outra estratégia: complementação dos investimentos produtivos no PAC. Nós estamos com um grupo de engenheiros químicos trabalhando as refinarias na perspectiva da complementação local, porque isso é um pouco inverter a tendência anterior do polo de crescimento, um pouco *à Perroux*. O financiamento do desenvolvimento certamente é complicado. Os formatos de PPPs municipais e regionais que estão sendo sugeridos é que têm que ser desenvolvidos, mas ainda investiria na questão dos fundos, especialmente no caso do Pré-Sal. Essa questão da aproximação entre política industrial e comércio exterior é crucial, a nosso ver. Infelizmente, a PPP foi feita sem regionalização prévia, a regionalização foi *a posteriori*, o que significa reduzir muito e muito a chance de sucesso. Na realidade, me incomoda a proliferação dos estudos de APLs. A impressão que eu tenho

é que precisamos potencializar estes *clusters*, mas associados às possibilidades mais concretas de inserção na economia mundial, o que significa dizer uma força-tarefa para identificar isso.

Integração entre instituições de ensino superior das universidades federais tecnológicas incubadoras e sistemas produtivos é uma coisa que a gente fala há anos e nunca acontece. Na realidade, eu acho que tem um impedimento muito forte que é o fato de as universidades serem avaliadas unicamente pela produção acadêmica e o número de artigos publicados em revistas indexadas. Eu não sei como resolver isso, mas se não conseguimos resolver esta questão, não vamos conseguir de forma alguma fazer esta aproximação e, de forma até certo ponto contraditória, discute-se hoje a flexibilização da dedicação exclusiva e a ampliação das consultorias. Este é um problema que eu considero da maior gravidade porque, realmente, os sistemas produtivos locais precisam desse suporte das universidades na solução de seus problemas. O Nordeste certamente tem um passivo educacional importante que muito lentamente se modifica.

A questão da coesão territorial. Não tenho uma visão tão otimista de achar que resolvendo a questão da integração produtiva e a integração física territorial você avança na questão, porque você tem municípios que estão fora de quaisquer programas, inclusive dos territórios da cidadania. Na realidade, tenho confiado nos territórios da cidadania como uma possibilidade de coesão territorial. Estamos sendo ajudados nesse processo pela professora Vanessa Petrelli. Não deixa de ser uma experiência de federalismo regional por causa da conjugação de vários ministérios agindo sobre um determinado território. E é com este ponto que eu encerro.

A questão de federalismo regional já tinha sido muito bem proposta pelo Celso Furtado, na constituição da Sudene, e trazendo para o conselho de governadores o acompanhamento dos investimentos públicos no sentido de tirar dos localismos. Mas nós nunca mais conseguimos reinventar um federalismo regional, digamos, confiável e me parece que, com as estruturas de ação regional que estão aí, não precisamos criar mais nada, mas vamos transformá-las de fato nesta ação federativa regionalizada. Eu acho que este talvez seja um dos desafios maiores. Eu agradeço muito a atenção de todos. Muito obrigada!

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

Vamos abrir aqui para, no máximo, duas perguntas.

PROFESSOR CARLOS EDUARDO DE CARVALHO

Eu queria fazer um pequeno comentário. Nós estamos nos “reprimarizando” em função da China – estou exagerando um pouco para provocar a discussão, a reflexão. Nós estamos passivos frente à ordem mundial de uma maneira que é preo-

cupante porque a nossa participação na economia mundial não melhorou. A nossa estratégia de inserção internacional não existe e as mudanças em nossa estrutura produtiva provocadas por esta dependência em relação à dinâmica chinesa não apontam, aparentemente, para coisa boa. Apontam para uma “reprimarização” e para uma desorganização do espaço econômico nacional. Alguns dados que a Liana colocou apontam neste sentido, que eu achei muito interessante, que é a intuição que nós temos que trabalhar. Tanto que eu queria colocar este ponto como reflexão e chamar a atenção para o fato de que nós temos que tomar cuidado com as conquistas que nós tivemos nos últimos anos e pensar no fato de que este conjunto chamado BRIC pode ser uma enorme armadilha. Isso porque é um conjunto aparentemente com o grau de heterogeneidade pior do que aquele que nós tínhamos em relação ao mundo anglo-saxão, porque a nossa relação com a China não contém elementos de captação do efeito chinês para o nosso crescimento que sejam claros e na verdade a dinâmica dos BRICs é a dinâmica chinesa e nossa relação com ela é pouco discutida.

LIANA MARIA DE FROTA CARLEIAL

Olha Carlos, na realidade, a inserção, a mudança na inserção nordestina no comércio internacional é também graças à China. Você tem toda razão. Agora com relação à estratégia, eu particularmente estou convencida de que não se mudará este quadro se você não tiver política pública induzida que possa ser esta série de projetos de desenvolvimento de produto. Não adianta. É se enganar redondamente. Não há outra alternativa, a meu ver e, infelizmente, as políticas industriais propostas nos últimos anos tocam muito pouco neste aspecto.

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

Eu só queria lembrar também que o Brasil é uma economia continental. O Brasil, como uma economia continental, não vai ficar nesta dependência eterna do setor de exportação e do setor de comércio exterior. Nós temos um grande mercado interno. Eu acho que a grande questão que teve a China nestes últimos anos foi o crescimento do mercado interno.

LIANA MARIA DE FROTA CARLEIAL

Todas as produções hoje que, no âmbito, por exemplo, dos marshallianos, revelam a importância dos consumidores para a própria produção e introdução de novas modificações de inovações e desdobramentos destas inovações. Então, isto é base. Pode pegar um artigo clássico do Crispin, acho que dos anos 1990 ainda, ele comparava a América Latina com a Ásia. E mostrava exatamente que a diferença na capacidade de inserção internacional dos dois blocos se devia, na opinião dele, à ausência de reforma agrária e à diferença dos mercados consumidores.

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

Eu gostaria, neste momento, de agradecer a participação da professora Liana Carleial e do professor Antonio Henrique Silveira. A discussão foi importante e, certamente, vamos continuar discutindo e aprofundando essa temática nos próximos fóruns.

LANÇAMENTO DE LIVROS

MESTRE DE CERIMÔNIAS

O Banco do Nordeste do Brasil sente-se honrado, nesta significativa data, em promover o lançamento de uma série de publicações que visam mostrar a produção técnico-científica desenvolvida pelo BNB e instituições parceiras.

Solicito aos autores aqui presentes que, à medida que seus nomes forem mencionados, por gentileza venham ao palco.

Bem, senhoras e senhores! São as seguintes as publicações a serem lançadas nesta manhã:

- *Da Agricultura Moderna à Ecológica: análise de sistemas agrícolas familiares.* Autor: Edson Diogo Tavares;
- *A Cultura da Manga no São Francisco: posicionamento, limites, oportunidades e ações estratégicas.* Autor: Luís Andrea Fávero;
- *A Cadeia Produtiva da Castanha do Caju.* Coordenadores: Carlos Henrique Guazirolí, Hildo Meirelles de Sousa Filho e Ayrton Saboya Valente Júnior. Esta obra é uma coedição BNB e IICA-Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

Da série BNB Teses e Dissertações:

- *Sindicalismo Rural e os Caminhos para a Autogestão: uma superação do assistencialismo?* Autoria: Tarcísio Augusto Alves da Silva;
- *A Inovação e as Dinâmicas Locais: estudo comparativo de APLs de software no Nordeste do Brasil.* Autor: o funcionário do BNB, Laércio de Matos Ferreira;
- *A Cadeia Produtiva do Biodiesel da Mamona do Ceará.* Autoria: Ricardo de Albuquerque Mendes;
- *Avaliação do Financiamento da Agricultura Familiar na Produção, Ocupação e Renda.* Autora: Jânia Maria Pinho Sousa.

Da série Documentos do Etene, estão sendo lançadas as seguintes publicações:

- *A Agroindústria de Alimento de Frutas e Hortaliças do Nordeste e Demais Áreas de atuação do BNB: desempenho recente e possibilidade de políticas.*

Autores: José Aílton Nogueira dos Santos, Wendell Márcio Araújo Carneiro, Maria Simone de Castro Pereira de Souza, Gilzenor Satyro de Souza e Carlos Henrique Gama e Silva;

- *Feiras Livres de Cascavel e Ocara: caracterização, análise da renda e das formas de governança dos feirantes*. Autoria: Jackson Dantas Coelho.

Da Série BNB Ciência e Tecnologia:

- *As Ações do Banco do Nordeste do Brasil em P&D na Arte da Pecuária de Caprinos e Ovinos no Nordeste Brasileiro*. Organizadores: Luciano Jany Feijão Ximenes, Gabrimar Araújo Martins, José Narciso Sobrinho e José Maria Marques de Carvalho.
- *Apoio do BNB à P&D da Fruticultura Regional*. Coordenador: José Maria Marques de Carvalho. É uma coedição BNB/Embrapa/Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

Da série Avaliação de Políticas e Programas do BNB, estão sendo lançadas as seguintes obras:

- *A Avaliação da Execução do FNE e de Resultados e Impactos do FNE Industrial e do FNE Comércio e Serviços*. Coordenadores: Jânia Maria Pinho Sousa, Ayrton Saboya Valente Júnior, Inácio José Bessa Pires e Philipe Theophilo Nottingham.
- *Avaliação de Impactos do FNE Geração de Empregos 2000 a 2004 e Avaliação de Impactos do FNE Geração de Empregos 2000 a 2005*. Coordenadores: Inácio José Bessa Pires, Ayrton Saboya Valente Júnior e Jânia Maria Pinho Souza.
- *Avaliação de Impactos do FNE, Atividades Intensivas em Mão-de-obra e Rendimentos do Trabalho*. Coordenadores: Inácio José Bessa Pires, Ayrton Saboya Valente Júnior e Jânia Maria Pinho Souza.

O BNB lança também as seguintes publicações:

- *Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: FNE: relatórios de resultados e impactos 2008*. (Obra com a qual o Banco do Nordeste do Brasil presta contas à sociedade);
- *Revista Econômica do Nordeste*, volume 40, nº 2, que celebra os 40 anos da REN.
- *Boletim do BNB Conjuntura Econômica*, nº 20.

Senhoras e senhores! Aplausos para todos os autores.

Peço, por gentileza, que permaneçam no palco e convido, neste momento, a usar da palavra saudando todos estes autores, o senhor superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, Etene, José Sydrião de Alencar Júnior.

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

Este momento é de extrema alegria para todos nós que fazemos o Banco do Nordeste por estarmos disponibilizando essas publicações, este conhecimento para todos. Eu queria, inicialmente, agradecer ao presidente Roberto Smith, que tem origem na academia e que tem este sentimento de que conhecimento, tecnologia, incentivo a todos esses projetos é de fundamental importância para o desenvolvimento. Então, queria colocar que toda esta produção do Etene, destacando as publicações ligadas à avaliação, sem o apoio direto do presidente do Banco do Nordeste, ficaria extremamente difícil.

Também queria destacar os autores, tantos os autores do Banco como os nossos parceiros – trabalhamos com Embrapa, universidades, institutos de pesquisa – são de extrema importância para o Banco do Nordeste. Eu queria agradecer a todos, principalmente aos autores e à equipe do Etene que, eu acho que sem uma equipe de qualidade, nós não teríamos isso. E mais uma vez, agradecer à presidência do Banco pelo apoio colocado em todo esse momento. Um exemplo disso é este Fórum, que eu acho que cada ano tem sua participação mais qualificada e de trabalhos de importância para a discussão da realidade nordestina. Quero agradecer a todos!

MESTRE DE CERIMÔNIA

Para falar em nome dos autores convido a usar da palavra a senhora Jânia Maria Pinho Sousa.

JÂNIA MARIA PINHO SOUSA

As minhas palavras são no sentido de tentar agradecer ao Banco do Nordeste, em nome de todos os autores aqui presentes. Na verdade, é um grande privilégio poder realizar e divulgar estas publicações, em especial neste Fórum. Para a gente que trabalha no Etene, é um grande desafio realizar esses estudos. Na verdade, é uma atividade que já vem sendo resgatada há alguns anos, nesta administração. Uma publicação desta retrata a materialização de exaustivos trabalhos nossos, no Etene, e de outros parceiros. Então, isto gratifica muito. Do total dessas séries, foram seis publicações de ordem geral, quatro da série BNB Teses e Dissertações, duas da série Documentos do Etene, duas publicações da série BNB Ciência e Tecnologia e três da série, uma séria novíssima e de que a gente tem muito orgulho de fazer parte, coordenando, é da série Avaliação de Políticas e Programas do BNB, um grande

desafio para o Banco em realizar estes trabalhos. Não é fácil avaliar. Avaliar é uma atividade complexa e temos muito orgulho de dizer que, dentre os Fundos Constitucionais operacionalizados pelo Basa, Banco do Brasil e BNB, o BNB é o único que realiza avaliações de impactos de um fundo constitucional, o FNE.

Estamos lançando três publicações de avaliação de impactos do FNE. Infelizmente, não foi possível lançar as outras publicações, mas teremos, nesta mesma série, cerca de oito estudos de avaliações de impactos do programa e isso nos gratifica muito. Temos também dois boletins do BNB Conjuntura Econômica, os números 19 e 20, e dois volumes da REN. Então isso é motivo de orgulho, não só para o Etene; para nós autores também, e acredito que para a região como um todo. Muito obrigada!

MESTRE DE CERIMÔNIAS

Bem! Em nome do Banco do Nordeste e das instituições parceiras, ratifico os agradecimentos pela presença de todos e informo que os livros ora lançados estão à disposição das senhoras e dos senhores no estande do BNB.

SESSÃO ESPECIAL ANPEC – A CRISE FINANCEIRA E AS REPERCUSSÕES SOBRE A ECONOMIA REAL: UMA ANÁLISE (PÓS) KEYNESIANA

PRESIDENTE DE MESA

Carmem Feijó (Secretária-executiva da Anpec)

EXPOSITOR

Fernando Ferrari Filho (Professor da UFRGS)

MESTRE DE CERIMÔNIAS

Senhoras e senhores! Dando continuidade às atividades técnicas deste evento, assistiremos, em seguida, à Sessão Especial Anpec – A Crise Financeira e as Repercussões sobre a Economia Real: uma Análise Pós-keynesiana.

Neste momento, convido a tomar assento à mesa e presidir os trabalhos técnicos a senhora secretária-executiva da Anpec, Carmen Aparecida Feijó. Convido à mesa o palestrante Fernando Ferrari Filho, professor titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Por gentileza, queiram sentar-se. Para a sua saudação à plateia e em especial ao palestrante convidado, com a senhora presidente dos trabalhos à mesa, professora Carmem Aparecida Feijó.

CARMEM FEIJÓ

Boa tarde a todos! É uma satisfação receber o professor Fernando Ferrari para esta Sessão Especial Anpec aqui no XIV Encontro Regional de Economia, e o tema escolhido não poderia ser outro que não “A Crise Financeira Internacional”. O professor Ferrari é um especialista na teoria de Keynes e este autor tem sido bastante lembrado na atual conjuntura econômica. A obra de Keynes dá margem a muitas interpretações; então, o professor Ferrari vai desenvolver a sua apresentação ressaltando este aspecto da teoria keynesiana. Eu passo então a palavra ao professor Ferrari.

FERNANDO FERRARI

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite da Anpec e do BNB para poder participar dessa sessão, motivo esse de participação que me deixa extremamente honrado e, ao mesmo tempo, agradecido pelo fato de oportunizar uma divulgação um

pouco mais explícita dessa Associação Keynesiana Brasileira. Diga-se de passagem, associação essa que, em setembro próximo, na cidade de Porto Alegre, estará realizando seu segundo congresso internacional e, coincidentemente, este que vos fala, que é o presidente atual da Associação Keynesiana Brasileira, criada no ano passado.

Ironicamente, quando foi criada, em abril do ano passado, no primeiro seminário de economia keynesiana realizado na Unicamp, alguns economistas convencionais e parte da mídia nos classificaram como um grupo de economistas exóticos, por terem criado uma associação na qual não tinha muito sentido discutir problemas de crise, não tinha muito sentido discutir problemas de intervenção do Estado na economia, regulação e assim por diante, e por ironia do destino, três ou quatro meses depois, os sinais que haviam sido observados em agosto de 2007, em setembro de 2008 chegaram com recrudescimento e todos os desdobramentos que nós percebemos de lá para cá.

Então, nesse sentido, é com imensa satisfação que eu participo deste evento discutindo esta temática com vocês num contexto em que, conforme a professora Carmen havia dito anteriormente, todos se tornaram keynesianos. Uns, infelizmente, por oportunismo, mas com certeza nós vivemos inequivocamente num mundo keynesiano; e diria eu, num mundo minskyiano. Esse é o mundo keynesiano e este é o momento minskyiano. Então, indo nesta direção, eu pretendo, a partir de umas 18 ou 19 lâminas, passar para vocês a ideia no meu ponto de vista e, supostamente, no ponto de vista keynesiano e pós-keynesiano da questão da crise. O desdobramento eu vou passar muito superficialmente porque já é do conhecimento de todos nós e, de certa maneira, algumas questões foram apontadas na sessão da manhã pela professora Carleial.

Então eu vou me ater com mais detalhe na identificação do que eu chamo de marco teórico da crise propriamente dita. Eu dividi esta apresentação na seguinte estrutura: primeiro, muito superficialmente, discutir a questão da globalização financeira, crises cambiais e financeiras para tentarmos entender, compreender, quais são os elos comuns dessas crises; segundo, muito superficialmente, a crise do *subprime*; terceiro, o que eu pretendo me ater com mais detalhe é a questão dos marcos teóricos explicativos da crise, mais especificamente sobre a ótica pós-keynesiana, as repercussões que todos nós sabemos, que eu vou meramente enfatizar; e por fim, a questão da duração, o que foi feito e o que pode ser feito.

Então, indo ao primeiro ponto, ou seja, não cabe a nós querer discutir propriamente dito a natureza da globalização da crise; é por demais conhecida de todos nós, mas as lâminas 3 a 5 elencam um conjunto de crises que eu acho merecedoras de reflexão. E eu peguei aqui basicamente as principais crises, ou seja, não somente em termos da magnitude delas, mas em termos de repercussão, em nível não somente doméstico, mas em nível internacional como um todo.

Então, inicialmente, na década de 1980, tivemos uma crise significativa, que foi a crise de celulose nos EUA, com repercussões no mercado acionário norte-americano. Na década de 1990, nós tivemos dois tipos de crises: crises cambiais da Serpente Europeia e crises cambiais de alguns países emergentes, tais como México, leste da Ásia, Rússia e Brasil. Ainda tivemos uma crise que ficou conceituada, caracterizada, como sendo a crise da exuberância irracional, crise da nova economia, e que afetou fundamentalmente o mercado acionário de Nasdaq e, consequentemente, com repercussões no mundo real. Nos anos 2000, nós tivemos mais uma sequência de crises.

Por um lado, crises cambiais – duas com mais impacto, a argentina e a brasileira – e a crise *subprime*, que começou em 2007 e em 2008 veio com a magnitude que todos nós observamos. A questão é: por que é que estou elencando este conjunto de crises? O que é que estas crises têm em comum? As crises que eclodiram na década de 1980, que afetaram tanto os países desenvolvidos, bem como países emergentes, que foram tanto de natureza de crise cambial como de crise financeira. E qual é o elo comum entre essas crises?

Primeiro e para, obviamente, formalizar uma argumentação neste sentido, uma argumentação de caráter keynesiana, que a gente vai ver *a posteriori*, eu diria que estas crises têm um caráter identificador inicial que confina a regra de Bretton Woods, e com os processos de transformação de mercados financeiros, inovações financeiras, na década de 1980 e na década de 1990, você passa a ter um processo de globalização financeira cuja ideia em outra instância está elencada nessas questões. Primeiro, mercados financeiros desregulados, inovações financeiras, *securities*, derivações financeiras e assim por diante, tornaram o crédito essencialmente elástico, ou dito de outra forma, propiciou a alavancagem do sistema financeiro, sendo o sistema financeiro que tem certa subordinação às autoridades monetárias propriamente ditas seja o sistema financeiro que transcende um pouco as regras e a dinâmica do comportamento das autoridades monetárias como um todo.

O segundo aspecto identificador dessas crises, no meu ponto de vista, é que elas ocorrem no contexto, desde os anos 1980 para cá, onde você tem uma livre e quase que irrestrita mobilidade de capitais. E o terceiro aspecto comum, se nós observarmos períodos anteriores à crise e períodos posteriores à crise, mais basicamente períodos anteriores à crise, a gente percebe que todas as crises têm uma sequência que leva da estabilidade inerentemente à instabilidade, que, de outra forma, é o que as lâminas 6 a 13 tentam mostrar, períodos prolongados de um estado estável levam a economia a se mover inevitavelmente para um estado de instabilidade. E por quê?

Porque, em grande parte, em período de prosperidade econômica, todos os agentes, sejam os consumidores sejam os produtores, sejam as instituições finan-

ceiras, tomam posições essencialmente arriscadas, posições que a gente chama, numa terminologia minskyiana, de posições suicidas e, ao tomarem posições suicidas, automaticamente, ficam expostas às margens de segurança, porque ficam cada vez mais corroídas. Em suma, o que eu quero dizer com as lâminas 6 a 13 é que as crises financeiras são associadas aos ápices de ciclos econômicos. Se nós pegarmos estas três questões, ou seja, o fato que, dos anos 1980 para cá, uma ausência no *marketing* internacional, ou seja, regras de Bretton Woods já não existem mais, no sentido de que você tem livre mobilidade de capitais, volatilidade dos preços e assim por diante, e mais ainda, num processo em que os agentes são em função de um ciclo econômico prolongado, sempre acabam tomando posições de alavancagem.

Este conjunto de questões nos leva, então, a tentar entender por que é que estas crises são recorrentes e não são as crises finais, ou seja, consequentes. Provavelmente, daqui há alguns anos, nós estaremos discutindo uma outra crise, caso não haja um processo mais criterioso de regulação do sistema monetário internacional, e assim por diante.

Feito isso, passemos muito superficialmente pelo segundo ponto, ou seja, a crise *subprime*. A origem, todos nós temos ciência, foi causada em grande parte pelas hipotecas dos excluídos norte-americanos chamados “ninjas”, que eu não vou entrar em detalhes particulares, mas a crise tem alguns defeitos que fazem manifestar-se no ano 2000. Estão relacionados à dinâmica propriamente dita. Então – se nós fizermos um retrospecto – qual foi a dinâmica desta crise? Primeiro, 2001, 2002, em função do desaquecimento da economia norte-americana, em função de problemas exógenos que ocorreram nos Estados Unidos e assim por diante.

Houve tanto por parte da economia fiscal como por parte da economia monetária, um ativismo com todas as aspas possíveis keynesianas, que fez com que a economia norte-americana tivesse um processo de recuperação significativo. Dentre essas medidas keynesianas de natureza fiscal e monetária, as medidas keynesianas com todas as aspas possíveis, as consequências imediatas foram: crescimento pelo lado da oferta através da redução da taxa de tributação, ou seja, redução dos impostos e, por outro lado, teve um arrefecimento significativo da taxa de juros; a taxa de juros média que, em 2002 e 2004, era mantida sempre ao redor de 1,4% e chegava próximo a 6,5%.

Segundo aspecto, nessa sequência, houve um processo de alavancagem significativo de bancos e de instituições financeiras intermediárias. Terceiro, ausência de marcos regulatórios para práticas de alavancagem do sistema financeiro. E o quarto aspecto, nesta sequência, as agências de crédito que avaliaram mal e parca-mente os riscos de crédito. Quinto, o descasamento das posições dos ativos e passivos das instituições financeiras. Sexto, uma variável exógena que alguns atribuem como sendo um fator fundamental à elevação da taxa de juros básica dos Estados

Unidos; passou, no período médio de 2005 a 2007, de 3,2% para 5,2% nesse último ano. O sétimo elemento, o caráter da crise ter-se tornado essencialmente sistêmico.

Lições desta crise? Primeiro, os mercados, em especial os financeiros, não são autorreguláveis e autoeficientes. Daí, eu ter dito no início da minha intervenção que, quando nós criamos a Associação Keynesiana, fomos rotulados como exóticos, porque nós pregávamos e continuamos pregando o fato de que os mercados não são autorreguláveis e autoeficientes. Segundo, que mercados financeiros integrados criam um mercado único mundial de moeda e crédito que acaba resultando em crise de demanda efetiva, ou seja, na ausência de regras cambiais, regras monetárias e mecanismos regulatórios que evitem ou, se não consigam evitar, mas mitiguem o processo de impacto da crise. Em última instância, as crises de demanda efetiva passam a se manifestar com maior frequência.

Em outras palavras, as crises, sejam cambiais ou sejam financeiras, como aquela que elencamos na primeira e na segunda lâminas, automaticamente acabam tendo um efeito real porque o mercado financeiro e o mercado real não são desconectados. Mais uma vez, como pressupõe o novo consenso macroeconômico. Terceiro aspecto, o fato de ter ocorrido quebra do Lehman Brothers e assim por diante. Não quer dizer que essas quebras dinamizaram ou foram as responsáveis pela crise econômica e financeira como um todo. Eu diria, nessa perspectiva, estas crises, estas quebras, propagaram a crise, mas não foram as responsáveis pela dinâmica da crise propriamente dita.

Uma quarta lição é que a crise financeira mundial ocorreu, já falei isso anteriormente, mas faço questão de enfatizar, devido à deficiência de marcos regulatórios e ao excesso de alavancagem do sistema financeiro dinamizado globalmente pelo desenvolvimento dos contratos derivativos e de *securities* no mercado de crédito. Por fim, a crise, inicialmente, que era de liquidez, e alguns economistas convencionais ainda supõem que ela seja de liquidez, que a intervenção momentânea das autoridades monetárias ou do próprio tesouro nacional com injeções de recursos que montam algo próximo a US\$ 10 trilhões. Se a gente pensar em termos de magnitude do PIB a preços correntes, em torno de US\$ 50 a 60 trilhões, não significa que US\$ 10 trilhões sejam significativos para tentar contornar o problema de liquidez, segundo alguns economistas.

A crise há muito tempo deixou de ser um problema de liquidez; passou a ser um problema essencialmente de solvência, com crises de inadimplência no sistema financeiro e por ser de solvência, equivocadamente, acaba afetando o lado real da economia como um todo. Passemos para o terceiro ponto, ou seja, os marcos teóricos da crise. Aí, eu peguei três, quatro pontos. Os economistas convencionais entendem que a crise decorre primeiramente do fato de que houve informações assimétricas,

houve seleção adversa e, mais ainda, decorre de eventos aleatórios, que são os chamados transportes, ou seja, a crise é atípica. A crise faz parte de um processo no qual os agentes, tendo informações equivocadas, seja porque existem marcos regulatórios em excesso, ou equivocados porque existem outros fatores, tais como os preços relativos, acabam não sinalizando no último instante um acontecimento intertemporal de otimização das funções objetivas desses agentes como um todo.

Segundo, se a gente pegar o Keynes propriamente dito, na teoria geral, vamos ter o seguinte: as crises fazem parte da dinâmica da economia capitalista e de economias monetárias, como aspectos específicos, ou seja, existe um *trade-off* no mercado financeiro, que é um mercado diferenciado dos demais porque tem um *trade-off*, tem um dilema. O dilema do mercado financeiro qual é? Por um lado, o mercado vai prover liquidez para aqueles que querem abrir mão da preferência de liquidez para auferir uma rentabilidade, um prêmio, por abrir mão da preferência da liquidez e, ao mesmo tempo, o mercado financeiro provê recursos para a dinâmica empreendedora por investimento como um todo, ou seja, os mercados financeiros por um lado estimulam o desenvolvimento da atividade produtiva.

Mais uma vez, quando todos estes sintomas mostram que a economia entra num processo de prosperidade e essa prosperidade é longa, isso, cada vez mais, acirra a indução de investimento de consumo, e assim por diante, por parte dos agentes. Temos, então, posições de alavancagem cada vez mais arriscadas, mas, ao mesmo tempo, o mercado financeiro tem que possibilitar aos seus participantes, aos seus clientes, as oportunidades da valorização da riqueza sob a forma monetária propriamente dita. Em algumas circunstâncias, o descasamento das posições ativa e passiva das instituições bancárias propriamente ditas, ou seja, o que o Keynes (1964) chama atenção no capítulo 17 e, mais especificamente, nos capítulos 11 e 12, é o fato de que existe uma conexão muito forte entre o lado financeiro e o lado real.

Objetivando especificar esta conexão (desculpem se estou sendo extremamente enfadonho com estas questões, mas eu acho que é interessante a gente deixar claro estes pontos de vista) uma passagem pela teoria geral, na página 59, que diz o seguinte: olha esta dinâmica, esse *trade-off*, este dilema, que, no sistema financeiro ou mercado financeiro, existe e tem-se tornado problemático quando ocorre o seguinte: o empreendimento torna-se uma bolha sobre o redemoinho de especulação, e aí eu fiz uma nota de rodapé, que eu vou mostrar o que é que caracteriza, o que é a natureza especulativa, ao contrário, mais uma vez, da teoria convencional de especulação. Não é uma atipicidade.

A especulação faz parte da dinâmica de economias monetárias e aí, neste sentido, completando a frase do Keynes, quando o desenvolvimento das atividades de um país torna-se o subproduto das atividades de um cassino, o trabalho provavelmente será mal feito, ou seja, a questão fundamental é justamente isto: mercados

desregulados, financeirização da riqueza e assim por diante. Cria-se esse *trade-off* quando o capital produtivo subordina este capital financeiro e tem-se essa questão cada vez mais recorrente de inconsistência.

E para finalizar a questão do Keynes: por que é que a crise então passa a ser, dados estes fundamentos do mercado financeiro, de confiança e de insuficiência de demanda efetiva? Porque, diante deste dilema dos mercados financeiros e das posições dos agentes, esses últimos preferem, em última instância, a liquidez.

Terceira explicação teórica, mas na mesma vertente do Keynes. Minsky no *Stabilizing an Unstable Economy*, diz basicamente o seguinte (capítulo 9): eu tenho um processo em que existe uma natureza endógena de crises. Por quê? Porque os *booms* de crise são recorrentes e desenvolvem a ideia de fragilidade financeira, que não vou entrar em particularidades com vocês, mas cuja essência, em última instância, é que um processo crescente de fragilização financeira devida à deterioração das margens de segurança e levam a economia, inevitavelmente, à crise financeira e crise financeira suscita crise do lado real.

E mais uma passagem do Minsky ou apenas uma ideia geral do pensamento do Minsky: as decisões de investimento somente podem ser tomadas conjuntamente com as decisões de como esse investimento pode ser financiado, ou seja, financiado o investimento, mas este descasamento entre o animal *spirit* para investir e a forma de financiamento deste investimento. Mais uma vez, não existe descasamento entre o lado real e o lado monetário assim, conforme a hipótese de fragilidade financeira.

A integração entre as variáveis reais e monetárias ou financeiras faz com que as crises sejam essencialmente causadas por políticas arriscadas de financiamentos de investimentos. Em suma, a crise é causada por choques inesperados. Pode ser que a elevação da taxa de juros nos Estados Unidos tenha sido inesperada, de uma média de 3,2% em 2004 e 2005 para 5,2% em 2006 e 2007. Porém, a elevação deveria ter sido inserida num processo de risco de tomada de alavancagem de investimentos e de posições num período de prosperidade e de *boom* econômico que se desenvolve em um contexto em que os agentes se encontram financeiramente vulneráveis.

Em outras palavras, as economias monetárias são inerentemente instáveis devido ao processo de financiamento do investimento. Isto é Minsky colaborando ou agregando pontos que Keynes já escrevia na Teoria Geral. E a quarta interpretação teórica de Marx, ou seja: o que é que o Marx diz no O Capital? Em última instância, que, num contexto no qual ocorre queda na taxa de lucro e na formulação de capital, o capital fictício ou o financeiro encontra terreno fértil para se expandir. Em outras palavras, sempre que o capital produtivo encontrar dificuldades para continuar seu processo de valorização, o capital fictício tende a se expandir subordinado ao capital produtivo.

E aí, mais uma vez, se nós voltarmos para a lógica da globalização, pensemos o seguinte: por que é que o preço do petróleo atingiu no ano passado US\$ 147 o barril? Porque a demanda estava aquecida? Em parte porque a demanda estava aquecida, inequivocavelmente. Mas a questão é que, onde existem oportunidades de valorização de a riqueza se manifestar em *commodities* agrícolas, *commodities* minerais, energéticas e assim por diante, a valorização da riqueza se manifesta nesse processo; ou seja, travadas, obstaculizadas as circunstâncias de você auferir lucro e acumulação de capital advinda diretamente do processo produtivo, você vê as formas mais diversas possíveis de acumular riqueza na forma monetária.

Outro exemplo específico: por que o preço das *commodities* agrícolas no ano passado explodiu? Em parte porque houve inequivocamente uma demanda maior na economia mundial. Por outro lado, houve um choque de oferta agrícola, sem dúvida nenhuma, mas também em grande parte por tendências de especulação dos agentes que visam, em última instância, o processo de comprar em baixa e vender em alta, ou seja, esse ganho faz parte da lógica da acumulação de riqueza, da lógica da riqueza financeira como um todo.

As repercussões: primeiro, sobre a economia mundial que a gente vem observando desde o ano passado, ou seja, escassez de liquidez e recessão nos EUA. Por que esta escassez de liquidez e recessão nos EUA transcendeu a economia norte-americana? Por dois motivos: primeiro, porque 60% dos títulos norte-americanos encontravam-se em mãos não de poupadores domésticos, mas poupadores asiáticos e europeus. E normalmente, à medida que existe uma deflação dos ativos financeiros norte-americanos, existe uma redução da riqueza financeira que afeta não somente o lado do poupador norte-americano, mas do poupador asiático e assim por diante. Segundo, 25% dos ativos privados norte-americanos também se encontravam em mãos asiáticas e europeias e, ademais, isso não é recente, pois os Estados Unidos têm, há muito tempo, déficits imensos, seja fiscal seja de balanço de pagamentos. Então a crise se tornou mundial em função dessa característica.

Terceiro aspecto: o que faz a economia ter o impacto em nível mundial? O fato de os EUA e China terem uma sinergia muito forte, ou seja, grande parte dos déficits decorrentes dos EUA são financiados por ingresso de capital dos chineses. Os chineses têm cerca de US\$ 2 trilhões e não é à toa que a preocupação da China com uma nova moeda de conversão é evitar que haja uma, em última instância, pulverização destas reservas, caso haja uma tendência cada vez mais sinalizadora de deterioração do dólar como moeda forte. Além disso, tanto a China como os EUA vinham representando até recentemente cerca de 30% do PIB mundial. Isto é, se o PIB crescesse numa média de 5%, 1,5% era protagonizado por China e EUA. Então, por isso que os EUA entram em recessão e a China desaquece vertiginosamente, pois a produção dessa última vinha crescendo a 10%, 11%, e passa a crescer 6,5%,

que é a previsão recém-divulgada pelo FMI. Isso, automaticamente, faz com que a economia mundial tenha uma tendência de queda acentuada.

Quarto aspecto, volatilidade das taxas de juro, das taxas de câmbio e dos preços dos ativos. Caso se trabalhe com uma série de preços de *commodities* agrícolas, minerais, e assim por diante, e você tem o auge desses indicadores de maio, junho de 2008, a partir de então, você tem uma queda vertiginosa. Alguns dos indicadores estão sendo recuperados agora, mas muito timidamente, comparativamente ao período anterior, e você tem a recessão mundial prevista pelo FMI e divulgada semana passada, que, se não me engano, é algo próximo a -1% do PIB mundial para 2009.

No Brasil, e aí eu vou me permitir discordar um pouco da Liana na apresentação da parte da manhã no aspecto a seguir: no Brasil, porque é que houve de certa maneira um desaquecimento da economia externa? As previsões iniciais é que este desaquecimento seria muito mais forte. Já ocorreu uma melhora substancial; então, ao contrário de termos um saldo comercial, que no início era previsto, da ordem de US\$ 15 bilhões de dólares, já está sendo previsto saldo comercial próximo a US\$ 20 bilhões de dólares. Independentemente disso, ou seja, dessa surpreendente melhora no saldo comercial, referido saldo pode ser afetado, porque 60% do comércio externo brasileiro está relacionado em que país? Está direcionado para quais países? EUA, se nós tivermos como referência 2008. Em 2008, os EUA representaram 17% das exportações brasileiras; a área do Euro representou, em 2008, cerca de 20%; China representou 8%, seguido de Japão e Argentina. Então, estes países importam uma totalidade, tendo como referência 2008, de 60% das exportações brasileiras.

Segundo, redução das linhas de crédito foi o que ocorreu logo no início, principalmente de créditos para adiantamento de contrato de câmbio, elevação dos juros. Os juros, em termos reais com redução de crédito passaram a se elevar. Terceiro, redução de volatilidade de alguns segmentos, alimentos, minerações, automotivo, que fez questão de acentuar no primeiro momento, porque a partir do início do ano houve redução de IPI e outros incentivos, principalmente de crédito.

Houve uma retomada do setor de varejo e, *a posteriori*, no processo industrial, máquinas e equipamentos, que foram as medidas recentemente anunciadas pelo BNDES, de forma que possa ter uma melhor performance daqui para frente; os segmentos de papel, celulose, e assim por diante, além da queda de volatilidade no índice do Bovespa. Se o índice Bovespa, em junho de 2008, atingiu um patamar de 74 mil pontos, chegou a outubro ou novembro, se não me engano, a 29 mil pontos; teve uma recuperação surpreendente de lá para cá, em grande parte em função de ingresso de capital e em função ainda do diferencial de taxa de juro, o que é preocupante em relação à performance e da sustentabilidade dessa recuperação daqui para frente. Desaquecimento e recessão técnica do PIB, ou seja, dois trimestres de

queda seguidas do PIB e aumento do desemprego. O aspecto positivo é que, dada esta conjuntura, a inflação convergiu pro seu centro, 4%, 4,5%, e as previsões são que ela fique abaixo dos 4,5%.

A duração da crise, o que foi feito e o que fazer. Aqui é no sentido de tentar ter uma bola de cristal; é no sentido de, em última instância, tentar sinalizar em função das medidas que foram tomadas até agora, os caminhos para a gente sair deste processo de crise o mais rápido possível. Então, em termos de duração, se levarmos em conta os diversos analistas econômicos, instituições multilaterais e assim por diante, existe um consenso de que, provavelmente, deveremos estar saindo desta crise mundial no final de 2010. Ontem, se eu não me engano, o apocalíptico da crise, Nouriel Rubini, disse que, provavelmente, no final de 2009, nós já tenhamos saído da crise. Acho pouco provável, mas se pegarmos o comportamento médio de opinião de analistas, instituições e bancos multilaterais, as previsões são de que, a partir de 2010, nós tenhamos, sim, saído da crise e poder repensar a economia pós-crise.

Independentemente da questão da duração, o aspecto, diria que fez com que esta crise, apesar da dramaticidade, não fosse mais recrudescedora foram justamente as políticas contracíclicas, que foram implementadas a partir do momento do seu surgimento. Então, se tomarmos as injeções de recursos, tanto das autoridades monetárias, bem como dos tesouros nacionais, já foram cerca de US\$ 10 trilhões de dólares, como eu havia dito anteriormente. Além disso, as taxas de juros básicas despencaram. Chamo a atenção das taxas de juros do Banco da Inglaterra. Nunca, na história do Banco da Inglaterra, que se não me engano tem mais de 200 anos, foi capaz de reduzir a taxa de juros a níveis tão baixos. Em termos reais, então negativa, ou seja: isso é reflexo do quê? Isso é reflexo de que medidas emergenciais em caráter dinâmico, deverão ser a tônica ao longo deste processo.

No Brasil, e aí a discordância da Liana Carleial, foram tomadas, sim, medidas de redução de IPI, de imposto de renda da pessoa física, redução do investimento do PAC, flexibilidade, felizmente, do superávit fiscal. Todavia, todas essas medidas se consubstanciaram a partir dos resultados do último trimestre de 2008. Até então se tinha ideia, seja através de expressões figurativas ou metáforas, e assim por diante, que o País estaria blindado à crise e que a crise seria um problema menor para a economia brasileira. No momento em que houve a queda do PIB, no quarto trimestre de 2008, as medidas econômicas de natureza fiscal passaram a ser observadas e, mais ainda, a flexibilidade fiscal de 3,8% do PIB só foi observada para 2,5% em abril deste ano, ou seja, o Governo foi letárgico, inequivocamente, para adotar medidas fiscais contracíclicas.

Se não bastasse a letargia do Governo em relação a isso, eu diria que a redução da Selic é tímida; os 4,5% de queda da Selic ocorreram nas quatro reuniões do Banco Central desse ano e passaram a ocorrer mais uma vez com referência

dos dados do último trimestre de 2008. E os dois últimos pontos desta lâmina, que, conforme eu havia dito anteriormente, a despeito de todas estas medidas que foram implementadas e outras que estão sendo implementadas, segundo o FMI e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), somente sairemos dessa crise no final de 2010.

E aí, surge uma questão que eu acho que é merecedora da nossa reflexão. Uma vez que nós saíamos desta crise em 2010, quais são os efeitos pós-crises? Eu diria que os efeitos pós-crise, em última instância, é que têm em função dos déficits elevados, principalmente dos Estados Unidos – só para a gente ter uma ideia, a previsão de déficits para os Estados Unidos em 2009 é de cerca de 12% do PIB norte-americano, em função de déficits fiscais elevados, em função de desaquecimento do comércio mundial, que é uma verdade irrefutável. A questão fundamental é que o crescimento que nós vamos ter a partir de 2010 e 2011 em diante, com certeza, vai ser um crescimento mais tímido do que o crescimento que nós vínhamos observando até recentemente.

Se o PIB vinha crescendo algo próximo a 5,0%, 4,5%, em média, nos últimos anos, provavelmente, o PIB agora deverá crescer em torno de 3,0%, 3,5%; é o que se sinaliza a partir de diversas perspectivas. Ainda, o que foi feito e o que fazer? Primeiro, diria eu, para continuarmos tendo um conjunto de medidas que possa fazer com que, em um futuro próximo, possamos ficar imunes a qualquer crise cambial ou financeira, mas que possamos, de repente, saber lidar com os indícios desta crise. Primeiro, regulação das operações exóticas e outras práticas de alavancagem que ocasionaram, desculpem a expressão meio pejorativa, a festa dos investidores e dos bancos. Em suma, regulação financeira, que, de certa forma, é o que Obama está propondo nos EUA.

Segundo, a ação estatal para remediar e, principalmente, prevenir futuras crises. Terceiro, uma coordenação global entre as diferentes políticas nacionais, fiscal, monetária e cambial. E o último ponto, que foi discutido muito superficialmente em abril passado tanto pelo G-20 bem como por uma proposta do Banco Popular da China, a reestruturação do Sistema Monetário Internacional a partir de duas instâncias. Primeiro, você ter um órgão jurídico internacional, ou seja, se você resgatar as ideias do Mark Meican, à la Bretton Woods, e segundo, você ter uma questão mais controversa, você ter uma criação de moeda universal, ou seja, algo que substitua o dólar como moeda de curso legal, moeda universal de pagamento e assim por diante.

Em suma, e aí vamos ter mais uma vez a identificação disso como um momento keynesiano e um momento minskyiano, as proposições que foram até o presente momento apresentadas e as proposições teóricas que estão sendo discutidas têm muito a ver com quem? Com Minsky e com Keynes. Daí eu ter dito mais uma

vez no início da minha intervenção que, queiramos ou não, nós temos hoje um mundo que é keynesiano e, mais ainda, é minskyiano. No Minsky, se a gente for lá no *Stabilizing an Unstable Economy*, capítulo 13, o Minsky propõe dois *big*s, que é o *Big Government* e o *Big Central Bank* (MINSKY, 1986), que, de certa forma, é o que foi feito; foi o que aconteceu nos últimos meses, só que esta política fiscal ativa, este estado ativo e este banco prestamista de última instância e regulador tem de ser entendido não como soluções *ex post*, mas como estando e fazendo parte da funcionalidade da dinâmica de economias capitalistas.

Ou seja, a natureza intervencionista é imprescindível. Intervencionista aqui não é no sentido ideológico; é no sentido de funcionalidade da lógica de acumulação capitalista como um todo. Segundo, se nós formos no Keynes, capítulo 24, último capítulo da Teoria Geral, Keynes menciona que a substituição do capital de investimento é criar um ambiente institucional favorável às tomadas de decisões dos agentes (KEYNES, 1964), sejam os consumidores, para se alavancarem dentro dos limites para consumir, seja dos empreendedores para, seguidos do seu *animal spirit*, produzir, seja das firmas bancárias em propiciarem crédito para consumo e investimento. E aí, no capítulo 24, Keynes sinaliza como isto tem que ser feito, através de política fiscal, monetária, e política de renda.

E por fim, mais uma vez, o Keynes, na questão da discussão em nível mundial de uma reestruturação, uma suposta reestruturação do Sistema Monetário Internacional. O Keynes, no seu último trabalho de fôlego, apresentou, na conferência de *Bretton Woods*, o que acabou consolidando-se como se fosse uma proposta britânica. A discussão de *Bretton Woods* passou para a International Clearing Union, ou seja, uma união de compensações internacionais, em última instância, vai, mais ou menos, na linha do que o G-20 propôs em abril passado, isto é, uma instituição internacional supranacional provavelmente emissora de uma moeda que baliza as relações de trocas comerciais e financeiras das economias, não-passível de entesouramento, ou seja, não-passível de preferência de liquidez, por parte dos agentes, e com regras cambiais, regras monetárias e, principalmente, de controle de capitais claras e explícitas.

Para finalizar, só algumas referências. Sugiro, obviamente com toda parcialidade deste que vos fala, o primeiro documento, ou seja, o dossiê da crise que nós lançamos em outubro do ano passado, e para felicidade nossa, depois que nós lançamos o dossiê da crise, surgiram diversos dossiês: dossiê da Casa das Garças, dossiês de outras instituições para, em última instância, tentar interpretar a crise e tentar apresentar proposições para a crise propriamente dita. A gente teve a felicidade de ter lançado este dossiê em outubro do ano passado e ele foi impresso com o apoio da Federação da Indústria do Paraná em novembro do ano passado. Aqueles que quiserem esse dossiê por via de *download*, é só acessar; e se quiserem

tê-lo impresso, podem entrar em contato comigo e as demais referências são tanto do Keynes como do Minsky que, penso que, nos ajudam a entender especificamente por que nós vivemos um momento Minsky e por que, para finalizar, todos nós nos tornamos keynesianos, e eu faço questão de enfatizar o último ponto: felizmente uns, dentre os quais este que vos fala, continuam convictos, e a maioria, infelizmente, por oportunismo. Obrigado!

CARMEM FEIJÓ

Obrigada, Fernando! Podemos abrir para algumas questões da plateia. Enquanto as pessoas pensam um pouquinho, eu queria fazer uma pergunta. Você acha que a sinalização é forte no sentido de se recuperarem as propostas de Keynes para regulação do Sistema Financeiro Internacional pelo G-20, ou ainda está muito vago?

FERNANDO FERRARI

A bem da verdade, Carmen, eu gostaria que fosse; que essa discussão incipiente que houve em abril tivesse coisas mais concretas; que se apresentassem proposições para outra reunião objetivando-se discutir propostas especificamente, e assim por diante. Eu entendo que estamos longe de ter um processo de reestruturação do Sistema Financeiro Internacional e, principalmente, quando uma das proposições veio fundamentalmente da China, ou seja, a China propõe explicitamente a substituição do dólar como moeda de reserva internacional, tendo a China cerca de US 3 trilhões de reservas. Uma proposição desta natureza é algo surpreendente!

Então, diria que as sugestões apresentadas pelo presidente Obama em relação à regulação do sistema financeiro norte-americano e, provavelmente, à discussão de se ter um processo de inserção não mais G-7, mas G-10, G-20, e assim por diante, dos países emergentes, tendo posição ativa nas relações comerciais e financeiras, na discussão das relações comerciais e financeiras. Mesmo não sendo na linha do que o Keynes, havia proposto em Bretton Woods, mas alguma coisa que fuja um pouco da anarquia financeira internacional que temos atualmente.

WERNER BAER

A minha pergunta é bem simples: será que a economia mundial pode-se recuperar sem a recuperação da economia norte-americana? Se o consumidor americano ficar muito tímido e continuar muito tímido, será que os chineses poderiam substituir os americanos?

FERNANDO FERRARI

Essa é uma questão que não é tão simples. Muito pelo contrário. Primeiro, eu diria que a recuperação da economia mundial passa fundamentalmente pela recuperação da economia norte-americana. Não tenho a mínima dúvida em relação a

isso, pelo fato de eu ter dito anteriormente a questão dos déficits-gêmeos. Os EUA têm os déficits-gêmeos, ou seja, se juntarmos o déficit comercial mais o déficit fiscal dá provavelmente 15%, 16% do PIB, algo neste sentido. E países que tenham déficits dessa magnitude não sustentam uma moeda e a moeda norte-americana ainda é a moeda de conversibilidade. Então, a crise passa, a solução da crise ou a saída da crise passa por uma recuperação da economia norte-americana.

O quanto esta recuperação dar-se-á no curto, médio ou longo prazo, esta é outra questão; mas que passa por isso, passa! Segundo, sem dúvida nenhuma a China tem papel preponderante nisso.

A China, conforme o Carlos Eduardo comentou hoje de manhã, e eu endosso o ponto de vista dele, ou seja, o que faz ainda a economia não ter uma queda maior em nível mundial e o que faz a economia brasileira ainda ter essa capacidade de se recuperar no curto espaço de tempo é a performance da China. E aí, mais uma vez, enquanto houver este acordo parco, entre aspas, entre China e EUA, ou seja, os chineses financiam os déficits dos pagamentos norte-americanos e acabam exportando bens e serviços para os Estados Unidos, enquanto houver esta convivência, a recuperação da economia mundial passa evidentemente pelas duas. Agora, a questão central, que eu acho que pode suscitar sua pergunta, é se a China terá hegemonia política, terá hegemonia econômica, terá um conjunto de questões que eu acho que aí é mais enigmática ainda.

MARCOS HOLANDA

Antes de mais nada, eu acho que foi uma apresentação muito interessante, Fernando, mas, para mim, na apresentação do conceito teórico explicando a crise, a questão da contextualização, a ideia que fica um pouco é que você hoje tem uma certa troca, um certo *trade-off* em que você opta se caminha à alavanca de 80km/h, e de vez em quando se anima e vai a 100, e aí, de vez em quando, bate num poste, seria mais ou menos o que aconteceu, ou você opta por um mundo em que você vai ter que se contentar em andar 40km, menos alavancado, menos arriscado, mas de 40km e aí, muito provavelmente, dificilmente você vai perder o controle do carro e vai bater, mas essencialmente você vai optar por ficar a 40km durante um bom período. Então, eu acho que essa é um pouco uma leitura que você colocou. E em segundo, quando você apresenta as várias propostas de sair da crise, quer dizer, aumentar a regulação, mais ou menos óbvio, isso vai acontecer de forma inexorável. Como vai aumentar? Mas que vai aumentar vai! Mas as outras três, aí para mim fica a dúvida. É óbvio que você não teve tempo para apresentar os detalhes. Mas aumentar a intervenção do Estado na economia, o que é isso? Aumentar a coordenação das políticas fiscais, monetária e cambial em nível global, como é que você vai conciliar isso, se você não consegue nem coordenar em nível local, imagina em nível global, e criar uma moeda única global? E aí eu acho que o grande ponto é a

contribuição para o debate; é interessante, é tentar, em algum momento, avançar um pouco, que seria isso, à medida que uma política não chega a um detalhe minimamente operacional, uma sugestão de política. Basicamente eu considero uma apresentação muito boa.

FERNANDO FERRARI

Obrigado! Primeiro, é o comentário em relação à figuração que você criou, ou seja, ou você se alavanca e bate no poste, ou você anda a passos de cágado e cresce pifamente. Eu diria o seguinte: não tem esse *trade-off*. Se nós pegarmos o crescimento da economia mundial entre pós-Segunda Guerra Mundial, e isso no início dos anos 1950 e início dos anos 1970, onde você tinha um processo, é obvio que não dá para tirar a questão institucional histórica, ou seja, não estou querendo tornar essas duas questões como sendo variadas; mas, se a gente pegar a dinâmica econômica do PIB mundial entre pós-Segunda Guerra Mundial, início dos anos 1950 e início dos anos 1970, onde você tinha um sistema monetário internacional articulado, em grande parte, conforme proposições apresentadas por Keynes, a economia mundial apresentou-se dinâmica.

Nos EUA, teve um crescimento vertiginoso, teve certa estabilização monetária e teve um volume de comércio que cresceu obviamente não na proporcionalidade que cresceu pós-globalização, mas cresceu de forma pujante. Não vejo esse *trade-off*, mas mesmo que houvesse esse *trade-off*, responderia muito claramente para você: eu prefiro andar a passos de cágado, não sujeito à intempérie, do que a passos de Schumacher, digamos assim, e com possibilidades de ter problema de intempéries. Segunda questão, não é o seu caso, obviamente, mas, quer dizer, suponho, e tenho certeza de que estou certo, a questão da regulação não é tão óbvia assim.

A questão da regulação do mercado financeiro, das instituições, e assim por diante, passou a ser o discurso dos keynesianos oportunistas, que, até então, não apregoavam a ideia da regulação. A regulação passou a entrar no discurso, passou a fazer parte dos modelos, pós-crise. E aí, surpreendentemente, alguns até tentam ler Minsky, e aí não fecha a lógica do modelo. Mas, enfim, regulação não é uma coisa consensual. Mas essa não é a questão de você ver como problema. Concorro contigo. As questões são, então, regras cambiais e monetárias. Por que é que é imprescindível você ter regras monetárias e regras cambiais, ou seja, tomar mais uma ideia do Keynes que eu conheço, o preço *ex ante*, ou seja, conheço o preço do custo de produção, o custo da mão de obra, do cunho fiscal e assim por diante, mas eu não conheço o preço de demanda, porque vai depender do quê? De expectativas de retorno, advindas do processo produtivo, finalizado, vendido, consumido. Tenho uma expectativa de que eu vou obter receita advinda do setor automotivo, do setor fumageiro e assim por diante. Conheço os custos e não conheço os preços de retorno. Está claro?

A taxa de juros é volátil. Se a taxa de câmbio é volátil e assim por diante, crio incertezas adicionais para que o preço seja cada vez mais imprevisível. Então a ideia de você ter regras cambiais, regras financeiras, e assim por diante, é justamente para você ter a capacidade de previsibilidade dos preços futuros, para que você tenha um mínimo de certeza, também com todas as possibilidades, de tomar decisões de gasto como um todo. Por que é que a política fiscal é importante? Ter regras fiscais? Porque você só pode fazer políticas contracíclicas, se você tem somente um orçamento equilibrado. O que é uma política fiscal contracíclica à la Keynes? Como o Estado intervém na economia, como vem intervindo agora, intervém por quê? Porque ele tem uma gordura para ser queimada e porque o setor privado vai mal. É claro que isso é Keynes. A ideia de você ter regras fiscais e que elas sejam homogêneas é nesse sentido, para que a política fiscal seja utilizada reiteradamente de forma contracíclica.

E aí, a gente vai para o último ponto e é capaz de que seja o ponto mais complexo. Concordo contigo! Moeda internacional, isto é utopia, mas, na década de 1940, foi proposta de lá, acabou não sendo uma proposta vitoriosa; foi uma proposta vencida em função de uma posição em grande parte do tesouro norte-americano. A questão que eu acho que é fundamental, e em relação a esse aspecto de moeda universal, são dois. Como a gente resolve isso, eu não sei. Capaz de que fiquemos eternamente na abstração. Nas questões econômicas que são inerentes a não ter uma moeda universal. Primeiro, enquanto for uma moeda que seja passível de emissão por parte de um Banco Central é muito simples, se os Estados Unidos emitirem dólar norte-americano, independentemente do déficit comercial.

Segundo, enquanto a moeda universal possibilitar que os agentes, em função desta característica, desta prerrogativa, possam ser passíveis de entesouramento, especulo, temos a preferência pela liquidez, e aí o que acontece? Aí eu posso, em última instância, travar ou obstaculizar o processo de expansão da atividade econômica ou da demanda efetiva, mas diria que o último ponto é o mais emblemático. Por enquanto, a gente ainda está no mundo da abstração, da utopia; não há possibilidade de realização.

CARMEM FEIJÓ

Bom! Há mais perguntas?

ROBERT

Professor Ferrari, eu gostaria de saber sua opinião. O que você acha mais provável que aconteça, que passado o furacão da crise, digamos assim, a euforia do mundo minskyiano passe também e novamente voltemos à ideologia dominante de que devemos liberalizar ou, então, que realmente essa crise foi suficiente para que a economia seja de fato regulada por um longo tempo, ao menos?

FERNANDO FERRARI

Eu não tenho resposta em relação a isso. Eu diria o seguinte: o que diferencia os economistas convencionais dos economistas heterodoxos? Em grande parte, pelo menos é o meu ponto de vista, é que nós heterodoxos temos uma carga de concentração, de atenção em questões históricas, digamos assim, e a história serve para a gente aprender com o passado. Eu diria que nós heterodoxos, cada vez mais, aprendemos com o passado. Eu espero que os convencionais vejam que a história pelo menos sirva para isso! Estão aqui as lições que nos foram observadas no passado, ficam para alguma coisa. Mas, objetivamente, eu diria que, passado o período de intervenção, e caso voltemos a ter um período de bonança, provavelmente todo esse momento minskyiano e keynesiano vai ser pretérito.

CARMEM FEIJÓ

Obrigada a todos e, em especial, ao professor Ferrari, por sua exposição!

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS SELECIONADOS NO PROGRAMA BNB/ETENE TESES E DISSERTAÇÕES

MESTRE DE CERIMÔNIA

Senhoras e senhores! Teremos agora a apresentação dos projetos selecionados no programa BNB/Etene Teses e Dissertações. Desde a sua fundação, o Banco do Nordeste do Brasil vem apoiando a pesquisa e a difusão do conhecimento científico e tecnológico em cumprimento de sua missão institucional de promover o desenvolvimento da região do Nordeste. Agora, o BNB vem dar mais um passo no apoio à elaboração de teses e dissertações, incluindo, além da Economia, Sociologia, Planejamento Urbano e Regional, Geografia e a Área Multidisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, mediante seleção pública de projetos através do Programa BNB/Etene Teses e Dissertações. Com esta ação, o Banco do Nordeste garante o acesso democrático por parte dos alunos dos programas de Pós-graduação aos financiamentos a serem concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci). O objetivo é o apoio à formação e treinamento de pessoal técnico em áreas de interesse do BNB, mediante concessão de auxílio financeiro. Espera-se que os projetos apoiados possibilitem à Região e ao Banco um melhor conhecimento sobre o Nordeste nos assuntos relacionados ao desenvolvimento regional.

Foram os seguintes os projetos selecionados:

- *O Impacto dos Efeitos Climáticos na Demanda por Energia Elétrica na Região Nordeste do Brasil.* (Guilherme Diniz Irffi);
- *Análise de Crescimento Pró-pobre: Um Estudo de Caso para o Nordeste no período 1995-2007.* (Jonathan de Souza Matias);
- *O Desequilíbrio de Bem-estar Social no Brasil: Considerações a partir dos Determinantes da Desigualdade de Renda Salarial nas Regiões Sudeste e Nordeste.* (Carlos Alberto Manso);
- *Impactos Econômicos e Sociais da Crise Financeira Internacional na Cadeia Produtiva da Uva de Mesa: um Estudo de Caso para o Submédio São Francisco.* (Isabela Kristina Ferreira de Freitas);
- *Evolução do Desenvolvimento Rural Sustentável no Estado do Ceará no Período de 1995 a 2011.* (Flaviana Ferreira Pereira);

- *O Papel do BNB na Economia Nordestina Pós-1990.* (Marcelo Augusto Pontes de Araújo);
- *Determinantes das Exportações Brasileiras de Frutas Frescas: uma Abordagem sob a Ótica do Modelo Gravitacional.* (Vinicius Vizzotto Zanchi);
- *A Proteção ao Mercado Nacional de Policloreto de Vinila (PVC) e os Efeitos na Competitividade de sua Cadeia Produtiva no Estado de Pernambuco.* (Leonardo Cerquinho Monteiro);
- *Plano de Ações para o Desenvolvimento da Meliponicultura no Litoral Paraibano.* (Jerônimo Kahn Villas-Bôas);
- *As Políticas de (Re)ordenamento Territorial no Alto Sertão Sergipano.* (Lucas Gama Lima);
- *Responsabilidade Social Empresarial: percepções e práticas do empresariado salineiro do Rio Grande do Norte.* (Carla Montefusco de Oliveira);
- *Redes de Territórios Solidários do Turismo no Ceará: Estratégia de Mercado e Gestão Social para o Desenvolvimento Regional.* (Luciana Maciel Barbosa);
- *Práticas de Responsabilidade Social Empresarial do Banco do Nordeste do Brasil na Concessão de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Piauí.* (Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal);
- *Transporte Ciclovitário e Políticas Públicas – Estratégias de Circulação para a Cidade de Recife – PE.* (Marcelo Lins Caldas Filho);
- *Planejamento e Desenvolvimento: Logística de Transportes e Exportações na Mesorregião Norte de Minas Gerais.* (Luiz Andrei Gonçalves Pereira); e
- *Redes Sociais e Estrutura de Governança Aplicada à Gestão de Destinos Turísticos: uma Análise Propositiva no Polo Costa das Dunas.* (Ana Jaimile da Cunha).

A relação das dissertações e teses selecionadas será publicada no site do Banco do Nordeste do Brasil.

LANÇAMENTO SELO: REN – 40 ANOS

Senhoras e senhores! Como parte integrante das comemorações dos 40 anos da Revista Econômica do Nordeste (REN), teremos em seguida um outro significativo momento deste evento, que será marcado pelo lançamento do selo e do carimbo alusivos aos 40 anos da REN. Para tanto, convido a compor a mesa o senhor presidente do Banco do Nordeste do Brasil, professor doutor Roberto Smith.

Convido à mesa o senhor José Henrique de Almeida Braga, da Direção Regional dos Correios. Por gentileza, queiram sentar-se.

Para comandar o lançamento do selo e do carimbo alusivos aos 40 anos da Revista Econômica do Nordeste, convido ao palco a assessora de Comunicação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, jornalista Fátima Coutinho.

REPRESENTANTE DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Autoridades presentes já citadas pelo cerimonial, senhoras e senhores, boa tarde! A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lança o carimbo comemorativo alusivo aos 40 anos de circulação da Revista Econômica do Nordeste (REN), a mais antiga revista científica brasileira dedicada a estudos sobre a promoção do desenvolvimento do Nordeste. Lançaremos também o selo personalizado, que, além de homenagear tão importante evento regional, reconhece o valor da publicação editada pelo Banco do Nordeste e no Brasil ao estampar a marca da REN na vinheta do selo. É durante as comemorações do aniversário da REN que os Correios assinalam em selo e em carimbo esse magnífico evento que alcança proporções nacional e internacional, revelando um permanente compromisso de divulgar, por meio de selos postais e carimbos, os marcos históricos, as atividades culturais e folclóricas das diversas partes no Brasil.

O selo personalizado é um selo postal acrescido de vinheta sem valor de face, na qual podem ser impressas imagens pertencentes a pessoas físicas e jurídicas. Com estes selos os Correios se aproximam de seus clientes proporcionando-lhes a oportunidade de personalizar suas correspondências. Além do selo personalizado, a data de hoje também ficará registrada através de um carimbo confeccionado especialmente para esta histórica data: 40 anos da REN. Os carimbos, assim como os selos, são marcas que registram a história, fixando, por meio de sua aposição, os acontecimentos importantes do País, situando-os no tempo e no espaço.

As peças filatélicas que serão obliteradas nessa tarde passarão a compor o acervo do Museu Nacional dos Correios em Brasília, e servirão como fonte de pesquisa e registro no contexto histórico e sociocultural do nosso País. O carimbo lançado nesta tarde ficará na Agência Central dos Correios situada à Rua Senador Alencar número 38, no Centro, por um período de quinze dias. Durante esse tempo, todas as correspondências postadas naquela Agência receberão a aposição do carimbo ora lançada e levarão para o País inteiro as homenagens de hoje. Para conduzir o lançamento, convidamos o arquiteto, o doutor José Henrique de Almeida Braga, da Diretoria Regional dos Correios no Estado do Ceará.

Doutor Henrique, por gentileza! Para obliterar a primeira cartela, os Correios convidam o presidente do Banco do Nordeste, senhor Roberto Smith. Obliterar significa carimbar o selo, ou seja, este não poderá mais ser utilizado em nenhuma outra correspondência.

Em seguida, o doutor Henrique entrega a réplica do carimbo ao doutor Roberto Smith. Para obliterar a segunda cartela, os Correios convidam o superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste e atual editor científico da REN, José Sydrião de Alencar Júnior. Dando prosseguimento às obliterações, convidamos o diretor da Sudene, Cláudio Frota, que, nesse ato, representa o superintendente da Sudene. Em seguida, convidamos o editor técnico da Revista, o senhor Ademir da Silva Costa. E para obliterar a quinta cartela, os Correios convidam o professor da Universidade de Illinois, o senhor Werner Baer, que já teve artigos publicados na Revista REN.

Os Correios agradecem a presença de todos nesta solenidade de lançamento de selo e carimbo, bem como parabenizam o Banco do Nordeste por organizar tão grandioso evento dos 40 anos da REN. Tenham todos uma excelente tarde e muito obrigada!

Retorno a palavra à mestre de cerimônia Norma Zélia.

MESTRE DE CERIMÔNIAS

Ratificamos os agradecimentos aos Correios por esta celebração nos 40 anos da REN. Teremos agora o painel intitulado “Atuação do Banco do Nordeste no Desenvolvimento Regional”, tema este que será apresentado pelo senhor presidente do BNB, professor doutor Roberto Smith.

PAINEL III: ATUAÇÃO DO BANCO DO NORDESTE NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ROBERTO SMITH – PRESIDENTE DO BNB

ROBERTO SMITH

Antes de começar a minha apresentação e aguardando também a presença do ministro Pedro Brito, que vai compor a mesa, eu gostaria de me colocar a respeito da homenagem da REN que acabamos de presenciar.

A nossa Revista Econômica do Nordeste, que é agora quarentona, e obliterada, ela foi criada na gestão do presidente do Banco do Nordeste, Rubens Vaz da Costa e tinha como seu primeiro editor aquele que era chefe do Etene, José Nicácio de Oliveira. Tinha também, como redator-chefe, Taumaturgo Nogueira; como secretária, Maria Juraci Pimentel. É uma revista que mantém características de edição trimestral; é uma revista indexada, tanto nacionalmente como internacionalmente, tem conceito B por parte da Capes. Na nossa gestão, abordagem pluralista, como convém ao tratamento científico, temos como editor técnico Ademir da Silva Costa, que esteve aqui conosco na obliteração. Longa vida à REN, uma revista nossa importante, uma revista que tem a presença de importantes economistas nacionais e internacionais e está presente nas principais bibliotecas acadêmicas e tem em seu corpo de assinantes economistas técnicos em todo o país e fora do país.

Para falar sobre a importância do Banco do Nordeste na questão do desenvolvimento regional, esse Banco que completa 57 anos, é importante que a gente assinale que, ao longo desses 57 anos, muita água correu por baixo da ponte. Nós vimos na obra do professor Celso Furtado, no GTDN de 1959, a preocupação com os rumos que tomava a economia nordestina, com uma desigualdade crescente. Se nós analisarmos mais recentemente, o que se percebe é que essa desigualdade deixou de ser crescente.

Quero cumprimentar o ministro Pedro Brito que acaba de chegar e convidá-lo para tomar assento à mesa. Ministro, por favor...!

Eu dizia que na época de Celso Furtado havia essa preocupação com aumento do distanciamento do desenvolvimento regional nordestino em relação ao País. Se nós analisarmos os dados históricos mais recentes, a gente percebe que existe uma leve tendência de melhoria dentro da análise dos padrões de convergência que a Pós-Graduação em Economia da UFC (CAEN) faz. O professor Ataliba faz e mos-

tra que essa convergência se dará daqui a 70 anos e eu afirmei que, para mim, 70 anos para convergência não é convergência nenhuma porque realmente, raramente algum de nós estará presente a isso.

Dentro do que vem ocorrendo no País, e mais recentemente dentro das conquistas de estabilização, o pensamento de longo prazo começa a permear com mais aderência o tratamento tanto acadêmico como também das instituições e do planejamento do setor governamental. O que nós assistimos hoje pela manhã, aqui na mesa, onde estiveram presentes a professora Liana Carleial e o professor Antônio Henrique, é de que ainda nos ressentimos de um tratamento estratégico para o País. E isso é verdade! E como não existe um tratamento estratégico para o País, também para o Nordeste isso não vem ocorrendo.

Eu acredito que nós estamos passando por um processo recente de resolução de uma série de problemas que são responsáveis por uma estabilidade do País, por um processo inicial de melhoria de distribuição de renda, que é algo que já não se assistia no País, processo esse que tem uma repercussão importante no Nordeste porque nós nos defrontamos aqui com algo que também está presente na análise de Celso Furtado, que são os fatores impeditivos nacionais, historicamente impeditivos, da formação de um mercado interno. Então nós vimos que alguns elementos que ativaram essa formação de mercado interno tiveram uma pronta resposta em termos de elevação dos padrões de consumo que nós presenciamos com preponderância no Nordeste, que tem um padrão de reatividade mais forte que outras regiões, face às carências centenárias que assolam a região.

O Banco do Nordeste passa a atuar de uma forma mais decisiva como instituição financeira voltada para o desenvolvimento regional a partir do momento em que passa a contar com o Fundo Constitucional, que nós estamos hoje, neste ano, comemorando 20 anos da sua existência. O FNE é um *funding* com características de longo prazo; um *funding* voltado para aplicações com taxas de juros. Vinculado primeiro à Sudene, depois ao Ministério da Integração e agora vinculado novamente à Sudene, o Fundo Constitucional passa por um processo de planejamento anual das suas aplicações, onde são definidas as diretrizes, que são aprovadas primeiramente pelo Ministério da Integração e agora pelo Conselho Deliberativo da Sudene. Após essa aprovação, se parte para uma consulta a todos os Estados, dentro de um padrão democrático, onde todas essas entidades organizadas, Governo e as demais, são ouvidas para que haja a estruturação do planejamento dessas aplicações ano a ano.

Uma vez ultimada a estruturação e obedecidas as diretrizes gerais e setoriais, esse planejamento volta ao Conselho Deliberativo da Sudene para aprovação, e passa, então, a ser aplicado dentro dos limites que são estabelecidos e que buscam um padrão equânime de poder atender aos Estados dentro, é claro das suas forças eco-

nômicas e demanda de investimento. De certa forma, esse planejamento, eu diria, é mais de natureza heurística, de uma estruturação da forma como devem ser aplicados os recursos do que de uma imposição determinista do que é que deve ser. De qualquer forma, isso fica sob controle do Ministério da Integração, assim como os demais Fundos, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no sentido de que há um acompanhamento desses Fundos.

Quando nós assumimos o Banco do Nordeste em 2003, a economia passava por uma situação de ausência de crescimento econômico. As aplicações do Fundo Constitucional do Nordeste eram bastante rebaixadas, o banco acumulava saldos muito elevados, resultantes dessa falta de aplicação. Os diagnósticos que nós encontramos aqui no Banco do Nordeste mostravam que havia falta de demanda por investimentos na região.

Isso nos fez tomar uma série de atitudes. Percorremos todos os Estados em reuniões com classes dirigentes, classes trabalhadoras, reuniões com Secretarias de Planejamento dos Estados. Uma medida importante, que foi tomada nesta gestão, foi criar Superintendências Estaduais, uma vez que as superintendências existentes operavam simultaneamente em dois Estados. Fizemos campanhas publicitárias e, na retaguarda, um imenso esforço de estruturação de governança corporativa junto à instituição, porque era necessário, se pretendia aumentar o nível de aplicações, termos um resguardo na qualidade do crédito que seria concedido e controle do crédito.

O resultado, nós veremos aqui na minha exposição, do crescimento que acompanha ao longo desses anos e que na verdade coloca o Banco do Nordeste como dentro de um padrão enquanto um banco público de desenvolvimento. Eu sempre repito isso: na verdade, ele é a cara também do Estado na forma como está estruturado o Estado no Brasil. Nós somos aplicadores de uma política governamental, sobretudo, seguidores de uma política de recursos públicos voltados para as diretrizes de inclusão social, para as diretrizes de aumento da bancarização e, sobretudo, para as diretrizes de fazer com que haja uma expansão do crédito em relação ao PIB, que permanecia em níveis bastante rebaixados.

Nós acreditamos que o Nordeste vem passando por transformações importantes. Já todos os programas de incentivo, sobretudo a partir do Finor, encontraram ainda uma estrutura produtiva empresarial que, apesar, vamos dizer, do avanço da concepção do Finor, não estava preparada para o que viria a acontecer. Quando a gente olha ao longo deste tempo, indiscutivelmente, o que se percebe é que muita transformação ocorreu na região.

Aqueles padrões que costumam definir o Nordeste como campo do coronelismo, o campo daquelas relações patrimonialistas foi perdendo força e, gradati-

vamente, ao que a gente assiste é um avanço na maturidade empresarial, que vai começando e ganhando força e padrões mais modernos.

A gente atravessa esse período com transformações importantes, seja na estruturação demográfica da própria região, de uma região que foi tradicionalmente expulsora de população, em geral, atraída pelos focos de crescimento econômico, seja na Amazônia, seja durante a construção de Brasília ou através dos *booms* econômicos que ocorriam nos surtos de industrialização, e isto passa mais recentemente a ser revertido e ela passa a trazer de volta essa população de áreas mais desenvolvidas. Nós assistimos também, durante este tempo, em termos demográficos uma reversão demográfica com um estreitamento da pirâmide etária, através da diminuição da taxa de fertilidade das mulheres, no padrão de filhos, que, em geral, as mulheres, por exemplo, no Maranhão, em média, tinham nove filhos durante seu período de vida fértil. Hoje esses padrões estão próximos de 2 e muito próximos também das regiões mais desenvolvidas do País. Essas pressões demográficas e estas mudanças demográficas são também bastante importantes.

O que a gente assiste é a uma crescente integração da economia regional nordestina à economia brasileira, integração essa que se vem dando mais recentemente com a apropriação do cerrado, tanto para a economia do agronegócio como para a difusão de moderna tecnologia e dos padrões também desenvolvidos pela Embrapa adaptados à região, que nos colocam hoje muito diferentemente do que alguns afirmam, que nós voltamos aqui a um padrão primário exportador.

Na verdade, hoje, o nosso agronegócio é exportador de tecnologia, de elevada produtividade. Esse avanço do cerrado juntamente com a reestruturação de infraestrutura, com essa movimentação a que a gente assiste, hoje, também em termos de energias alternativas na região, agora, os investimentos voltados para economia de transporte, notadamente a estruturação ferroviária, todo o conjunto de obras preconizadas pelo PAC e que se situam algo em torno de uma distribuição espacial regional da ordem de 30% do PAC, colocam na ordem do dia alguma coisa que vem acontecendo de novo na região, que não sabemos ainda; reflete ainda padrões difíceis de atingimento de melhorias, sobretudo nos padrões educacionais, do elevado índice de analfabetismo, pelo número de anos de educação em que a população nordestina ainda se situa num padrão das regiões mais baixas do país. Isso aqui ainda é um elemento importante que devemos preconizar aqui mudanças maiores.

De qualquer forma, eu gostaria de apresentar para os senhores, alguns elementos em que se baseia a ação do Banco do Nordeste como uma instituição voltada para o desenvolvimento regional através do financiamento, que é uma das facetas pela qual se chega ao desenvolvimento. Nós nos ressentimos ainda do fato de termos uma debilidade na estruturação de nossas cadeias produtivas e isso se reflete ainda

em termos de uma fuga de renda muito grande, tanto é que, quando se afirma que o resultante do PAC, dos investimentos do PAC, ainda estará concentrado fora da região, isto é verdade.

Mas existem outros elementos a que eu gostaria de chamar atenção quando se discute a questão regional, que é a nossa debilidade em termos de estruturas financeiras, o que faz com que também dentro dos fluxos financeiros haja uma perda de substância econômica muito forte. Quer dizer, o que nós temos é sempre uma canalização dos fluxos financeiros em face da debilidade dessa estruturação regional. Quer dizer, não apenas uma perda econômica dentro das cadeias produtivas, mas uma perda financeira também dentro das cadeias do sistema financeiro. Basta dizer que, se o país atravessou um crescimento importante, em termos da presença do crédito em relação ao PIB, que evoluiu de 22% para 42%, 43%, que ainda é baixo, no Nordeste, nós temos, pelos cálculos recentes do Etene, a presença do crédito em relação ao PIB regional, que é da ordem de 19% a 20%.

Então, eu gostaria de mostrar aos senhores alguns dados do Banco, da evolução do Banco do Nordeste, chamando atenção para este fato importante que se reflete numa debilidade da estruturação financeira presente na região. Temos que 62% da região Nordeste está envolta no semiárido nordestino. O Banco do Nordeste conta com 182 agências, está presente em 11 Estados, e nós temos hoje quase 6.000 funcionários. Nós temos ativos de R\$ 38 bilhões, sendo que R\$ 15 bilhões são ativos do próprio Banco, e R\$ 27 bilhões são ativos vinculados ao Fundo Constitucional. O nosso patrimônio líquido é de R\$ 1,9 bilhão.

Tabela 36 – Banco do Nordeste: Números Globais – Posição: Junho/2009

	Valores em R\$ milhões
Ativos Administrados:	38.730
- Banco	16.003
- FNE	27.648
- Ajustes de Consolidação ¹	(4.921)
Patrimônio Líquido do BNB	1.909
Operações de Crédito ²	30.675
- Banco	7.271
- FNE:	23.404

Fonte: BNB.

(1) Disponibilidades do FNE; Títulos do Proagro e Provisões para Passivos Contingentes.

(2) Saldo Contábil Publicado, Líquido de Provisões e de Rendas a Apropriar.

O nosso lucro foi, no ano passado, de R\$ 421 milhões, significando 24% do nosso patrimônio líquido médio, e nós temos um estoque de operações de crédito de quase R\$ 30 bilhões, sendo que operações do Fundo Constitucional, R\$ 23 bilhões. Quanto ao estoque de aplicação de crédito, temos, no longo prazo, R\$ 28,8 bilhões e, no curto prazo, R\$ 3,9 bilhões de saldo.

Tabela 37 – Banco do Nordeste: Aplicações de Créditos¹: Posição: junho/2009

	Valores em R\$ milhões
Crédito de Longo Prazo	28.841,2
- Industrial	5.473,6
- Infraestrutura	4.212,1
- Rural	15.880,3
- Comercial/Serviços	2.716,5
- Financiamentos à Exportação	558,7
Crédito de Curto Prazo	3.884,5
- Comercial	3.522,5
- Câmbio	362,0

Fonte: BNB.

(1) Operações de Crédito e Outros Créditos com Características de Operações de Crédito

Quanto à inadimplência das operações do Fundo Constitucional (FNE), temos que, em 2002, a taxa era de 45%, 46%, (os grandes empreendimentos chegaram a apresentar uma inadimplência de 80% nessa época). A taxa de inadimplência do Fundo Constitucional hoje é de apenas 4%. Nos últimos dois anos, houve aumento da inadimplência de algumas parcelas do Pronaf e isso está sendo tratado para que possamos ter um desempenho melhor.

Em relação às outras fontes com as quais o Banco trabalha, a inadimplência gira em torno de 3,3% e a média de todos os recursos do Fundo Constitucional e do próprio Banco se reduz a 3,8%, que é extremamente compatível com as taxas de inadimplência de todo o Sistema Financeiro Nacional. A saúde das nossas carteiras mostra uma trajetória, uma evolução positiva; quando se determina esse percentual, isso se situa em níveis de risco que vão da classificação de AA até C. Então, a gente parte de 67% e chegamos até 87%, e esta trajetória é crescente.

Um problema bastante grave com que se defronta atualmente o Banco do Nordeste é o índice de Basileia, que mostra que nós nos aproximamos perigosamente do índice permitido de 11%. O que é que significa isso? É que com o crescimento das operações, realmente é necessário um esforço grande para capitalizar o banco. Para os senhores terem uma ideia, há um esforço muito grande nesse sentido. Já temos um processo que agora se encontra no Banco Central, onde o banco está tomando empréstimo, do Fundo Constitucional, da ordem de R\$ 600 milhões para usar como capital de nível 2, para que possa ter uma capacidade de alavancagem e voltar a operar. Há uma necessidade realmente premente de se pensar em capitalizar o banco, fato que a gente vem já mostrando ao Governo Federal. O banco se encontra numa fase de crescimento que necessita prementemente de capitalização.

As nossas operações de crédito mostram 64,8% do crédito de longo prazo da região, dado no final do ano passado, e 5,0% do financiamento de curto prazo

da região. Nós somos hoje, em termos do estoque de crédito de financiamentos, a maior instituição bancária do Nordeste dentro da concepção dessa variável. Não é um fato com que a gente possa se regozijar. Isso aqui é uma demonstração cabal da ausência do sistema financeiro na região Nordeste. Este é um problema grave e que está ratificado também no fato de que o crédito, em relação ao PIB, é praticamente a metade do do País, o que se coaduna com outros indicadores de desenvolvimento.

Apesar disso tudo, o Banco do Nordeste tem um saldo de R\$ 15,8 bilhões no financiamento rural, o que nos coloca, depois do Banco do Brasil, a segunda instituição em nível nacional em termos de crédito rural. Depois do Banco do Nordeste, as posições são ocupadas pelo Banco Bradesco, com R\$10,8 bilhões e Santander, com R\$ 5,5 bilhões, sendo que nós operamos com crédito rural apenas no Nordeste, onde 62% da região está envolta no semiárido.

No ano passado, nós fechamos em cerca de 1.700.000 operações contratadas no curto e longo prazo. Este ano, nós deveremos ultrapassar 2.000.000 de operações. Esse é apenas o acréscimo anual de operações. Significa operações que têm um referencial de longo prazo, um estoque de operações em ser extremamente elevado e que mostra a carga administrativa que o Banco vem recebendo nos últimos tempos em termos da administração de todo esse volume de operações.

Esse crescimento do volume de operações, eu gostaria que todos entendessem, tem um reflexo em toda a estrutura do Banco de enorme complexidade em termos do envolvimento da necessidade de investimentos vigorosos em tecnologia de informação, em mudança de cultura funcional, com que a gente se defronta; quer dizer, muitas vezes os resultados são mostrados para fora, mas realmente esforço funcional existe internamente, é de uma magnitude muito elevada.

Em termos de valores, em seguida, vocês percebam que nós evoluímos de contratações de R\$ 1,4 bilhão para R\$13,2 bilhões do ano passado; nós fechamos o primeiro semestre em R\$ 8,3 bilhões, e deveremos atingir algo em torno de 18 a 20 bilhões de aplicações no ano, nesse ano corrente de 2009, isso dentro de um quadro onde se fala de crise.

Na verdade, a gente precisa entender melhor o que se está passando no Nordeste, dentro deste quadro geral de crise. Nós tivemos um conjunto de empresas que sofreram com a crise em termos de maior exposição cambial, algumas empresas que estavam aqui, no Nordeste, num volume muito menor do que na região Sudeste, na região Sul. Nós temos ainda certa debilidade para as nossas cadeias produtivas, a forma como a crise se espalha, ela é arrefecida. Nós temos uma menor participação também no mercado, ou seja, eu estou aqui referendando também o que colocou a professora Liana Carleial, dizendo: “olha! Não dá para a gente se vangloriar, dizendo que crescemos na crise”.

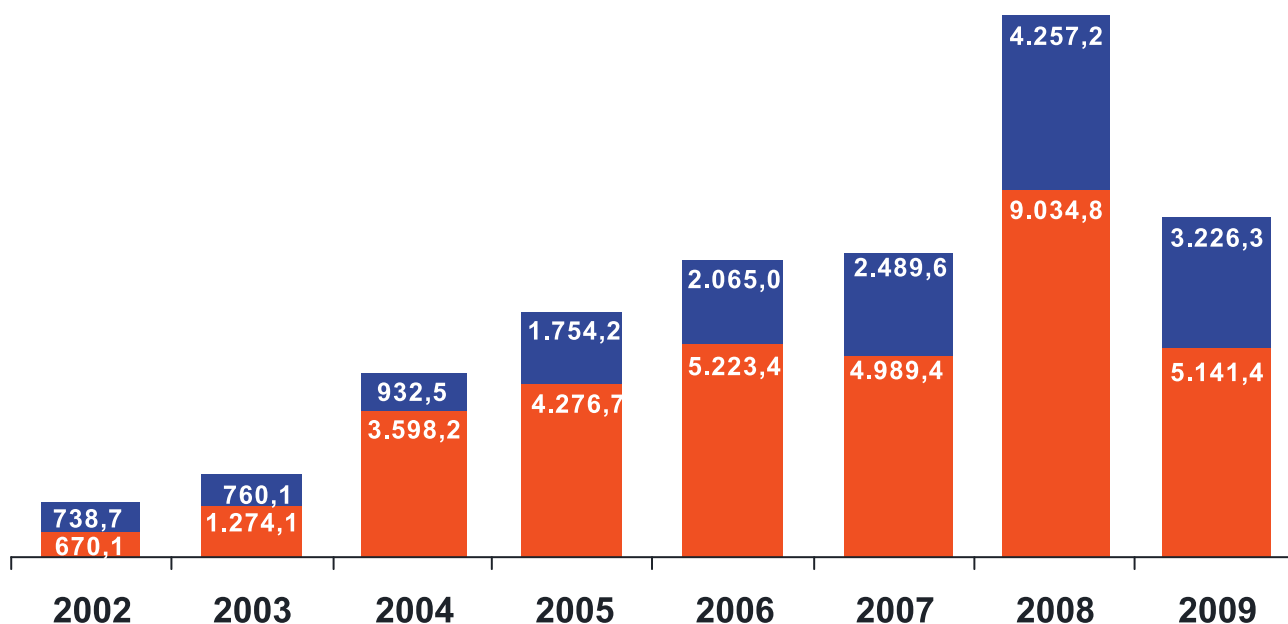


Gráfico 25 – Banco do Nordeste – Operações Totais (Curto e Longo Prazos¹): Valores Contratados – Em R\$ Milhões

Fonte: BNB.

(1) Longo Prazo: Financiamentos Rurais; Industriais, Agroindustriais; Infraestrutura e Comércio/Serviços.

Curto Prazo: Empréstimos de Microcrédito (Crediamigo); Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e capital de Giro, Desconto, Câmbio e Conta Garantida.

Em primeiro lugar, porque a debilidade da estruturação econômica nordestina ensejou esse aspecto, mas existem outros aspectos que talvez expliquem melhor o quadro do Banco do Nordeste, que conta hoje, praticamente, na sua previsão de aplicação de longo prazo, com volume de recursos da ordem de R\$ 16 bilhões dentro de casa. O que se infere é que muitas vezes o empresariado perante a crise percebe que pode pular a crise porque os financiamentos têm um prazo de carência de, mais ou menos, em média de 2, 3 anos. Eles pulam a crise e não perdem a oportunidade de deixar de investir. E é isso que nós temos assistido porque o padrão de desistência de planos de aplicação de investimentos em face da crise foi extremamente baixo.

Estão aqui os nossos superintendentes estaduais comprovando isso, porque operam nessa frente de trabalho de contato direto com todo o nosso meio empresarial, de forma que nós estamos hoje perante esta situação, as previsões iniciais de aplicação do Fundo Constitucional. Quando nós fizemos o nosso planejamento de 2009, estavam situadas na ordem de R\$7,5 bilhões.

Nós tivemos que, em face do quadro de demanda extremamente elevado que está dentro do Banco, mudamos a forma operacional em relação ao Fundo Constitucional, rebaixando o padrão de reserva que se fazia para os financiamentos concedidos, de forma que nós vamos elevar a disponibilidade do Fundo Constitucional

para chegarmos a atingir R\$ 9 bilhões ou R\$ 10 bilhões dentro de certo padrão de podermos atender aos desembolsos correntes e, ainda assim, estamos ainda a descoberto de R\$ 4 a R\$ 6 bilhões até o final do ano.

O BNDES deverá repassar ao Banco do Nordeste mais R\$ 4 bilhões, de forma que não haverá solução de interrupção de concessão de aprovação de cartas-consulta e concessão dos financiamentos. Quer dizer, esta é uma situação bastante diferenciada daquela com a qual nós assumimos o Banco do Nordeste, onde as aplicações foram apenas de R\$ 254 milhões, e nós temos uma previsão de chegarmos a alguma coisa em torno de R\$ 9 bilhões a R\$ 10 bilhões.

E eu gostaria que os senhores entendessem que o Banco do Nordeste se encontra semiparalisado, que nós estamos fazendo apenas operações do Pronaf e tudo mais, pelo fato de não termos Basileia para expandir as nossas operações. Isso está contingenciado e só começará a operar daqui a dez ou quinze dias, quando for liberado, pelo Banco Central, esse empréstimo do capital de nível 2, com os recursos do Fundo Constitucional, os quais o Banco passará a aplicar com risco integral.

Nós temos um total de 1989 municípios na nossa área de atuação; temos uma cobertura de operações que se aproxima de 90% de todos os municípios do Nordeste, norte de Minas e norte do Espírito Santo. Desde a sua criação, em valores corrigidos, as aplicações globais do Fundo Constitucional perfazem alguma coisa em torno de R\$ 53 bilhões, e a média por operação passou de R\$ 58 para R\$ 14 mil por operação. Esse declínio ocorre fundamentalmente com a integração do Pronaf dentro das operações do Fundo Constitucional.

Nós temos aqui um quadro evolutivo das nossas aplicações do Pronaf. Vocês percebem que nós atingimos, em 2006, perto de R\$ 1,5 bilhão de aplicações e que, depois, há um quadro declinante; isso decorre de problemas enfrentados no Pronaf com um crescimento vigoroso da inadimplência, notadamente no Pronaf II, e dificuldades muito grandes com o Incra em relação às aplicações do Pronaf A, os quais independem da nossa vontade. Esse é um problema que o Ministério de Desenvolvimento Agrário está fazendo o possível no sentido de que a gente possa expandir as aplicações do Pronaf A.

Em relação ao Pronaf B, há uma mudança radical porque o Pronaf B vem com uma taxa de inadimplência elevada; mas ele foi substituído metodologicamente por um processo de microcrédito na área rural, que a gente chama de Agroamigo, onde essa inadimplência teve um rebaixamento muito grande porque ela é acompanhada de assistência técnica aos pequenos produtores.

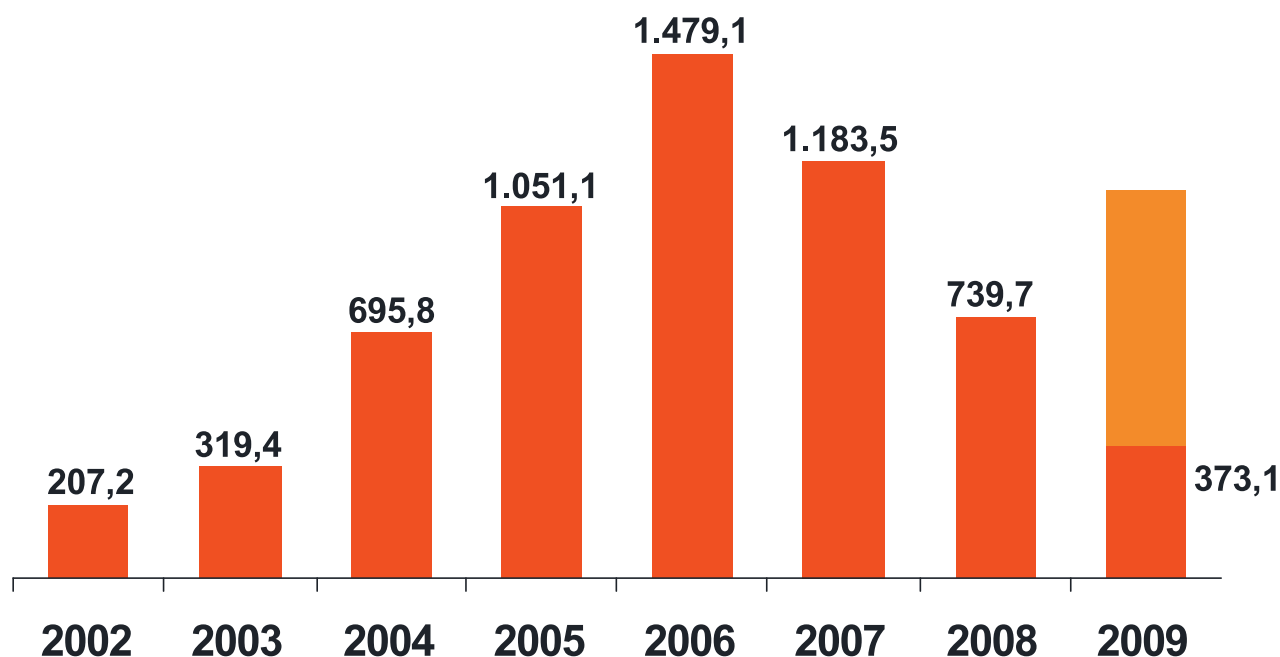


Gráfico 26 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar¹ (Pronaf): Valores Contratados: Em R\$ Milhões

Fonte: BNB.

(1) Inclui o Agroamigo

Aqui, um quadro da nossa participação do Pronaf em nível nacional e regional. Nós temos nas duas curvas: a de cima, a nossa participação regional. O Banco do Nordeste é responsável por 70% das operações e 59% do valor aplicado; o restante é feito no Banco do Brasil praticamente. Em nível nacional, nós temos então uma participação de 37% em quantidade de operações e 13% em valor.

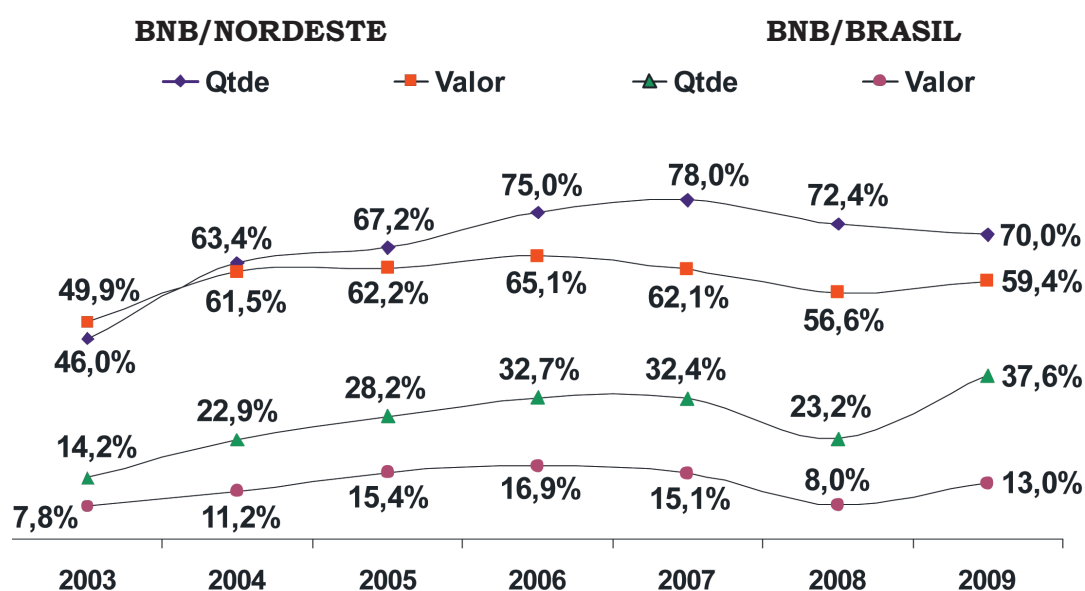


Gráfico 27 – Participação do BNB-Pronaf no Brasil e Nordeste

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e BNB.

O Gráfico 28 a seguir mostra a evolução do microcrédito no Crediamigo. Nós hoje temos praticamente 450.000 clientes, significando 16% da demanda em termos

de mercado elegível, e que pretendemos aplicar ou até ultrapassar R\$ 1,350 bilhão em 2009, uma evolução que é bastante consistente. Nós estamos fazendo, no microcrédito, cerca de 4.600 operações por dia e nós temos um perfil de inadimplência bastante rebaixado, que sofreu certa elevação mais recentemente, elevação essa que decorre não apenas em questão da crise, mas, sobretudo, por problemas climáticos que assolaram a região e que tiveram influência no nosso microcrédito.

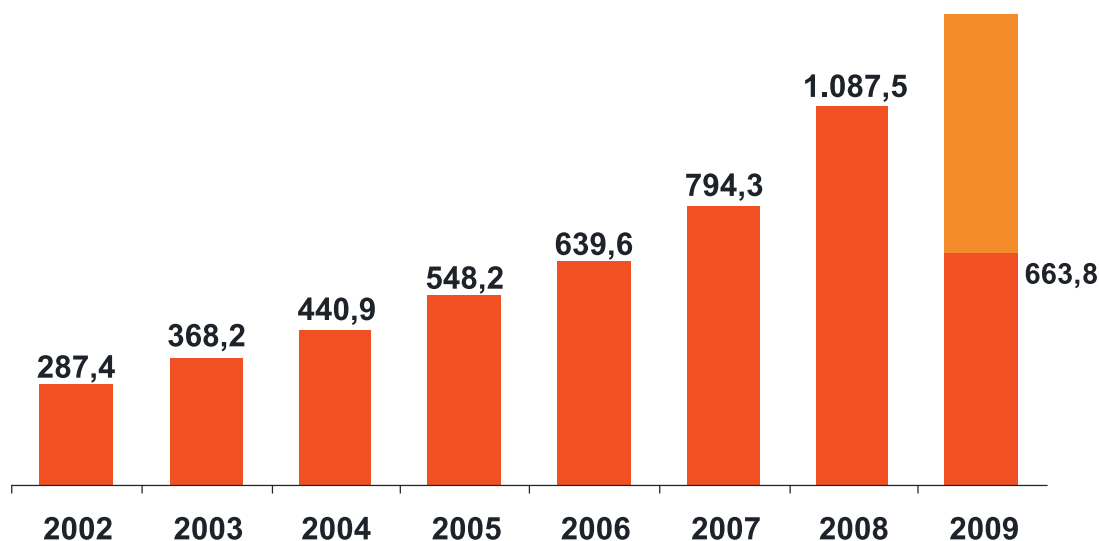


Gráfico 28 – Crediamigo (Programa de Microcrédito Produtivo Orientado) Valores Contratados (R\$ milhões): Mercado Elegível: 2.818.694: % Clientes Ativos: 16,43%

Fonte: BNB.

As contratações nas micro e pequenas empresas vêm passando por uma transformação muito grande no Banco em termos metodológicos. É um mercado em franca expansão de atendimento, e que deveremos chegar a R\$ 1,5 bilhão em valores de financiamento este ano.

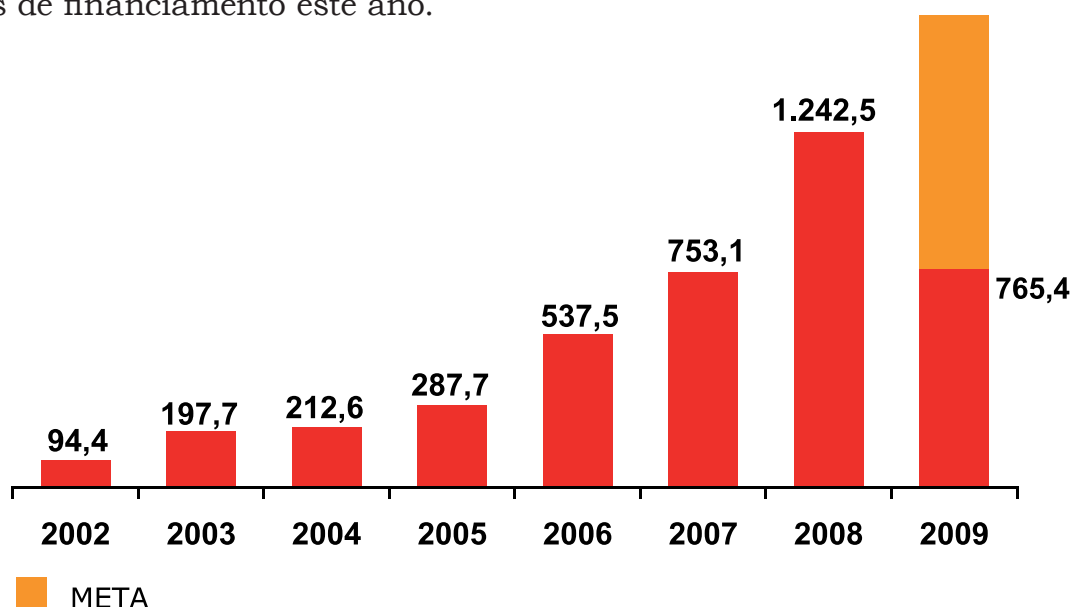


Gráfico 29 – Micro e Pequena Empresa – MPE – Valores Contratados (em R\$ Milhões)

Fonte: BNB.

MPE: RECEITA OPERACIONAL BRUTA ANUAL ATÉ R\$ 2.400 MIL.

O Gráfico 30 a seguir mostra o quadro de recuperação de crédito do Banco. Há um esforço muito grande na recuperação de crédito; são mais de R\$ 5 bilhões recuperados ao longo do tempo, e é dinheiro público que volta ao quadro das aplicações reiteradas.

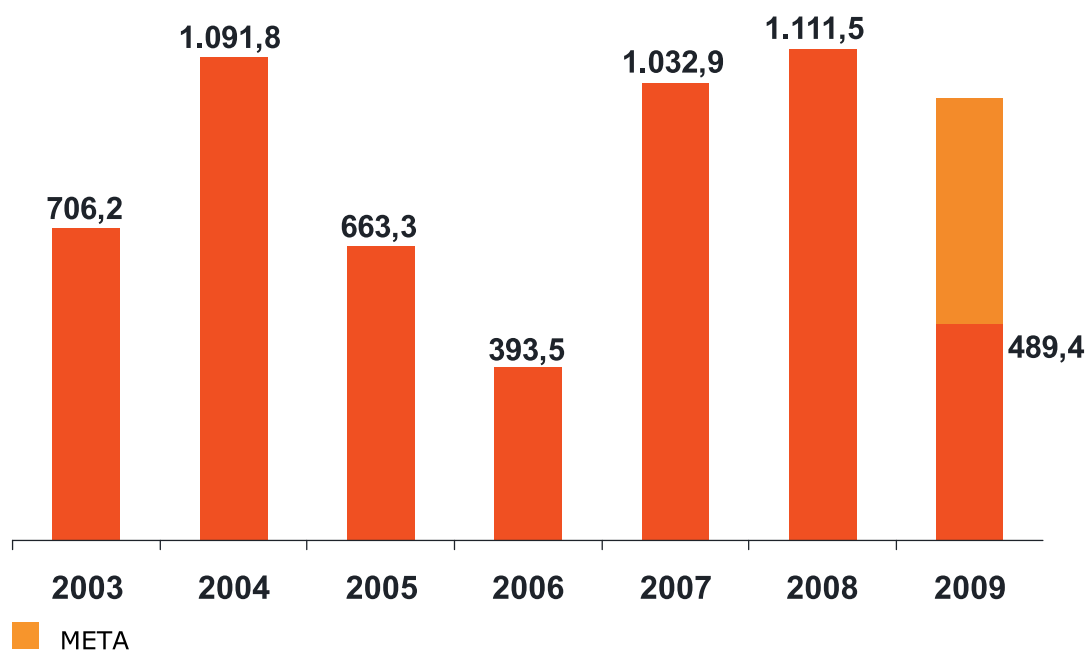


Gráfico 30 – Recuperação de Crédito – Valores Recuperados (Em R\$ Milhões)

Fonte: BNB.

Aqui, também, é o quadro evolutivo das nossas operações comerciais, que vêm demonstrando um crescimento importante, e que também devolvem um padrão de lucratividade para o Banco, que é um elemento importante, à medida que o Banco precisa se capitalizar.

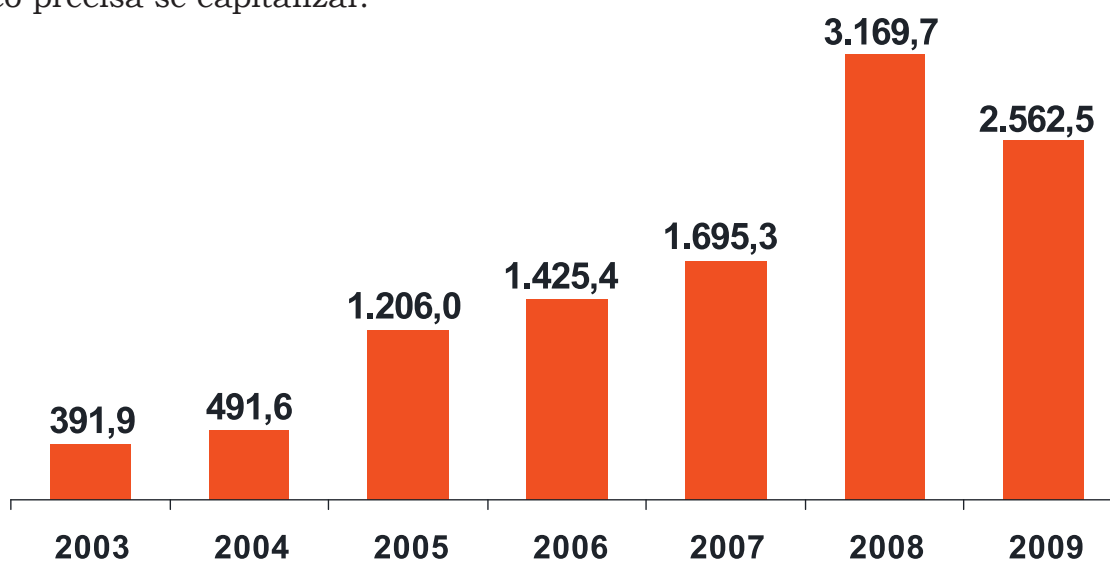


Gráfico 31 – Crédito Comercial(1) e Câmbio Valores Contratados (R\$ Milhões)

Fonte: BNB.

(1) CDC, Capital de Giro, Desconto de Títulos, Conta Garantida.

A seguir, alguns elementos que decorrem da atuação do Etene. O Etene é o gestor de três Fundos: o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e o Fundo de Apoio às Atividades Sócioeconômicas do Nordeste (Fase). Cada um com uma cor diferente que mostra também o quadro evolutivo do apoio aos projetos de pesquisa e atividades que perfizeram 453 projetos no ano passado. O gráfico aqui mostra o quadro evolutivo em valor. O ano passado, foram R\$ 20 milhões aplicados nesses Fundos, inclusive este Fórum, ele está dentro do quadro de aplicações do Etene, que opera esses fundos, e dentro do que foi aprovado para o ano 2009, o valor do global, ele pula de valor de R\$ 20 milhões para R\$ 30 milhões.

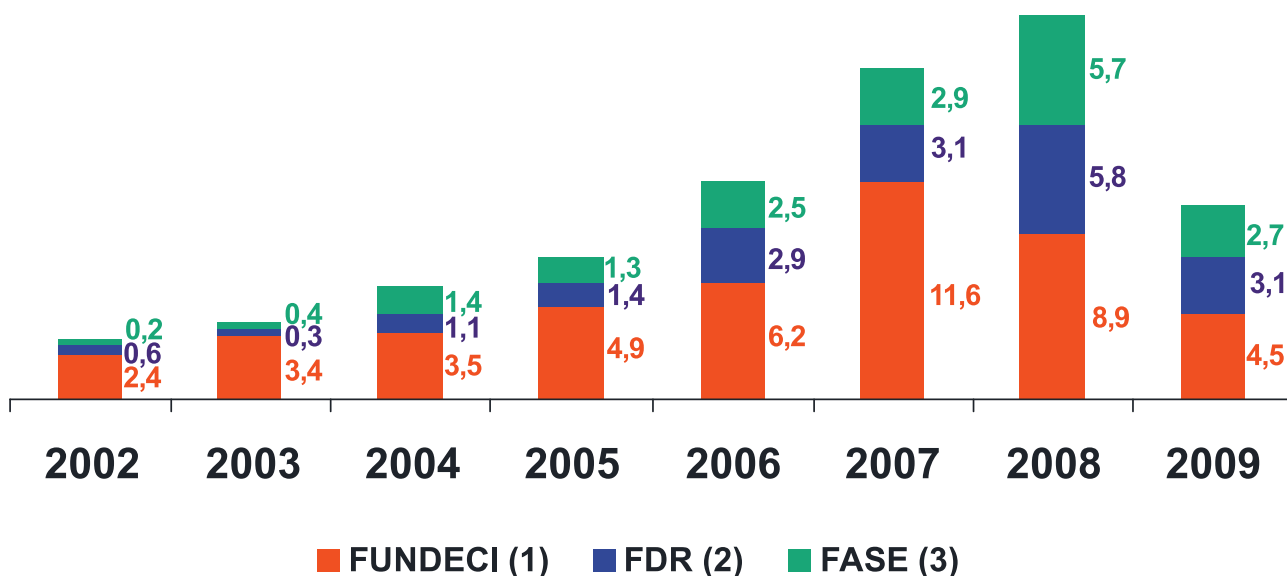


Gráfico 32 – Apoio à Pesquisa Valores – (R\$ milhões)

Fonte: BNB.

(1) Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Fundeci

(2) Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR

(3) Fundo de Apoio às Atividade Socioeconômicas do Nordeste – Fase

O Banco do Nordeste, por trás desses números, tem operado transformações importantes dentro da forma da concessão de crédito. Eu gostaria só de dizer aos senhores que a gente vem alinhavando novas práticas, quer dizer, existe muita coisa ainda em ebulição dentro do banco, onde eu gostaria de destacar que nós temos desenvolvido muitas práticas voltadas para o desenvolvimento territorial e aproximando a concessão de crédito, fazendo acontecer todos esses processos de desenvolvimento territorial, acoplando isso à geração de crédito, inclusive em cima dos territórios da cidadania, em cima de certas áreas determinadas como importantes em atuação, como a área do Xingó, como as bordas do rio São Francisco etc.

O banco vem desenvolvendo uma área importante porque a gente vislumbra isso num futuro próximo como algo que deverá dar um enfoque muito importante nos padrões de financiamento, relativamente às PPPs. Nós somos participantes da primeira PPP que foi fechada no Nordeste e que ocorreu em Pernambuco; estamos

em via de fechar uma segunda em Pernambuco; estamos estruturando PPPs em alguns Estados do Nordeste, operando de uma forma para que, juntamente com o Ministério do Planejamento, possam ser desenvolvidos os projetos e um quadro de formação técnica nos Estados, para que se possam vencer ainda as dificuldades que se encontram na formação de parcerias público-privadas.

Encontra-se dentro do Banco um projeto inovador da criação de participarmos de uma empresa de projetos para o Nordeste; isso em parceria com outras instituições, uma empresa que desenvolveria projetos, porque o que a gente entende é que é necessário desenvolver e estruturar projetos, nos afastando um pouco de operarmos como um balcão apenas de atendimento das demandas empresariais, mas que se possa estruturar projetos dotados de complementaridade e com coparticipações, inclusive vinculados também às PPPs.

Nós estamos iniciando trabalhos na participação juntamente com a Caixa Econômica Federal, um projeto de infraestrutura rural vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estamos desenvolvendo um projeto muito promissor, também relativamente a financiamento, voltado para o patrimônio histórico e temos desenvolvido um projeto interessante que estava na escala-piloto, que são pontos de cultura e negócio.

Os pontos de cultura e negócio significam a proliferação de uma série de unidades que são desenvolvidas em parceria com a sociedade local, de forma que, nestas áreas, nós teremos um ponto de um correspondente bancário para a realização de atendimento a micro e pequenas empresas, e microcrédito juntamente com cultura. Ou seja, o Banco, ao substituir seus computadores, tem uma massa grande de computadores que podem ser realocados nestas áreas, doação de bibliotecas e pontos de encontro de forma que se gerem, naqueles municípios de menor porte, um foco de interesse para a juventude.

Nós acabamos de instalar o primeiro ponto deste piloto na cidade de Pedro II, no Piauí, juntamente com a Maçonaria e uma Organização Não Governamental (ONG). A maçonaria disponibilizou um espaço, a ONG, que trata de uma série de questões vinculadas à introdução à computação e que recebeu os computadores. Nós fizemos também uma doação do princípio de uma biblioteca.

O que nós achamos interessante nesse negócio é que, por exemplo, nós instalamos este ponto de negócio e cultura com um custo de aproximadamente R\$ 20.000. É um custo baixo, é uma coisa que é incorporada pela sociedade, não é do Banco, é da sociedade local, e que nós vemos a possibilidade de ter isto numa presença de um largo espectro, sem contar também com a expansão de centros culturais, notadamente para as áreas onde não existe dotação de centro cultural, em face do enorme sucesso que a gente vem assistindo nos Centros Culturais de Juazeiro e em Souza

na Paraíba, onde são empreendimentos que têm uma importância muito grande para estas áreas que não tinham este tipo de dotação; só que agora está voltado para um padrão de alta sustentabilidade, tanto do investimento como do operacional destes centros culturais, de forma que nós conseguimos trabalhar nesse sentido para um centro cultural de Teresina e outro centro cultural de Vitória da Conquista.

Ou seja, são centros culturais que, a partir dos acordos com Estado e Municípios, se tornam autossustentáveis e nós definimos o padrão de operação, eventos que ocorrerão nestes centros culturais. Nós estamos avançando em todos esses fatores porque entendemos a cultura como elemento forte de impregnação de desenvolvimento, de amor próprio da população e tudo mais. Acho que esta é uma tarefa que tem caracterizado o Banco do Nordeste e que nós assinalamos como sendo importante dentro do nosso campo de atuação.

Eu devo estar esquecendo alguns aspectos no nosso campo de atuação, porque tem muita coisa no ar, porque somos receptivos, e dentro de um padrão sempre de termos um nível de contato com a realidade e com os anseios da população, dos governos, das camadas organizadas da sociedade, que nos situam como uma instituição que é reconhecida dentro do padrão de requerimento de desenvolvimento regional.

São essas as palavras que eu gostaria de trazer para os senhores, assim como o relato daquilo que o Banco do Nordeste vem fazendo. Já afirmei que, por trás disso, existe um enorme esforço de avaliação das nossas atuações no campo. Nós entendemos que a avaliação é um importante guia para que a gente possa ter certeza de que se está no caminho certo; corrigir certos desvios daquilo que vem por aí. Agora, de qualquer forma, nós entendemos que é necessário fazer com que a tendência desse padrão de convergência de 70 anos sofra realmente uma inclinação mais acentuada para que a gente possa assistir a uma aproximação dos padrões de desenvolvimento regional do Nordeste para a convergência para a média brasileira em menor tempo. Então, para isso, é preciso que haja mais atenção e um pensamento, uma estruturação de uma formação de longo prazo mais estratégica que redunde em políticas mais avançadas e com maior parte de recursos.

Eu entendo, por exemplo, que o atraso na capitalização do Banco do Nordeste é um atraso para o desenvolvimento do Nordeste, mas eu não estou culpando esse como fator predominante; mas é a soma de uma série de fatores que ainda significam certa incompreensão em nível nacional dos requisitos e das potencialidades do Nordeste. Muitas vezes, deixamos de ser contemplados, não aqui com a política do pires na mão e tudo mais, mas dentro da capacidade que se tem.

Se o Banco do Nordeste tem uma capacidade de atração, de atendimento e de investimentos de vigor superior, na região, ao BNDES, é preciso que se deem os instrumentos, é preciso que se reconheça que esses instrumentos têm que ser disponi-

bilizados para que, realmente, seja uma contribuição a mais para a diminuição da diferenciação e da disparidade regional que ainda nos contempla. Então são essas as palavras que gostaria de deixar aqui, claro, dentro daquilo que tem norteado o trabalho conjunto de todos aqueles que fazem o Banco do Nordeste e seus parceiros e todo um trabalho de integração que nós temos. Muito obrigado!

MESTRE DE CERIMÔNIA

Registro, neste auditório, as presenças do excelentíssimo senhor deputado federal Mauro Benevides, ex-presidente do Banco do Nordeste do Brasil; do senhor secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Fortaleza, José de Freitas Uchôa, neste ato; representando sua excelência a senhora prefeita professora Luiziane de Oliveira Lins; o magnífico reitor da Universidade Estadual do Ceará (UECE), professor Francisco de Assis Moura Araripe; o senhor presidente do Iepro e ex-presidente do Banco do Nordeste, João Alves de Melo; do advogado Raimundo Bezerra Falcão, ex-funcionário que foi superintendente Jurídico do Banco do Nordeste. Honram-nos também com a sua presença o senhor Crezus Ralph Santos, chefe do Gabinete da Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão, neste ato; representando o secretário Washington Luiz Campos Rio Branco.

Senhoras e senhores, ouviremos agora a palavra do excelentíssimo senhor, ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito.

MINISTRO PEDRO BRITO

Muito boa tarde a todos! Meu caro presidente Roberto Smith, meu caro deputado federal Mauro Benevides, que também foi presidente do Banco do Nordeste, inclusive na época em que eu trabalhei aqui com muita honra; reitor Francisco Araripe, da Universidade Estadual do Ceará, meu caro secretário José de Freitas, representando a prefeita Luiziane Lins, diretores do BNB, João Mello, que também foi presidente do Banco; funcionários e colegas do Banco do Nordeste, doutor Paulo Holanda, diretor da Companhia Docas do Ceará, prezados participantes do seminário:

Para mim, é um motivo de muita honra e de muito orgulho estar hoje aqui. Esse Fórum de Desenvolvimento que o BNB patrocina já se tornou marca registrada do banco nos últimos tempos e eu tenho certeza, presidente Roberto Smith, que nós temos conclusões sempre muito importantes e que, certamente, ajudam a comemorar números tão impressionantes como esses que o senhor acabou de nos mostrar. São números que orgulham todos os funcionários do banco, que orgulham o Governo Federal, e eu me lembro que, na sua posse aqui no Banco do Nordeste, nessa época, eu estava no Ministério da Integração Nacional; o ministro Ciro Gomes, que também tinha acabado de assumir o Ministério da Integração, me convidou para trabalhar com ele lá e nós comentávamos como sair praticamente de uma paralisia

do Banco, porque, em 2002, o senhor mostrou ali os saldos de aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); eram de R\$ 250 milhões, algo absolutamente incompatível com o papel de um banco de desenvolvimento da região. E com muita alegria, no ano seguinte, nós vimos a sua administração multiplicar por quatro esse valor. E isso foi, logo de partida, um dado de grande relevância para o Governo do Presidente Lula. E agora, nós estamos falando de R\$ 10 bilhões. Então, de fato, eu acho que nós temos algo de concreto e de importante a comemorar e isso, por si só, já mostra um redirecionamento completo do Banco do Nordeste no Governo do Presidente Lula, e sob a sua administração competente, o Banco, que tem uma equipe de funcionários da mais alta qualidade. Eu sei disso porque fui desta Casa e me considero ainda dela, porque quem entra aqui nunca sai, e isso realmente nos orgulha.

Então eu queria de início parabenizá-lo, parabenizar toda a diretoria do banco, parabenizar todos os funcionários, porque os números são de comemorar bastante. E mesmo quando se sai da análise da carteira de ativos, nós encontramos dados também impressionantes, como a própria rentabilidade do banco de 24%. Uma rentabilidade realmente muito importante. É preocupante, como o senhor mostrou, a questão de o Banco ter chegado ao máximo do que ele poderia chegar, em termos de utilização da sua capacidade de alavancagem, chegando aos 11% do Índice de Basileia, mas eu tenho certeza de que o presidente Lula está sensível a isso e que nós vamos também comemorar aqui, brevemente, a capitalização do banco para que o banco possa continuar crescendo, e eu não tenho nenhuma dúvida de que o Brasil precisa e o Nordeste muito mais ainda de ampliação da sua base de crédito.

Naturalmente, nós não podemos nos comparar com a China por uma questão de escala que nos distancia muito, mas, só para dar um dado, para se ver, em termos de comparação, a China, na sua política de combate à crise com forte investimento na infraestrutura, com forte decisão de gasto público em infraestrutura, somente agora em junho, injetou de crédito no país US\$ 220 bilhões. Ao longo do ano até junho, foi mais de US\$ 1 trilhão que o sistema financeiro chinês aplicou na economia. Não é à-toa que a China está comemorando, dentro de uma economia mundial em recessão, um crescimento anualizado de quase 8%. Nós não sabemos se essa política com a ênfase no gasto público, com a ênfase no crédito bastante forte, dá condições para que a China possa ter um crescimento sustentável. Acho que certamente não, mas não há nenhuma dúvida de que essa posição estratégica do Governo chinês, que o Brasil inclusive tem adotado também com bastante eficiência, coloca a China numa posição de vanguarda na retomada do crescimento econômico mundial.

Naturalmente que não só a economia chinesa, mas assim como a brasileira, os países emergentes de uma maneira geral não podem prescindir de uma recuperação

da economia dos Estados Unidos, ou da Europa, que são as grandes economias mundiais e que, de fato, puxam o mundo. Mas esta posição que o Governo brasileiro tem adotado, com medidas realmente anticrise, com pressão para que o sistema financeiro brasileiro também atue mais fortemente na área de crédito, e aí, a sua posição de reclamar com urgência. A recapitalização do Banco é absolutamente correta e conte com a minha ajuda modesta; no que for possível, estarei presente para que nós possamos dar ao Banco esta recapitalização o mais urgente possível.

Nós temos tido sucesso na retomada do crescimento brasileiro. As expectativas mais modestas para o próximo ano indicam crescimento de 4% do PIB em 2010. Nós temos que comemorar algo absolutamente inédito na economia brasileira que é estarmos hoje com uma taxa real de juro na casa de 4,5% a 4,7%, algo que era inimaginável há dez anos, ou mesmo há 5 anos. Esse é um fato realmente transformador para a economia brasileira e para a área de crédito, essa taxa real de juros da ordem de 4,5% a 4,7% com tendência de queda. As nossas reservas estão hoje na casa de US\$ 210 bilhões; é um fato também que dá bastante segurança ao país do ponto de vista dessa retomada do crescimento. De novo comparando com a China, eles têm US\$ 2 trilhões, mas a escala é muito diferente. A nossa relação dívida-pública/PIB é outro ganho importante que o país conquistou nos últimos anos e que estamos na casa de 36%, enquanto, há poucos anos, superávamos os 50%, chegando quase a 52%, 53%. Então, eu acho que o Brasil está, de fato, muito objetivamente com uma perspectiva de retomada do crescimento destacada em relação ao resto do mundo. E o Banco do Nordeste tem que estar inserido neste contexto na nossa região.

Eu comecei a trabalhar no Banco do Nordeste há alguns anos, como se sabe; os meus colegas aqui sabem disso, e comecei no Etene, comecei exatamente no Etene e, naquela época, o papel do Banco do Nordeste, em termos de desenvolvimento regional, era basicamente o mesmo de hoje. Os nossos problemas mudaram um pouco, mas eu chego hoje com a impressão claramente consolidada de que o Banco tem que avançar muito ainda para que aqueles objetivos de 40 anos atrás, quando eu entrei no Etene, possam ser alcançados.

É com orgulho que eu assisto a esta apresentação que o senhor fez, mostrando os dados do banco, mas também eu tenho a certeza de que o nosso caminho pela frente é muito maior do que os 57 anos que o banco hoje comemora e os vinte anos de FNE que também hoje nós comemoramos.

O que nós temos pela frente, o novo desafio, as nossas restrições são muito graves ainda. A região Nordeste continua com problemas absolutamente importantes para a população, que eu acho que nós temos é que, em respeito à população do Nordeste, que continuar o nosso trabalho. E eu não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade que o banco está me dando nesse painel que discute a atuação

do banco no desenvolvimento regional para comentar um ponto que é da minha área hoje, como servidor público, como ministro do Governo do Presidente Lula, que é a área de infraestrutura, especialmente a área portuária.

Eu vi, nos números que o senhor apresentou, que, numa carteira de ativos, total da ordem de R\$ 30 bilhões, o item de infraestrutura aparece com apenas R\$ 4 bilhões. Isso é muito pouco, porque nós sabemos que a eficiência da economia como um todo depende diretamente da eficiência da sua logística, principalmente da logística portuária e naturalmente que a eficiência desta logística, da logística portuária, depende destes investimentos de infraestrutura. Eu estou focando neste ponto porque é um ponto de interesse específico da funcionalidade do meu serviço atualmente.

Eu acho que o Nordeste brasileiro tem muito a ser feito na área de infraestrutura e não há nenhuma maneira melhor para atrair os investimentos privados do que se mostrar para a iniciativa privada o que se tem de infraestrutura para oferecer. Não há créditos subsidiados, não há vantagens fiscais, nada que se compare como melhor estímulo para a iniciativa privada do que uma boa base de infraestrutura. E no caso da logística, no caso dos portos, isso é mais importante ainda. Nós sabemos, se nós começarmos a analisar desde o Velho Mundo, os países da Europa, nós ficamos com a clara conclusão de que aqueles países hoje desenvolvidos são países que investiram fortemente em infraestrutura e em especial na infraestrutura de logística, na infraestrutura portuária.

Nós podemos pegar para exemplo os casos da Holanda e da Bélgica, que são países muito pequenos, mas são hoje uns dos mais ricos países do mundo. A Bélgica, por exemplo, um país minúsculo do ponto de vista territorial, com uma renda *per capita* de 38.000€ e que se desenvolveu exatamente por uma decisão estratégica do Estado de investir em portos, de investir em infraestrutura de logística. O porto de Antuérpia, que é um dos maiores portos do mundo tem hoje um cais de 166km. E a costa inteira da Bélgica mede apenas 60 km. Então só o cais do porto de Antuérpia é mais do que três vezes toda a costa do país. E isso sem falar no porto de Ghent, que é outro porto igualmente importante; no porto de Zeebrugge que é outro igualmente importante. Então, um país tão pequeno quanto a Bélgica tem três grandes portos que estão entre os 25 maiores do mundo.

O caso da Holanda é a mesma coisa. O famoso porto de Roterdã é um porto absolutamente planejado; é mais eficiente e opera com sistemas mais modernos do que um aeroporto, por exemplo. Ele é assim porque teve uma estratégia de Estado, e a Holanda hoje é um país altamente desenvolvido porque adotou essa estratégia de estado de investir em logística e isto vale para países que se desenvolveram mais recentemente também. É o caso de Cingapura, por exemplo, que é uma pequena ilha que mede 40 e poucos quilômetros numa direção e 20km e poucos em outra di-

reção, uma ilha que tem 4.500.000 habitantes, aproximadamente, com uma renda *per capita* de US\$ 35.000 e que construiu tudo isso a partir da decisão de investir em infraestrutura, de investir no seu porto. Cingapura, hoje, em termos de contêineres, é o maior porto do mundo, portanto, tem o seu crescimento. É um país que dá educação universal para todos, dá saúde universal para todo o seu povo e dá habitação para todos à custa desta decisão de investimento na infraestrutura.

Se nós formos para a China, as coisas são mais impressionantes ainda. Há dez anos, a China não tinha um único porto entre os maiores do mundo. Hoje, se nós pegarmos a lista dos dez maiores portos do mundo, seis são chineses. Isto é uma coisa estonteante porque a China não tinha nada dez anos atrás; hoje, está entre os dez maiores do mundo. O porto de Roterdã, que já foi o maior do mundo, hoje é o nono. Não porque tenha parado de crescer, mas porque a China cresceu muito mais rapidamente. E cresceu com essa ênfase na infraestrutura.

Eu já estive na China duas vezes e a cada vez que eu vou, fico mais impressionado porque o movimento de trabalho e de obras, de negócios que a gente observa lá é algo que não vê crise, que passa muito longe da crise. E impressiona também o sistema de planejamento chinês. Embora seja um país de partido, não é partido único, porque o próprio presidente chinês, numa conversa com o presidente Lula, o presidente Lula perguntou: “aqui, o partido comunista é o único partido da China?” E presidente disse: “nós temos mais seis partidos”. Aí o presidente Lula perguntou: “então tem oposição?” Esse disse: “não, não tem oposição. Aqui tem um partido comunista que é o governo, que está no governo, e os outros seis partidos estão com o governo”. Então o presidente Lula disse: “eu gostaria que fosse assim também no Brasil”.

Mas é que apesar disso, o Governo chinês tem uma incrível capacidade de planejamento e baseado no mérito. Por exemplo, eles lá estão agora trabalhando com uma meta de crescer 8%. Esse 7,9% analisado que aconteceu não é por acaso. O prefeito de Pequim – e lá os prefeitos têm muito mais capacidade de política por conta da estrutura política chinesa – recebe uma meta de crescer 8%, recebe recursos, recebe essa tarefa e é avaliado meritocraticamente pelo cumprimento dessa meta, e o próprio crescimento dele na escala política do partido Comunista vai depender desse desempenho como gestor público.

Então, por exemplo, lá em Xangai – Xangai é o segundo maior porto do mundo; o primeiro é Cingapura e o segundo é Xangai –, eles estavam com problemas de expansão e precisavam construir um novo terminal e precisavam de águas profundas para este novo terminal. A profundidade da costa era de cerca de 12m e eles precisavam ter entre 15m e 16m para receber os grandes navios de contêineres, que exigem um calado maior, e viram, a 32km de Xangai, precisamente, uma ilha, uma pequena ilha em que poderia ser construído um terminal com essa profundidade natural dentro do mar.

Bom! Mas nós vamos construir um terminal a 32km da costa? Como é que nós vamos transformar, transportar os contêineres de barcas para a costa? Não! Vamos construir uma ponte. E construíram uma ponte de 32 km dentro do mar, em profundidades variando de 12m a 15m, e não é uma ponte simples; na verdade, é uma rodovia porque é uma ponte com três pistas de cada lado, e o mais impressionante: essa ponte foi construída em apenas dois anos e meio, tempo que nós certamente teríamos que dobrar só para o licenciamento ambiental, aqui. Então, eu estou falando isso para, talvez aqui, enfatizar para o presidente Roberto Smith, do que eu defendo, ou seja, dar ênfase no investimento na infraestrutura. Eu acho muito pouco R\$ 4 bilhões aplicados em infraestrutura na região Nordeste.

Nós hoje temos, aqui no Nordeste, alguns portos muito importantes, como é o porto do Pecém, aqui em Fortaleza, o porto do Mucuripe fazendo juntamente com o Pecém a composição de uma estrutura portuária importante para o Estado. O porto de Suape, em Pernambuco, que começou a ser construído há trinta anos e que agora apresenta frutos concretos para a região de Pernambuco, com o estaleiro sendo instalado, com vários projetos industriais em torno do porto do Suape, que tem um calado natural da ordem de 17m; no nosso programa, inclusive a dragagem, vai ser aprofundado para 19m, vai ser um dos portos mais profundos do Brasil.

O porto de Itaqui, no Maranhão, também com uma profundidade natural da ordem de 17m; de lá, inclusive, sai um dos maiores navios do mundo, que é o navio de 300.000 toneladas que leva minério numa volta dedicada para Roterdã; ele vai até Roterdã, descarrega o minério, volta novamente para Itaqui, saindo do porto da Madeira, lá da Vale do Rio Doce. É um porto que, com a construção da ferrovia Norte-Sul, com a hidrovía do Tocantins – as eclusas já sendo concluídas no próximo ano – vai ser uma das melhores opções para o escoamento de toda a produção de grãos do Centro-Oeste brasileiro. Melhor certamente do que as opções de Santos e Paranaguá, onde os caminhões têm que percorrer 2.000km de estrada até chegar ao porto.

Tem o porto de Santarém, que é um porto também importantíssimo para o escoamento do Centro-Oeste brasileiro e basta que se conclua a desconhecida BR 163. Quem aqui já ouviu falar dessa rodovia BR 163? Então, esta rodovia está em fase de conclusão depois de toda uma discussão ambiental que foi feita, com licenciamento ambiental já pronto. Então, nós temos, no Nordeste, um conjunto de portos com condições excepcionais; agora, precisamos continuar investindo pesadamente nesses portos. Eu lhe digo isso, presidente, porque nós tivemos uma discussão recente no porto de Itaqui, onde a empresa que administra o porto de Itaqui estava precisando de um crédito para construir novos terminais, que vamos usar exatamente para esses grãos do Centro-Oeste brasileiro, armazéns e equipamentos que vão carregar e levar até os navios nas esteiras esses grãos, e recurso da ordem de R\$ 50 milhões, que nem é muita coisa assim e que a empresa poderia, por exemplo, tomar no Banco do Nordeste.

Além disso, menos do que o mesmo financiamento para o setor público, o financiamento ao setor privado em portos é de um potencial muito grande. Hoje, todos os portos brasileiros têm operação privada. Não há exceção, 100% da operação portuária brasileira é feita por operadores privados! Não há governo operando porto no Brasil, nem governo federal, nem governo estadual, nem governo municipal. Toda a operação é privada e o volume de investimento necessário é muito grande para que esses novos projetos sejam colocados em operação.

A crise não chegou ao setor portuário do ponto de vista dos investimentos. A crise atingiu o setor portuário na redução de cargas. Na redução do comércio. Isso é natural. Mas no ponto de vista de investimento não há nenhuma retração, seja do ponto de vista do governo seja do ponto de vista da iniciativa privada. Então, eu diria que o Banco do Nordeste atuando como agente de desenvolvimento regional, e sem dúvida o mais importante agente de desenvolvimento regional que o Nordeste brasileiro tem, e não é de hoje, essa atuação do banco na infraestrutura, buscando esses negócios que hoje são buscados pelo BNDES, certamente estará dando uma contribuição decisiva para uma transformação importante para a economia do Nordeste, para geração de empregos, para geração de riquezas, porque, antes de tudo, porto é um instrumento de desenvolvimento regional, assim como é o Banco do Nordeste.

Porto é um instrumento de geração de riqueza; não há nenhum país no mundo desenvolvido que não tenha portos importantes. Todos os países do mundo desenvolvido têm um sistema de logística eficiente e um sistema portuário competitivo. Não há como desenvolver nenhuma região, nem um local sem investimentos importantes na infraestrutura de logística. E o Brasil, que hoje é um gigante no *agrobusiness*, que hoje é primeiro lugar em vários itens do agronegócio, não pode prescindir desse tipo de investimento. Por isso mesmo o presidente Lula decidiu estrategicamente criar um Ministério, criar a Secretaria Especial de Portos, com foco exclusivo na questão portuária, que antes era tratada dentro do Ministério dos Transportes.

Certamente, por conta do volume de tarefas e de coisas a gerenciar no dia a dia, não dava a devida atenção a um dos equipamentos mais importantes para o crescimento do País, que são exatamente os seus portos. E eu, portanto, quero dizer que tive já várias conversas com o BNDES. O BNDES tem, inclusive, uma carteira importante de investimentos na infraestrutura; pode, inclusive, na minha opinião, trabalhar junto com o Banco do Nordeste nessa questão da infraestrutura, desenvolvendo projetos também. O BNDES também ajuda no desenvolvimento de projetos, mas, hoje, nós temos uma demanda muito grande por investimentos no setor portuário. No Nordeste também, sem falar no nosso maior porto, que é o porto de Santos, o maior porto da América Latina.

Aqui mesmo no Nordeste, que é o foco da atuação do nosso Banco, nós temos os portos de Itaqui e o porto do Pecém, que hoje recebem financiamentos importantes do BNDES para a sua ampliação. O porto de Suape, que está em completa ebulição no sentido de crescimento, no sentido de novos investimentos que lá acontecem; os portos de Salvador e Aratu, que precisam desta atenção, que são entre os portos do Nordeste, talvez, aqueles que estejam mais atrasados nesses investimentos.

Nós temos hoje, no Brasil inteiro, cerca de 40 portos públicos e 128 portos privados. O porto privado é aquele que atende diretamente à necessidade das empresas, como é o caso dos portos da Vale, da Petrobras, da Cargill, do M. Dias Branco, que, lá em Aratu, na Bahia, tem um porto que atende ao seu complexo industrial; e os portos públicos são portos administrados diretamente pela União.

Os portos públicos são todos da União. Alguns são administrados diretamente pela União, outros administrados pelos Estados, e um caso que nós temos que é administrado pelo município, que é o porto de Itajaí, em Santa Catarina. A gente pode achar muito o Brasil ter 200 portos. Entretanto, na hora que a gente vai ao Japão que é aquela ilha pequenininha, tem mais de 1.000 portos. Então, de novo, eu estou aqui com mais um exemplo que me ocorre para mostrar a importância e atenção que os governos dão a equipamentos de logística. O Japão, o segundo maior país do mundo em PIB, é um país minúsculo, uma ilha minúscula comparada com 8.500.000km quadrados de extensão que é o nosso país, que tem mais de 1.000 portos. Isso é bom repetir para a gente ter um padrão de comparação.

Mas presidente, quero, com a minha presença aqui, dizer que o senhor também participa do governo federal – o Banco do Nordeste é ligado diretamente ao Ministério da Fazenda – e eu queria reforçar que eu senti aqui a sua angústia em relação à questão da capitalização do banco. Que conte comigo, para juntos, retirarmos esta restrição que hoje o banco tem para crescer e principalmente para crescer em infraestrutura portuária. Muito obrigado!

ENTREGA DOS PRÊMIOS BNB DE ECONOMIA REGIONAL E BNB DE TALENTOS UNIVERSITÁRIOS

MESTRE DE CERIMÔNIAS

Solicito ao presidente Roberto Smith e ao ministro Pedro Brito que, por gentileza, permaneçam no palco porque teremos, em instantes, a entrega do 8º Prêmio BNB de Talentos Universitários, do 13º Prêmio BNB de Economia Regional, da comenda Mérito BNB, e também a cerimônia de encerramento do Fórum BNB de Desenvolvimento e do 14º Encontro Regional de Economia. Para tanto, convido a tomar assento à mesa a senhora secretária executiva da Anpec, Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, professora Carmen Feijó.

Registro, neste auditório, a presença do senhor Antônio Roberto Albuquerque, neste ato, representando o Ministério da Integração Nacional.

Senhoras e senhores! Durante a apresentação dos resultados e entrega da premiação solicito aos autores aqui presentes que, ao ouvirem a solicitação de seus nomes, por gentileza encaminhem-se ao palco.

8º. PRÊMIO BNB DE TALENTOS UNIVERSITÁRIOS

Convidamos aqui, ao centro do palco, a senhora secretária executiva da Anpec, professora Carmen Feijó para que possa fazer a entrega dos prêmios nesta categoria.

3º lugar - Título: Fatores Determinantes na Alocação de Trabalho Não-agrícola de Famílias Rurais do Nordeste Brasileiro. Autora: Shirley Pereira de Mesquita. Curso Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba.

2º lugar - Título: Análise da Evolução do Microcrédito na Bahia – 1973 a 2008. Autor: Bruno Mota Lopes, do Curso de Ciências Econômicas da Unifasc.

1º lugar - Título: Concentração Geográfica e Produtividade Industrial, uma Análise a Partir das Regiões Metropolitanas Brasileiras. Autor: Diego de Maria André. Curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Ceará.

Convido agora, ao centro do palco, o presidente do Banco do Nordeste, professor doutor Roberto Smith para que possa fazer a entrega do 13º Prêmio BNB de Econo-

mia Regional categoria Dissertação de Mestrado. Por gentileza, doutor Roberto.

O 3º lugar ficou dividido entre dois trabalhos. Convido inicialmente, ao palco, o autor do título Efeitos do Crescimento Pró-pobre e do Mercado de Trabalho sobre o Desequilíbrio Regional Brasileiro, Carlos Alberto Manso, do Mestrado em Economia do CAEN, UFC.

Também, para receber a certificação do 3º lugar, convido – o título foi Programa Bolsa Família – Possibilidade e Limites como Política Pública de Combate à Pobreza do Nordeste Brasileiro – a autora, Rosângela dos Santos Alves Pequeno, Pós-graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

2º lugar – Título: Potencial Econômico da Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos na Bahia – uma Abordagem Insumo Produto. Autor: Lúcio Flávio da Silva Freitas. Curso de Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia.

E agora o 1º lugar, ainda do 13º Prêmio BNB de Economia Regional, categoria Dissertação de Mestrado.

O 1º lugar fica com o seguinte título: Políticas Públicas e Agricultura Familiar – uma Abordagem Territorial do Pronaf no Médio Jequitinhonha. Autor: Sandro Pereira Silva do Programa de Pós-graduação em Economia de Viçosa (UFV).

Os agradecimentos ao presidente Roberto Smith! Por favor, retornando à mesa. Em seguida, teremos a entrega do XIII Prêmio BNB em Economia Regional, categoria Artigo. Para a entrega da premiação, convido o ministro Pedro Brito.

O 3º lugar: o artigo Convergência e Formação de Clubes no Brasil sobre a Hipótese de Heterogeneidade no Desenvolvimento Tecnológico. Autores: Cristiano Pena e Fabrício Linhares do CAEN (UFC).

2º lugar: How Does Corruption Drive Illegal Deforestation in Amazon Forest? Autores: Paulo Hamilton Maia Leite filho da Universidade Federal da Paraíba e Cassandro Maria da Veiga Mendes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1º lugar: Artigo Gestão de Ativo Bancário Diferenciada no Território. Reflexos sobre o Sistema Nacional de Inovação – um Estudo para os Estados e Municípios da Região Nordeste. Autores: Marco Crocco, Ana Paula Esteves, Mara Nogueira e Carla Michelle e Coelho de Andrade, todos do CEDEPLAR. Ana Paula Esteves estará representando o grupo.

ENTREGA DA COMENDA “MÉRITO BNB”

MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO E DR. JOSÉ PEREIRA E SILVA

Por gentileza, senhor ministro, queira retomar ao seu lugar à mesa e passaremos agora à entrega da comenda Mérito BNB aos seguinte homenageados: doutor José Pereira e Silva, ex-presidente do Banco do Nordeste do Brasil, que, por motivo de doença, aqui não pôde fazer-se presente, e ao ministro Pedro Brito do Nascimento.

Embora ausente, o doutor Pereira e Silva designou que aqui fosse representado pelo jurista Raimundo Bezerra Falcão, ex-funcionário e ex-superintendente Jurídico do BNB.

José Pereira e Silva é natural de Piripiri, no Piauí, e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará. Pertenceu aos quadros de funcionários do Banco do Brasil e foi diretor do Banco da Amazônia e membro do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). José Pereira e Silva tomou posse como presidente do Banco do Nordeste no dia 19 de abril de 1986. Na sua gestão, instalou o Sistema Integrado de Pessoal (SIP), que manteria atualizados os dados pessoais e funcionais de cada servidor e de seus dependentes. Obteve do Banco Central do Brasil a autorização para o BNB operar como banco múltiplo e a autorização para implantar 22 novas agências na sua área de gestão. Foi também em sua gestão que a Câmara Federal aprovou, em 27 de setembro de 1989, a Lei nº 7.827, que regulamentou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO). Pereira e Silva deixou a presidência do BNB no dia 22 de março de 1990. O Dr. Raimundo Bezerra Falcão representa o nosso homenageado, doutor José Pereira e Silva. Convido, nesse momento, o excellentíssimo senhor deputado federal e ex-presidente do Banco do Nordeste, Mauro Benevides para fazer a entrega da comenda.

Nosso próximo homenageado é o excelentíssimo senhor ministro da Secretaria Especial de Portos e ex-funcionário do Banco do Nordeste do Brasil, Pedro Brito.

Pedro Brito do Nascimento é natural de Fortaleza. Economista graduado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará. É mestre em Administração Financeira pela Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na área acadêmica, destaca-se sua atuação como professor da Universidade de Fortaleza (Unifor) e da Universidade Estadual do Ceará (Uece). No Estado do Ceará, ele exerceu vários cargos públicos, dos quais se destacam: superintendente geral da Bolsa de Valores

Regional; diretor do Banco Fibra S.A.; secretário da Fazenda do Governo de Estado e presidente do Banco do Estado do Ceará. Pedro Brito ingressou no Banco do Nordeste no dia 1º de março de 1965, como integrante do Curso de Aprendizagem Bancária (CAB). Iniciou sua carreira no Departamento de Pessoal (Depes). Trabalhou no Etene, sendo, em seguida, transferido para o Departamento Financeiro, onde exerceu diversas funções de destaque, entre elas chefe de Divisão. Participou de vários treinamentos internos atuando também como instrutor nos cursos e seminários promovidos pelo BNB. No ano de 1991, assumiu a Superintendência Financeira. Aposentou-se por tempo de serviços no dia 1º de março de 1995. Pedro Brito foi ministro de estado da Integração Nacional de março de 2006 a março de 2007. Atualmente, exerce o importante cargo de secretário Especial, com *status* de ministro, na Secretaria Especial de Portos do Governo Federal.

Senhoras e senhores, para fazer a entrega da comenda mérito BNB ao ministro Pedro Brito do Nascimento, ex-funcionário desta casa, convido o senhor presidente do Banco do Nordeste do Brasil, professor doutor Roberto Smith. Para falar em nome dos agraciados, com a palavra o excelentíssimo senhor ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito Nascimento.

MINISTRO PEDRO BRITO

Meu caro presidente! Eu quero, em nome do presidente que foi aqui homenageado, do ex-presidente e em meu próprio, dizer da minha emoção, do meu orgulho e da minha alegria de estar aqui recebendo esta homenagem. O presidente Pereira, por coincidência, foi o presidente que me nomeou primeiro chefe do Departamento Financeiro do banco e, depois, me nomeou também Superintendente Financeiro. Creio que os organizadores desta festa não perceberam essa coincidência feliz e isso me dá mais um motivo de alegria hoje, aqui, para, em nome dele poder agradecer ao banco, aos diretores do banco, agradecer aos colegas do Banco do Nordeste por esse prêmio. É realmente o prêmio mais importante que estou recebendo. Aquela foto que vocês viram aqui realmente é minha, eu posso comprovar isso. Eu comecei aqui em 1º de março de 1965, tinha 14 anos de idade.

O banco tinha um programa de treinamento espetacular, de sucesso absoluto, na formação de pessoas de excelência para esta casa. Muitos eu estou vendo hoje aqui; muitos estão em vários lugares diferentes do banco, seja na iniciativa privada seja no setor público, e não há realmente uma experiência mais gratificante na vida de um profissional do que começar a trabalhar numa casa como o Banco do Nordeste, com 14 anos de idade e; depois; voltar para receber uma homenagem. Sei que o presidente Pereira, apesar de estar doente, está certamente sentindo a mesma emoção que eu estou sentindo hoje, aqui com vocês. Falcão, que o representa, foi um companheiro de luta no Banco, um funcionário exemplar, uma pessoa de competência invulgar e, sem dúvida, Falcão representa muito bem aqui o presidente Pereira e Silva.

Quando estava no Ministério da Integração Nacional, com o ministro Ciro Gomes, e Ciro saiu para se candidatar a Deputado Federal, e o presidente Lula me deu a honra de assumir o Ministério com a sua saída, eu me lembro muito bem, presidente Roberto Smith, que eu fui dar uma entrevista a uma jornalista, logo na sequência de eu ter assumido o Ministério da Integração Nacional, que me perguntou: “como é, de repente ser ministro?” Aí olhei para ela assim e disse: “Olha, senhora, não existe essa de repente ser ministro! Na verdade isso é um processo e eu comecei a ser ministro aos 14 anos, quando entrei no Banco do Nordeste, porque, de fato, é um trabalho, um trabalho que se faz ao longo de uma carreira”. Não há uma coisa de “de repente” para se justificar algo como isso.

É com muito orgulho, inclusive, que eu quero contar pelo menos um fato pitoresco em que, às vezes, as pessoas não acreditam. Como a lei de aposentadoria de anteriormente previa, quem trabalhava em banco tinha o privilégio de se aposentar com 30 anos de serviço, o que é um absurdo; eu posso dizer isso porque já me aposentei, mas realmente é um absurdo. Mas eu, com trinta anos de trabalho, portanto aos 44 anos, me aposentei aqui no Banco do Nordeste, e me aposentei sem ter tido nenhuma falta desde 1º de março de 1965. Não tive uma única falta no Banco durante os trinta anos, sequer para tratamento de saúde.

Tive a sorte, naturalmente, de ter sido uma pessoa saudável ao longo do tempo e me lembro que, uma vez, a doença mais grave que eu tive foi catapora quando adulto. E de fato, é algo muito grave mesmo para adultos, e não tinha jeito de eu vir trabalhar com catapora, não dava para fazer. Então, tirei férias para não ter falta sequer por tratamento de saúde. Isso é um detalhe, assim, que, às vezes, passa despercebido e que eu fazia com muito orgulho. E isso eu acho que é uma demonstração muito eloquente do gosto que eu tinha por esta Casa e que continuo tendo.

Por isso eu não gostaria de ser chamado de ex-funcionário. Eu continuo sendo funcionário do Banco do Nordeste. Sempre tive muito orgulho desta casa, continuarei tendo e continuarei ajudando no que for possível por razões também muito práticas e muito objetivas. O Banco do Nordeste é uma casa exemplar para os seus funcionários, é uma casa que investe nas pessoas, é uma casa que dá treinamento às pessoas. Eu mesmo tive chance de participar em vários treinamentos dentro do banco, fora do banco.

A minha formação profissional, eu toda devo a esta Instituição. Então, eu sou muito grato aos meus colegas que trabalharam comigo, que me ajudaram nesse processo. Esta tarefa não é uma tarefa de uma pessoa só; é uma tarefa de equipes de pessoas que se ajudam, que se gostam, que compartilham de um mesmo ideal, de um mesmo objetivo. Então, o Banco do Nordeste é uma casa de pessoas idealistas, é uma casa de profissionais, é uma casa da qual não se tem nenhuma história,

ao longo dos seus 57 anos, de desvio, de corrupção, de fatos desabonadores aos seus funcionários e ao Banco do Nordeste. Portanto, eu só posso ter muito orgulho. Muito obrigado a todos!

ENCERRAMENTO

MESTRE DE CERIMÔNIA

Senhoras e senhores, ao nos aproximarmos dos momentos finais deste evento, convido a usar da palavra a secretária executiva da Anpec, professora Carmem Feijó.

CARMEM FEIJÓ

Bom! Chegamos ao fim de mais um evento. O objetivo do Encontro Regional de Economia e do Fórum BNB de Desenvolvimento é reunir com regularidade pesquisadores acadêmicos e gestores públicos para troca de experiências e de conhecimento. Ao completarmos 14 edições desse evento, eu acho que a gente pode, com certeza, garantir o acerto dessa experiência, que foi uma iniciativa proposta ao Banco do Nordeste pelo professor Antônio Maria da Silveira, que foi secretário executivo da Anpec nos anos 96, 97.

O professor Antônio Maria, com a sua visão de futuro, abriu essa janela de oportunidades para a comunidade acadêmica trazendo experiências dos encontros da Anpec nacional para a região Nordeste. Então, eu gostaria de homenageá-lo, a memória do professor Antônio Maria da Silveira, por esta iniciativa bem-sucedida, que, se estamos hoje aqui reunidos, nós começamos com o apoio do banco, mas pela iniciativa do professor Antônio Maria, quando secretário executivo da Anpec. Depois de quase uma década e meia trabalhando com o BNB nessa parceria, nós tivemos desdobramentos nesta oportunidade de cooperação que trarão mais incentivos à pesquisa acadêmica em Economia.

A postura do banco em incentivar a pesquisa acadêmica de várias formas, eu entendo que é por o banco entender a importância da pesquisa acadêmica para a construção de estratégias adequadas de desenvolvimento econômico; certamente, uma característica que o distingue dentre as instituições públicas federais. Novamente, então, eu faço público o agradecimento da Anpec ao apoio do Banco do Nordeste do Brasil ao Encontro Regional de Economia. Esperamos que tenhamos novas parcerias e que continuem progredindo como tem sido até agora, pois acredito que trazem ganhos importantes tanto para a nossa pesquisa acadêmica como para a gestão pública. Agradeço a todos pela participação, e vamos ao décimo quinto encontro.

MESTRE DE CERIMÔNIA

Senhoras e senhores: com a palavra o presidente do Banco do Nordeste do Brasil, professor doutor Roberto Smith.

Bem! Ouvimos o Pedro Brito que está ministro, mas que é funcionário do Banco do Nordeste, e que a gente vê que sempre se está homenageado algum funcionário do Banco do Nordeste. Na verdade, essa é uma homenagem sempre extensiva a todo o corpo de funcionários. Ele tem toda razão! Esta é uma construção coletiva da qual todos nós nos orgulhamos, e eu mais ainda, que não tenho os 30 anos, mas seis. Então já sou um aprendiz. Mas estamos, neste momento, encerrando este 14º Encontro Regional de Economia, e eu acho muito justa esta homenagem que a Carmem faz ao professor Antônio Maria, que era pai do nosso presidente do Conselho de Administração, uma pessoa muito amiga nossa e também lutadora pelos ideais do banco.

Eu queria dizer da felicidade dessa nossa parceria com a Anpec, que se tem traduzido em frutos maravilhosos. Eu percebi o vigor, o entusiasmo dos participantes e da própria direção da Anpec, o sucesso desse encontro, a alegria das premiações e também do fato de sabermos que estamos construindo algo que tem uma institucionalidade e persevera dentro dessa construção criativa, na qual, neste momento, a gente também está agregando alguma coisa. Não é Carmem?

Nós acreditamos também no sangue novo da juventude intelectual que vem pensando a questão do desenvolvimento regional, que dá vigor à batalha que a gente trava em termos do desenvolvimento regional, que é, realmente, razão da existência do Banco, da Instituição e de todos aqueles que fazem a Instituição. Em nome do Nordeste, Carmem eu queria dar o nosso abraço em todo o corpo da direção da Anpec e dizer da nossa satisfação, e que vamos começar a nos preparar para o décimo quinto encontro, e que ele venha também com todo esse potencial que emana do pensamento da universidade, da academia, da pesquisa, que é o que nos impulsiona.

Então eu queria deixar um abraço a todos e agradecer em podermos ter estado aqui juntos, e que continuemos assim. Muito obrigado!

REFERÊNCIAS



ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. **Dossiê da crise II**. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise-II.pdf>>. Acesso em: 2010.

KEYNES, J. M. **Activities 1940-1944**: shaping the post-war world, the clearing union. London: Macmillan, 1980.

_____. **The general theory of employment, interest and money**. New York: HBJ, 1964.

KREGEL, J. **Minsky's cushions of safety**. [S.l.], 2008. Disponível em: <<http://www.levy.org>>. Acesso em: 2010.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.

MINSKY, H. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agro-alimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

ISBN 978.85.7791.165.3



9 788577 911653

anpec
Associação Nacional dos
Centros de Pós-Graduação
em Economia

 **Banco do
Nordeste**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA